

Relatório de Gestão Exercício 2023

Instituto Brasileiro de Museus



Relatório de Gestão Exercício 2023

Instituto Brasileiro de Museus



FICHA TÉCNICA

Presidente da República do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da
Purificação Costa

**Presidenta do Instituto Brasileiro
de Museus**

Fernanda Santana Rabello de
Castro

**Diretora do Departamento de
Processos Museais**

Mirela Leite de Araujo

**Diretor do Departamento de
Difusão, Fomento e Economia de
Museus**

Joel Santana da Gama

**Diretora do Departamento de
Planejamento e Gestão Interna**

Maria Angelica Gonsalves
Correa

**Coordenador Geral de Sistema
de Informação Museal**

Dalton Lopes Martins

Organização

Assessoria de Relações
Institucionais

Chefe da Assessoria

Michel Rocha Correia

**Chefe do Serviço
Gestão Estratégica**

Elisa Helou Netto

Equipe

Antonio de Oliveira
Mileny Mendes dos Santos
Sara Alves Gomes

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS	7
APRESENTAÇÃO	11
1 - VISÃO GERAL E AMBIENTE EXTERNO	13
1.1 - VISÃO GERAL	14
1.2 - VALOR PÚBLICO	17
1.3 - CADEIA DE VALOR	17
1.4 - CENÁRIO EXTERNO E PERSPECTIVAS PARA 2024	22
1.5 - LEGISLAÇÃO - PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO IBRAM	26
2 - GOVERNANÇA E RESULTADOS DA GESTÃO 2023	27
2.1 - GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	30
2.2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	42
2.3 - PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVER PRODUTOS NA TEMÁTICA DE SUSTENTABILIDADE EM MUSEUS	49
3 - CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	106
3.1 - AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS – PNSM	107
3.2 – AUDITORIA INTERNA	108
3.3 - COMITÊ CORRECIONAL	109
3.4 - GESTÃO DE RISCOS	110

4 - AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA - GESTÃO DE PESSOAS -----	113
4.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO -----	114
4.2 DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS -----	121
4.3 DESPESA DE PESSOAL -----	125
4.4 RECOMPOSIÇÃO DOS QUADROS -----	128
4.5 PRINCIPAIS DESAFIOS 2024 -----	129
5 - AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -----	126
5.1 GESTÃO E GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -----	127
5.2 AÇÕES REALIZADAS EM 2023 -----	128
5.3 DESPESAS DE TIC EM 2023 -----	131
5.4 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2024 -----	132
6 - AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA - LICITAÇÕES E CONTRATOS -----	138
6.1 CONFORMIDADE LEGAL -----	139
6.2 DETALHAMENTO DOS GASTOS NAS LICITAÇÕES -----	139
6.3 DETALHAMENTO DOS GASTOS NAS CONTRATAÇÕES ---	140
6.4 DESAFIOS, FRAQUEZAS E RISCOS NA GESTÃO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS -----	141
6.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA - CONFORMIDADE LEGAL -----	142
6.6 GESTÃO DE PASSAGENS -----	144
6.7 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA -----	145

7 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS ----	146
7.1 EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE -----	147
7.2 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA -----	149
7.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES DISCRICIONÁRIOS -----	155
7.4 DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DCON -----	164

OS MUSEUS DO IBRAM -----	199
MUSEU BEJAMIM CONSTANT -----	200
MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA -----	201
MUSEU CASA DA HERA -----	202
MUSEUS CASTRO MAYA -----	203
MUSEU DA ABOLIÇÃO -----	204
MUSEU DA INCONFIDÊNCIA -----	205
MUSEU DA REPÚBLICA -----	206
MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU -----	208
MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL -----	210
MUSEUS DAS BANDEIRAS -----	211
MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE -----	211
MUSEU CASA DA PRINCESA (CASA SETECENTISTA) -----	211
MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY -----	212
MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO -----	213
MUSEU DO DIAMANTE -----	214
MUSEU DO OURO -----	216

MUSEU IMPERIAL -----	217
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL -----	220
MUSEU LASAR SEGALL -----	221
MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES -----	222
MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI -----	224
MUSEU REGIONAL DE CAETÉ -----	225
MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI -----	227
MUSEU VICTOR MEIRELLES -----	228
MUSEU VILLA-LOBOS -----	230
MUSEU DAS MISSÕES -----	232
MUSEU SOLAR MONJARDIM -----	233



SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAMLS - Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall
AFD - Assentamento Funcional Digital
AtoM – Access to Memory
AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BCP – Cadastro dos Bens Culturais Procurados
BSC – Balanced Scorecard
CAB - Coordenação de Arquivos e Bibliotecas de Museus
CBISSN - Centro Brasileiro do International Standard Serial Number
CBMD - Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos
CCI - Canadian Conservation Institute
CCPI - Comitê Consultivo do Programa de Integridade
CEMA – Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura
CENEDOM - Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia
CFTV - Circuito fechado de TV
CGD - Comitê de Governança Digital
CGINDA - Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
CGSIC - Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação
CGSIM - Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal
CNM - Cadastro Nacional de Museus
COFIC – Coordenação de Finanças e Contabilidade
COMPAC - Conselho Municipal Deliberativo do Patrimônio Cultural
COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
COMUSE - Coordenação de Museologia Social e Educação
CTINF - Coordenação de Tecnologia da Informação
DAS – Cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores
DIP - Declaração de Interesse Público
DITEC - Divisão de Infraestrutura Tecnológica
DPGI – Departamento de Planejamento e Gestão Interna
DPMUS - Departamento de Processos Museais
DPTIC - Divisão de Projetos e Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação
DSUP - Divisão de Suporte
EAD – Ensino à distância

EBA - Escola de Belas Artes
EMUSE – Encontro Nacional de Educação Museal
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
EVG - Escola Virtual de Governo
FAOP - Fundação de Artes e Ofícios de Ouro Preto
FCPE – Função comissionada do Poder Executivo
FG – Função gratificada
FICAG - Fundação Internacional Capoeira Artes das Gerais
FNC - Fundo Nacional de Cultura
FVA - Formulário de Visitação Anual
FVM - Formulário de Visitação Mensal
GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência em Tecnologia
ICA – International Council of Archives
ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM - Conselho Internacional de Museus
IEF - Instituto Estadual de Florestas
IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INBCM - Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LabDev – Laboratório de Desenvolvimento e Suporte
LACICOR - Laboratório de Ciência da Conservação
MACACA – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté
MAI - Museu de Arqueologia de Itaipu
MART – Museu de Arte Religiosa e Tradicional
MD - Museu do Diamante
ME – Ministério da Economia
MHN - Museu Histórico Nacional
MinC - Ministério da Cultura
MLS - Museu Lasar Segall
MPLS - Multi protocol label switching
MRCO – Museu Regional Casa dos Otoni
MRDC - Museu Regional de Caeté
MRSJDR – Museu Regional de São João Del Rei
MVM - Museu Victor Meirelles
NECCULT - Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura
NRI – Núcleo de Relações Institucionais
OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos
OIM - Observatório Ibero-Americano de Museus

PAA - Plano de Ação Anual
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEM - Pesquisa de Educação Museal Nacional
PESET - Parque Estadual da Serra da Tiririca
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGR - Política de Gestão de Riscos
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNE - Portador de necessidades especiais
PNEM - Política Nacional de Educação Museal
PNM - Política Nacional de Museus
PNSM - Plano Nacional Setorial de Museus
POSIN - Política de Segurança da Informação e Comunicações
PRODOC - Projeto de Cooperação Técnica Internacional
RAE - Reunião de Análise Estratégica
RCE - Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed
RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde
RESEX – Reserva Extrativista Marinha de Itaipu
RFB - Receita Federal do Brasil
SaaS - Software as a service
SBM - Sistema Brasileiro de Museus
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SD-WAN - Software-defined wide area network
SEGES – Secretaria de Gestão
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SEM/SC - Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
SGD – Secretaria de Governo Digital
SGM - Sistema de Gestão de Museus
SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial
SIB - Sistema Integrado de Bibliotecas
SIGB - Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas
SIGEPE-AD – Sistema de Gestão de Pessoas – Avaliação de desempenho
SIMM - Sistema Integrado de Monitoramento de Museus
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISREF – Sistema de Registro de Frequência
SNIIC - Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais
SNM - Semana Nacional de Museus
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TED - Termo de execução descentralizada
TIC – Tecnologias da informação e comunicação

TTDD - Tabela de temporalidade e destinação de documentos
UASG - Unidade de Administração de Serviços Gerais
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura
UO - Unidade orçamentária
VPN - Virtual private network

APRESENTAÇÃO

O ano de 2023 marcou a História do Brasil como o recomeço da construção da democracia, após 6 anos, de golpe a tentativa de golpe, mas com provas da resiliência do povo e da resistência de diversos sujeitos políticos e movimentos organizados da sociedade civil.

No campo da Cultura nosso Ministério ressurgiu, no setor museal foram retomadas as políticas públicas e os laços do Instituto Brasileiro de Museus, com os agentes do campo e a sociedade.



Respeitando a mobilização desses agentes e sua organização em torno de uma Plataforma Unificada para o Setor Museal, assumi, como primeira mulher e servidora da casa, a presidência do Ibram, para dar início a sua primeira gestão compartilhada, assumindo duas diretrizes principais, em consonância com as demandas do campo: ampliar e consolidar a participação social e profissionalizar a gestão do Ibram.

No saldo de 2023 contamos com a retomada de editais, com a realização do Encontro Nacional de Educação Museal, da construção - agora participativa - do Fórum Nacional de Museus, o retorno do funcionamento do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, com formato mais representativo e democrático, e do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, uma das principais políticas públicas do Instituto, que agora tem lugar e prioridade institucional.

Criamos espaços internos de escuta ativa e elaboração coletiva, cujos resultados já se manifestam em consultas internas, no planejamento participativo do orçamento e na proposição de uma nova Estrutura Organizacional para o Ibram, que considera sua consolidação como responsável pelas políticas públicas de museus e gestor de 30 unidades museológicas.

Celebrando os 20 anos da instituição da Política Nacional de Museus, da criação do Sistema Brasileiro de Museus e no ano dos 15 anos do Ibram, este Relatório de Gestão do Ibram apresenta informações das ações desses museus, integradas aos dados e análises qualitativas sobre a retomada de nossas políticas públicas. Esta é uma devolutiva para sociedade do trabalho de 1 ano, que teve como objetivo central mudar a cultura institucional do Instituto, tornando mais democrático e mais aberto à sociedade.

Este relatório é uma ferramenta de gestão institucional e também de prospecção de futuros possíveis, pois aqui se apontam os rumos de uma instituição que atua na transformação da sociedade, num contexto de justiça e participação social. Aqui estão demonstrados os resultados inovadores de uma gestão compartilhada entre servidores e colaboradores, parceiros e sociedade civil, que é fruto de uma luta coletiva e a manifestação de sonhos que se sonham juntos e que fortalecem o papel do Ibram diante da importante tarefa de consolidação da democracia brasileira, garantindo o direito à cultura e à memória.

Fernanda Santana Rabello de Castro



1. VISÃO GERAL E • AMBIENTE EXTERNO



1.1 - Visão Geral

O Ibram - Instituto Brasileiro de Museus é uma autarquia federal criada pela Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. A partir de 1º de janeiro de 2023, por meio do Decreto nº 11.336, o Ministério da Cultura é recriado e volta a contar com o Ibram como uma das suas entidades vinculadas.

Por serem os museus lugares de transformação social e de desenvolvimento estão entre as prioridades do Instituto, o incentivo e a criação de ferramentas que permitam o empoderamento social de todos os segmentos sociais, de forma a promover seu direito à memória. A criação do Ibram exalta o reconhecimento efetivo que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; multiplicidade de ações. O centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

O Ibram é responsável por promover as políticas públicas para o setor museológico brasileiro, com vistas a contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos. É responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus a gestão da Política Nacional de Museus, que tem por objetivo valorizar e preservar o patrimônio musealizado dos museus brasileiros, além de viabilizar sua fruição. Segundo o Cadastro Nacional de Museus há, atualmente, cerca de 3.900 museus cadastrados localizados em território nacional (informações e mapas disponíveis na plataforma Museusbr em <http://museus.cultura.gov.br>). Esse universo é composto por museus públicos e privados, com múltiplos perfis e temáticas. Do ponto de vista normativo, o Ibram se pauta por um conjunto de normas nacionais e internacionais que são apresentadas na Figura 1 - Cadeia Integrada de Valor do Ibram a seguir.

Segundo o Estatuto dos Museus, instituído por meio da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, são considerados museus “as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação,

contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento". são considerados. Cabe ao Ibram estimular as ações das instituições museológicas, as ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado e por meio incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro. Cabe também estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais no âmbito das instituições museológicas.

Segundo a referida lei de criação da autarquia, compete ao Ibram propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, considerando sua variedade e diversidade temática, bem como coordenar, acompanhar, avaliar as atividades deles decorrentes e estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas a aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no país e promover seu desenvolvimento e ainda fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização.

Com a retomada do Planejamento Estratégico no ano de 2023, o Ibram realizou seminário destinado a discutir seus direcionadores estratégicos, os quais foram definidos, preliminarmente (pois ainda serão objeto de validação junto ao corpo funcional), nos seguintes termos:

Missão: "Garantir à população brasileira o direito às memórias por meio do fortalecimento dos museus, da gestão dos museus do Ibram, e da valorização do campo museal e seus agentes".

Visão: "Consolidar o Ibram como referência na gestão museal, considerando o fortalecimento dos seus museus, o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas e a geração e difusão de conhecimento para o campo museal".

Valores: Diversidade, Democracia, Participação Social, Acessibilidade Universal e Sustentabilidade.

Na oportunidade, foram também validados um conjunto de objetivos destinados a compor o novo Mapa Estratégico do Ibram, o que será apresentado em seção específica do presente relatório.

No âmbito internacional, visando à promoção do patrimônio museológico brasileiro, à consolidação da presença brasileira nos espaços de debate de temas culturais e à ampliação da participação do Brasil no mercado cultural internacional, o Ibram vem buscando desenvolver prioritariamente ações para o fortalecimento do intercâmbio cultural com países e instituições parceiras, para o aprimoramento das políticas públicas nacionais, e para a promoção dos museus brasileiros no exterior.

Adicionalmente, além de atuar para a preservação e difusão do patrimônio museológico brasileiro estabelecendo diretrizes e normativas que contribuem ao aprimoramento dos museus brasileiros, cabe ao Ibram a administração de 30 instituições em nove estados brasileiros, atuando diretamente, por meio dos seus museus, na conservação e curadoria de acervos, na implementação de atividades educativas, na capacitação de profissionais e na promoção do patrimônio museológico.

Os 30 museus do Ibram ocupam uma área de mais de 913 mil m², composto por 99 edificações (81 mil m²) incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas. As áreas expositivas representam mais de 47 mil m². Neste contexto, a gestão e a manutenção destes museus representam um grande desafio, uma vez que se tratam de imóveis tombados como patrimônio histórico.

Por meio de seus Departamentos e Coordenações, o Ibram descentraliza recursos federais destinados ao setor para que as Unidades Museológicas, gestoras ou vinculadas, por sua vez, apliquem-nos em ações diversificadas, como exposições, cursos, eventuais culturais, entre outras atividades de difusão de acervos, manutenção dos equipamentos e modernização.

Para atender às demandas da sociedade e os desafios inerentes à proteção e promoção do patrimônio museológico, o Ibram aplica seus recursos na modernização de seus museus; no aprimoramento dos mecanismos de segurança e prevenção de riscos; no compartilhamento de conhecimentos; e na construção do diálogo e da atuação conjunta com demais museus, públicos e privados, com profissionais do campo museal e a sociedade como um todo. É assim que as Unidades Museológicas, em especial as vinculadas ao Ibram, executam ações tão diversificadas como exposições, cursos, eventos

culturais, de difusão de acervos, manutenção dos equipamentos e modernização de espaços.

1.2 - Valor Público

Tendo como propósito institucional a formulação e a execução de políticas públicas para o setor museológico, o Ibram gera valor público ao atingir a consecução de suas ações - necessariamente ligadas ao interesse público - tornadas reais graças ao seu conjunto de recursos humanos, orçamentários, financeiros e patrimoniais. Lideranças e servidores têm como base para suas ações os orientadores estratégicos do órgão (missão, visão e valores), buscando realizar seus objetivos estratégicos por meio do alcance de metas estabelecidas.

1.3 - Cadeia de Valor

Ao aderir ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – Transformagov - coordenado pelo Ministério da Gestão e Inovação do Serviço Público, o Ibram deu início à revisão da sua Cadeia Integrada de Valor - CIV, que constitui importante ferramenta de diagnóstico e gestão, norteador do Instituto no cumprimento da sua missão e gerando valor para a sociedade.

Essa revisão pode ser resumida na figura na página seguinte.

Figura 1: Cadeia Integrada de Valor do Ibram

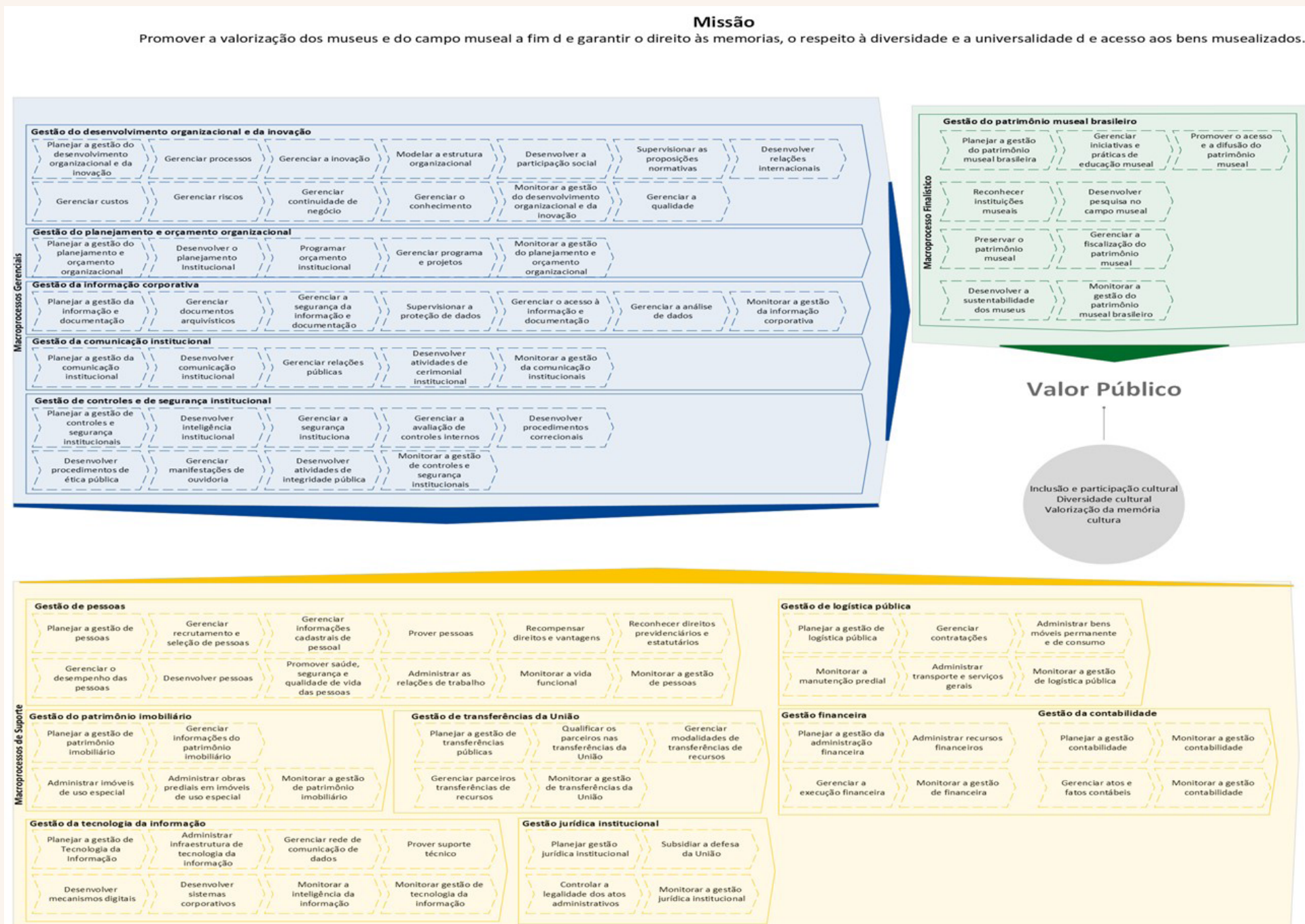


Figura 2: Cadeia de valor (ampliação macroprocessos gerenciais)

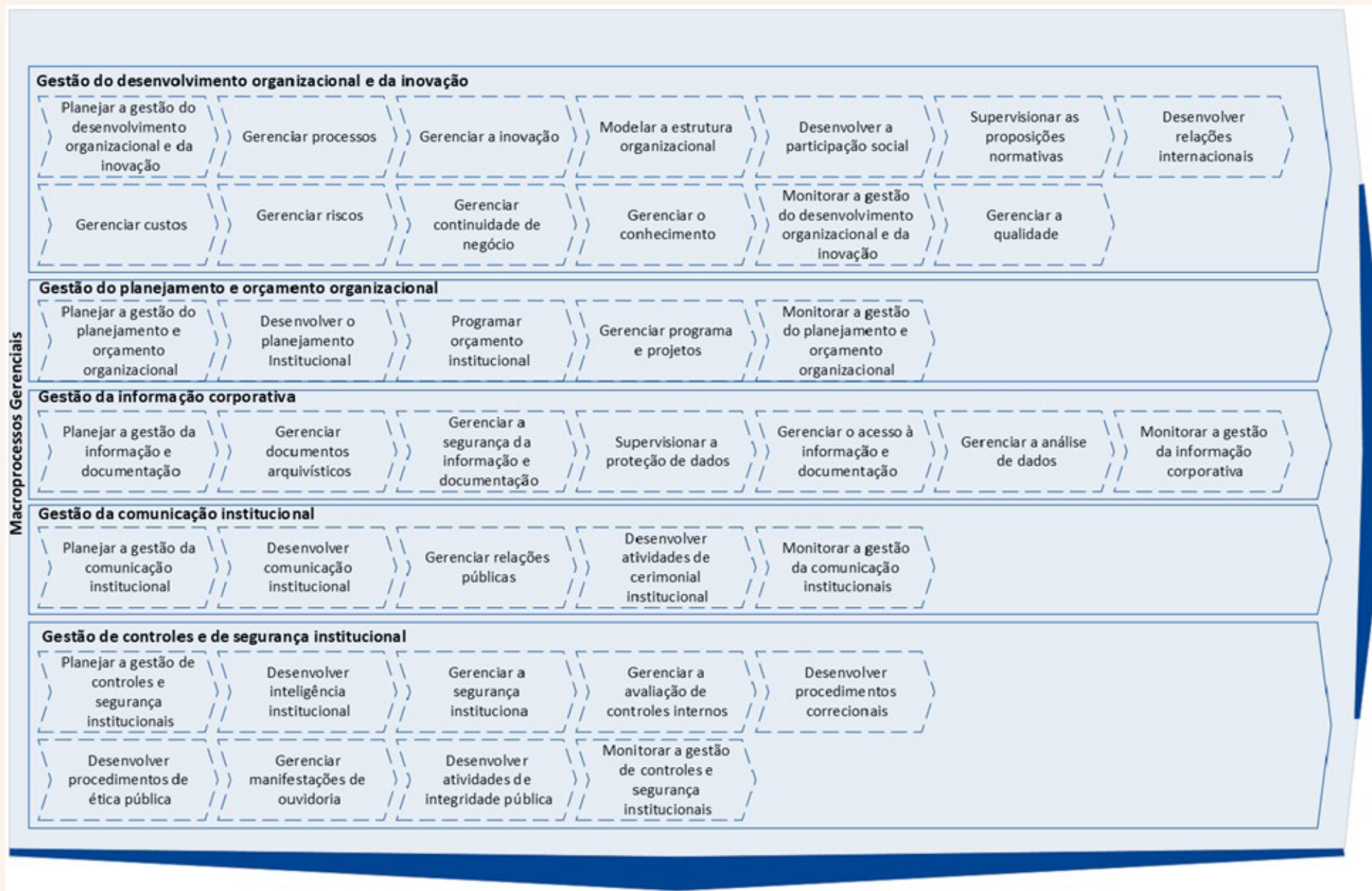


Figura 3: Cadeia de valor (ampliação Macroprocessos de Suporte)



Figura 4: Cadeia de valor (ampliação Macroprocesso Finalístico)





1.4 - Cenário Externo e Perspectivas para 2024

Conforme mencionado na seção deste relatório que trata do Planejamento Estratégico, procuramos direcionar esforços àqueles projetos que, segundo a nossa percepção, tenham potencial para impactar positivamente as entregas do Ibram à Sociedade, tanto no campo finalístico, quanto da gestão. Nesse sentido, o exercício de 2024 deverá ser pautado pela continuidade e aperfeiçoamento de iniciativas estratégicas pactuadas, durante o exercício de 2023, com o Ministério da Cultura e que, pela sua relevância, devem ser incluídas nesta seção.

Importante destacar, contudo, que a execução desse rol de projetos só será levada a bom termo se contar com condições favoráveis do cenário macroeconômico, e, mais especificamente, com disponibilidade de recursos para tanto, o que escapa à governabilidade do Ibram.

O tema da acessibilidade em museus, vincula-se ao Programa Nacional de Acessibilidade Inclusão em Museus, que se encontra em processo de elaboração. Tem como vinculação legal a atribuição do Ibram de emitir recomendações técnicas sobre a matéria e como objetivo a atuação sobre o problema da falta de acessibilidade, inclusão e acolhimento em museus, entidades e coletivos que trabalham com memória. Sua institucionalização permitirá planejar ações de curto, médio e longo prazos, por meio de diferentes atores institucionais e representantes da sociedade civil.

Do ponto de vista da profissionalização da gestão, os principais projetos são a edição de novo decreto que aprove novos Estrutura Regimental e quadro de cargos e funções, com o que esperamos melhorar o desempenho de certas áreas, além de corrigir disparidades entre unidades museológicas. Vale dizer que a última proposta encaminhada ao Ministério da Cultura tem como premissa o não aumento de despesas, e não contempla o conjunto das necessidades de fortalecimento institucional do Ibram. O projeto é um desdobramento, com adaptações, das propostas do Grupo de Trabalho “Reestruturação Organizacional” ao qual fazemos alusão no corpo deste relatório.

Nessa mesma esteira, figuram em nossa pauta como prioridades para o exercício de 2024, a implantação de um sistema de monitoramento de

ações, a revisão e a elaboração de normativos e fluxos e a instituição de grupo de trabalho e contratação de consultoria dedicada à temática dos modelos de gestão.

Por fim, e seguindo uma prática consagrada no âmbito desta autarquia, pretendemos também realizar seleção para os cargos de diretor de 11 museus Ibram.

Do ponto de vista do relacionamento com o campo museal, merece especial atenção a consolidação do Sistema Brasileiro de Museus, o que inclui a criação de Sistemas Estaduais de Museus, a assinatura de acordos de cooperação técnica e convênios com UF's, a realização do programa (Re)conexões e a instituição do Programa Museus Associados.

Outra linha atuação prioritária para o exercício de 2024 é aquela que reúne as temáticas de fomento e sustentabilidade, as quais compreendem a criação de uma Política de Fomento no Ibram e o lançamento de plataforma digital para operacionalização de editais e eventos.

Nessa área, constituem também prioridade para o Ibram, os editais referentes aos Prêmios Darcy Ribeiro de Educação Museal, Pontos de Memória, aos Sistemas, e Modernização, além da Seleção de Projetos - inventários participativos.

No âmbito da gestão de riscos dos acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos nossas propostas compreendem a realização das seguintes ações: a) lançamento do Módulo de Gestão de Acervo – Tainacan; e b) realização da segunda etapa da implementação do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados.

No bojo destas realizações, temos também em vista o aprimoramento da Plataforma Museusbr, que trará como inovações a integração das informações de Pontos de Memória, a inclusão de páginas de pesquisa, e funcionalidades de fiscalização, registro de museus, e o censo e o cadastro de profissionais do setor.

Importante ressaltar também que buscamos institucionalizar uma das competências do Ibram, de sorte que as iniciativas nesse campo também incluem a implementação do Plano de Fiscalização.

E, como parte da agenda internacional do Ibram, vislumbramos a instituição de Rede de Museus Latino Americana e Caribenha.

Alinhada com a proposta de reestruturação organizacional do Ibram, tem-se como prioritária também a criação de uma Coordenação de Infraestrutura e Patrimônio, como necessária instância de suporte a esses processos, que adquirem especial relevância em uma entidade prestadora de suporte a unidades museológicas.

Por fim, a integra também essa linha de atuação a elaboração de projetos executivos das obras priorizadas, a construção dos artefatos para as contratações das obras.

Do ponto de vista da participação social, nosso escopo é restabelecer os circuitos de diálogo com a Sociedade, apoiados, dentre outras evidências, nos resultados da consultoria sobre participação social no setor museal.

Do ponto de vista normativo, nossos objetivos são a reformulação e a criação de instâncias de participação social do Ibram, o que envolve a regulamentação dos seguintes colegiados:

- a)** Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico;
- b)** Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus;
- c)** Comitê Gestor do Programa Pontos de Memória; e
- d)** Conselho consultivo da Política Nacional de Educação Museal.

Além disso, temos em pauta a instituição do cadastro de agentes para participação social do Ibram, que envolve, além da normatização, o desenvolvimento de sistema específico.

O esforço para a reconstituição de canais de conversação passa também pela realização concomitante de três importantes eventos de alcance nacional: o 8º Fórum Nacional de Museus, que acontecerá em Fortaleza – CE, nos dias de 26 a 30 de agosto do corrente ano e que abrigará também o evento Teia da Memória, destinado a reunir os Pontos de Memória e o 2º Encontro Nacional de Educação Museal.

Como coroamento de uma atividade que já se encontra em curso, estimamos também conseguir a aprovação do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM para o período 2024-2034 no decorrer do supracitado 8º Fórum Nacional de Museus.

E, finalmente, tem-se em pauta a criação de mais uma unidade museológica, a saber o Museu da Democracia, cuja concepção resultou dos atos antidemocráticos ocorridos em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

Na linhas de formação, produção de informação, pesquisa, promoção e difusão, as perspectivas para 2024 são a Pesquisa de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros - PEMBrasil (com a inclusão na Plataforma Museusbr e produção de série histórica), o Programa Saber Museu e a realização de oficinas de capacitação.

Por fim, com vistas à requalificação estrutural, a pauta de prioridades prevê, aqui também, a elaboração de projetos executivos das obras priorizadas, a construção dos artefatos para as contratações das obras e a realização de 12 obras de requalificação estrutural dos Museus Ibram.



1.5 - Legislação - principais normas direcionadoras da atuação do Ibram

Quadro 1: Normas direcionadoras da atuação do Ibram

Norma	Ementa
Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências
Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009	Cria o Instituto Brasileiro de Museus
Lei n.º 7.287, de 18 de dezembro de 1984	Regulamenta a profissão de museólogo
Lei n.º 11.328, de 24 de julho de 2006	Institui o ano de 2006 como Ano Nacional de Museus
Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013	Dispõe sobre a destinação de bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus
Decreto n.º 91.775, de 15 de outubro de 1985	Regulamenta a Lei n.º 7.287, de 18 de dezembro de 1984
Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013	Regulamenta dispositivos da Lei nº11.904/2009 e dá outras providências
Decreto de 31 de maio de 2004	Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo
Decreto n.º 11.236, de 18 de outubro de 2022	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ibram
Atos Internacionais	
Declaração do Rio de Janeiro, 1958	Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus
Declaração de Santiago, 1972	"O desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo"
Declaração de Quebec, 1984	"Princípios de Base de Uma Nova Museologia"
Declaração de Caracas, 1992	"A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios"
Código de Ética do Icom para Museus, 2006	
Declaração de Quebec, 2008, sobre a Preservação do <i>Spiritu Loci</i>	

Outras normas: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas>



2. GOVERNANÇA E RESULTADOS DA GESTÃO 2023



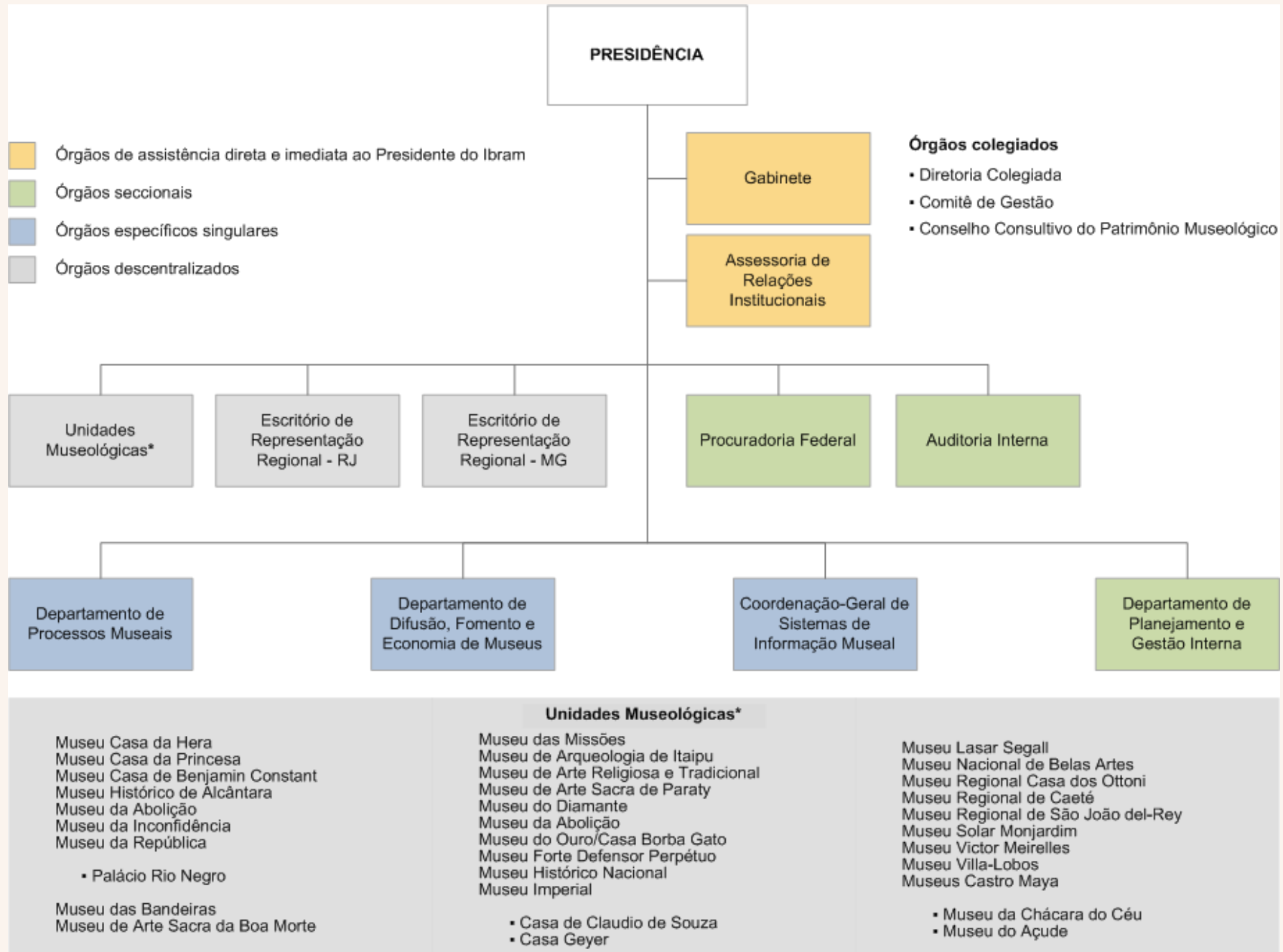
2.1 - Governança e Estrutura Organizacional

Entende-se por Governança o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Os órgãos colegiados do Ibram são fundamentais na proposta de governança, a saber:

- a)** Diretoria;
- b)** o Comitê de Gestão; e
- c)** o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico.

A atual estrutura organizacional do IBRAM foi definida por meio Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022 “que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”. A Estrutura Organizacional do Ibram é constituída pela sede em Brasília/DF, 2 (dois) escritórios de representação regional, localizados nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e 30 (trinta) unidades museológicas, conforme apresentado na Figura a seguir.

Figura 5: Organograma do IBRAM



2.1.1 Do Grupo de Trabalho “Reestruturação Organizacional”

O Ibram passou por reestruturação organizacional recente, a qual culminou na edição do citado Decreto n.º 11.236, de 18 de outubro de 2022. Esse processo, contudo, foi falho no sentido de que as alterações regimentais dele decorrentes não foram resultado de amplo debate com servidoras e servidores desta autarquia. Na busca de superar essa deficiência, a Presidência do Ibram entendeu que um novo processo de reestruturação deveria ser levado a termo mas que, nesta oportunidade, não se restringissem as discussões ao âmbito da Diretoria, do Comitê de Gestão e dos órgãos da sede, mas que fosse extensivo a todos os servidores que dele desejassem participar.

A primeira providência nesse sentido foi a constituição, por meio da Portaria Ibram nº 2.027, de 10 de maio de 2023, do Grupo de Trabalho, denominado “GT Reestruturação Organizacional”, com duração de 120 dias a contar da publicação do ato, e com as atribuições de propor nova estrutura organizacional e quadro de cargos e funções para esta autarquia, tendo-se como premissa a se tratar de reestruturação organizacional sem aumento de despesas.

O GT foi composto por representantes, e respectivos suplentes, dos órgãos e unidades do Ibram, na forma a seguir:

- Presidência do Ibram;
- Departamento de Processos Museais;
- Departamento de Planejamento e Gestão Interna;
- Assessoria de Relações Institucionais;
- Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus;
- Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal ;
- Unidades Museológicas do Ibram (num total de 3 representantes);
e
- Escritórios de Representação do Ibram (1 representante).

O grupo inicialmente validou seu cronograma de atividades e, após o exame da documentação pertinente à temática tratada, deliberou pela aplicação de questionário, encaminhado a todos

os servidores do Ibram, como mecanismo de incentivo ao amplo debate em torno do objeto de trabalho do grupo. Fonte principal de subsídios, essa pesquisa revelou a existência de questões outras, fora do escopo de trabalho ou mesmo da capacidade de resolução do Ibram isoladamente, mas que, pela sua relevância, complexidade e extensão, o GT sugeriu que fossem consideradas para a composição de um portfólio de projetos, cuja execução poderá se estender por mais de uma gestão.

Da pesquisa qualitativa

A fim de assegurar o maior alcance possível da discussão sobre a reestruturação aqui tratada, o GT validou modelo de questionário on line no formato Windows Forms, que foi encaminhado a todos os servidores do Ibram. A pesquisa foi realizada em dois turnos: o primeiro, de 19 a 28/07/2023, contou com 130 respostas; atendendo a pedidos, foi aberto novo período para resposta à pesquisa entre 04 e 06/07/2023, tendo sido recebidos naquela oportunidade 79 questionários adicionais, perfazendo-se um total de 209 contribuições.

Foi pactuado também que, apesar de o questionário conter apenas uma pergunta, os respondentes poderiam enviar tantos questionários quantos fossem os problemas por eles identificados.

Uma classificação preliminar era proposta, compreendendo as cinco categorias de problemas a seguir:

- a)** Sombreamento de processos de trabalho/competências;
- b)** Fragmentação;
- c)** Insuficiência de cargos/unidades administrativas para o atendimento de competências/atribuições/responsabilidade designadas pela estrutura regimental, com acúmulo de responsabilidades na unidade e problemas em relação às entregas a serem realizadas;
- d)** Lacunas no rol de competências/responsabilidades na atual estruturaregimental.Existênciadecompetências/responsabilidades sem cargos correspondentes na unidade; e
- e)** Outros.

Findo o prazo de resposta à pesquisa, constatamos que o fato de haver sido proposto um questionário com respostas abertas deu margem a que emergisse grande diversidade de problemas e de propostas de soluções. Como consequência, o trabalho do GT passou a ser o de examinar o universo de respostas e de soluções propostas, de modo a segmentá-las por Temas, como forma de otimização das atividades do grupo.

Ainda que essa classificação envolva certo grau de subjetividade, procuramos ter como referência a seguinte questão orientadora: “A resposta atende ao escopo da questão ?” E, para os fins daquele trabalho, atender ao escopo significava que a resposta remetia-se diretamente a, pelo menos, um item do Decreto. Caso não atendesse a esse requisito, a resposta seria encaminhada para a Agenda de Gestão.

Por Agenda de Gestão entendemos o conjunto daqueles projetos/ iniciativas que o GT propôs que sejam desenvolvidos a partir dos problemas e soluções indicados pelos respondentes, mas que, pela sua natureza, não são resolúveis por meio dos dispositivos de um decreto de estrutura regimental, ou que não tenham sido objeto de consenso em discussões no âmbito dos subgrupos.

De posse das respostas ao questionário, a atividade seguinte foi a de se categorizarem os problemas e respectivas propostas em segmentos temáticos. A leitura dos depoimentos, revelou dois tipos de diversidade: uma temática; a outra diz respeito ao nível de análise adotado pelo respondente, o que compreende, neste caso, proposições tão díspares quanto a discussão mesma das atribuições do Ibram, e a necessidade de procedimentos operacionais padrão, para a execução de rotinas. Dada essa diversidade, foi necessário estabelecer o primeiro critério de classificação, qual seja: determinar quais propostas seriam passíveis de enfrentamento por meio de alterações na Estrutura Regimental do Ibram.

Em segundo lugar, adotou-se um rol de temas, que não foi previamente especificado pelo grupo de trabalho, mas que emergiu das próprias respostas dos servidores ao questionário. É oportuno frisar que a categorização adotada, por óbvio, envolveu certo grau de subjetividade e, nessa condição, admite outras interpretações. Mesmo porque, em se tratando de questão aberta, sem limitações quanto à extensão do texto, não raro em uma questão podem ser tratados diferentes aspectos do problema. Nesse caso, o que se procurou

foi identificar a ideia central de cada resposta, resultando que, nesta oportunidade, o grupo identificou 22 temas, cujos descritores, quantidade de respostas, e respectivos percentuais, em relação ao total das respostas sistematizadas, apresentamos abaixo. Tendo-se como parâmetro de ordenamento o percentual de respostas a cada tema, apresentamos a seguir síntese dos 8 principais blocos temáticos, os quais correspondem a 82,7% das respostas analisadas.

Tabela 1: Quantitativos e percentuais de respostas por Tema

TEMAS	n.º de respostas	%
1 - Insuficiência de quadros, cargos comissionados, gratificações, capacitações	81	42,4%
3 - Execução Orçamentária, contratações, TEDs, Transferências Voluntárias	28	14,7%
10 - Acervos Musealizados/Tratamento de acervos/Cenedom	11	5,8%
11 - Estratégia Digital/sistemas de informação/informática	9	4,7%
16 - Comitê Correcional	9	4,7%
7 - Planejamento Estratégico, Plano Anual e Plano Museológico, PNSM	7	3,7%
8 - Publicidade/ Campanhas publicitárias de fomento	7	3,7%
2 - Definição estratégica do Ibram: Políticas Públicas x Gestor de Museus	6	3,1%
5 - Competências/papéis dos Escritórios Regionais	4	2,1%
14 - Competências ausentes. Diversidade, Acessibilidade Museal.	4	2,1%
4 - Fiscalização	3	1,6%
9 - Criação de Museus (assessoria técnica)	3	1,6%
12 - Sistema Brasileiro de Museus – Apoio aos sistemas estaduais	3	1,6%
13 - Linha editorial/publicações	3	1,6%
15 - Transferências Voluntárias	3	1,6%
18 - Comitê de Pesquisa, Inovação, avaliação de políticas	3	1,6%
22 - Direito autoral / Receitas Próprias	2	1,0%
6 - Competências Gabinete/AsRel	1	0,5%
17 - Hierarquia da CGSIM	1	0,5%
19 - Empréstimos de bens	1	0,5%
20 - Tipologias do Museus I, II e III	1	0,5%
21 - Sustentabilidade	1	0,5%

Figura 6: Percentuais de respostas por Tema



A partir do conteúdo da tabela acima, fica evidente que o principal objeto de demanda por parte dos órgãos e unidades do Ibram se refere a Pessoas, assim entendidas as necessidades de complementação de força de trabalho, por meio de ocupantes de cargos efetivos, cargos em comissão, gratificações, capacitação e melhor remuneração. O Tema 1 foi citado por 42,4% dos respondentes, num total de 81 menções, o que evidencia a enorme disparidade do quantitativo de respostas em relação ao segundo tema mais importante no âmbito da pesquisa, que reuniu 28 contribuições. As sugestões de solução recorrentes neste Tema são a de realização de concurso público, eventualmente a contratação de colaboradores terceirizados, chamamentos de servidores de outros órgãos para que venham se somar aos quadros do Ibram, criação de cargos em comissão, novo plano de cargos e salários mais atrativo e também a discussão sobre o estabelecimento de critérios objetivos para a alocação de cargos comissionados em museus.

Em certas propostas, a criação de cargos em comissão seria necessária como forma de reconhecimento de atividades que já são executadas e que, pela sua importância e/ou complexidade, justificam a existência de unidade dedicada ou a atribuição de alguma forma de comissionamento aos respectivos responsáveis.

Ao Tema 3, relacionado com a gestão Execução orçamentária, contratações, TEDs e Transferências Voluntárias, foram dedicadas 28 respostas, perfazendo 14,7% do universo, e revela a demanda, especialmente de unidades descentralizadas, com relação a maior autonomia decisória, acompanhada de uma revisão das recentes medidas centralizadoras, que culminaram com a diminuição do número de UASG's e UG's, em que pese a governabilidade parcial do Ibram sobre decisões dessa natureza.

Outro aspecto sensível do tema é o que se relaciona com a gestão dos contratos de obras, com a proposta de que seja sanado eventual sombreamento entre órgãos da sede, com relação a esse tema, como forma de racionalização da gestão de obras em museus; e que as unidades descentralizadas possam contar com mais apoio para a gestão desses empreendimentos, e mesmo com unidade da área-meio dedicada a esse processo.

Do ponto de vista da racionalização de contratos, há indicações de que se realizem aquisições que possam atender a mais de uma unidade descentralizada e que se aplique o mesmo expediente aos contratos de capacitação de modo geral. Na mesma trilha de racionalização, os respondentes ao tema mencionam também a necessidade de que se estabeleçam entendimentos comuns, na forma de fluxos de atividades.

As 11 respostas referentes ao Tema 10, Acervos Musealizados/ Tratamento de Acervos e Cenedom, correspondem a 5,8% do total analisado e os principais achados da pesquisa dizem respeito majoritariamente à necessidade de centralização da gestão dos acervos em área única, e à institucionalização do Cenedom, como unidade.

As questões relacionadas ao Tema 11 (Estratégia Digital/sistemas de informação/informática), correspondem a 4,7% do total de contribuições homologadas, perfazendo 9 respostas. Elas dão conta de aspectos tanto de governança quanto de gestão, e tratam dos seguintes subtemas:

- a)** instituição de um Núcleo de Estratégia Digital; e
- b)** reposicionamento da área de TI no nível dos demais departamentos do Ibram;
- c)** a institucionalização de unidades dedicadas à gestão dos sistemas de informação e ao sistema SEI.

Do ponto de vista operacional, as sugestões apontam para que se estabeleçam padronização de rotinas de dados, como forma de se evitar retrabalho, e fluxos, em nome de maior clareza quanto à atuação de cada unidade envolvida.

A principal questão relacionada ao Tema 16, diz respeito à necessidade de institucionalização de uma unidade dedicada ao processo de Correição, o que vem acompanhado de sugestões com relação à sua natureza: unidade de assessoramento direto à Presidência ou órgão seccional, ficando patente a necessidade de que a coordenação dessa atividade se dê em tempo integral.

No corpo das respostas se encontra também menção à oportunidade de que se revejam os dispositivos da Portaria Ibram nº 327/2021, de forma que se adeque à nova definição de competências/atribuições dos órgãos correcionais, definidos na Portaria Normativa CGU nº 27/2022.

Por proximidade temática, convergem também para este tema as sugestões que advogam a criação de unidades dedicadas aos processos de Ouvidoria e de Integridade.

As respostas ao Tema 7 (Planejamento Estratégico, Plano Anual e Plano Museológico, PNSM) tratam, sobretudo, da definição sobre qual unidade deverá ser responsável pelo Planejamento Estratégico Institucional e pelo Planejamento Anual do Ibram, se Assessoria de Relações Institucionais - ASREL ou Departamento de Planejamento e Gestão Interna. Em paralelo, têm-se a proposta de dinamização das atividades da Assessoria de Gestão Estratégica: primeiramente, em moldes adotados no passado recente, de modo a que essa unidade atue como ponto focal para discussões relacionadas ao tema, tal como prescreve a Portaria Ibram n.º 50, de 27 de janeiro de 2015, deixando-se a ASREL como instância dedicada exclusivamente à assessoria da Presidência para assuntos institucionais; e, em segundo lugar, pela assunção da coordenação dos planos museológicos, em substituição ao Departamento de Processos Museais.

Pertence também a este Tema a discussão sobre a formalização do assento dos Escritórios Regionais no Comitê de Gestão, o que já ocorre na prática.

A questão central no que se refere ao Tema 8, diz respeito, sobretudo, ao relacionamento entre a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM e o Departamento de Fomento e Economia de Museus - DDFEM no exercício de atividades do macroprocesso de comunicação. Essa possível divisão interna de trabalho encontra opiniões divergentes: umas, em prol da centralização das atividades de difusão e comunicação na Assessoria de Comunicação Social ou Gabinete da Presidência; outras pela restauração das competências do DDFEM nesse campo, as quais foram retiradas pelo Decreto 11.236/2022. Em que pese ter sido objeto de amplo debate no âmbito do respectivo subgrupo, a solução para essa temática ainda não é objeto de consenso.

A exemplo do que se deu em outros segmentos, aqui também encontramos pleito pelo reforço da área de divulgação do DDFEM, por meio da alocação de cargos em comissão e da contratação de colaboradores terceirizados.

Por fim, e numa outra esteira, um dos achados da pesquisa foi a sugestão de retirada da coordenação do Comitê Editorial do DPMUS, e a concomitante vinculação da respectiva secretaria executiva à Presidência do Ibram.

O número de contribuições referentes ao Tema 8 foi 7, e o percentual de em relação ao conjunto das respostas pesquisadas foi de 3,7 %.

O Tema 2 (Definição estratégica do Ibram: Políticas Públicas x Gestor de Museus), que contou com 6 contribuições e um percentual de 3,1% das respostas, foi estabelecido a partir da ideia de que é necessária discussão mais ampla sobre o próprio papel da organização. E um dos pontos desse debate seria a dupla atuação do Ibram: gestor de políticas públicas para o setor museal, ao tempo em que também exerce a função de administrador de museus.

A condição de gestor dessas unidades descentralizadas, espalhadas no território também faz surgir duas questões que, se não são resolúveis por meio de um decreto de estrutura regimental, constituem pontos importantes para a futura Agenda de Gestão, e que, por isso, merecem registro, quais sejam: o grau de autonomia desejável para

as unidades descentralizadas e o eventual sentimento de isolamento funcional que se pode constatar em parte das respostas a este tema.

Nesse sentido, uma fração dos respondentes a este Tema acentua a importância de maior aproximação com os órgãos da sede, na forma encontros presenciais, capacitações, visitas técnicas e apoio multidisciplinar às áreas do museu em que atua.

Para concluir, destacamos que os Temas não incluídos na resenha acima, num total de 14, perfazem 17,3% do total de respostas sistematizadas, com percentuais de respostas oscilando entre 2,1% e 0,5%.

A leitura das citadas 209 respostas sugeriu que os problemas levantados fossem organizados em temas e resumidos em questões orientadoras para melhor tratamento das mesmas e busca de soluções. O GT formou então Subgrupos Temáticos para que elaborassem propostas de modificação do atual Decreto de estrutura regimental com vistas à produção de uma nova Minuta de Decreto a ser remetida à Diretoria Colegiada para consideração.

O relatório destaca a importância das respostas oferecidas pelos servidores do Ibram ao questionário aplicado. As 209 respostas além de subsidiarem as questões que levaram ao GT produzir sugestões de aperfeiçoamentos na redação do Decreto da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos da autarquia, oferecem um rico material para a constituição da citada Agenda de Gestão, ou de modernização administrativa do Ibram.

Do ponto de vista da repercussão das propostas na estrutura regimental e no quadro de cargos, salienta-se que o atual limite de cargos disponíveis à autarquia impõe limites estreitíssimos para a concretização plena das competências atribuídas à autarquia. Em um exercício de atendimento a parte das prioridades, a proposta oferecida no “Tema 1: Insuficiência de servidores, cargos comissionados e baixo valor das gratificações, capacitações” se, por um lado, oferece melhores condições a algumas das unidades museológicas vinculadas ao Ibram e corrige urgências acerca da segregação de competências em área-meio, por outro prejudica processos e projetos finalísticos que refletem políticas públicas e não contempla as necessidades de fortalecimento institucional apontadas em diversos pontos do trabalho do GT, como por exemplo dos processos de “execução orçamentária e contratação de bens e serviços e descentralização de recursos”,

fiscalização, assessoria técnica à criação de museus, tratamento dos acervos, gestão estratégica, dentre outros. Assim, ressalta-se que a atual estrutura regimental e quadro de cargos são insuficientes para o pleno cumprimento das competências desta entidade.

Os limites hoje impostos ao Ibram nesse sentido, apontam para a necessidade de implantação de uma estratégia de fortalecimento institucional do Ibram, sem que se retirem competências atribuídas desde a Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que Institui o Estatuto de Museus e da Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, criadora desta entidade. Essa estratégia de fortalecimento institucional requer buscar um maior quantitativo de cargos que viabilizem a implantação dos processos de trabalho referentes às competências da estrutura regimental em vigor, desde a criação da autarquia.



2.2 - Planejamento Estratégico

2.2.1 - Planejamento Estratégico Institucional do Ibram

Importante destacar inicialmente que as discussões referentes ao planejamento estratégico no âmbito do Ibram, usando-se a base metodológica do Balanced Scorecard, utilizada como modelo no âmbito do Ibram em 2023, não são novas, já que este órgão cumpriu, pelo menos, dois ciclos de planejamento: um iniciado em 2013; outro, em 2017, ocasião em que seu Mapa Estratégico foi revisado pela última vez, mas que, posteriormente não foi atualizado ao término de sua vigência em 2020.

A essa constatação vieram se somar os resultados do levantamento de percepção sobre o planejamento estratégico do Ibram, realizado ao final do ano de 2022, por meio do qual se apurou que a maioria do então corpo dirigente do Ibram detinha pouco conhecimento sobre o planejamento estratégico do órgão.

De posse desses achados, e tendo-se em vista a evidente necessidade de se estabelecer direcionamento para as ações do órgão, a unidade de gestão estratégica desta entidade emitiu notas técnicas nas quais são apresentados apontamentos para avaliação do planejamento estratégico do Ibram e o detalhamento dos resultados do citado levantamento e também proposta de trabalho de revisão do planejamento estratégico do Ibram. As linhas gerais dessa proposta são reproduzidas no item “Próximos passos” desta seção.

Na esteira desses fatos, a Presidência determinou que fosse realizado evento dedicado às discussões fundamentais sobre o planejamento no âmbito do Ibram, na forma de um seminário que permitisse a ampla representatividade de servidores e dirigentes das unidades museológicas e da sede.

Em relação ao encaminhamento proposto pela unidade de gestão estratégica, a proposta de Seminário de Planejamento Estratégico, com cerca de 140 pessoas, ampliava em muito o envolvimento do conjunto de servidores das unidades do Ibram, colocando desafios novos de ordem metodológica. A ideia originalmente proposta pela citada unidade foi no sentido de que os trabalhos fossem iniciados junto a uma audiência menor, que discutiria os objetivos estratégicos e a versão preliminar do portfólio de projetos estratégicos, que essas

duas deliberações seriam validadas durante o seminário, e passíveis de alterações, em virtude de eventuais sugestões dos participantes.

Já a proposta apresentada pela Presidência decidiu fazê-lo desde o momento inicial de forma participativa, com a incorporação de servidores que, na proposta anterior seriam envolvidos somente ao longo do processo de planejamento estratégico. Foi nomeada uma comissão de organização do evento, por meio da Portaria IBRAM nº 23 , com representantes do Departamento de Planejamento e Gestão Interna, do Gabinete da Presidência e da Assessoria de Relações Institucionais à qual foi também atribuída a tarefa de oferecer uma proposta metodológica para o Seminário de Planejamento Estratégico, com data de realização proposta para os dias 22 e 23 de novembro de 2023, em Brasília.

Entre os desafios colocados estavam, primeiramente, o de estabelecer uma base de entendimento comum entre servidores com níveis de conhecimento díspares com relação à metodologia empregada para o Planejamento Estratégico Institucional do Ibram. E, em segundo lugar, o de reunirem-se, de forma ordenada, os subsídios a serem formulados a partir de diálogos entre um grande grupo de participantes. Perante tal quadro, as soluções mais viáveis vislumbradas por esta equipe foram, respectivamente, a de que os facilitadores realizassem alinhamento conceitual com os presentes e, em segundo lugar, se segmentarem os participantes em grupos para, com o auxílio de formulários on line, reunirem-se as respostas consolidadas de cada uma dessas equipes. Em cada momento houve a equalização dos resultados e debates em plenária, reunindo o conjunto dos participantes.

As respostas a esses formulários foram consolidadas automaticamente em uma base de dados, o que viabilizou a exibição de resultados em curto espaço de tempo, no decorrer mesmo do evento. No primeiro dia, organizados em grupos espontâneos, os participantes foram convidados a opinar sobre os conceitos a Missão, Visão e Valores do Ibram. No segundo, separados por tipicidade, de modo a manter-se equilíbrio mínimo entre servidores das áreas finalísticas e meio, os grupos responderam a questões relacionadas a um conjunto de Objetivos Estratégicos, destinados a compor o futuro Mapa Estratégico do Ibram.

Após a consolidação dessas respostas, os resultados obtidos foram os seguintes elementos da identidade estratégica do Ibram:

Missão: “Garantir à população brasileira o direito às memórias por meio do fortalecimento dos museus, da gestão dos museus do Ibram, e da valorização do campo museal e seus agentes”.

Visão: “Consolidar o Ibram como referência na gestão museal, considerando o fortalecimento dos seus museus, o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas e a geração e difusão de conhecimento para o campo museal”.

Valores: Diversidade, Democracia, Participação Social, Acessibilidade Universal e Sustentabilidade.

As definições acima, juntamente com os Objetivos Estratégicos também estabelecidos no curso do evento, resultaram na versão do Mapa Estratégico apresentado a seguir. É fundamental salientar que as redações da missão, visão e objetivos estratégicos ainda serão submetidas à análise e sugestões dos servidores do Ibram.

Próximos passos

Feitas estas considerações, apresentamos a seguir conjunto de ações a serem executadas no futuro próximo, com vistas à continuidade da construção do Planejamento Estratégico do Ibram. São elas:

- Elaboração de Plano de Comunicação destinado a disseminar, em caráter duradouro, a mudança no modelo de gestão e as atividades a ele associadas;
- Consulta ao conjunto dos servidores quanto a eventuais sugestões a serem incorporadas às definições de Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos;
- Análise e consolidação de sugestões;
- Estruturação das Equipes de Desenvolvimento (pontos focais nas unidades);
- Validação da versão final do Mapa Estratégico;
- Definição dos alinhamentos entre unidades e Objetivos Estratégicos;
- Construção dos Indicadores Estratégicos do Ibram;
- Construção dos Painéis de Contribuição das unidades Ibram e de seu relacionamento com as respectivas programações anuais. Esta

etapa inclui a definição de objetivos de contribuição específicos, respectivos indicadores e projetos a serem executados por cada unidade, observado o alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Ibram;

- Definição de ações de capacitação destinadas às Equipes de Desenvolvimento;
- Realização de Reuniões de Análise Operacional; e
- Realização de Reuniões de Análise Estratégica.

Principais desafios à implementação do Planejamento Estratégico

A título de considerações finais, destacamos aspectos positivos que identificamos no decorrer do seminário, ao tempo em que apresentamos sugestões que entendemos possam contribuir para que se leve a bom termo o novo ciclo do planejamento estratégico institucional do Ibram, em adição a certas condições favoráveis que, segundo a nossa avaliação, já se acham presentes.

Realizar o Seminário de Planejamento Estratégico em 22 e 23/11/2023 implicou reunir expressivo número de servidores, provenientes de diferentes regiões do país para discutirem os direcionamentos futuros do Ibram e, dentre os resultados decorrentes da realização desse evento, destacamos como mais evidentes: aproximar as unidades descentralizadas do comando da organização, sinalizar a propensão ao diálogo como premissa deste ciclo de planejamento e criar familiaridade com os conceitos básicos do modelo de gestão proposto.

Um dos pressupostos desse modelo é o de que a estratégia da organização deva ser de conhecimento geral e apropriada por todos. Nesse sentido, o caráter participativo do evento, que deverá ser a tônica deste ciclo, poderá contribuir para o sucesso do empreendimento, que será tão mais eficiente, quanto for acompanhado de medidas de comunicação destinadas a disseminar internamente as realizações do Ibram nesse campo, da retroalimentação do planejamento por meio de discussões estruturadas no âmbito de reuniões específicas, do engajamento das equipes, como observado durante o seminário, e da racionalização das ações.

Com efeito, a construção de estratégias pressupõe definir-se o que

fazer, mas também o que não fazer. A propósito disso temos presente a proliferação de ações no âmbito do Ibram e, sobretudo, a necessidade de racionalização desse portfólio, em nome de que se estabeleça foco, não na totalidade daquilo que é executado pela organização, mas naquela parcela de projetos cuja execução bem-sucedida represente avanços sensíveis na qualidade dos serviços prestados à Sociedade e na gestão do órgão. Sendo assim, após a etapa de validação das novas definições de Missão, Visão, Valores e Objetivos, destinados a compor o Mapa Estratégico do Ibram, entendemos necessárias, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

- aproveitarem-se as discussões no âmbito da construção do planejamento estratégico para se identificarem as ações efetivamente prioritárias para a Sociedade e para a gestão do órgão;
- estabelecer-se, ao início de cada ano, calendários de reuniões de análise estratégica que podem, por exemplo, reunir os membros do Comitê de Gestão.
- lançarem-se as bases para que se construa no Ibram expertise no gerenciamento de projetos e processos, e que o uso dessas tecnologias seja prática institucionalizada, como meio de se alcançar maior eficiência na execução de suas ações e na lide com recursos orçamentários;
- ajustes temporais entre as programações do planejamento estratégico e orçamentária, de modo a que se possam aproveitar as sinergias entre esses dois construtos;
- realizar-se a ancoragem das ações do instituto em objetivos e direcionadores estratégicos.

Pelo acima exposto, verifica-se a envergadura e a complexidade associadas ao projeto, razão pela qual é indispensável que, para além das recentes medidas tomadas com vistas ao reforço desta equipe, incorporem-se outros profissionais com experiência comprovada no manejo das tecnologias de gestão necessárias à sustentabilidade dessa iniciativa.

Entendemos, contudo, que esse reforço não poderá se consumir apenas na agregação de novos servidores de nível superior que possam contribuir com as atividades típicas da gestão estratégica, mas que deve também incluir outros servidores e colaboradores que

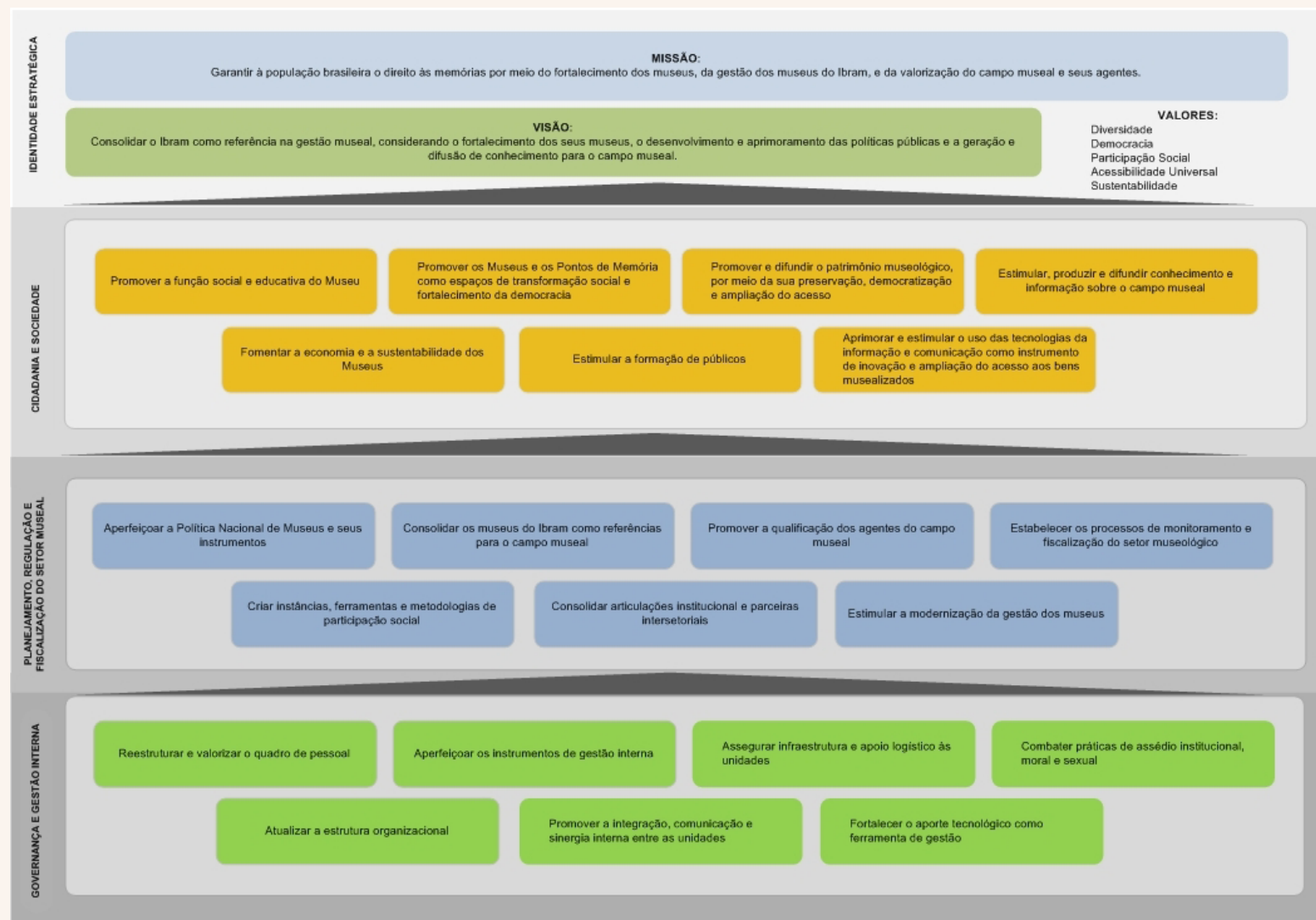
possam prestar apoio administrativo e tecnológico ao processo de gestão estratégica.

E, para concluir, destacamos que a construção de um novo modelo de gestão para o Ibram é construção coletiva cuja continuidade requer, dentre outros requisitos, a capacitação continuada, preferencialmente de quadros efetivos do Ibram. Nesse mister, é fundamental que sejam constituídas no âmbito das unidades, descentralizadas ou não, equipes de desenvolvimento, aptas a atuar tanto como instâncias de interlocução com a unidade de gestão estratégica com as respectivas unidades, quanto como disseminadores das metodologias a serem utilizadas no processo de construção deste novo ciclo de planejamento.

2.2.2 - Mapa Estratégico

A seguir apresenta-se o Mapa Estratégico, fruto do trabalho de revisão do Planejamento Estratégico do Ibram e seus elementos estruturantes.

Figura 7 : Mapa Estratégico do IBRAM (Nov.23)





2.3 - Programas, Projetos, Ações e Atividades

Os macroprocessos finalísticos representam a essência da missão institucional do Ibram e estão voltados para a prestação e disponibilização de serviços e produtos da organização diretamente para o cidadão e a sociedade. Em linhas gerais, essas atividades finalísticas são suportadas pelos processos de gestão interna do Instituto, definidos a partir de sua cadeia de valor e alinhados ao Mapa Estratégico do órgão. Por meio de várias iniciativas de modernização administrativa, o Ibram está comprometido com a busca constante no sentido de otimizar e simplificar a gestão desses processos internos que potencializam as entregas para a sociedade. Ao desenvolver suas atividades o Ibram busca a simplificação, a racionalização e a melhoria contínua de seus processos com o propósito de melhorar o seu desempenho propiciando resultados concretos para os usuários de seus serviços, de forma específica, e para a sociedade, de modo geral.

A seguir é apresentada uma lista consolidada de programas, projetos, ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Ibram em 2022, com resultados e metas para 2023.

2.3.1 - Política Nacional de Educação Museal - PNEM

A Política Nacional de Educação Museal – PNEM, instituída pela Portaria Ibram nº 422 de 2017 e posteriormente revisada e revogada pela Portaria Ibram nº 605, 2021, visa à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil. Reúne orientações gerais dispostas em 5 6 princípios e 19 diretrizes, resultantes de um longo processo de diálogo com as pessoas que integram e constroem a educação museal desenvolvida no Brasil, levando em conta:

- a) as bases conceituais da educação museal e de áreas do conhecimento afins; as estruturas necessárias ao desenvolvimento do campo, incluindo aspectos legais, normativos, logísticos, de recursos materiais e orçamentários;
- b) a participação na gestão da instituição, a formação e qualificação de educadores;

- c) a promoção e difusão de conhecimentos produzidos pela área educativa do museu;
- d) o estímulo a estudos e pesquisas em educação museal;
- e) o desenvolvimento de estudos de públicos das atividades educativas; e
- f) a promoção da acessibilidade.

As ações da Comuse voltadas relacionadas à Educação Museal são sempre ações de implementação da política, respostas concretas às demandas apresentadas por educadores museais brasileiros expressos no texto da portaria ou nas mobilizações relacionadas à sua realização. É o caso dos itens que constam da Carta de Porto Alegre: em 2023, 3 das 5 ações requeridas em 2017 foram realizadas, com a perspectiva de que as 2 restantes sejam realizadas em 2024.

Valor: R\$ 1.825.858,64

- Coordenação do GT de Educação Museal do Ibram (GTEM), recriado pela Portaria Ibram nº 1501, de 30 de agosto de 2022 e integrado por servidores nomeados na Portaria Ibram nº 1957, de 06 de abril de 2023, para a construção de ações, projetos e programas integrados de educação museal no Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, com:
 - realização de 09 reuniões do GT, sendo 04 ordinárias, 04 extraordinárias e 1 encontro presencial no âmbito do EMUSE;
 - participação na realização das sessões mensais do Grupo de Estudos do GTEM – foram realizadas 07 reuniões do GE em 2023;
 - preparação e disponibilização do relatório com os resultados do Mapeamento Temático sobre Práticas Educativas dos Museus Ibram - triênio 2019-2021;
 - coordenação da participação do GT no EMUSE (pareceristas dos trabalhos enviados para apresentação, coordenação de GTs de Revisão da PNEM, organização e apresentação de trabalhos no Encontro do GT Educação Museal) e nas etapas do Edital de Intercâmbio;
 - instrução processual para inclusão da documentação produzida pelo GT (comunicações, memórias e atas de reunião, apresentações, relatórios).

2.3.2 - Programa Saber Museu

O programa Saber Museu consiste na integração e evolução de diferentes esforços já empreendidos pelo Ibram para a capacitação e a qualificação dirigidas à área museológica e tem por missão a “difusão de conhecimento relevante para o desenvolvimento do setor museal e para o aprimoramento de sua gestão”. A formação e a capacitação técnica dos profissionais que atuam no campo museal é uma demanda permanente e está presente nas ações prioritárias do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) desde a sua criação. Inicialmente, a atuação do Ibram nessa área esteve concentrada na oferta de oficinas presenciais, que foram fundamentais para a articulação dos profissionais do campo museológico e contribuiu para a construção de posteriores redes e organizações da sociedade civil. Entre 2003 e 2012, foram realizados, pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/Iphan) e, posteriormente, pelo próprio Ibram (criado em 2009), 569 encontros, que capacitaram aproximadamente 30.000 participantes.

Tendo em vista as dificuldades impostas pela vasta abrangência geográfica dos museus pelo Brasil e a necessidade de uniformização de conteúdo, o Instituto se dedicou a redesenhar seu programa de formação voltado para o campo museal, priorizando a modalidade de educação a distância (EAD).

O Programa constitui um importante instrumento para a melhoria de gestão nas instituições museológicas e para a valorização do patrimônio museológico como um todo. O Saber Museu contempla uma rica diversidade de temas relacionados ao campo museal e lança mão de um conjunto variado de materiais instrucionais, tais como publicações, vídeos, animações, podcast, cursos EAD, disponíveis em diferentes plataformas virtuais, cujo público alvo são os profissionais que atuam em museus ou que queiram atuar, com destaque para estudantes de museologia e áreas afins. Abrange ainda a realização de capacitações presenciais pontuais, a serem realizadas por meio de parcerias.

A partir dessa perspectiva de ampliação de seu alcance, da diversificação e melhoria da qualidade dos produtos de difusão, o Ibram pretende consolidar-se como referência na formulação e no desenvolvimento de política de difusão de conhecimento para o setor

museal, sendo reconhecido, pelo campo, como polo de excelência nessa área.

Valor: R\$ 135.608,00

Foram desenvolvidas as seguintes atividades no ano de 2023:

- Atualização dos cursos “Acessibilidade em museus” e “Para fazer uma exposição”.
 - Os cursos lançados em 2019 foram revisados pela equipe em 2023, a partir de questões que tinham sido levantadas por alunos, e de forma a corresponder às normas atualizadas sobre os respectivos assuntos. No caso do curso “Acessibilidade em museus”, também foi observado um relatório elaborado em 2020 pela Coordenação-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva no antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- Desenvolvimento de materiais instrucionais por meio de parceria atualmente estabelecida com a Enap dos saberes acumulados pelos profissionais da área.
 - Formalização de novo TED com a ENAP; Acompanhamento do desenvolvimento de 2 cursos: Gestão de riscos e Elaboração de projetos para captação de recursos; Migração do conteúdo do site do Saber Museu para a plataforma GOVBR; Ajustes finais e lançamento de 3 cursos em cooperação com a ENAP, na ocasião do Emuse: Educação Museal - Referenciais Teóricos Conceitos e Pesquisas, Educação Museal -Educação Museal: histórico e práticas e Acervos Digitais; Tratativas internas para realização da live de lançamento em junho/2023; Lançamento de 1 curso traduzido em espanhol: Educación Museística:Marco Teórico, Conceptos y investigación.

2.3.3 - Programa Pontos de Memória

O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira.

Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura. Entre as iniciativas de valorização dos Pontos de Memória está a publicação de Editais específicos à valorização dessas iniciativas de cunho social.

No ano de 2023 foram realizadas as seguintes ações:

- 4º Prêmio Pontos de Memória - Edição Helena Quadros, com 100 ações premiadas. O edital tem como finalidade reconhecer e premiar práticas em museologia social e processos museais comunitários que tenham contribuído para a identificação, registro, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial de grupos, povos e comunidades representativos da diversidade cultural brasileira.
- A certificação como Ponto de Memória é a titulação concedida pelo Ibram, nos termos da Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021, a entidades culturais e coletivos culturais, com o objetivo de reconhecê-las como Pontos de Memória. Em outras palavras, trata-se do reconhecimento, por parte do Ibram, de que a entidade ou coletivo cultural “apoia e/ou desenvolve programas, projetos e ações de museologia social para a identificação, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial de comunidades específicas, visando ao reconhecimento e à valorização da memória coletiva”. O serviço visa habilitar entidades culturais e coletivos culturais para a participação nas políticas públicas destinadas ao Programa Pontos de Memória; além disso, garante uma chancela institucional que pode ser importante para a obtenção de apoios e parcerias. As entidades culturais e coletivos culturais certificados como Pontos de Memória passam a integrar o Cadastro Nacional de Pontos de Memória;
- A nova plataforma de certificação foi lançada no início do ano, com campanha de divulgação mais intensa a partir do lançamento do Edital Pontos de Memória, com o recebimento de várias centenas de solicitações de certificação. A previsão em regimento interno é que o processo de certificação ocorra em fluxo contínuo, mas na prática a equipe processou apenas as solicitações feitas até o dia 20 de julho de 2023 (prazo limite para solicitação de certificação para fins de participação no Edital Pontos de Memória). Até o momento, o Ibram certificou 492 Pontos de Memória, consolidando a presença do programa

em todos os 26 estados e no Distrito Federal, sendo; 190 na região Sudeste; 163 na região Nordeste; 54 na região Sul; 44 na região Norte; 37 na região Centro-Oeste; 2 exclusivamente virtuais; e 2 no exterior (Bruxelas e Viena).

- Revisão da Portaria nº 579 - Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do I Encontro Nacional de Educação Museal com o propósito debater temas relacionados à museologia social tiveram como objetivo principal retomar e fortalecer o processo participativo e a gestão compartilhada que têm sido características fundamentais do Programa Pontos de Memória desde sua criação.

- Os GTs estabelecidos no Emuse trabalharam sobre a análise e revisão das normas que regem o Programa Pontos de Memória, as quais foram atualizadas sem que fossem propiciadas as condições para um abrangente processo de consulta pública. Outro aspecto relevante das discussões nos Grupos de Trabalho girou em torno da formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social, e do levantamento de propostas para a elaboração do Plano de Ação do Programa Pontos de Memória para 2024.

2.3.4 - Programa de Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro

Lançado em 2013, é amparado nas bases e competências legais do Ibram, especialmente no que diz respeito à preservação e à segurança do patrimônio museológico. Possui o objetivo de subsidiar as estratégias do Ibram e orientar os museus brasileiros no que diz respeito ao planejamento de ações que visam minimizar perdas frente aos riscos e as ameaças mais comuns que podem afetar tanto os prédios onde estão instalados quanto suas coleções. Em 2021, após um período de implementação de ações e recomendações dos órgãos de controle, o Programa foi revisado e formalizado, por meio da Resolução Normativa nº 03, de 28 de julho de 2021. Apesar de ser revisado em relação às competências que lhe foram atribuídas, o Programa manteve sua base metodológica (ciclo da gestão de riscos adaptada a área de patrimônio e museus) e permanece com 4 eixos estruturantes, que foram revisitados de modo a evidenciar a necessidade de atuarmos em estratégias não só preventivas, mas também de respostas aos riscos:

EIXO I – Governança e Articulação: reúne as diretrizes, estratégias e ações para a implementação integrada do Programa em

sua interlocução com todas as áreas do Ibram, com o campo museológico;

EIXO II – Planejamento e Prevenção de Riscos: reúne as estratégias e ações quanto às orientações para o planejamento e prevenção de riscos aos bens musealizados;

EIXO III - Monitoramento e Controle de Riscos: reúne as estratégias e ações para o monitoramento dos riscos aos bens musealizados, tendo em vista a melhoria da eficiência e da sustentabilidade do controle e tratamento dos riscos; e

EIXO IV – Resposta a Emergências: reúne as estratégias e ações para as respostas a situações de emergência nos museus brasileiros, considerando a contenção de perdas de valor de bens musealizados e recuperação de danos, incluindo-se o CBMD e o Banco de Voluntários).

Nesse sentido, este é o Programa basilar que está sob a responsabilidade da Coordenação de Preservação e Segurança – COPRES, e que agrega todas as ações que são implementadas por aquela equipe.

No ano de 2023-merecem destaque as seguintes ações:

- Articulação com os sistemas estaduais de museus e difundir o Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.
 - Ação vinculada ao Eixo I do Programa de Gestão de Riscos, a iniciativa consistiu na realização de reuniões com dois sistemas estaduais de museus: RJ e SC, visando a difusão das ferramentas que são executadas pelo Programa, especialmente o Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos - CBMD e o Banco de Voluntários para Situação de Emergências, além da própria promoção da metodologia de gestão de riscos para museus. A ação teve como fruto a realização de duas oficinas de capacitação com o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, sendo uma física, realizada na cidade de Florianópolis, entre os dias 30/08 e 01/09/2023, e uma virtual, entre os dias 3 e 5 de outubro de 2023, por meio da Plataforma Teams.
 - Implementação do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ibram e o IFRJ
 - Ação vinculada ao Eixo I do Programa, cujo objetivo é subsidiar os museus Ibram de ferramentas para a gestão de riscos dos acervos musealizados. Nesse sentido, em 2019 foram

iniciadas as tratativas entre o IFRJ e o Ibram. Após um período de arranjos burocráticos, o ACT foi assinado em junho de 2020, com vigência até junho de 2022 e depois ampliado até junho de 2024. O objeto do ACT consiste no desenvolvimento de análises físico-químicas aplicadas aos bens culturais musealizados, pertencentes aos acervos dos museus administrados pelo Ibram, especialmente da tipologia pintura. Ainda, há previsibilidade de ações de capacitação, tanto da equipe da unidade museológica, quanto a promoção de seminários e simpósios sobre a temática.

- Em 2023, o Museu Chácara do Céu e o Museu da Abolição receberam a equipe do IFRJ, por meio do Laboratório Móvel e ainda, foi possível participarmos do I Simpósio Brasileiro de Investigação Científica, que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 23 de junho (<https://patrimonioculturalifrj.com.br/>). Na ocasião a Coordenação acompanhou as discussões e servidores dos museus Ibram apresentaram resultados das análises realizadas em bens culturais das suas respectivas unidades. Além disso, motivados pelo tema e avaliação do IFRJ, o Museu Victor Meirelles editou a Revista Ventilando Acervos com o tema do ACT, nessa ação a Copres participou com a redação de um artigo científico narrando a importância desse Acordo e as perspectivas para a gestão de riscos (<https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/07-Leonardo.pdf>). Observa-se ainda que, essa ação teve como desdobramento maior a formalização do TED com o IFRJ.

- Parceria entre o Ibram e o Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ para a gestão de riscos, com o objetivo de desenvolver ferramentas técnicas, com o uso de novas tecnologias, que subsidiem a gestão de riscos nos museus Ibram, no valor de R\$ 664.794,90;

- Ação vinculada ao Eixo I do Programa, teve como objetivo a formalização de Termo de Execução Descentralizada – TED, com o Instituto Federal do Rio de Janeiro, que tem como objeto o desenvolvimento de software e hardware para subsidiar a investigação científica de bens culturais nos museus administrados pelo Ibram, permitindo a realização de análises físico-químicas em obras de arte, bem como o processamento técnico dos dados resultantes e sua difusão. Além do desenvolvimento

dessas tecnologias estão previstas neste acordo atividades de capacitação de recursos humanos. A partir das atividades será possível fomentar o campo de investigação científica de obras de arte no Brasil. O Plano de Trabalho tem vigência até julho/2026. Processo: 23270.002368/2023-22

- Desenvolvimento de Curso EAD de Gestão de Riscos

- Ação vinculada ao Eixo II: Planejamento e Prevenção de Riscos, do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, cujo objetivo é produzir um curso de capacitação sobre a metodologia de gestão de riscos para acervos musealizados, na modalidade EAD, no âmbito do Programa Saber Museu. A ação está sendo desenvolvida entre COPRES e COMUSE e conta com a colaboração voluntária de especialistas externos (professores universitários e profissionais do setor cultural).

- Ação realizadas em 2023: institucionalização do GT para desenvolvimento do curso, por meio da Portaria Ibram nº 2117, de 12 de junho de 2023 (Processo: 01415.001728/2022-63); articulação e produção de convites para especialistas externos; redação do conteúdo do curso; reuniões de diálogo e monitoramento junto aos especialistas externos. A ação está em andamento. O curso está em fase de produção e a expectativa é que ele seja lançado e fique disponível na Plataforma EVG, em 2024.

- Lançamento da Cartilha de Emergência: “Respondendo a emergências: orientações gerais para a implantação de forças-tarefas em museus”, que tem como objetivo, orientar os museus brasileiros uma quanto à formação de forças-tarefas, para atuação em situações de emergência, tais como incêndios, enchentes, etc. Essa publicação está vinculada ao Eixo IV – Resposta a Emergências do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.

- Elaboração de relatório de segurança nos museus Ibram com o objetivo de realizar uma pesquisa diagnóstica com os museus Ibram, de modo a consolidar informações sobre o uso de vigilância armada e desarmada nas unidades museológicas.

- Elaboração e disponibilização de formulário para preenchimento por parte dos museus Ibram, consolidação dos

dados e elaboração do relatório e posterior divulgação dos resultados, por meio do SEI e página do DPMUS no “extranet”.

- **Resumo das análises:**-observou-se que o número de museus que possuem contratos de vigilância armada é superior ao número de unidades com contratos de segurança não armada. Esse é um dado passível de discussão interna, de modo que possamos realizar o levantamento de fatores que justifiquem o uso das armas nesses locais. Isso porque, para além do dado quantitativo, há sinalização de que os respondentes consideram essencial o uso dessa vigilância armada. Por isso, é importante que o tema seja mais bem explorado, e que outras pesquisas sejam viabilizadas para entender os cenários, levando-se em consideração que cada museu Ibram está inserido em contextos socioculturais diferentes, possuem dimensões e acervos distintos, e por conseguinte, as demandas também precisam ser tratadas de forma diferenciada. O levantamento mostrou também que, grande parte dos museus não contam com setores específicos para tratar da segurança nas suas estruturas. Aspecto que pode ser justificado pela insuficiência de recursos humanos e cargos para implementação dessas competências específicas, que ultrapassam as atribuições dos funcionários contratados para vigilância.
- Contratação de consultoria para o desenvolvimento de estudos para criação de Fundo de Emergências para os museus brasileiros, no valor de R\$ 60.000,00.

2.3.5 - Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos - CBMD

O Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos - CBMD foi lançado em dezembro de 2010, com intuito de atender um ponto sensível da questão de segurança em museus, a evasão de acervos e por consequência ser uma ação de resposta ao tráfico ilícito de bens culturais. Tem, portanto, a finalidade de consolidar e divulgar informações que favoreçam à localização e recuperação de bens musealizados ou declarados de interesse público. É uma base de dados de busca, composta por metadados que são baseados no “Object ID”, onde é possível identificar fisicamente o item perdido, inserir imagens e informações sobre a instituição proprietária.

O Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos (CBMD) é uma base de dados instituída pelo Decreto n.º 8.124/13. Tem como finalidade consolidar e divulgar informações que favoreçam a localização e recuperação de bens musealizados e declarados de interesse público que estejam desaparecidos. O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) incentiva os museus brasileiros a utilizarem o CBMD para difundir informações sobre acervos musealizados ou declarados de interesse público que tenham sido roubados, furtados ou extraviados. No ano de 2023 houve a reestruturação e lançamento do Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos – CBMD. O desenvolvimento da nova versão do Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos (CBMD) seguiu a estratégia de utilização da plataforma em software livre WordPress, que já é utilizada no desenvolvimento da aplicação Tainacan.

A expertise aportada ao Ibram a partir da cooperação com as universidades federais, e o aproveitamento da equipe formada pelas universidades para compor o núcleo de suporte e desenvolvimento (LabDev), constituem elementos estratégicos para a efetivação deste modelo de gestão em inovação, importado da academia. Nessa ação conseguimos realizar a extração dos dados da base antiga, assim como o seu tratamento e uniformização. A partir daí, todas as informações foram transferidas para o sistema Tainacan e depois desenvolvido o site próprio

Ainda, toda a identidade visual (criação de logomarca, revisão da página do site etc.) foi realizada. O lançamento ocorreu em 18 de dezembro de 2023, por meio de uma live veiculada pelo Canal do

Ibram no Youtube, onde foi possível reunir representantes do IPHAN para apresentações sobre o Banco de Bens Procurados – BCP e o SONДАР/MPMG (sistema de resgate de bens culturais desaparecidos), respectivamente, como uma estratégia de discutir o tema e incentivar os museus e interessados a colaborarem na luta contra o tráfico, além de possibilitar o esclarecimento de questionamentos técnicos sobre o tema. A live está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VmQuZvj2gpU>. Ressalta-se que em maio de 2023, conseguimos disponibilizar o cadastramento de dados no CBMD em serviço na Plataforma Gov.BR

Também ocorreu a automação dos serviços de Cadastro de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos - CBMD via Plataforma Gov.Br, os serviços de cadastramento de bens musealizados desaparecidos na base de dados do Ibram, bem como inscrever voluntários para atuação em situações de emergência, em museus. Esses serviços foram desenvolvidos em parceria com a equipe do Transforma.Gov, do então Ministério da Economia. Importante ressaltar que essa automação possibilitou um aperfeiçoamento da relação do Ibram com os públicos desses dois serviços. A partir desse momento, os cidadãos apresentam tais demandas via sistema e não mais por e-mail, permitindo o recebimento de número de protocolo, com prazos de respostas. Para o Ibram, essa ação permite melhor recuperação e consolidação dos dados recebidos. Os serviços foram lançados aos públicos em 10/05/2023, junto com o lançamento da Cartilha de Emergências, e está disponível na Plataforma Gov.Br, por meio dos links: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-bens-culturais-musealizados-desaparecidos> e <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-como-voluntario-para-situacao-de-emergencia-em-museus>.

2.3.6 Gestão Museológica

Assessoramento técnico ao campo museal brasileiro, com parâmetros para: documentação de acervos, incluindo inventário, cessão de uso, destinação, aquisições e descartes de bens culturais de caráter museológico; plano museológico e fiscalização.

- Realização de 3 capacitações à distância, em Plano Museológico; e
- Atendimento de solicitações do campo museal brasileiro, nos segmentos de trabalho da CAMUS (e-mails, telefonemas e mensagens em mídias sociais).

2.3.6.1 Fiscalização

A fiscalização e aplicação de penalidades referente às atividades desenvolvidas pelos museus ou por responsáveis pelos bens declarados de interesse público, de que trata a Lei nº 11.904, de 2009, deve ser realizada pelo IBRAM, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O Plano Anual de Fiscalização disciplina a atividade de fiscalização das ações desenvolvidas pelos museus e por responsáveis pelos bens declarados de interesse público no âmbito do Ibram. Durante o ano de 2023 foi aprovado o Plano Anual de Fiscalização - 2024, pela diretoria Diretoria Colegiada do Ibram, e posteriormente publicado. No atendimento às demandas de fiscalização, por órgãos de controle, foi elaborado o fluxo e a implementação de ações estruturantes de fiscalização. Houve também a contratação de consultoria especializada para elaboração de materiais instrucionais e educativos, no valor de R\$ 60.000,00, e a elaboração de proposta de Acordo de Cooperação Técnica - ACT Ibram/Iphan, visando ações em conjunto para a área de fiscalização.

2.3.6.2 Plano Museológico

O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Compete ao Ibram elaborar, divulgar e manter atualizado material com recomendações técnicas relacionadas à elaboração do plano museológico. As unidades museológicas do Ibram elaboraram os respectivos Planos Museológicos. No conjunto são 1.417 ações distribuídas entre os seguintes Programas Temáticos:

- a)** Preservação e Restauração de Acervos;
- b)** Acessibilidade;
- c)** Qualificação arquitetônica e urbanística;

- d)** Ações de Comunicação;
- e)** Exposições;
- f)** Projetos Educativos e Culturais;
- g)** Financiamento e Fomento a Museus;
- h)** Gestão de Documentos;
- i)** Gestão de Pessoas;
- j)** Desenvolvimento Institucional;
- k)** Projetos de Pesquisa;
- l)** Segurança Interna; e
- m)** Sustentabilidade Socio-ambiental.

No ano de 2023 foram realizadas as seguintes ações:

- Avaliação dos Planos Museológicos dos museus do Ibram.
 - Monitoramento em Cumprimento da “Meta 3 do Eixo 2”, do Acórdão TCU 1.243/2019 - Plenário (unidades notificadas: Museu Casa da Hera, Museu Imperial, Museu da Inconfidência, Museu de Arte Sacra de Paraty, Museu do Ouro, Museu Histórico Nacional, Museu da Abolição, Museu Histórico de Alcântara, Museu das Missões, Museu Casa Benjamin Constant e Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio).
- Concepção e divulgação da publicação técnica: “Qualificação de Gestores e Equipes na Elaboração, Implementação e Atualização de Planos Museológicos”, com divulgação virtual no site eletrônico do Ibram
- Realização de oficinas de capacitação, para equipes técnicas e gestores de museus, para elaboração de Planos Museológicos.
 - 1 (uma) oficina realizada com instituições museológicas de Diamantina/MG e outros Estados convidados;
 - 1 (uma) oficina realizada com instituições museológicas vinculadas a Secretaria Estadual de Cultura do Amapá/AP; e
 - 1 (uma) oficina realizada com a Associação Amigos do Museu de Araguaína/TO.

2.3.7 - Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados - INBCM

Compete ao IBRAM regular, coordenar e manter atualizado para consulta o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados. Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

Foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Desenvolvimento, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, TED nº 4/2023, com valor de R\$ 500.00,00, de um sistema para prover automação informacional do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados - INBCM, para o Ibram.
- Consultoria especializada, no valor de R\$ 90.000,00, para implementação do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados (INBCM), com o objetivo de realizar a análise de contexto, estudos preliminares, mapeamento de riscos e facilitação de processos em apoio ao Ibram no desenvolvimento de proposta de metodologia para a implementação do Inventário Nacional de Bens Culturais (INBCM).

2.3.8 Documentação Museológica

A documentação museológica compreende prestar ~~Prever~~ orientação prática para as equipes de museus, no tocante aos métodos e técnicas que envolvem a elaboração e gestão de documentação de acervos de natureza museológica.

As atividades desenvolvidas no ano de 2023 foram:

- Análise técnica das solicitações de cessão de uso - onerosa ou não onerosa - dos museus do Ibram, com a elaboração de pareceres técnicos e monitoramento dos processos gerados pelos museus Ibram; e
- Contratação de consultoria, via PRODOC- OEI, para elaboração de material técnico visando publicação, no valor de R\$ 40.000,00

2.3.9 Destinação de Bens Culturais Apreendidos pela Receita Federal do Brasil - RFB.

Destinação de bens culturais apreendidos pela RFB, aos museus públicos brasileiros, em cumprimento da Lei nº 12.840/2013. Até 2023, 3.081 bens culturais já foram destinados aos museus brasileiros.

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2023 foram contatos entre a equipe técnica, Receita Federal e museus, visando abertura de processos administrativos, que compreendem as seguintes etapas:

- 1) Recebimento notificação;
- 2) Fase de Consultas;
- 3) Manifestação;
- 4) Retirada;
- 5) Transferência patrimonial; e
- 6) Encerramento.

2.3.10 Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais

Nesse campo, as principais ações do departamento foram as participações nos seguintes eventos:

- a) reuniões dos Comitês de Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Técnico de Museus (Mercosul Cultural);
- b) oficina sobre o Tráfico Ilícito de Bens Culturais (UNESCO); e
- c) reuniões visando a criação de um comitê nacional sobre tráfico ilícito de bens culturais.

2.3.11 - Programa Nacional de Acessibilidade e Inclusão em museus

O Programa Nacional de Acessibilidade e Inclusão em museus está em processo de elaboração. Tem como vinculação legal do Ibram sua atribuição nas recomendações técnicas sobre o tema e como objetivo a atuação sobre o problema da falta de acessibilidade, inclusão e acolhimento em museus, entidades e coletivos que trabalham com memória. Sua institucionalização permitirá planejar ações de curto, médio e longo prazos, por meio de diferentes atores institucionais e representantes da sociedade civil. As principais medidas executadas durante o exercício de 2023 foram as seguintes:

- Contratação de consultoria técnica para subsidiar a estruturação do Programa de Acessibilidade e inclusão de museus, com o objetivo de subsidiar a estruturação e gestão desse programa a partir de um diagnóstico do setor, de forma a se obter parâmetros do impacto das ações implementadas pelo Programa nos museus e entidades de memória, no valor de R\$ 50.000,00, consultoria finalizada com a entrega e aceitação do produto pela área demandante.
- Institucionalização de Grupo de Trabalho para estruturar Programa de Acessibilidade e inclusão de museus. A criação do Programa de Acessibilidade e Inclusão em Museus surge pela atribuição legal do Ibram no estabelecimento de políticas públicas para o setor museológico, na elaboração e atualização de recomendações técnicas relacionadas à acessibilidade em museus. Como metodologia inicial de construção desse Programa, a Cema, realizou em 2023 algumas etapas que consistiram em: primeira, pesquisa sobre a fundamentação legal da temática, incluindo a realização de uma série de reuniões com equipes responsáveis por programas/políticas implantados no Ibram e no Governo do Distrito Federal, como forma de identificar, documentar e disseminar as boas práticas para a construção de um programa institucional; segunda, contratação de consultoria técnica para subsidiar a estruturação do Programa de Acessibilidade e inclusão de museus e terceira, criação de um grupo de trabalho interno. O GT foi formado priorizando pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; representantes com conhecimento e/ou experiência de atuação no tema; e uma composição multirregional.

- Ao longo do ano foi publicada a Portaria Ibram nº 2.323, de

05 de setembro de 2023 (2171615), que institui o GT e estabelece sua principal competência que é a de elaboração de minuta de institucionalização do Programa com suas diretrizes e eixos estruturantes. Considerando os critérios estabelecidos na portaria, a composição do GT foi definida a partir da participação e interesse de servidores, decorrente de um convite encaminhado pelo e-mail da Lista Geral. A composição foi formalizada em 02/10/2023 por meio da Portaria Ibram nº 2.375, de 02 de outubro de 2023 (2205065) e foram realizadas cinco reuniões do GT até o mês de dezembro. O GT definiu até o momento: a) o principal obstáculo à criação do Programa; b) diagrama com as principais causas; c) público-alvo; e d) princípios e Objetivos do Programa. A memória dos trabalhos do citado GT consta do processo 01415.001159/2023-37. Museu da Democracia

A idealização do Museu da Democracia surgiu para garantir espaço de reflexão sobre a história da democracia no país e as lutas do povo brasileiro, reafirmando sua diversidade sociocultural. O anúncio de sua construção na Esplanada dos Ministérios foi realizado durante o Seminário “Memória e Democracia”, em setembro de 2023. Após um ano da data dos atos antidemocráticos, o Ibram lançou o repositório digital do Museu da Democracia, espaço virtual para sistematizar, organizar e difundir um catálogo de memória e desenvolvimento de coleções da sociedade civil sobre a democracia contemporânea do país. Usando a tecnologia de software livre Tainacan, o Museu da Democracia estreia com exposição virtual com curadoria e um memorial sobre o 8 de janeiro de 2023. A partir de novas estratégias e práticas informacionais, o Ibram propõe a versão digital do Museu da Democracia como um espaço de experimentação e desenvolvimento de novas formas de musealização que reconhecem a Internet como espaço social e cultural fundamental para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Houve ainda a elaboração de Anteprojeto do museu, documento preliminar, que reúne as definições e conceitos que subsidiam a implementação do Museu da Democracia e contempla os critérios e etapas necessárias para a criação da instituição.

Foram realizadas reuniões internas e externas, elaboradas Notas Técnicas, cronogramas e o anteprojeto como produto final. Além

disso, foi concebida campanha de mobilização do setor acerca do tema, cuja divulgação ocorreu conjuntamente ao lançamento do Repositório do Museu da Democracia.

2.3.12 - Arquitetura de museus

Os museus, na condição de instituições com fazeres e finalidades próprias, têm demandas específicas que se relacionam diretamente com o meio físico que ocupam. A sistematização desse conjunto de necessidades funcionais e sociais de um museu no espaço é a chamada Arquitetura de Museus. O estudo da arquitetura de museus surge com intuito de fortalecer a interação entre o acervo e o edifício, sendo ferramenta essencial na compreensão do espaço físico como constituinte da unidade museológica e suas exposições, programas e públicos. A Arquitetura de Museus, considera também a integração junto à sociedade e mecanismos de desenvolvimento do museu como espaço cultural, urbano e comunitário. Além de possibilitar melhor atendimento às exigências museológicas das diferentes disciplinas e atividades, essa área de conhecimento ainda fornece elementos de investigação e pesquisa que possibilitam melhor usufruir - ao voltar-se para os materiais, técnicas e usos - daquela que é geralmente a maior peça do acervo dos museus: seu próprio espaço físico.

Campanha “O que é arquitetura de museus?”: a ação foi desenvolvida com o objetivo de explicar do que se trata “arquitetura de museus” de maneira didática e pedagógica, para alcance do público. A campanha consistia em três perguntas: o que é arquitetura de museus? Para que serve a arquitetura de museus? E quem faz a arquitetura de museus? O texto foi desenvolvido pela Cema/Dpmus e editado pela Ascom/Asrel.

No ano de 2023 também houve o lançamento da Coleção Arquitetura de Museus. Ciente de uma das finalidades do Ibram ser a implementação de políticas públicas para o setor, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de instituições museológicas e de seus acervos, combinada com a necessidade de incentivar o planejamento, difundir conhecimentos, propor ações de educação e comunicação que o Ibram lança a Coleção Arquitetura de Museus. Assim como a definição do termo “coleção”, tão próximo do fazer museológico, se busca reunir o conhecimento e informações relativos à arquitetura de museus em uma série de publicações temáticas. Ambas as publicações são

resultados de experiências e discussões ocorridas no âmbito do Ibram, de diferentes práticas e diversos atores, na tentativa de transmitir o conhecimento aportado desde a criação do órgão. Trata-se do início de uma coleção à qual esperamos agregar conhecimento por meio de diferentes publicações, dentro de temática tão vasta quanto a Arquitetura de Museus.

2.3.13 Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretária de Patrimônio da União

O ACT tem como objeto a promoção de ações conjuntas visando o controle, a preservação e a difusão dos acervos documentais de valor histórico e da produção técnico-institucional e normativa da SPU, a troca de experiências e a ampliação de conhecimento de suas respectivas equipes técnicas, com vistas à implantação do Centro de Memórias do Patrimônio Imobiliário da União no Palácio da Fazenda, no Rio de Janeiro, contemplando ambientes físicos e virtuais.

Foram realizadas reuniões online entre a equipe responsável pelo projeto e o DPMUS e intercâmbio de informações, com envio de materiais pertinentes às demandas da SPU no que concerne a criação de museus, assim como envio de modelos de celebração de ACT.

2.3.14 Edital Inventários Participativos

Primeira edição do Prêmio Inventários Participativos. O objetivo do prêmio é premiar 10 inventários realizados no território nacional que tenham contribuído para o reconhecimento, a preservação, a promoção e a difusão do patrimônio cultural e da memória social de grupos, povos e comunidades representativos da diversidade cultural brasileira. O prêmio tem como finalidade estimular, promover e difundir a realização de inventários participativos como abordagem metodológica e de mobilização social para que os grupos e comunidades possam assumir os processos de identificação, registro e promoção das referências culturais significativas para o território onde vivem.

Realização do Edital de Inventários Participativos (40 ações premiadas): Análise técnica, minuta de edital e constituição da Comissão de Seleção.

2.3.15 Comissão Técnica de Planejamento Integrado de Ações Acadêmicas Aplicadas – C3A

Em 2023, o Ibram articulou a integração de especialistas vinculados a universidades federais e estaduais brasileiras, com o intuito de pensar estratégias e projetos que possibilitassem o fortalecimento de práticas museais de curadoria, documentação, sistematização, disponibilização, compartilhamento e divulgação. Desse intercâmbio nasceu a Comissão Técnica de Planejamento Integrado de Ações Acadêmicas Aplicadas – C3A, que procurou criar sinergias entre os eixos da pesquisa e da formulação de políticas públicas na área museal.

Na primeira reunião dessa comissão, foram definidos 3 eixos de trabalho:

- a) reformulação do Cadastro Nacional de Museus e desenvolvimento de metodologias e aplicações de inteligência analítica sobre museus;
- b) articulação, ativação e fomento à Rede de Gestores de Museus que adotaram a plataforma Tainacan; e
- c) mapeamento e avaliação dos processos museológicos.. Fruto desse encontro, foram definidos cinco Termos de Execução Descentralizada com a UFRGS, a UFES, a UFSC, além do IFRN, os quais foram celebrados entre novembro e dezembro de 2023, num investimento total de R\$3.750.000,00 para desenvolvimento de projetos por até 18 meses.

2.3.16 - Programa iMuseus

Os objetivos estratégicos do Programa iMuseus são a) estimular, produzir e difundir conhecimento sobre o campo museal; b) implementar a Política Nacional de Museus em articulação com as unidades da federação e demais atores do campo museal; c) desenvolver e aplicar os instrumentos necessários à plena implementação do marco regulatório.

Trata-se de iniciativa pioneira no País que congrega instrumentos de coleta, registro e compartilhamento de informações sobre e para os museus brasileiros com o propósito de melhorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais. O programa é composto pelas seguintes iniciativas: Cadastro Nacional de Museus, Registro de Museus e Plataforma Museusbr.

2.3.17 - Cadastro Nacional de Museus – CNM

Desde 2015, com o intuito de promover maior transparência na gestão pública, garantir a contribuição da sociedade e acurar a qualidade dos dados, o Cadastro Nacional de Museus (CNM) adotou a Plataforma MuseusBR para o mapeamento e a atualização das informações dos museus, que passaram a ser realizados de forma colaborativa e democrática, permitindo à sociedade participação direta na forma de inclusão de informações e produção de conhecimento sobre os museus do país.

Contudo, em meados de 2023, por questões de ordem técnica, e diante das necessidades apresentadas pelo campo e de demandas internas, a Plataforma MuseusBR precisou ser paralisada, foi necessário reformular a ferramenta, de forma a melhor atender aos objetivos da iniciativa e aos anseios dos usuários. Foi então desenvolvida uma nova ferramenta. Pensada desde o início como iniciativa que utiliza uma abordagem integrada na web para agregar informações sobre os museus brasileiros, agora ela passa a ser hospedada em WordPress, utilizando o software Tainacan como repositório de suas informações.

Buscando aprimorar os serviços oferecidos, a coleta e a divulgação de dados, e consciente da necessidade de informações de qualidade, o Cadastro começa o ano de 2024 com novas metodologias de trabalho e formas de comunicação com a sociedade, refletidas na nova Plataforma MuseuBR.

Após intenso trabalho de repaginação para um novo design, tratamento e limpeza dos dados, a nova Plataforma MuseusBR segue paradigmas e padrões modernos da web de forma a oferecer melhores serviços informacionais à comunidade, incluindo novos serviços de busca e recuperação da informação. Assim, os diferentes usuários - trabalhadores de museus, instituições culturais, pesquisadores e demais interessados - poderão usufruir de novas funcionalidades e formas de navegabilidade.

De caráter auto declaratório, desde sua criação o CNM já mapeou mais de 3.900 museus e se consolidou como uma importante fonte de informações para o diagnóstico do setor museal, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento das políticas públicas do setor e da cultura.

Os dados que aparecem na tela são reflexo de grandes esforços para a mobilização do campo, para a captação de parceiros e para os debates. É neste cenário que a tarefa da Plataforma MuseusBR de dar espaço e voz à diversidade de museus do Brasil se torna ainda mais necessária.

2.3.18 - Plataforma Museusbr

Desenvolvida durante o ano de 2023 e lançada em janeiro de 2024, a nova plataforma Museusbr, que armazena as informações do Cadastro Nacional de Museus - CNM, entrou no ar atualizada e com mais recursos, oferecendo ao usuário experiência mais dinâmica, com novas possibilidades de busca, com apresentação de dados em painel analítico interativo, além de disponibilização de relatórios e outros materiais produzidos a partir das informações coletadas desde 2006. Com o amadurecimento dos processos de trabalho ligados ao CNM e do próprio campo museal, tornou-se imprescindível a ampliação da ferramenta usada, de maneira a agregar outras fontes de informação, como o Registro de Museus e o Formulário de Visitação Anual. Hoje, maior e mais robusta, ela objetiva apresentar à sociedade, com transparência, o setor museal. Seguindo o ideal “conhecer para atuar”, a nova Plataforma MuseusBr se renova como uma construção que conta com os próprios museus, os agentes políticos e o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, dando visibilidade à cultura brasileira abrigada nos museus do país.

2.3.19 - Registro de Museus

Instrumento da Política Nacional de Museus de estímulo à formalização dos museus brasileiros, o Registro de Museus visa acompanhar as dinâmicas de criação, fusão, cisão, incorporação ou extinção dessas instituições. Desde sua criação, o Registro busca possibilitar um processo federativo integrado. Para isso, sua operação é compartilhada com estados e municípios por meio da celebração de acordos com esse fim. Ressalte-se que o processo de Registro de Museus atualmente requer envio físico de documentos e autenticação cartorial de documentação pessoal dos responsáveis pelos museus.

Em 2021, foi firmado acordo para execução descentralizada com o estado de Minas Gerais. Em 2022 foram iniciadas tratativas para renovação dos acordos assinados anteriormente com São Paulo e Espírito Santo. Também foram iniciados diálogos com os sistemas dos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro, além da cidade de Joinville, em Santa Catarina.

Com a paralisação da Plataforma MusesuBR em 2023, sua reformulação e lançamento em 2024, sendo ela a principal ferramenta para execução dos acordos em sua plenitude, espera-se que os processos retornem à pauta e avancem. Esses acordos são essenciais para a consolidação do Registro seguindo um modelo de governança pública compartilhada. Até o momento, já foram registrados 386 museus brasileiros (Fonte: MuseusBR, 2 de janeiro de 2024).

A implantação do Registro permite, ainda, a adesão das instituições ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM) de forma simplificada, não dependendo mais de um processo específico. Nesse panorama, basta que os museus, ao se registrarem, manifestem seu interesse em fazer parte do SBM.

Espera-se que em 2024, por ocasião do 8º Fórum Nacional de Museus, seja possível debater e alinhar com os parceiros a respeito de museus virtuais, unidades de conservação da natureza e sobre o novo conceito de museus aprovado pelo Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums – ICOM).

2.3.20 – Programa Acervo em Rede

O Programa Acervo em Rede é uma iniciativa que promove a democratização do acesso digital aos bens culturais musealizados, por meio da digitalização e difusão dos acervos na internet. Tem como principal objetivo instrumentalizar os museus brasileiros com ferramentas digitais, capazes de aperfeiçoar a gestão e a catalogação de seus acervos.

O programa é composto pelos seguintes projetos/ações:

- 1) Projeto Tainacan,
- 2) Serviço Brasileira Museus, e
- 3) Rede Tainacan — Equipe LabDev.

A execução do programa no ano de 2023 esteve focada na ampliação de seu alcance, com a total reformulação do formato de atendimento e suporte aos usuários da ferramenta Tainacan, internos e externos, e a reconfiguração da relação com a área do Instituto que provê a infraestrutura de hospedagem para o funcionamento do serviço Tainacan para os museus Ibram. Para seguir aumentando a escala dos projetos do Ibram no âmbito do Programa, foi necessário acelerar a construção de capacidade no instituto em operar políticas públicas de Cultura Digital de maneira autônoma.

2.3.20.1 Lançamento Brasileira Museums

No Ibram, o esforço em realizar o Programa Acervo em Rede e impulsionar o Projeto Tainacan em cooperação com o campo da Ciência da Informação de universidades federais resultou na oportunidade de criação e lançamento, em 12/09/2023, do Brasileira Museums – plataforma que agrega acervos digitalizados de museus brasileiros, incorporando o elemento “rede” como paradigma de organização e integração de seus acervos. Inicialmente desenhado como um agregador restrito aos museus Ibram, o “Brasileira Museums” já recebe, a partir da determinação da gestão Margareth Menezes / Fernanda Castro (MinC-Ibram), adesões de museus brasileiros interessados em fazer parte da Rede. Essa é a primeira experiência brasileira de agregação de acervos culturais a partir de uma política pública em software livre (tecnologia Tainacan), alinhada com as diretrizes nacionais elaboradas em consenso com o campo e em sintonia com as principais experiências internacionais.

Com a decisão de aumentar o escopo dos museus a serem agregados no serviço Brasileira Museums, foi iniciado diálogo com as instituições interessadas. Alguns diálogos técnicos antecipados viabilizaram a entrada imediata do Museu da Pessoa, e seguimos em tratativas e ajustes de documentação que irão permitir a entrada de museus estaduais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, além de outros museus que já mantém entendimento com a equipe técnica do Ibram. A partir da entrada dos novos museus, novos processos de criação de curadorias serão estabelecidos com o apoio da equipe do LabDev. Entendemos que a gestão deste processo de integração - o qual tende a ocorrer em ambiente conectado que favorece a governança colaborativa - deve contemplar instâncias de participação e construção de consensos entre as instituições envolvidas.

Ao Ibram, como instância de promoção dos padrões de interoperabilidade para acervos digitais de museus, interessa estabelecer uma política de informação para acervos em rede.

2.3.20.2 Educativo Tainacan

A Formação Básica em Tainacan foi idealizada pela equipe do Ibram para promover a apropriação de conhecimentos básicos de operação da aplicação desenvolvida e distribuída pelo Instituto, por parte dos de seus servidores. O curso foi promovido em formato online, e com participação franqueada a todos. As aulas foram gravadas e se encontram à disposição daqueles interessados em se aprofundar no conhecimento e na operação da ferramenta.

O curso aconteceu entre os dias 02/10 e 04/12/2023, e contou com 110 inscrições de servidores da sede e dos museus. A programação explorou aspectos básicos de operação do WordPress e do Tainacan, e respectivos painéis administrativos, e na sequência tratou de metadados, taxonomias e filtros. Foram realizados exercícios no aspecto importante de importação / exportação de itens, relatórios e funções de usuários. A equipe explorou também o uso intensivo de novas funcionalidades dos temas que incorporam vantagens do uso de blocos para a montagem de interfaces, e experimentou a possibilidade de produção de exposições e curadorias digitais.

2.3.20.3 Criação do Laboratório de Desenvolvimento e Suporte – LabDev

O LabDev, núcleo de suporte e desenvolvimento recém estabelecido no Ibram, é composto por profissionais da Ciência da Informação — Museologia, Biblioteconomia, Arquivologia — que tiveram participação nas equipes de desenvolvimento do Tainacan nos últimos anos. A equipe assumiu o trabalho de suporte direto aos museus do Ibram que publicam seus acervos com o Tainacan (Rede Tainacan), e atende também a projetos especiais de desenvolvimento de aplicações de interesse do Ibram e de seus parceiros. Com o lançamento da Brasileira Museus, o LabDev passa a atuar também no trabalho de preparação dos acervos das instituições interessadas em aderir ao protocolo de mapeamento de metadados que se fundamenta no modelo do INBCM. É importante

menção que, ao promover o uso da tecnologia Tainacan para um universo maior de instituições, o Ibram está popularizando o uso do padrão que irá facilitar a interoperabilidade entre as diversas coleções dos mais variados museus.

As principais ações do LabDev no ano de 2023 estiveram voltadas para a atualização dos temas e interfaces utilizados nas instalações Tainacan dos museus do Ibram. Com a desmobilização da equipe técnica que atuou até 2022, havia uma demanda reprimida no atendimento básico aos museus. Com o reforço da equipe, foi possível iniciar um processo de renovação a partir de novas funcionalidades apresentadas pelas novas versões do Tainacan. O trabalho segue em curso, e podemos dizer que se trata-se de uma dinâmica permanente de melhoramento. Uma das principais demandas da equipe foi o desenvolvimento do novo Cadastro de Museus, em substituição ao sistema operado no software 'Mapas Culturais'. Em 2023, por questões de ordem técnica, a Plataforma MuseusBr precisou ser paralisada e houve necessidade de substituí-la. Foi então desenvolvida uma nova ferramenta. Pensada desde o início como iniciativa que utiliza uma abordagem integrada na web para agregar informações sobre os museus brasileiros, agora ela passa a ser hospedada em WordPress, utilizando o software Tainacan como repositório de suas informações. Dentre as demandas de desenvolvimentos de sistemas, o LabDev foi mobilizado também para atendimento ao Departamento de Fomento e Economia de Museus - DDFEM de criação de uma aplicação para Cadastro de Eventos. Nesta frente, a equipe trabalhou na definição do modelo de metadados e no formato da submissão de informações. Devido às urgências em outras frentes de desenvolvimento, o projeto será retomado oportunamente em 2024.

2.3.20.4 Pesquisa “Novo Cadastro Nacional de Museus e Hub digital de serviços do IBRAM- desenvolvendo a inteligência analítica do setor museal”

Desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, o projeto “Novo Cadastro Nacional de Museus e Hub digital de serviços do IBRAM - desenvolvendo a inteligência analítica do setor museal” é amparado por um Termo de Execução Descentralizada que tem como objetivo a pesquisa e desenvolvimento de dois objetos:

- I) reformulação da plataforma digital do Cadastro Nacional de

Museus e do Registro de Museus;

II) pesquisa e criação da Base Digital de Conhecimento dos Museus Brasileiros. Espera-se que o sistema, a ser concebido a partir das tecnologias Open Source Tainacan e WordPress, comunique cada vez mais informação confiável e de qualidade, que viabilize a recuperação da informação e a interação entre usuários humanos e agentes computacionais, amplie as redes de colaboração do patrimônio cultural, e permita a reutilização por outros entes da administração pública (Estados, Municípios, e demais poderes). No valor de R\$ 800.00,00.

2.3.20.5 Pesquisa “Automação informacional do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados”

Desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, o projeto “Automação informacional do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados” tem como objeto o desenvolvimento de um sistema para prover automação informacional do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acautelamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus, instituída pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124 de 2013. Dessa forma, o projeto visa o desenvolvimento de sistema de informação para a Web utilizando tecnologia Wordpress e Tainacan para coleta, processamento e análise de dados do inventário de acervos musealizados dos museus brasileiros. No valor de R\$ 500.00,00.

2.3.20.6 Pesquisa “Rede de Gestores de Informações Museais e Políticas Públicas baseadas em Evidências: a inteligência analítica com foco nos museus”

Como auxílio no processo de documentação museológica, mais especificamente, no que diz respeito ao instrumento de catalogação e à representação da informação dos assuntos que permeiam os objetos museológicos, o projeto “Desafios contemporâneos da documentação museológica e dos processos de identificação de museus”, TED

em parceria com a UFSC, tem como objetivo indexar e organizar terminologicamente o campo para uma organização e recuperação da informação eficiente, tanto para as práticas institucionais, de pesquisa, bem como de disseminação para os públicos. Neste sentido, pretendem-se pesquisar vocabulários controlados e dicionários existentes da cultura brasileira e da diversidade cultural, e reuni-los em uma nuvem semântica, com o intuito de estabelecer gestão compartilhada do campo no sistema de gerenciamento de acervos digitais Tainacan. O objetivo é a sistematização do que existe em nível nacional e internacional, para diagnosticar e avançar em novas estruturas terminológicas que busquem dar conta das diversidades dos acervos museológicos brasileiros. Com valor total de R\$ 1.000.000,00.

2.3.20.7 Pesquisa “Desafios contemporâneos da documentação museológica e dos processos de identificação de museus”

Como auxílio no processo de documentação museológica, mais especificamente, no que diz respeito ao instrumento de catalogação e à representação da informação dos assuntos que permeiam os objetos museológicos, o projeto “Desafios contemporâneos da documentação museológica e dos processos de identificação de museus”, TED em parceria com a UFSC, tem como objetivo indexar e organizar terminologicamente o campo para uma organização e recuperação da informação eficiente, tanto para as práticas institucionais, de pesquisa, bem como de disseminação para os públicos. Neste sentido, pretendem-se pesquisar vocabulários controlados e dicionários existentes da cultura brasileira e da diversidade cultural, e reuni-los em uma nuvem semântica, com o intuito de estabelecer gestão compartilhada do campo no sistema de gerenciamento de acervos digitais Tainacan. O objetivo é a sistematização do que existe em nível nacional e internacional, para diagnosticar e avançar em novas estruturas terminológicas que busquem dar conta das diversidades dos acervos museológicos brasileiros. Com valor total de R\$ 1.000.000,00

2.3.20.8 Missão México

Em setembro de 2023, foi realizado na Cidade do México, o “Encuentro Patrimonio Digital en Internet: Experiencias en México y en Brasil”, promovido pela Secretaría de Cultura del Gobierno de México em cooperação com o Ministério da Cultura do Brasil, por intermédio do Ibram. Essa foi a primeira grande articulação internacional realizada a partir da expansão do uso do Tainacan em instituições culturais relevantes no mundo. Na ocasião, o Ibram se posiciona como protagonista de tratativas internacionais em rede, a partir de tecnologia em software livre para museus, colocando ênfase na discussão da criação de uma rede de museus latino-americanos, a “Rede LatinoAmericana de Museus”. Dessa forma, o Ibram lança-se como articulador protagonista para um movimento internacional em prol de uma política pública para acervos digitais em escala continental. Tal política, potencializada em protocolos flexíveis para interoperabilidade entre os diversos acervos, e baseada em tecnologias livres, pode tornar-se uma entrega relevante para esta geração.

2.3.20.9 Articulação com a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul

Em novembro de 2023, foi iniciado diálogo entre o Ibram e a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul - SEDAC com o intuito de inovações em serviços e sistemas de informação museal junto aos museus geridos por aquela secretaria. Nos últimos anos, a SEDAC tem investido na qualificação de seus serviços de acesso a acervos culturais. Por meio do programa Acervos da Cultura, disponibiliza acervos arquivísticos e museológicos para acesso na Web por meio de tecnologias desenvolvidas pelo Ibram (no caso, o Tainacan, implementado em cinco museus e em desenvolvimento em outras três instituições).

Pela convergências de ações e diretrizes para a transformação digital no campo museal, os órgãos engajaram-se na pactuação de um Acordo de Cooperação Técnica que possibilitasse:

- a) a entrada dos museus na plataforma Brasileira Museus;
- b) a capacitação em tecnologias desenvolvidas pelo Ibram que permita implementação em larga escala de instancias de

produção do Tainacan; e

c) a organização de eventos na área de sistemas de informação museal no Rio Grande do Sul.

2.3.20.10 Articulação IRDEB

Em julho de 2023, iniciaram-se as tratativas junto ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB para desenhar parceria por meio de Acordo de Cooperação Técnica para capacitação e transmissão de conhecimento para utilização da tecnologia Tainacan e a integração do Irdeb Digital na plataforma Brasileira Museus.

2.3.21.11 Contratação de especialistas em Ciência da Informação e Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

2.3.20.11 Contratação de especialistas em Ciência da Informação e Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

O Ibram celebrou, durante o ano de 2023, contratos com especialistas em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para consultoria por produto (PRODOC), em parceria com a OEI. A primeira consultoria teve como objeto a proposição de soluções para coleta, tratamento, registro e organização de dados e informações referentes ao Ibram e aos museus brasileiros, com a proposição de modelos para a gestão de curadoria digital, de atividades editoriais, de preservação de dados agregados, de práticas de catalogação de coleções, de avaliação de qualidade de dados e a de modelo de Governança Compartilhada da antiga plataforma "Acervo em Rede", lançada em setembro de 2023 como "Brasileira Museus". A segunda trata de propor plano estratégico de comunicação, promoção, difusão e capacitação para os serviços digitais prestados pelo Ibram, em especial Tainacan, Brasileira Museus e MuseusBr. E a terceira consultoria teve como objeto a proposição de plano estratégico para migração de dados da antiga plataforma do cadastro Nacional de Museus para o novo MuseusBr e iniciativas a ele agregadas (Registro de Museus e Formulário de Visitação Anual). O valor total das contratações foi de R\$ 270.00,00

2.3.20.12 Pesquisa “Gestão de processos museológicos e o ciclo curatorial em instituições museais”

Desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, o projeto “Gestão de processos museológicos e o ciclo curatorial em instituições museais” é amparado por um Termo de Execução Descentralizada - TED que prevê o desenvolvimento de pesquisa e de tecnologia para modelagem de processos museológicos que dialoguem com as diferentes etapas do ciclo curatorial em instituições museais e sua implementação e disponibilização de suas funcionalidades junto ao software livre Tainacan. De um lado, o conjunto de metadados e do outro os processos pelos quais as ações curatoriais são executadas, que permitirão a reflexão sobre a gestão de acervos museológicos no contexto de uma política nacional de metadados. O propósito é representar, em um sistema de acesso digital, a conexão entre os pressupostos da cultura material e a noção de curadoria, entendida como um ciclo de atividades geradoras de pesquisa para a produção de conhecimento não apenas nos campos da história e cultura material, como também nos campos da conservação, documentação museológica, expografia e educação em museus. No valor de R\$ 700.000,00.

2.3.20.13 Desenvolvimento do Sistema de Eventos do Ibram

Possui como objetivo a estruturação de um portal que sistematize não só a memória, mas também a gestão, o processo de inscrição e a divulgação das atividades dos eventos.

A remodelação do Sistema de Eventos do Ibram decorreu da necessidade de se estruturar um portal que executasse não só a memória, mas também a gestão, o processo de inscrição e a divulgação das atividades das instituições nos dois eventos coordenados anualmente pelo Ibram: a Semana Nacional de Museus e a Primavera de Museus. Esta ação tem como objetivo utilizar o software livre Tainacan para armazenamento, organização, busca e disponibilização das atividades cadastradas no portal. As reuniões para a criação do portal iniciaram em 30 de agosto de 2023, inicialmente pautadas na modelagem dos metadados que formam a descrição dos eventos, a partir da

funcionalidade “submissão de itens”, disponível no Tainacan. Destaca-se que esta ação foi pausada para desenvolvimento de soluções para o Cadastro Nacional de Museus, soluções estas que serão utilizadas no ano corrente para finalizar a estruturação do Sistema de Eventos do Ibram.

2.3.21 - Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia – Cenedom

O Cenedom tem como missão fomentar e apoiar atividades de estudos e pesquisas na área da Museologia, além de realizar o trabalho sistemático de coleta, aquisição e registro da memória museológica, presente em documentos, livros, teses, dissertações, artigos e recortes de jornais, dentro dos objetivos estratégicos de promover e difundir o patrimônio museológico e estimular, produzir e difundir conhecimento sobre o campo museal.

Em sua estrutura física abriga a Biblioteca Central e o Arquivo Central do Ibram e em meio online o repositório Museologia Digital. O acervo documental do Centro está dividido em três setores: Arquivo Central (com 280 metros lineares de documentação tratada), Biblioteca Central (com um acervo total de 5.600 exemplares) e Biblioteca Depositária (criada pela Portaria do Ibram n.º 196/2011, revogada posteriormente pela Portaria Ibram nº 575/2021), composta por 1.500 exemplares. Para a consulta do seu acervo, os usuários dispõem de espaços físicos para estudos e pesquisas online.

Durante os anos de pandemia de Covid-19 (2020 a 2022), o Cenedom esteve fechado ao público, reabrindo em novembro de 2022. Nesse período, foram realizados serviços internos, como catalogação, controle do acervo, recebimento de doações e atendimento virtual aos usuários. É importante ressaltar que o Serviço de Consulta e Empréstimo de documentação física do Arquivo Central, mesmo durante a Pandemia, não foi suspenso, cumprindo assim a Lei de Acesso à Informação. Em 2022, é instituída a plataforma Museologia Digital, repositório institucional e temático criado para integrar e dar visibilidade aos registros do passado e do presente da Museologia, dos museus brasileiros e do Ibram. A iniciativa visa congrega outras instituições, coletivos e sujeitos detentores de acervos originais relacionados aos temas investigados, e utiliza o Tainacan como ferramenta para a publicação dos objetos digitais na internet.

2.3.22 - Programa Bibliomuseus

O Programa visa a implementação de projetos de integração, fortalecimento e difusão das bibliotecas de museus brasileiros. Também propõe estabelecer a cooperação entre as bibliotecas de museus por meio da disponibilização de serviços e produtos, com que se espera a interação e o compartilhamento de experiências, conhecimentos e processos. O Bibliomuseus se estrutura em dois projetos: I) a Rede de Bibliotecas dos Museus do Ibram, instituída pela Resolução Normativa Ibram nº 1, publicada em 13 de abril de 2021; e II) o Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB, solução digital por meio da qual as bibliotecas podem disponibilizar catálogo on line, permitindo o fluxo de informação entre e sobre as bibliotecas, incluindo a efetivação de empréstimos de itens a usuários localizados em diferentes cidades onde se encontram as bibliotecas pertencentes à Rede. O valor investido foi de R\$ 291.560,00.

2.3.23 - Rede de Bibliotecas dos Museus do Ibram

Com o objetivo de integrar as bibliotecas dos museus do Ibram por meio da consulta digital aos seus títulos e produzir mecanismos de formação e fortalecimento das coleções bibliográficas no âmbito do Instituto, foi criado em 2017 o projeto da Rede de Bibliotecas dos Museus do Ibram com a implantação de um Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas.

Em 2020, a Rede de Bibliotecas de museus foi instituída pela Resolução Normativa n.º 1, de 31 de janeiro de 2020, publicada em 04 de fevereiro de 2020, no Boletim de Serviço Eletrônico do Ibram. Contudo, o referido normativo foi revisado e revogado em 2021, com a publicação da Resolução Normativa Ibram n.º 1, de 13 abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União, de 15 de abril de 2021. Esse colegiado possui a finalidade de potencializar a expansão do acesso às informações existentes nas bibliotecas e centros de documentação dos museus administrados diretamente pelo Ibram, por meio da integração e articulação de seus produtos, serviços e pessoal à comunidade científica das diversas áreas das unidades museológicas do Instituto.

O Ibram conta com 19 bibliotecas em suas unidades museológicas, com um total de 525 mil exemplares. Com a adesão gradual a um sistema único de gestão de bibliotecas, espera-se a integração desses

acervos com o desenvolvimento de um catálogo integrado online, que permitirá a pesquisa de títulos catalogados nas bibliotecas desses museus num único ambiente na web.

Em setembro de 2022, o Ibram celebrou Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT com o objetivo de implantar o Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas - SIGB nas unidades que compõem a Rede de Bibliotecas do Museu do Ibram. A parceria tem o intuito de subsidiar estudo que avalie a performance da ferramenta Koha na tipologia de unidade de informação denominada “Biblioteca de museu”. No ano de 2023 o IBICT categorizou e levantou os requisitos das bases de dados. Após a fase de levantamento de requisitos, as instâncias das bibliotecas foram criadas na plataforma. O trabalho resultou na criação de 9 instâncias com 8 migrações completas e uma migração parcial. Uma proposta de política da Rede de Bibliotecas do Ibram foi apresentada e a construção do manual de catalogação se iniciou com a análise de 7 subcampos Marc.

2.3.24 - Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB

A formação de um Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) representa uma gestão de bibliotecas mais eficaz e econômica, por compartilhar recursos e estabelecer políticas que atendam a esses equipamentos. Nesse sentido, atividades cotidianas, como processamento técnico, podem ser efetuadas de forma colaborativa, proporcionando o apoio mútuo entre as bibliotecas integrantes do sistema.

Para essa integração, buscou-se uma solução por meio da qual as bibliotecas disponham de catálogo on-line, que permita o fluxo de informação entre e sobre as bibliotecas, incluindo a efetivação de empréstimos de itens a usuários localizados em diferentes cidades onde se encontram as bibliotecas pertencentes à Rede.

Para a formação de um SIB, dois desafios se apresentam: a migração dos dados e a formação de uma política de integração. Essas atividades, se realizadas sem suporte técnico-especializado, correm o risco de não alcançarem êxito em relação ao objetivo inicialmente almejado. Para atender a essas necessidades, foi necessário recorrer à expertise de instituições de tecnologia que são referência na integração de dados, como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict.

Dessa forma, a implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas - SIB nos Museus Ibram conta atualmente com a parceria entre os dois institutos, Ibram e Ibict, celebrada por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED. A parceria, iniciada em 2022, tem vigência até o ano de 2024.

2.3.25 - Programa “Museus & Público”

Desde 2014, o Ibram coordena o Museus&Publico, projeto que tem como objetivo coletar e analisar dados quantitativos de visita mensal e anual dos museus do Ibram. Esse trabalho é realizado por meio dos instrumentos Formulário de Visitação Anual - FVA e do Formulário de Visitação Mensal - FVM. Mais do que servir como dado para confirmar o fluxo de visita, a contagem de público pode fornecer informações sobre exposições com maior público; necessidade de adequação dos serviços oferecidos pelos museus; necessidade de ampliação da ação educativa, etc. Ela é também essencial para o monitoramento de diretrizes, estratégias, ações e metas estabelecidas em políticas públicas como o Plano Nacional de Cultura, o Estatuto dos Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus. Devido às limitações tecnológicas, o FVA não foi aplicado em 2022. Decidiu-se, dessa forma, que em 2023 o levantamento se daria adaptando-se o instrumento para coletar simultaneamente informações de 2021 e 2022.

2.3.26 - Formulário de Visitação Anual – FVA

Instrumento da Política Nacional de Museus de estímulo à formalização dos museus brasileiros, o Registro de Museus visa acompanhar as dinâmicas de criação, fusão, cisão, incorporação ou extinção dessas instituições. Desde sua criação, o Registro busca possibilitar um processo federativo integrado. Para isso, sua operação é compartilhada com estados e municípios por meio da celebração de acordos com esse fim. Ressalte-se que o processo de Registro de Museus atualmente requer envio físico de documentos e autenticação cartorial de documentação pessoal dos responsáveis pelos museus.

Em 2021, foi firmado acordo para execução descentralizada com o estado de Minas Gerais. Em 2022 foram iniciadas tratativas para renovação dos acordos assinados anteriormente com São Paulo e Espírito Santo. Também foram iniciados diálogos com os sistemas dos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro, além da

cidade de Joinville, em Santa Catarina.

Com a paralisação da Plataforma MusesuBR em 2023, sua reformulação e lançamento em 2024, sendo ela a principal ferramenta para execução dos acordos em sua plenitude, espera-se que os processos retornem à pauta e avancem. Esses acordos são essenciais para a consolidação do Registro seguindo um modelo de governança pública compartilhada. Até o momento, já foram registrados 386 museus brasileiros (Fonte: MuseusBR, 2 de janeiro de 2024).

A implantação do Registro permite, ainda, a adesão das instituições ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM) de forma simplificada, não dependendo mais de um processo específico. Nesse panorama, basta que os museus, ao se registrarem, manifestem seu interesse em fazer parte do SBM.

Espera-se que em 2024, por ocasião do 8º Fórum Nacional de Museus, seja possível debater e alinhar com os parceiros a respeito de museus virtuais, unidades de conservação da natureza e sobre o novo conceito de museus aprovado pelo Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums – ICOM).

2.3.27 - Formulário de Visitação Mensal – FVM

Criado para que os museus sob a gestão do Ibram informem seu quantitativo de visitação mensal de forma padronizada e organizada. A consolidação de um formulário para o acompanhamento dessas informações estabelece padrões de coleta e processamento de dados referentes aos visitantes dessas instituições, permitindo a criação de séries históricas e a produção de informação.

No ano de 2023, os museus vinculados ao Ibram apresentaram números de visitantes 1.448.237 presencialmente e 2.420.386 virtualmente, totalizando 3.868.623.

2.3.28 Programa de Fomento aos Museus e à Memória Brasileira - Art. 21 do Decreto nº 8.124/2013

Programa de Fomento aos Museus e à Memória Brasileira possuem como objetivo o apoio aos museus brasileiros; por meio de instrumentos de transferências financeiras, a análise técnica e acompanhamento de projetos das instituições museais incluídos por Emendas Parlamentares ao Orçamento Anual.

A elaboração de editais ocorre conforme disponibilidade orçamentária e financeira em consonância com as legislações correlatas às naturezas das instituições museológicas brasileiras.

No ano de 2024 foram destinados R\$ 11.800,00 para realização dos seguintes Editais e Prêmios :

- Prêmio Pontos de Memória 2023 - Edição Helena Quadros ;
- Prêmio Inventários Participativos 2023 ;
- Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal 2023 ;
- Edital Modernização de Museus 2023 ; e
- Edital de Implantação e Fortalecimento de Sistemas de Museus 2023.

2.3.29 Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC

Tratam-se de atividades técnica parecerista e de coordenação de pareceres do incentivo fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura, via Lei Federal de Incentivo à Cultura, com a análise de projetos culturais.

No ano de 2023, foram recebidos 318 projetos, com ênfase em todas as áreas da cultura, em especial projetos que visam a salvaguarda dos museus e do patrimônio, cujo os obrigatórios para análise e aprovação desses projetos compreende uma diversidade de Políticas Públicas. O Ibram foi representado em 13 reuniões da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura , reuniões de alinhamento, oficinas e solenidades. No valor de R\$1.591.319.082,18 para captação de recursos pela Lei Roaunet, pelo Ibram.

2.3.30 Boletim INFOMUSEUS

O Ibram lançou, em janeiro de 2024, a primeira edição do Infomuseus (dez/2023), informativo on line que apresenta dados e informações referentes à difusão e à promoção dos museus brasileiros, além dos resultados mais relevantes da 21ª Semana Nacional dos Museus e da 17ª Primavera dos Museus, realizados em 2023. O InfoMuseus surge de uma iniciativa de se dar publicidade aos dados e informações levantados no âmbito da promoção dos museus brasileiros, principalmente a Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus. Seu objetivo principal é a divulgação das ações nacionais de promoção dos museus, bem como incentivar o aumento da participação e engajamento dos museus nas atividades. O material serve como peça de divulgação e apoio aos museus, para reforçar junto às suas instâncias superiores e Secretarias de Cultura a importância da participação nos eventos; além de apresentar dados sobre as ações realizadas pelo Ibram, relacionadas à Política Nacional dos Museus.

2.3.31 Direitos Autorais

As principais ações neste campo, executadas em 2023 foram:

- a) elaboração e encaminhamento a OEI do termo de referência com vistas à contratação de consultoria cujo produto será a definição de um processo de gerenciamento de riscos associados ao uso de imagens protegidas por direitos autorais, de forma a fornecer segurança jurídica para a utilização do acervo do Instituto e de museus com um todo; e
- b) definição e descrição dos requisitos e parâmetros arquitetônicos para instalação de cafeterias e lojas em museus.

2.3.32 Pesquisas sobre Associação de Amigos

Foi aplicado a todos os museus Ibram questionário sobre Associações de Amigos dos Museus; e realizada pesquisa junto à totalidade das Associações de Amigos dos Museus vinculados ao Ibram, com os objetivos de se levantarem dados atualizados

sobre tais associações; conhecer a relação dos museus Ibram com as suas associações; mapear os principais benefícios e os desafios no estabelecimento e manutenção dessas entidades; e manter o respectivo banco de dados atualizado.

Findas as pesquisas, foi elaborado relatório com os resultados obtidos, com o que se espera que o Ibram possa apoiar os museus e as suas associações de modo mais assertivo.

2.3.33 Transferegov.br

Foram realizadas ações de apoio técnico aos museus Ibram quanto ao registro de programas para TED e utilização da plataforma Transferegov.br.

2.3.34 Elaboração de Identidades Visuais.

Elaboração das identidades visuais alusivas aos 15 anos do Ibram; do Museu de Arte Religiosa e Tradicional; do Museu Regional de Caeté; do Museu da Inconfidência; para a seleção para Diretores do Ibram; e para a Jornada de Sustentabilidade Ibermuseus. O objetivo foi apresentar identidades visuais de programas e projetos do Ibram e de seus Museus vinculados que fossem mais modernas e compatíveis com os seus propósitos, mantendo ao mesmo tempo uma ligação estética com a herança cultural que essas instituições, projetos e programas preservam.

2.3.35 Difusão e divulgação de ações do Ibram

As ações de difusão e divulgação consistem em:

- a) organização e execução de transmissões online de ações do Ibram, para facilitar a compreensão dos participantes e esclarecimento de dúvidas, com vistas à acessibilidade, transparência e alcance dos eventos promovidos;
- b) produção audiovisual por meio da criação de conteúdos visuais e informativos para lives;
- c) criação de cards de divulgação projetados para a difusão e

divulgação de ações do Ibram, os quais são compartilhados em diversas plataformas, redes sociais e canais de comunicação;

d) produção de fotografias; e

e) diagramação de publicações.

Desse conjunto de ações, destacamos as seguintes:

- Live: Boletim Preliminar #2 PEM Brasil;
- Live: Cerimônia de posse do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico; Live: Lançamento da Coleção Arquitetura de Museus;
- Live: Lançamento da CLive de lançamento do CBMD - Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos;
- Live: Lançamento da publicação: Respondendo a emergências;
- Vídeos Introdutórios dos novos Cursos do Programa Saber Museu;
- Diálogos sobre sustentabilidade (NE e SE);
- Manual orientador e vídeo explicativo do Prêmio Pontos de Memória 2023 - Edição Helena Quadros;
- Cartilha “Respondendo a emergências: orientações gerais para a implantação de forças-tarefas em museus”;
- Publicação: Plano Anual de Fiscalização Museal 2024;
- Publicação: Relatório de Execução 2023 do Plano Plano Anual de Fiscalização Museal;
- Pesquisa Práticas Sustentáveis;
- Pesquisa sobre a 17ª Primavera de Museus;
- Jornada da Sustentabilidade IberoMuseus; e
- Editais Ibram.

2.3.36 21.ª Semana Nacional de Museus

A 21ª Semana Nacional de Museus é um evento cultural anual que faz parte da Política Nacional de Museus e que ocorreu no período de 15 a 21 de maio de 2023 em 453 cidades do Brasil. Seu objetivo principal é promover a valorização e divulgação dos museus, bem como incentivar a visitação e o engajamento do público em atividades relacionadas à cultura e à preservação do patrimônio histórico.

Essas atividades incluem exposições temporárias, palestras, oficinas, visitas guiadas, apresentações artísticas, entre outras iniciativas relacionadas ao tema do evento. Em 2023, a escolha do tema, anualmente proposto pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM para comemorar o Dia Internacional dos Museus em 18 de maio, teve como intuito ressaltar a relevância dos museus como locais que promovem o bem-estar e a sustentabilidade, além de apoiar três dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU: Saúde e Bem-Estar Global, Ação Climática e Vida na Terra. O tema “Museus, sustentabilidade e bem-estar” ressaltou que os museus podem contribuir para o bem-estar das pessoas de diversas formas, incluindo a promoção da saúde mental, a educação e a conscientização ambiental. Tema: Museus, Sustentabilidade e Bem-estar | 15 e 21 de maio de 2023 1.133 instituições participantes e 3.552 atividades. O Relatório nº 2/2023 - CDP/DDFEM, constante no processo nº 01415.002004/2022-37 traz informações detalhadas do balanço desse evento.

2.3.37 - 17.ª Primavera dos Museus

A Primavera dos Museus é um evento promovido nacionalmente pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) para aumentar o envolvimento do público com a cultura e o patrimônio museológico. Esse evento ocorre anualmente no mês de setembro, aproveitando a chegada da estação da primavera. Durante a “Primavera dos Museus”, diversos museus e instituições culturais em todo o Brasil promovem atividades, como exposições especiais, palestras, oficinas, visitas guiadas, apresentações artísticas, culturais, entre outras. O objetivo é criar oportunidades para que o público possa conhecer melhor os museus e seu acervo, além de promover a interação entre os museus e a comunidade. Essa iniciativa

visa também a divulgação e valorização do patrimônio cultural do Brasil, contribuindo para a preservação da memória e da história do país. A “Primavera dos Museus” é uma oportunidade para as pessoas explorarem a diversidade de museus e instituições culturais disponíveis no Brasil e participarem de atividades enriquecedoras ligadas à arte, cultura e história.

Em 2023, a 17ª Primavera dos Museus trouxe o tema “Memórias e democracia: pessoas LGBTQ+, quilombolas e indígenas”, ressaltando a importância dos museus na promoção da inclusão social e da diversidade, fundamentais à democracia. O tema proporcionou a reflexão sobre a retomada da construção da democracia com a participação de muitos de seus agentes ainda hoje invisibilizados ou marginalizados. Pela primeira vez, o tema surgiu a partir de consulta a todos os museus Ibram e seus funcionários e servidores. Tema: Memórias e Democracia: pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas | 18 a 24 de setembro de 2023 com 805 instituições participantes e 2.533 atividades. O RELATÓRIO Nº 5/2023 - PROMUS/CDP/DDFEM, constante no processo nº 01415.002342/2022-79 traz informações detalhadas do balanço desse evento.

Foi realizada a Pesquisa sobre a 17ª Primavera de Museus com a elaboração de instrumento de coleta e aplicação para levantamento dos dados, também sistematização e apresentação gráfica dos dados, que quantifica a participação dos museus, também o número de eventos cadastrados e a evolução desses números a cada edição.

2.3.38 - Operacionalização do Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade no âmbito do IberoMuseus.

O Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade Museal (bilingue: espanhol e português) é uma versão customizada do Painel de Indicadores de Sustentabilidade para autoavaliação dos museus Iberoamericanos. É uma forma de instrumentalização e qualificação da gestão dos museus ibero-americanos, por meio de indicadores para medir o grau de sustentabilidade dessas instituições numa perspectiva multidimensional e integrada com as 4 dimensões da sustentabilidade: social, cultural, econômica e ambiental.

Como coordenador da Linha de Ação em Sustentabilidade das Instituições Museológicas e de Processos Museais Ibero-Americanos,

dentro do Programa Ibero-museus o Ibram colaborou na divulgação e disponibilização do Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade do Programa. Esta ação, realizada em parceria com o Programa Ibero-museus, visa oferecer um recurso abrangente e específico que contribui para a promoção da sustentabilidade nas instituições museológicas ibero-americanas, destacando-se como uma valiosa iniciativa do programa. O link para o preenchimento do Guia é o <http://diagnosticos.ibermuseos.org/pt-br/sostenibilidad/presentacion/>.

2.3.39 Jornada Ibero-Americana de Museus e Sustentabilidade

Para dar continuidade ao fortalecimento da agenda no campo da sustentabilidade, o Ibram, em parceria com o Programa Ibero-museus, promoveu a Jornada Ibero-Americana de Museus e Sustentabilidade: ferramentas, práticas e estratégias, que teve lugar em julho de 2023, e cujo objetivo foi dar visibilidade e inspirar instituições ibero-americanas por meio da disseminação de conceitos e práticas de sustentabilidade de instituições e processos museológicos.

2.3.40 Seminário Museus e Sustentabilidade

Organização e apresentação do Seminário Museus e Sustentabilidade – guia de autoavaliação e diálogos sobre o financiamento e fomento - Edição Sudeste. O Seminário foi o primeiro de uma série eventos que serão realizados pelo país, e visa difundir o Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade do Programa Ibero-museus, lançado na Jornada Iberoamericana Museus e Sustentabilidade, em julho de 2023. Além de capacitar os profissionais do setor, os encontros visam traçar diretrizes para subsidiar a criação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade econômica dos museus. Essa primeira edição, voltada para os museus da região Sudeste, foi realizada em parceria com o Sistema Estadual de Museus de São Paulo - SISEM-SP, no Museu Catavento, em São Paulo. O evento ocorreu de maneira presencial e à distância, por meio da transmissão online

Organização e apresentação do Seminário Museus e Sustentabilidade – guia de autoavaliação e diálogos sobre o financiamento e fomento - Edição Nordeste. Este é o segundo seminário, de uma série eventos

que serão realizados pelo país, e visa difundir o Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade do Programa Ibermuseus, lançado na Jornada Iberoamericana Museus e Sustentabilidade, em julho de 2023. Além de capacitar os profissionais do setor, os encontros visam traçar diretrizes para subsidiar a criação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade econômica dos museus. Voltado para os museus da região Nordeste, foi realizado no dia 11 de dezembro, em Maceió - Alagoas.

2.3.41 Contratação de Consultoria Especializada para desenvolver produtos na temática de sustentabilidade em museus.

A primeira contratação de consultoria especializada foi objetivando a confecção de documentos balizadores e instrução processual para contratação de consultoria especializada para desenvolver escala de valoração de graus de sustentabilidade de museus, em níveis e intervalos, a partir dos 55 indicadores da ferramenta: Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade. Processo SEI 01415.003487/2023-78.

A segunda contratação de consultoria especializada foi objetivando a confecção de documentos balizadores e instrução processual para contratação de consultoria especializada para fornecer subsídios para embasar a estruturação do Programa Nacional de Sustentabilidade de Museus, com o principal objetivo de desenvolver uma estratégia abrangente e eficaz para promover a sustentabilidade a longo prazo das instituições museológicas. Processo SEI 01415.003494/2023-70.

2.3.42 Criação de Museus

Trata-se da prestação de orientação técnica sobre a criação e institucionalização de museus, cujas demandas são recebidas via e-mail (ces@museus.gov.br), bem como via ouvidoria.

2.3.43 – Geração Própria de Receitas de Museus

A ação objetiva desenvolver estratégias que possibilitem aos museus pensarem em possibilidades de geração de receitas próprias, isto é, a arrecadação de recursos resultante de suas próprias atividades, da administração de seu patrimônio e de serviços prestados pela instituição a terceiros.

No ano de 2023 houve o apoio, análise e manifestação sobre as Políticas de Utilização de Espaços e as Tabelas de Preços propostas pelos seguintes museus: Museu de Alcântara; Museu da Inconfidência; Museu da República; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu Imperial; Museu Lasar Segall; e Museu Regional de Caeté.

Foi também prestado apoio na implementação dos espaços de comercialização (cafeteria).

Ademais daquelas acima listadas, destacamos as seguintes ações:

- Elaboração de documentos de referência para licitação da cafeteria do Museu Chácara do Céu. Os documentos após aprovados pela Procuradoria Federal junto ao Ibram - PROFER serão disponibilizados para utilização por outros Museus Ibram.
- Acompanhamento do processo licitatório de projeto arquitetônico para a cafeteria e loja do Museu da Inconfidência. Auxílio e acompanhamento do processo licitatório para aquisição de mobiliário básico para a cafeteria do Museu de Alcântara.
- Contratação de consultoria especializada para definição e descrição dos requisitos e parâmetros arquitetônicos para instalação de cafeterias e lojas em museus.

No que se refere ao desenvolvimento de publicações e à produção de vídeos com instituições referenciais na geração de receitas próprias no campo museal, merecem destaque as seguintes ações executadas em 2023:

- Portfólio de produtos inspirados no acervo, arquitetura ou logomarca dos museus;

- Atualização da publicação “Portfólio Ibram”;
- Orientações aos Museus Ibram em relação a Lei de Direitos Autorais – Lei n.º 9.610/98 e RN 15/2022; e
- Gravação dos episódios da Casoteca: Clube da Gravura do Museu Chácara do Céu; e
- Projeto Replicando o Passado do Museu Goeldi.

2.3.44 Elaboração de conteúdo para curso EAD

Elaboração de Curso EAD para formas de captação de recursos para o campo museal, com contratação de consultoria especializada no tema.

Elaboração de conteúdo para explorar os modelos de gestão em museus, em conformidade com solicitação constante de relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União - TCU. O conteúdo aborda de forma concisa o tema das Organizações Sociais - OS, Associação de Amigos, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, Organizações da Sociedade Civil – OSC, Programa de Parceria de Investimentos – PPI, oferecendo informações sobre legislação, conceito e aplicação prática, com o intuito de proporcionar orientações relevantes para profissionais do setor museológico e demais interessados no tema.

3.3.45 Assessoramento Parlamentar

Realizou-se o acompanhamento e participação nas discussões relativas às emendas parlamentares, apoiando a destinação desses recursos para o setor museal. No levantamento de convênios, realizado ao final de 2023, contabilizamos 32 processos de Emendas Parlamentares ainda não encerrados de 2017 a 2022, no valor de R\$ 9.177.997,76.

Nessa esteira, durante o ano de 2023 foi contratada consultoria especializada para organização e proposição de conteúdo, visando compor a publicação denominada “Emendas Parlamentares para Museus”, ao tempo em que o Ibram também participou da elaboração de conteúdo para criação da Cartilha Parlamentar do Ministério

da Cultura 2024.

Outra atividade desenvolvida foi o acompanhamento das reuniões das comissões permanentes, mistas e especiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, das sessões do plenário do Congresso Nacional, relacionadas às pautas de interesse do Ibram e, em especial, as seguintes proposições:

- PL 03639/2019 que institui o projeto Adote um Museu e o Dia Nacional do Museu, para incentivar ações de preservação e de valorização da memória histórica, artística e cultural por meio de doação de bens. Reunião com as assessorias da Deputada Alice Portugal–do senador Jaques Wagner, sobre a possibilidade de alteração da data proposta para a realização do Dia Nacional dos Museus;
- PL 1.868 que estabelece diretrizes para a proteção do Patrimônio Cultural Tombado, institui a Política Nacional do Patrimônio Cultural Tombado, o Fundo Nacional do Patrimônio Tombado - FNPT e dá outras providências; e
- PL 4.007/2020 que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para prever a não ofensa aos direitos autorais do uso de imagens de obras por museus. Reunião com a Diretoria da Regulação de Direitos Autorais, 21/12.

No ano de 2023 houve tratativas para se atualizar o Plano de Trabalho referente ao Acordo de Cooperação nº 2.011/263.1, celebrado entre o Ibram e a Câmara dos Deputados, com o objetivo de promover o intercâmbio a pesquisa e a cooperação técnico-científica; visando ao desenvolvimento e à modernização institucional.

A presidência do Ibram, em sua representação política, se reuniu com dirigentes públicos como o Governador do Estado do Amapá, sr. Clécio Luís Vilhena Vieira, e com a Secretaria de Cultura, srª. Clícia Di Mirceli, sobre assinatura da Carta de Intenção e a implantação do Sistema Estadual de Museus naquele estado; com o prefeito do município de Itaituba/PA , sr. Valmir Climaco de Aguiar e com a Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer Srª. Sueli Freitas de Aguiar.

3.3.46 Assessoria de Comunicação

Conforme orientação do Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019, que instituiu o portal único “gov.br” e estabeleceu as regras de unificação dos canais digitais do governo federal, foram criados os seguintes ambientes virtuais, hospedados na plataforma gov.br:

- Programa Saber Museu
- Política Nacional de Educação Museal – PNEM;
- Museu de Arte Sacra de Paraty; e
- Museu Forte Defensor Perpétuo.

Houve também a divulgação das ações e programas desenvolvidas pelo Instituto por meio da publicação de notícias no site institucional, repercutidas por meio das redes sociais do instituto e do trabalho de assessoria de imprensa. Em 2023, foram publicadas aproximadamente 120 matérias na sessão “Notícias” do site institucional, sendo as mesmas divulgadas também nos perfis do Ibram nas redes sociais Instagram, Facebook, Twitter (X) e Youtube. A atividade promoveu a divulgação dos seguintes programas:

- Arquitetura de Museus;
- Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos – CBMD;
- Editais 2023;
- Fiscalização;
- Formulário de Visitação Anual (FVA);
- Ibermuseus e Icom;
- Museus e Sustentabilidade;
- Museus Ibram;
- Participação Social - Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e Sistemas de Museus;
- PNEM;
- Primavera dos Museus;

- Programa Acervo em Rede;
- Programa Gestão de Riscos;
- Programa Pontos de Memória;
- Programa Saber Museu;
- Projeto de cooperação Técnica internacional - PRODOC;
- Projeto Tainacan - Brasileira Museus; e
- Semana Nacional de Museus.

3.3.47 Assessoria Internacional

Foram desenvolvidas Atividades diversas atividades como:

- Participação na 1º Reunião do Grupo de trabalho de Cultura da Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil- Rússia e reuniões bilaterais com ao Governo da Turquia, em setembro na Rússia e Turquia;
- Participação no Encontro do Patrimônio Cultural na Internet: experiências no México e Brasil, em parceria com a Universidade de Brasília e a Secretária de Cultura do Governo mexicano e visitas a instituições e, sobretudo, discussão de acordos bilaterais para formação de uma Rede de Museus Latino-americanos, realizado em setembro no México;
- Participação no XIII Encontro Regional do Comitê de Educação e Ação Cultural para América Latina e o Caribe- CECA LAC do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em outubro no Peru.
- Ponto Focal brasileiro na Comissão de Patrimônio Cultural , no Comitê de Museu e Comitê Técnico de Prevenção e combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais do Mercosul;
- Participação da Jornada de Sustentabilidade e da 19º Reunião Ordinária do Conselho Intergovernamental do Programa Ibermuseus, em novembro de 2023, em Portugal.

- Preparação da Presidência do Brasil, na área museológica, para o G20
- UNESCO: convenção de 1970; rota das pessoas escravizadas; seminário de gestão de risco

2.3.48 - Projeto de Cooperação Técnica Internacional – PRODOC OEI BRA/17/003 – Ibram III

Trata-se do Projeto de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o Ibram e a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI. Objetivo de Desenvolvimento: 1ª Revisão - Projeto de Fortalecimento da capacidade técnica do Ibram para a promoção da sustentabilidade, desenvolvimento da função social e educativa e o estímulo da cultura digital nos museus brasileiros e do seu planejamento institucional, com vigência compreendida entre 06/01/2021 e 05/01/2025.

Em 2023 houve a aplicação de recursos financeiros no valor total de R\$ 246.785,71, distribuídos em 11 (onze) contratos de consultoria que resultaram em 16 (dezesesseis) Produtos com o propósito de atender aos objetivos estratégicos previstos do PRODOC.

2.3.49 - Plano de Transformação Digital

O Plano de Transformação Digital – pactuado entre o Ibram e o então Ministério da Economia em 2022 - objetiva disponibilizar à sociedade acesso digital aos serviços do Ibram, através da implantação de ferramentas digitais acessíveis por um login único da plataforma Gov. br de forma ágil, segura, confiável e com possibilidade de serem avaliadas pelo cidadão que as utiliza. Além disso, o órgão objetiva a redução de custos e facilidade de acesso aos serviços do Ibram.

No ano de 2023 foram repactuadas algumas ações com realização para 2024 como: avaliar as estruturas organizacionais com base na sua cadeia de valor integradas, adesão a solução de Protocolo Digital do Governo Federal; implantação da solução PagTeseuro; Capacitação dos agentes públicos no aplicativo “Fiscal Gov.br” ; Capacitação de servidores que trabalham com transferências de recurso da União;

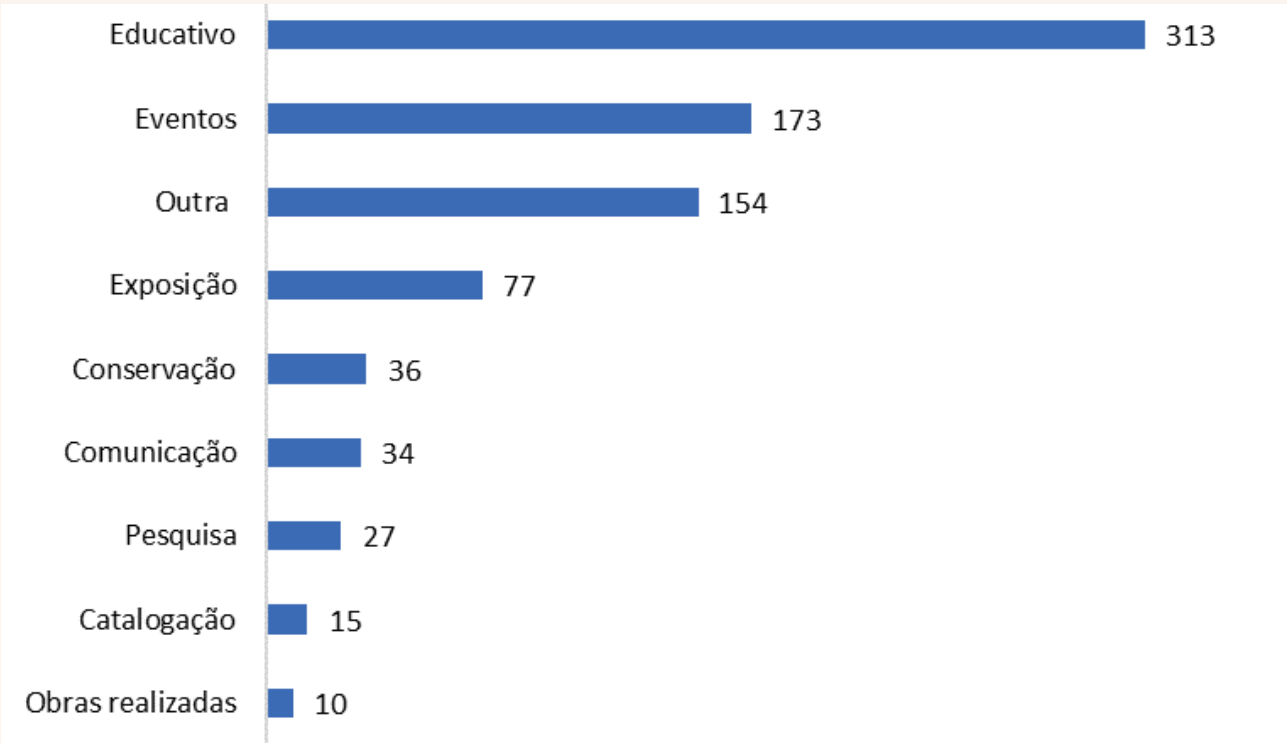
Adesão ao Modelo Referencial do dimensionamento da força de trabalho (DFT).

2.3.50 - Atuação dos Museus IBRAM

O Ibram conta com 30 unidades museológicas distribuídas em quatro regiões brasileiras: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, conforme indicado na relação e no infográfico abaixo.

No ano de 2023 foram desenvolvidas 839 atividades pelos Museus, sendo 79% não orçamentárias, divididas nos seguintes tipos:

Figura 8: Atividades desenvolvidas pelos museus



Em virtude de suas especificidades, pareceu-nos relevante explicitar, para além das realizações das unidades da sede, o trabalho dos museus vinculados a esta autarquia que, em função da sua diversidade temática e de porte, apresentam importante riqueza de repertório. Sendo assim, apresentamos por meio de um anexo a este relatório, as principais realizações de parte dos museus Ibram, tendo-se como base as informações disponíveis na data de conclusão deste documento.

São os seguintes os museus vinculados ao Ibram:

Região Nordeste:

- Museu Casa Histórica de Alcântara – Alcântara (MA)
- Museu da Abolição – Recife (PE)

Região Centro-Oeste:

- Museu Casa da Princesa (Casa Setecentista) – Pilar de Goiás (GO)
- Museu das Bandeiras – Cidades de Goiás (GO)
- Museu de Arte Sacra da Boa Morte – Cidade de Goiás (GO)

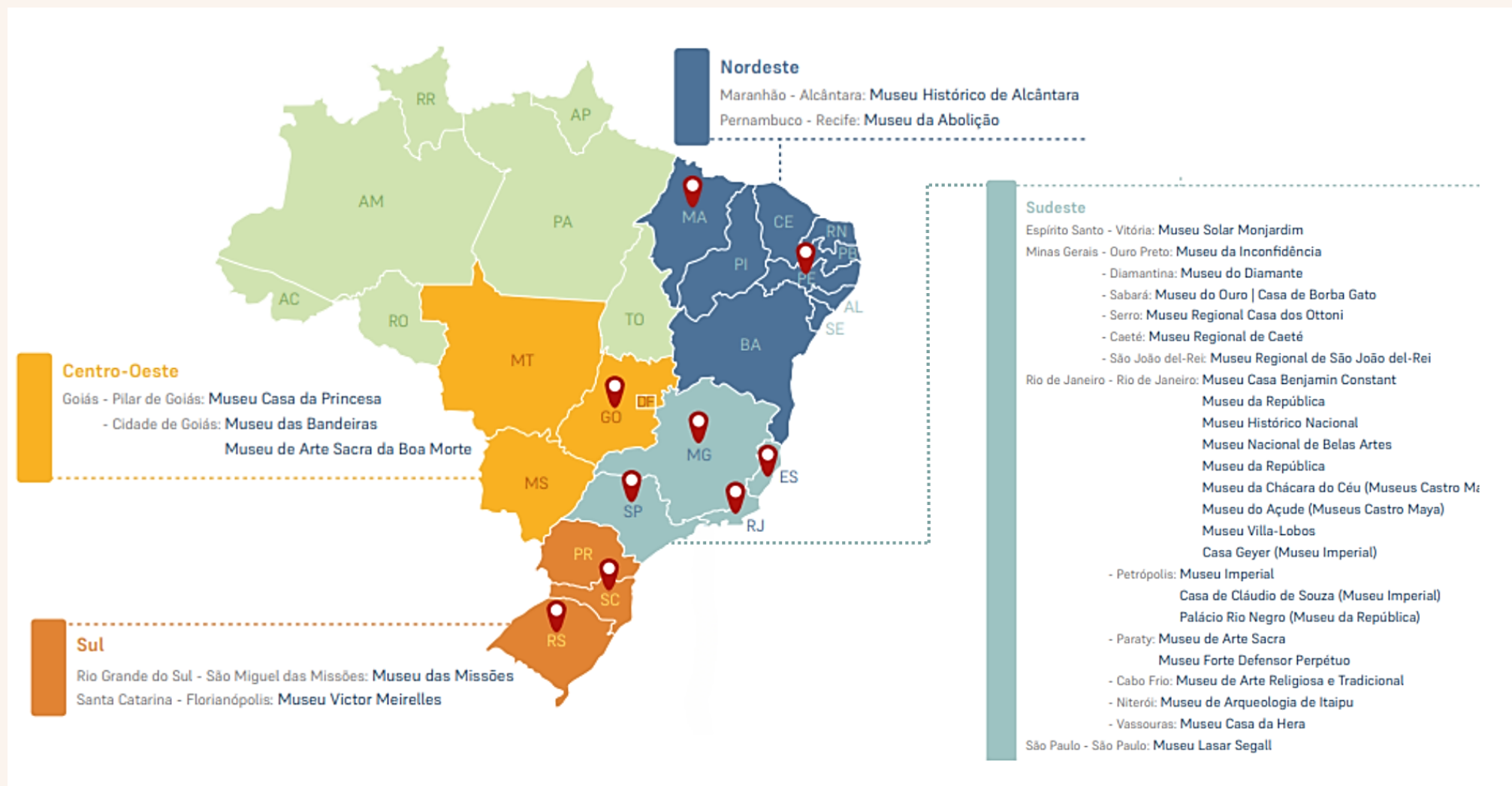
Região Sul:

- Museu das Missões – São Miguel das Missões (RS)
- Museu Victor Meirelles – Florianópolis (SC)

Região Sudeste:

- Museu Casa da Hera – Vassouras (RJ)
- Museu Casa de Benjamin Constant – Rio de Janeiro (RJ)
- Museus Castro Maya – Rio de Janeiro (RJ)
- Museu da Inconfidência – Ouro Preto (MG)
- Museu da República – Rio de Janeiro (RJ)
- Museu de Arqueologia de Itaipu – Niterói (RJ)
- Museu de Arte Religiosa e Tradicional – Cabo Frio (RJ)
- Museu de Arte Sacra de Paraty – Paraty (RJ)
- Museu do Diamante – Diamantina (MG)
- Museu do Ouro – Casa Borba Gato – Sabará (MG)
- Museu Forte Defensor Perpétuo – Paraty (RJ)
- Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro (RJ)
- Museu Imperial – Petrópolis (RJ)
- Museu Lasar Segall – São Paulo (SP)
- Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro (RJ)
- Museu Regional Casa dos Ottoni – Serro (MG)
- Museu Regional de Caeté – Caeté (MG)
- Museu Regional de São João del-Rei (MG)
- Museu Solar Monjardim – Vitória (ES)
- Museu Villa-Lobos – Rio de Janeiro (RJ)

Figura 9: Museus vinculados ao Ibram



As supramencionadas unidades museológicas dispõem do supracitado formulário de visitação mensal – FVM, criado para que os museus sob a gestão do Ibram informem seu quantitativo de visitação mensal de forma padronizada e organizada. A consolidação de um formulário para o acompanhamento dessas informações estabelece padrões de coleta e processamento de dados referentes aos visitantes dessas instituições, permitindo a criação de séries históricas e a produção de informação.

No ano de 2023, os museus vinculados ao Ibram apresentaram os seguintes números oficiais de visitantes:

Tabela 2: Visitas por museu Ibram

Museus IBRAM	UF	TOTAL PRESENCIAL	TOTAL VIRTUAL
Museu Casa de Benjamim Constant ¹	RJ	874	645
Museu Casa da Hera	RJ	32.326	2.509
Museu Casa da Princesa	GO	3.816	3.336
Museu da Abolição	PE	.	0
Museu da Inconfidência	MG	315.795	252.073
Museu da República	RJ	341.089	15.052
Museu das Bandeiras	GO	25.187	3.336
Museu das Missões ²	RS	0	0
Museu de Arqueologia de Itaipu	RJ	5.509	0
Museu de Arte Religiosa e Tradicional	RJ	8.916	44.721
Museu de Arte Sacra da Boa Morte	GO	14.773	3.336
Museu de Arte Sacra de Paraty	RJ	87.720	0
Museu do Diamante	MG	34.382	255.781
Museu do Ouro/Casa de Borba Gato ³	MG	1.031	138
Museu Forte Defensor Perpétuo	RJ	22.634	0
Museu Histórico de Alcântara ⁴	MA	8.962	0
Museu Histórico Nacional	RJ	70.037	830.787
Museu Imperial	RJ	327.246	0
Museu Lasar Segall	SP	30.304	60.923
Museu Nacional de Belas Artes ⁵	RJ	2.834	784.670
Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya Chácara do Céu	RJ	50.152	0
Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya Museu do Açude	RJ	9.761	0
Museu Regional Casa dos Ottoni	MG	7.754	1.540
Museu Regional de Caeté	MG	4.035	9.031
Museu Regional de São João del-Rei	MG	9.898	36.957
Museu Solar Monjardim ⁶	ES	5.121	0
Museu Victor Meirelles	SC	8.423	33.688
Museu Villa-Lobos	RJ	8.370	81.863
Museu Palácio Rio Negro ⁷	RJ	0	0
Casa de Cláudio de Souza ⁸	RJ	0	0
Casa Geyer ⁹	RJ	0	0
TOTAL ANUAL		1.448.237	2.420.386
TOTAL			3.868.623



3. CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Em relação à eficiência da gestão, o ano de 2022 terminou com avanços significativos no Ibram. Ações estruturantes foram colocadas em marcha nas funções planejamento e monitoramento. Além delas, também foram adotadas melhores práticas referentes à conformidade e gestão de riscos.

A seguir são apresentadas as iniciativas que tiveram por objetivo melhor compreender a existência de riscos e oportunidades de variadas naturezas inerentes à atuação do Instituto Brasileiro de Museus. Espera-se que tais elementos possam ser cada vez mais adequadamente identificados, avaliados, tratados e monitorados, de modo a aumentar a capacidade do Instituto em gerar valor público, em linha com o planejamento estratégico em vigor.



3.1 - Avaliação do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM

O PNSM identifica um conjunto de objetivos e metas de caráter estruturante para o fortalecimento do setor museal, alinhados com os referidos documentos e debates. O PNSM é organizado em torno dos cinco eixos estruturantes da II Conferência Nacional de Cultura, a saber:

1. Produção simbólica e diversidade cultural;
2. Cultura, cidade e cidadania;
3. Cultura e desenvolvimento sustentável;
4. Cultura e economia criativa;
5. Gestão e institucionalidade da cultura.

E também organizou-se em torno dos seguintes eixos setoriais:

1. Museus de arte;
2. Museus de história;
3. Museus de culturas militares;
4. Museus de ciências e tecnologia;
5. Museus etnográficos;
6. Museus arqueológicos;
7. Museus comunitários e ecomuseus;

8. Museus da imagem e do som e de novas tecnologias;
9. Arquivos e bibliotecas de museus.

No ano de 2023 houve o início da avaliação interna e discussão metodológica para consulta e debate com o setor museológico. Em dezembro foram publicadas as Portarias Ibram nº 2585, de 18 de dezembro de 2023, que institui Grupo de Trabalho (GT) sobre o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), com a finalidade de acompanhar e subsidiar o processo de revisão e elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), e a nº 2586, de 18 de dezembro de 2023, que designa os representantes do Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de acompanhar e subsidiar o processo de revisão e elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), nos termos da Portaria Ibram nº 2585, de 18 de dezembro de 2023.

3.2 – Auditoria Interna

A auditoria Interna analisou as restrições contábeis deste Instituto Brasileiro de Museus registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e encaminhadas mensalmente a esta Auditoria Interna durante o exercício de 2022 por parte da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Turismo - SPOA/MTur, ao qual o Ibram encontrava-se vinculado à época. Este trabalho resultou na Nota de Auditoria 1/2023/AUDIN/PRES/IBRAM (SEI nº 1969597), cujas recomendações foram acompanhadas durante o Exercício de 2023. Frente às recomendações sugeridas pela Audin, observou-se que o SIADS foi devidamente implantado no Ibram em 21/09/2023. No entanto, ainda são relatadas nos Relatórios de Conformidade Contábil enviados à Audin, especialmente nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023, restrições relacionadas à Falta/Registro Incompatível da Depreciação, Amortização, Exaustão do Ativo Imobilizado e/ou Falta/Evolução Incompatível da Amortização do Ativo Intangível. A correção dessas situações, que possivelmente demandará algum tempo mesmo após a implantação do SIADS, está sendo acompanhada pela Auditoria Interna para garantir o total cumprimento das recomendações emitidas, enquanto continua a análise mensal das restrições contábeis.

O Relatório Anual de Auditoria Interna do Ibram se encontra no site do Ibram no seguinte link: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna-raint>



3.3 - Comitê Correcional

Na esfera correcional, o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram atua por meio do Comitê Correcional, responsável por receber e dar tratamento às denúncias, representações e outras demandas que versem sobre infrações disciplinares atribuídas a servidores públicos efetivos e comissionados, ou atos lesivos de pessoas jurídicas, no âmbito do Ibram. O comitê foi criado pela Portaria Ibram nº 327, de 23 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de abril de 2021, e seus membros foram designados por meio da Portaria Ibram nº 394, de 21 de maio de 2021, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União, de 25 de maio de 2021.

Alterações posteriores foram introduzidas pelos seguintes atos: Portaria Ibram Nº 1.104, de 15 de março de 2022, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União, de 17 de março de 2022; Portaria de Pessoal Ibram Nº 178, de 2 de junho de 2023, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União, de 12 de junho de 2023; Portaria Ibram Nº 2.184, de 10 de julho de 2023, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União, de 13 de julho de 2023. Dessa forma, a unidade elenca as principais ações de correição adotadas para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos da União, executados no âmbito do Ibram no exercício de 2023:

- a)** 05 análises de admissibilidade, tendo sido concluídas 03;
- b)** 11 processos administrativos disciplinares, sendo que 05 foram concluídas; e
- c)** 01 sindicância, ainda em análise. Total de admissibilidades em andamento: 02;

Total de processos administrativos disciplinares em andamento: 06; e Total de sindicâncias em andamento: 01.



3.4 - Gestão de Riscos

De acordo com a Instrução Normativa Conjunta do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Transparência e Controladoria- Geral da União - MP/CGU n.º 01, de 10 de maio de 2016, órgãos e entidades da Administração Federal deveriam instituir as suas políticas de gestão de riscos.

Segundo aquele ato normativo, os objetivos da gestão de riscos são:

1. assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;
2. aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e
3. agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

O IBRAM instituiu o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles, com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Instituto.

O ponto de partida e referências para essa análise são os trabalhos em andamento:

1. na área da Gestão de Riscos, disposto na Portaria IBRAM n.º 1.143/022, que institui a Política de Gestão de Riscos (PGR), o Comitê e o Núcleo de Governança, Gestão de Riscos e Controles;
2. na implementação do Programa de Integridade, disposto na Portaria IBRAM n.º 1.145/2022, que cria o Comitê Consultivo do Programa de Integridade (CCPI); e
3. na formalização do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, disposto na Resolução Normativa IBRAM 03/2021, especialmente os Eixos II e III do Programa.

Nos relatórios setoriais relativos à gestão de pessoas, licitações e contratos e gestão orçamentária apresentados nos capítulos que se seguem, destacam-se as seguintes questões ligadas a riscos corporativos.

Riscos relacionados ao pessoal

a) um dos maiores riscos identificados na gestão de pessoas, que pode comprometer, de forma grave, o cumprimento da missão institucional, ao longo do tempo, e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, é a carência de pessoal. Atualmente, a situação do Ibram, no que se refere à força de trabalho, é alarmante. De 462 servidores existentes em 2018, verificaram-se 380 em 2021;

b) dos servidores nomeados no concurso realizado em 2010, as evasões chegam a 51%;

c) dos 380 servidores que compõem o quadro de pessoal do Ibram, 19 estão cedidos, 172, ou seja 45%, servidores têm mais de 50 anos de idade; e 72 servidores recebem abono de permanência;

d) os requisitados, os nomeados sem vínculo, anistiados e outros somam 114 trabalhadores, ou seja, 23% considerando o efetivo total em exercício no Ibram (494 pessoas).

e) o atual quadro em exercício encontra-se abaixo do requerido pela missão e pelas competências do Ibram. É necessário efetivar uma lotação funcional equivalente à demanda institucional, de modo a recompor a força de trabalho insuficiente já naquele momento do concurso, seja nas atividades finalísticas sejam nas de suporte;

f) cerca de 19% do quadro efetivo do Instituto já adquiriram condição de aposentadoria;

g) desde o ano de 2013 é solicitada a realização de concursos para ingresso de servidores, sem sucesso;

Riscos associados à Tecnologia da Informação:

a) reduzida capacidade operacional do setor responsável;

b) estrutura organizacional ainda incipiente que abrange apenas uma Coordenação e duas Divisões para suportar todas as competências de TIC, tais como: Governança, Sistemas, Segurança, Infraestrutura, Comunicação, Dados dentre outras;

c) insuficiência de recursos humanos dedicados às atividades de TIC.

Riscos na gestão das Licitações e Contratos


a) os desafios encontrados na gestão de licitações e contratos trafegam entre a competitividade nos certames e a entrega com

sucesso do objeto ou do serviço outrora licitado;

b) a eficiência dos processos administrativos de aquisições exige um desdobramento do agente público envolvido e um trabalho voltado para a transparência das atividades e processos, em consonância com o repertório jurisprudencial dos órgãos de controle.

Riscos associados à Gestão Orçamentária

a) conforme demonstrado no capítulo 7 a seguir, é necessária a recomposição de um fluxo de recursos orçamentários e financeiros de modo a fazer frente às demandas nas diversas dimensões operacionais da autarquia.



4. AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA - GESTÃO DE PESSOAS

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ibram observa o conjunto de normas (procedimentos) e diretrizes estabelecidos pelo Governo Federal no acompanhamento das publicações no Diário Oficial da União e resenhas de gestão de pessoas encaminhadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

4.1 Avaliação da força de trabalho

A força de trabalho do Ibram é composta por servidores oriundos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que passaram a integrar o Quadro desta autarquia quando da sua criação, servidores nomeados por aprovação no concurso realizado em 2010, e servidores requisitados.

Tabela 3: Força de trabalho do Ibram em 2023

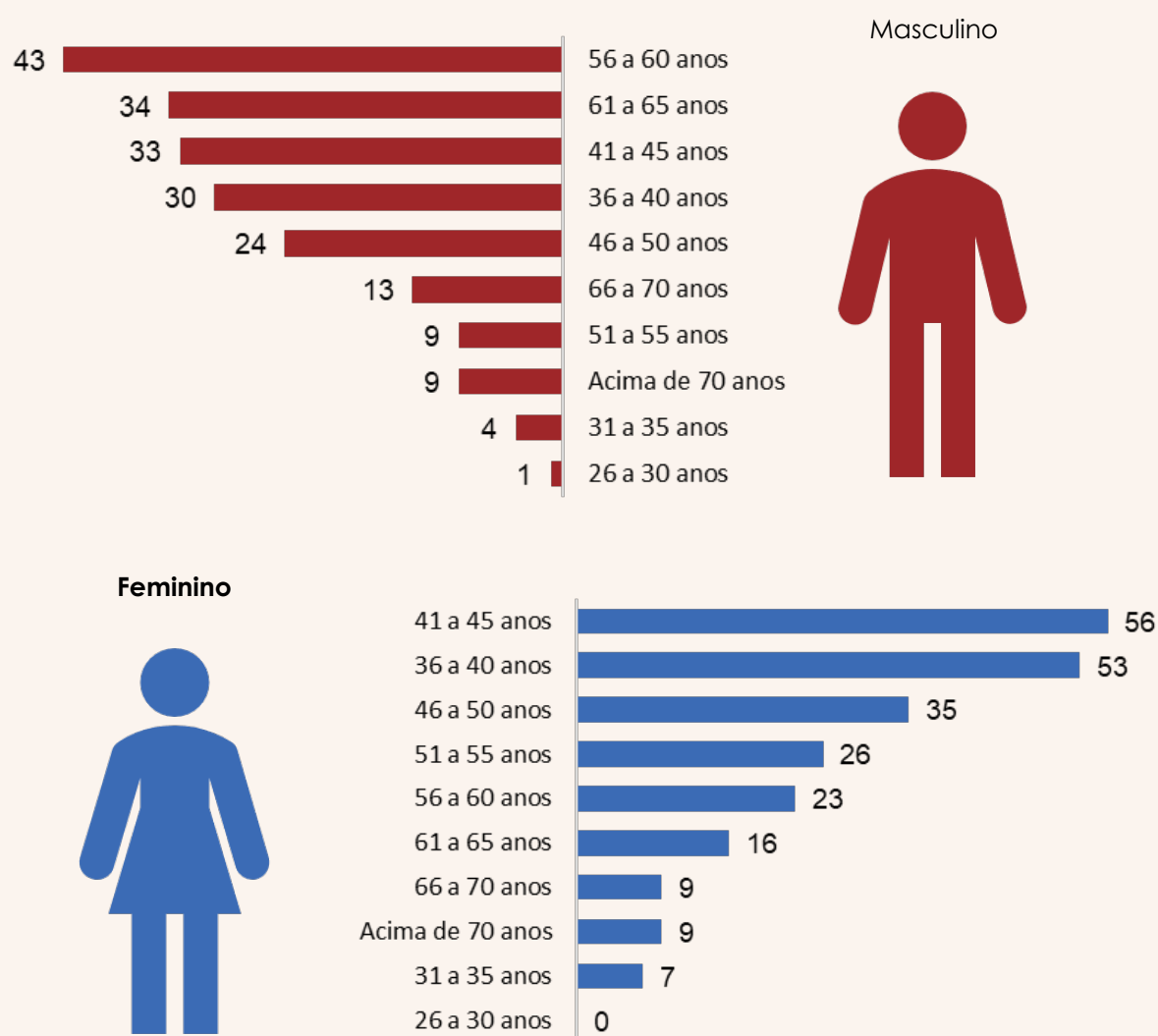
Ativo ermanente	Cedidos/ requisitados	Anistiados	Exercício escentralizado carreira	Exercício provisório	Sem vínculo
72,6%	16,6%	3%	2,5%	0,2%	5,1%
315	72	13	11	1	22

Fonte: SIAPE, 2023

O exercício de 2023 encerrou-se com 434 servidores representando uma diminuição de 7% do quadro geral em relação a 2022.

A força de trabalho do Ibram é formada prioritariamente por servidores cuja faixa etária está compreendida entre 31 e 60 anos, sendo que 59 servidores do quadro efetivo deste Instituto estão já recebem abono permanência.

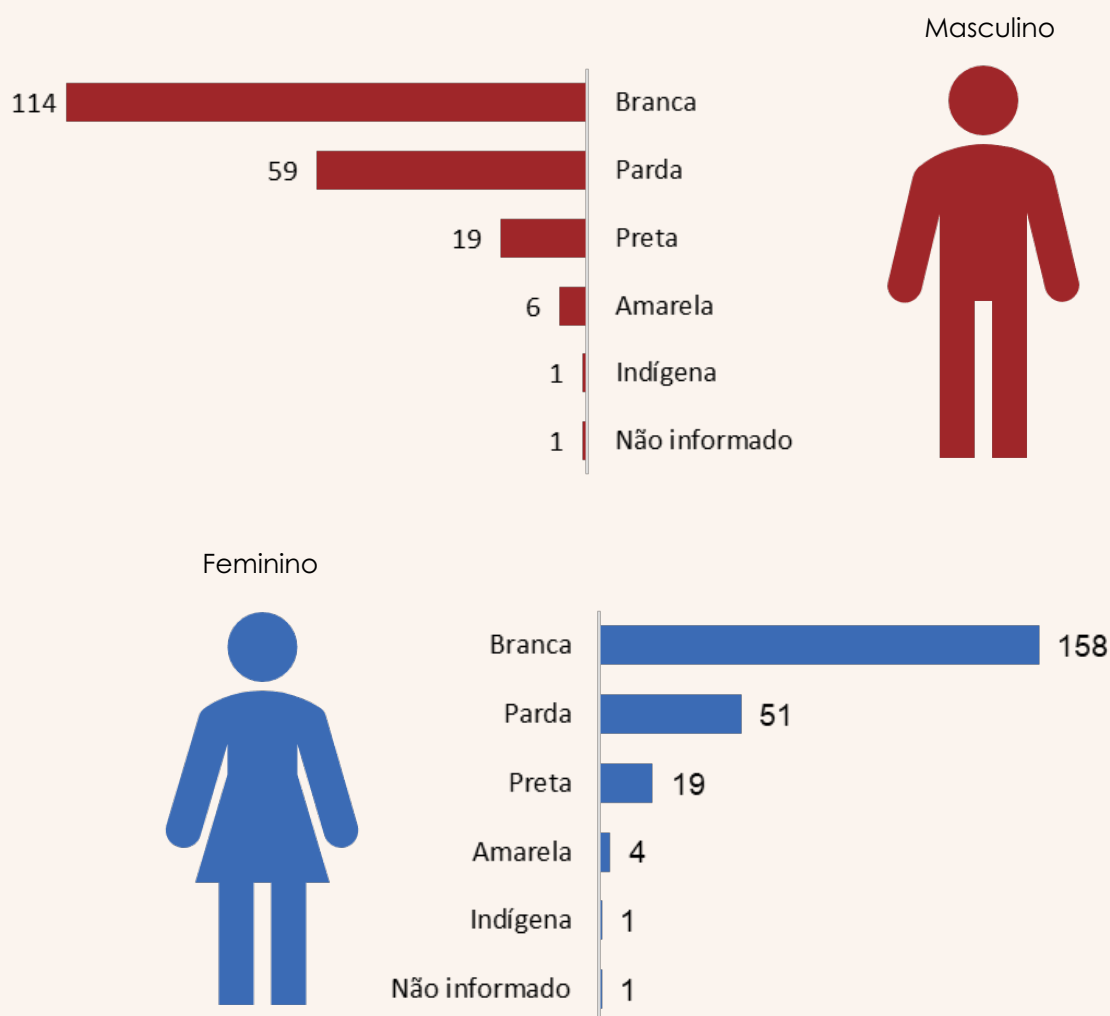
Figura 10: Distribuição da Força de Trabalho do Ibram por idade em 2023



Gênero e etnia

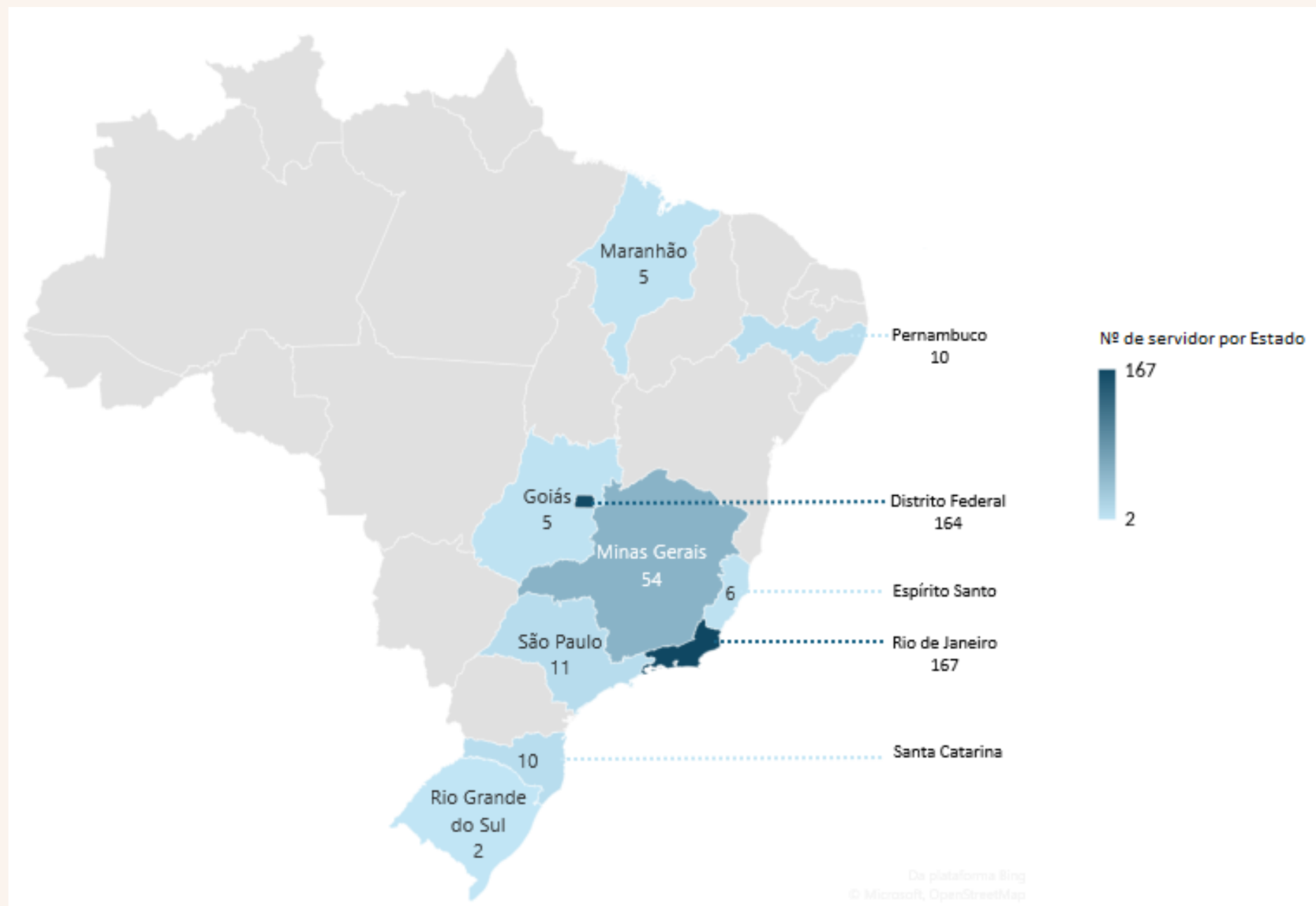
Evidencia-se uma baixa representação de indígenas e amarelos entre os servidores do Quadro Permanente do Ibram.

Figura 11: Distribuição dos servidores do Ibram por gênero e etnia em 2023



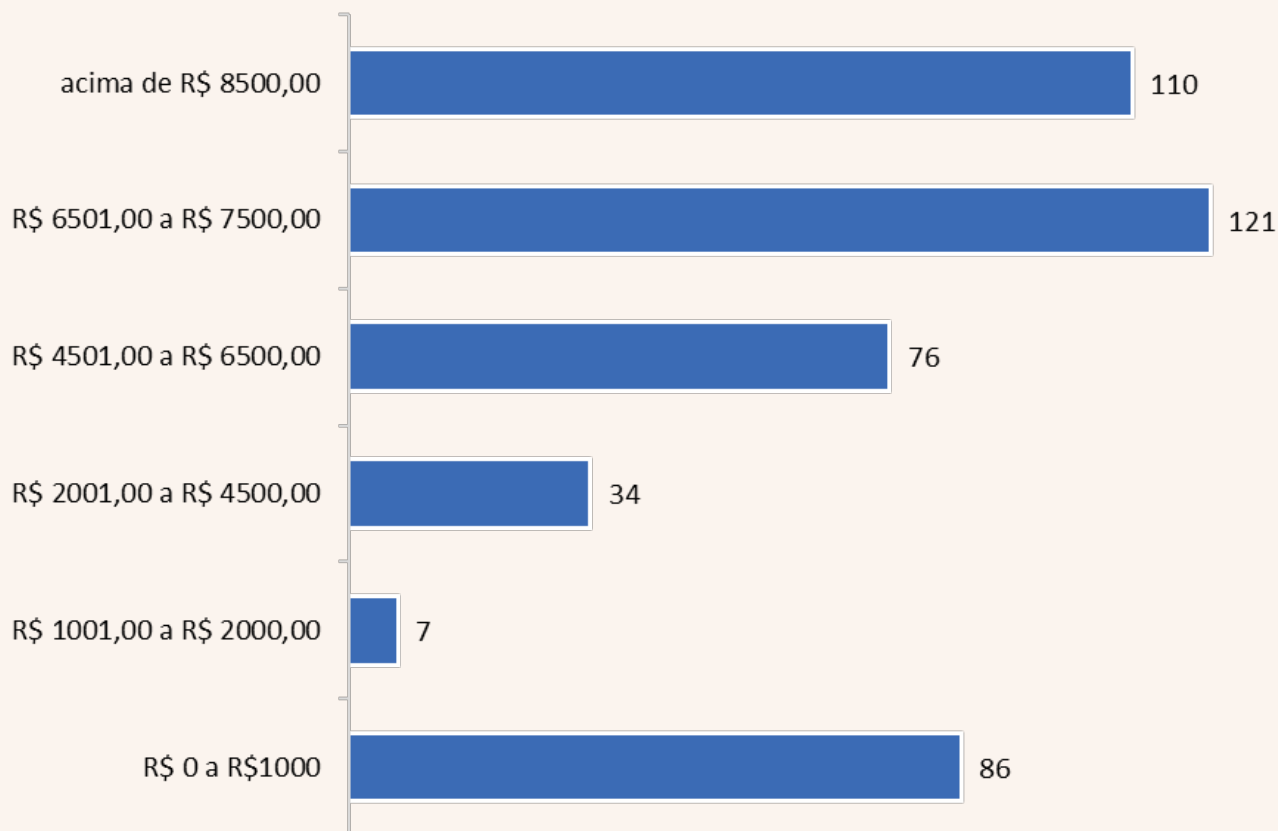
Ao se analisar a figura 12, na página a seguir, verifica-se uma concentração de 167 servidores no Rio de Janeiro, o que representa 38% da força de trabalho do Instituto, seguido por 164 (37 %) na sede em Brasília, e 54 (12%) em Minas Gerais.

Figura 12: Distribuição dos servidores do Ibram por UF em 2023



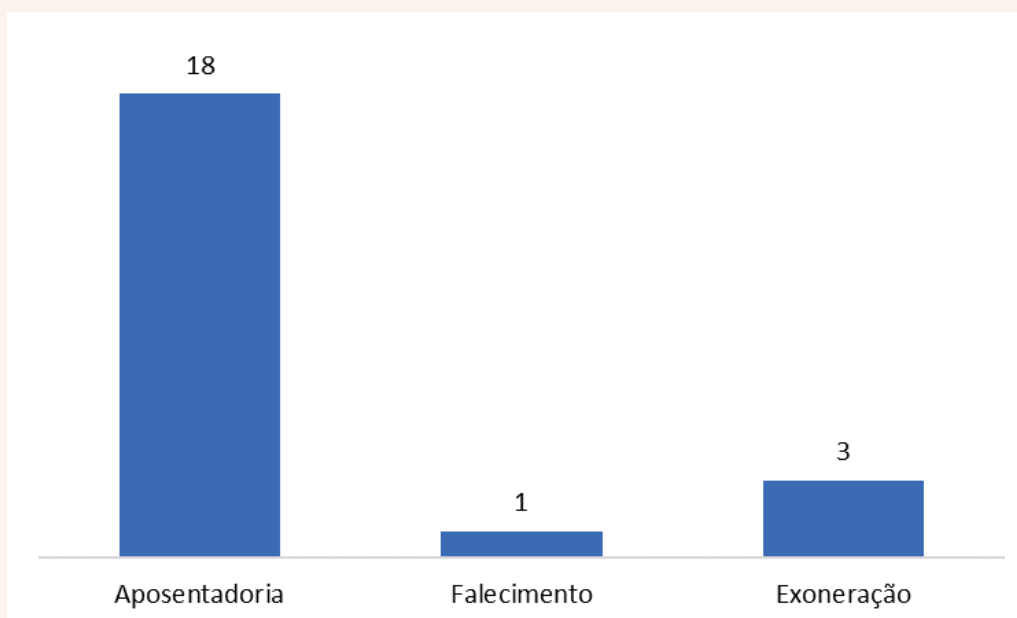
A remuneração dos servidores pertence ao Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233/2005 e está distribuída da seguinte forma:

Figura 13: Distribuição dos servidores por faixa remuneratória



O maior motivo de evasão dos servidores do Ibram em 2023 é aposentadoria, totalizando 18.

Figura 14: Evasão de servidores do Ibram em 2023



No que se refere à distribuição dos cargos comissionados (Quadro 2), pode-se verificar que 48 dos Cargos Comissionados Executivos - CCE, níveis 1 a 17, 54% estão ocupados por servidores de carreira, percentual superior ao mínimo estabelecido no Decreto nº 10.829/2021.

Quadro 2: Cargos comissionados e funções comissionadas do Ibram

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.17	6,27	1	6,27
CCE 1.13	3,84	9	34,56
CCE 1.10	2,12	10	21,20
CCE 1.07	1,39	11	15,29
CCE1.05	1,00	14	14,00
CCE 2.08	1,60	1	1,60
CCE 2.07	1,39	2	2,78
SUBTOTAL 1		48	95,70
FCE 1.13	2,30	6	13,80
FCE 1.10	1,27	18	22,86
FCE 1.07	0,83	34	28,22
FCE 1.06	0,70	1	0,70
FCE 1.05	0,60	14	8,40
FCE 1.04	0,44	3	1,32
FCE 1.03	0,37	2	0,74
FCE 1.02	0,21	38	7,98
FCE 1.01	0,12	17	2,04
FCE 2.07	0,83	1	0,83
FCE 2.03	0,37	3	1,11
SUBTOTAL 2		137	88,00
TOTAL (1+2)		185	183,70

Quadro 3: Distribuição dos servidores por situação funcional

SITUAÇÃO	QTD
ATIVO PERMANENTE	315
REQUISITADO	72
NOMEADO CARGO COMISSIONADO	22
EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO CARREIRA	11
EXERCÍCIO PROVISÓRIO	1
EXERCÍCIO §7º ART93 8112 - ANISTIADO	13
EM EFETIVO EXERCÍCIO	
CEDIDO/ATIVO EM OUTRO ÓRGÃO	18
APOSENTADO	270
BENEFICIÁRIO PENSÃO	30

A estruturação da política de gestão de pessoas para cumprimento do objetivo estratégico de manter o quadro funcional efetivo suficiente e qualificado para o alcance das metas institucionais, tem sido um desafio enfrentado anualmente. Diversas solicitações têm sido encaminhadas ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, objetivando autorização para realizar concurso público, conforme pode-se verificar no quadro de processos, apresentado a seguir:

Quadro 4: Solicitações para autorização de concurso no Ibram

01415.004790/2012-35	2013
01415.004612/2013-95	2014
01415.004612/2013-95	2015
01415.004399/2015-83	2016
01415.003017/2016-85	2017
01415.002945/2017-11	2018
01400.004249/2018-81	2019
01415.001224/2019-48	2020
01415.000700/2020-47	2021
01415.000585/2021-91	2022
01415.000577/2022-26	2023
01415.00726/2023-38	2024

Para minimizar a carência de pessoal no Instituto, foram publicados editais no SIAPE OPORTUNIDADES para viabilizar a requisição de servidores de outros órgãos federais com interesse em prestar serviço ao Ibram.

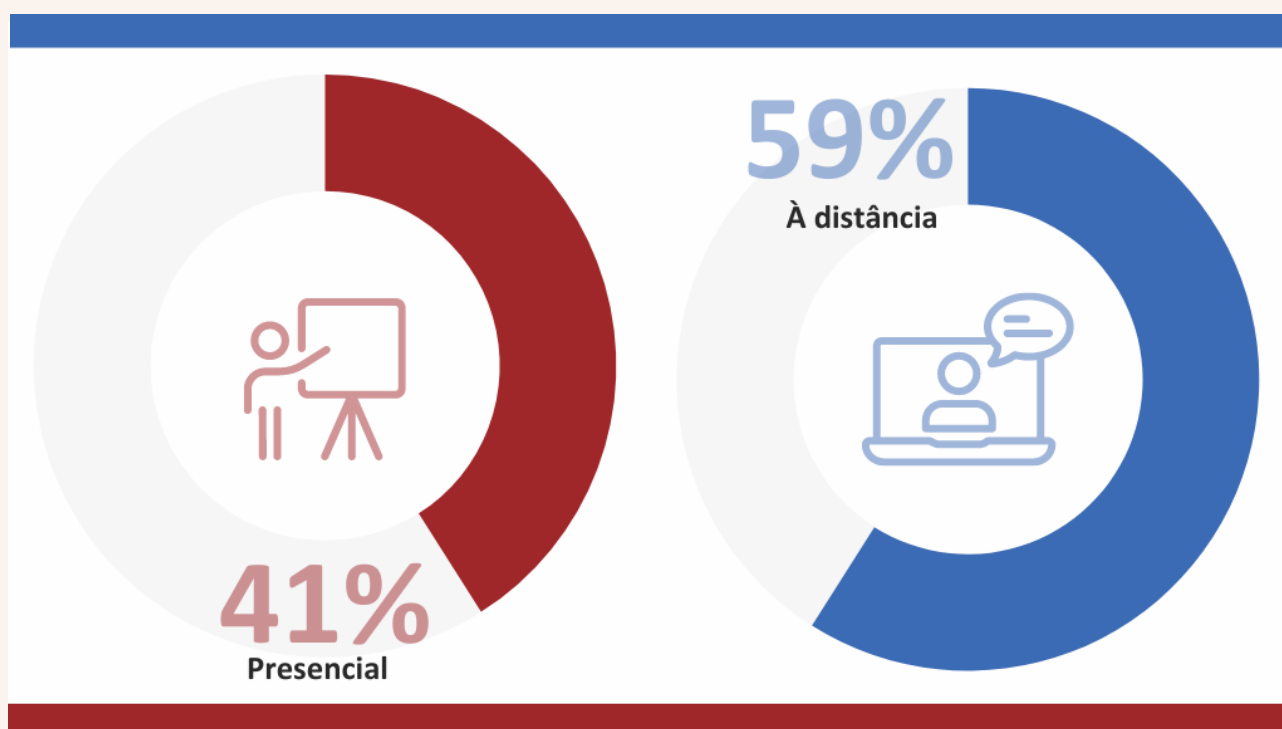


4.2 DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

4.2.1 Capacitação

O aperfeiçoamento dos mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores tem sido realizado mediante a concretização de eventos presenciais e à distância, proporcionando a efetivação de 191 ações de capacitação. Em 2023, findada finda a pandemia de COVID-19, as ações presenciais voltaram a crescer, conforme Gráfico:

Figura 15: Modalidades de Capacitação realizadas no Ibram em 2023



Fonte: Dados obtidos na "planilha de realização de cursos 2023" – Divisão de Capacitação e Organização

Foram utilizadas mais de cinco mil horas de capacitação pelos servidores, o que significa dizer que cada servidor realizou em média, 13 horas de treinamento.

Quadro 4 : Horas de treinamento

CARGA HORÁRIA TOTAL	5.535
CARGA HORÁRIA POR SERVIDOR	13
CARGA HORÁRIA POR AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	53

Fonte: Dados obtidos na "planilha de realização de cursos 2023" – Divisão de Capacitação e Organização

Mais uma consequência nítida da pandemia foi a redução dos gastos com viagens, o que já volta a crescer, conforme verifica-se no Gráfico:

Figura 16: Inclusão de diárias e passagens para realizar a capacitação em 2023



Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2023” – Divisão de Capacitação e Organização

Foram investidos R\$ 175.628,00 (cento e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte e oito reais) no pagamento de inscrição de servidores em ações de capacitação. Assim, podemos inferir que foram gastos somente cerca de R\$ 417,17 (quatrocentos e dezessete reais) para capacitar cada servidor. Fato este que pode ser justificado pelo grande número de cursos gratuitos feitos na ENAP e através da plataforma da Escola Virtual de Governo-EVG.

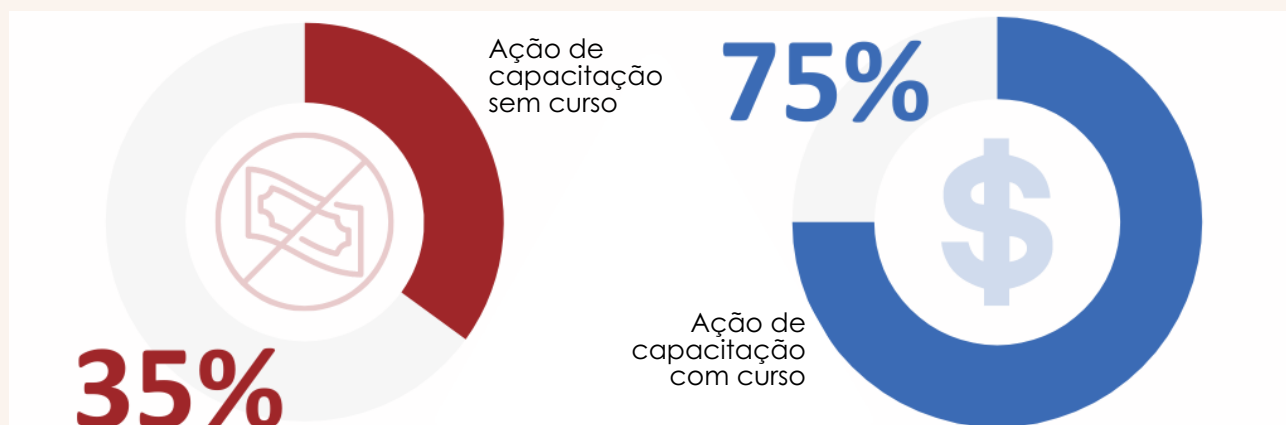
Quadro 4 : Horas de treinamento

Investimento total	175.628,00
Investimento por servidor	417,17
Investimento por ação de capacitação	1.672,65

Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2023” – Divisão de Capacitação e Organização

Mais da metade das ações de capacitação, 59%, não tiveram custos com o pagamento de inscrição de servidores.

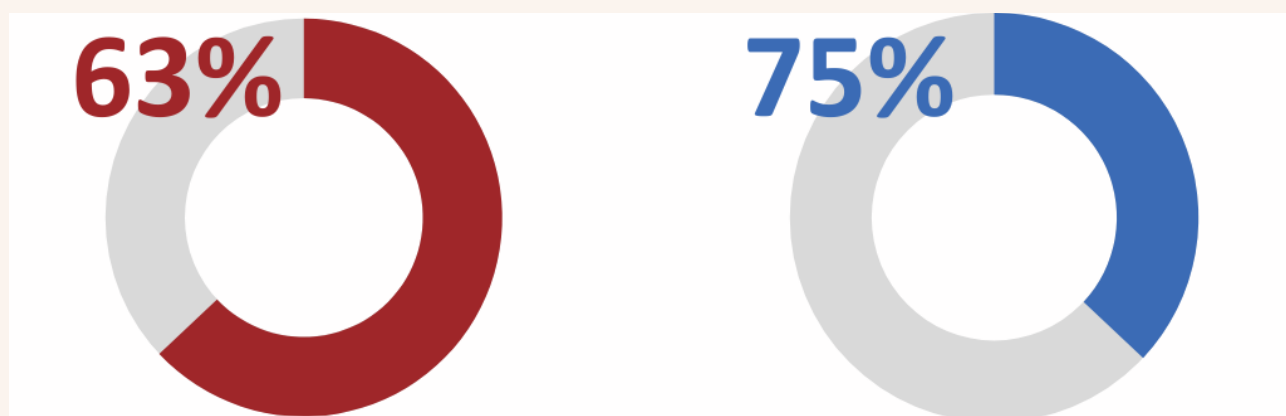
Figura 17: Capacitações realizadas com e sem custo em 2023



Fonte: Dados obtidos na "planilha de realização de cursos 2023" – Divisão de Capacitação e Organização

Ressaltamos que as chefias do Ibram também foram capacitadas, totalizando 71 participações de chefias em treinamento, o que representa 37% dos servidores que fizeram capacitação. Valor significativo, tendo em vista que dispomos de 185 cargos.

Figura 18: Servidores capacitados com função e sem função em 2023



Fonte: Dados obtidos na "planilha de realização de cursos 2023" – Divisão de Capacitação e Organização

A maioria das ações de capacitação foram realizadas por servidores da área meio, com destaque para o Departamento de Planejamento e Gestão Interna-DPGI. Acontecimentos esses que podem ser justificados pelo fato de estarmos tendo diversas mudanças nos procedimentos e nas legislações que regem as atividades da área administrativa, ocasionando uma maior demanda por atualização.

O fato de a maioria das Unidades terem contado com poucas ações de capacitação justifica-se em grande parte por termos diversas Unidades com poucos servidores, cada uma.

Destaca-se que praticamente todas as Unidades do Ibram tiveram pelo menos um servidor capacitado.

Figura 19: Distribuição das capacitações por Unidade no Ibram em 2023



Fonte: Dados obtidos na "planilha de realização de cursos 2023" –
Divisão de Capacitação e Organização



4.3 DESPESA DE PESSOAL

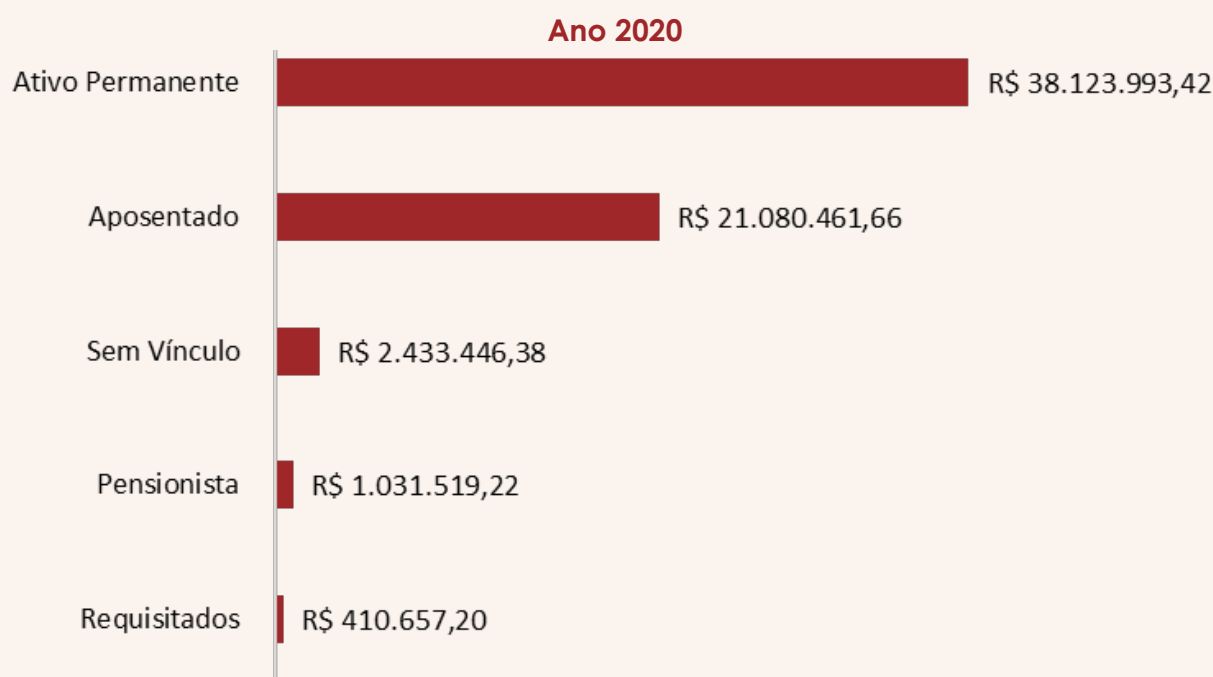
O decréscimo da despesa com ativo permanente foi decorrente das aposentadorias, o que Destaca-se que em 2023 não houve despesa com reembolso de servidores requisitados (ainda, assim a vinculação 309).

Tabela 4: Detalhamento de Despesa de Pessoal do Ibram no período de 2020 a 2023

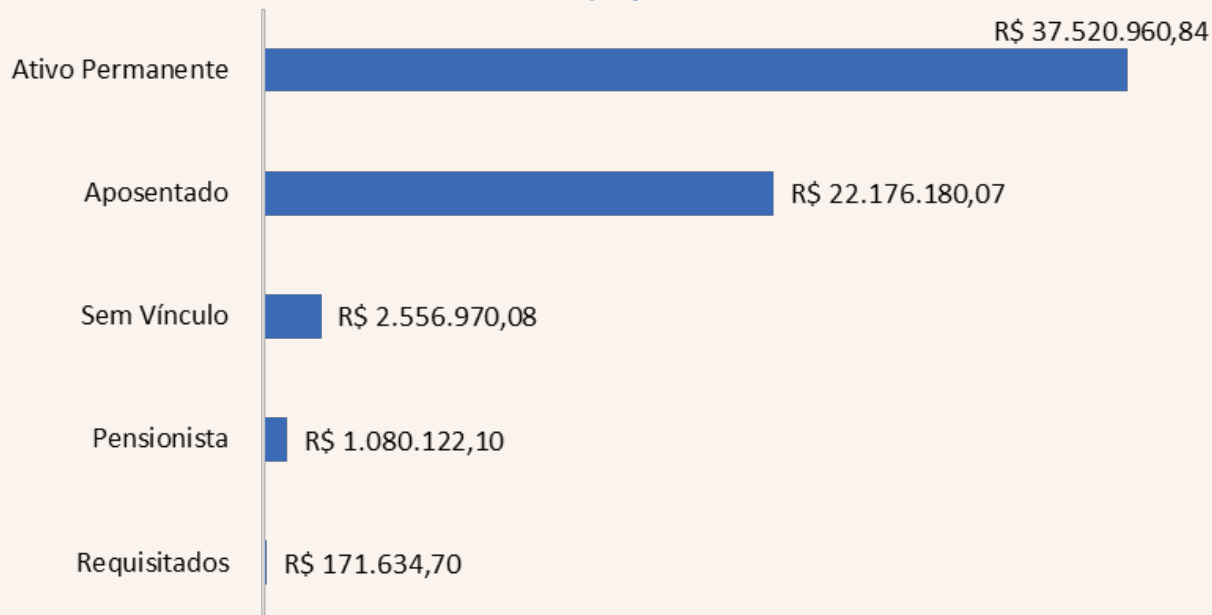
Situação Funcional	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Ativo Permanente	38.123.993,42	37.520.960,84	36.201.275,39	35.442.072,17
Requisitados	410.657,20	171.634,70	81.062,28	-
Sem Vínculo	2.433.446,38	2.556.970,08	2.675.593,68	2.694.037,57
Aposentado	21.080.461,66	22.176.180,07	23.496.865,52	24.035.932,87
Pensionista	1.031.519,22	1.080.122,10	1.313.358,77	1.437.502,11
Total	63.080.077,88	63.505.867,79	63.768.155,64	63.609.544,72

Fonte: SIAFI, 2023

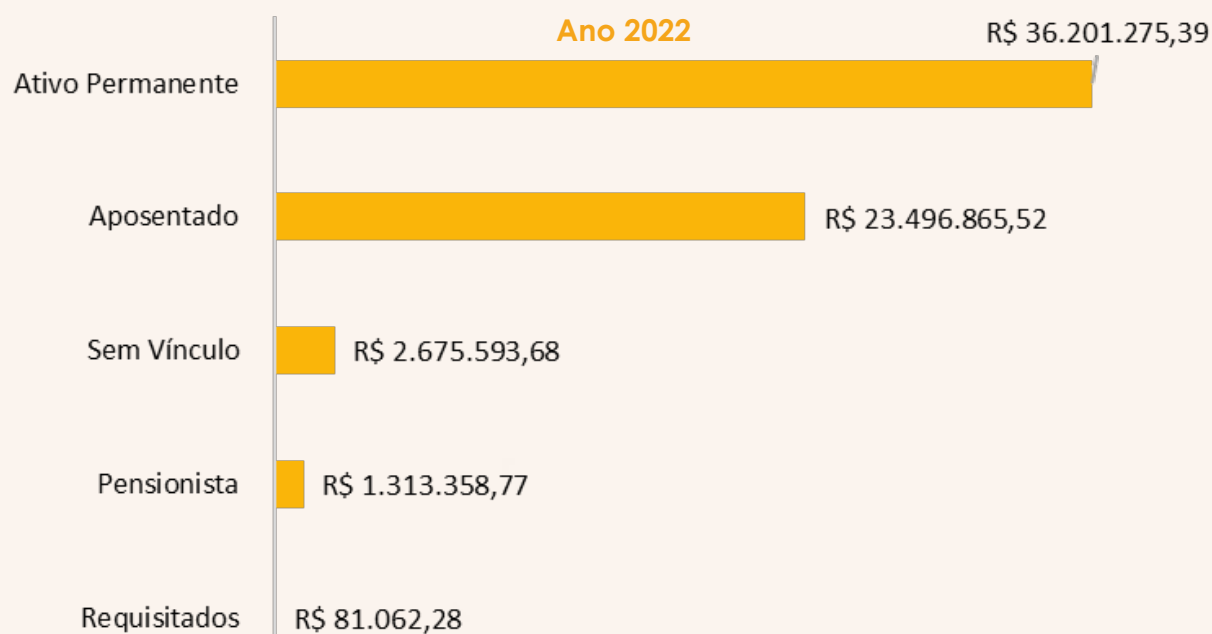
Figura 20: Gráfico 11 – Evolução da despesa com pessoal no período de 2020 a 2023



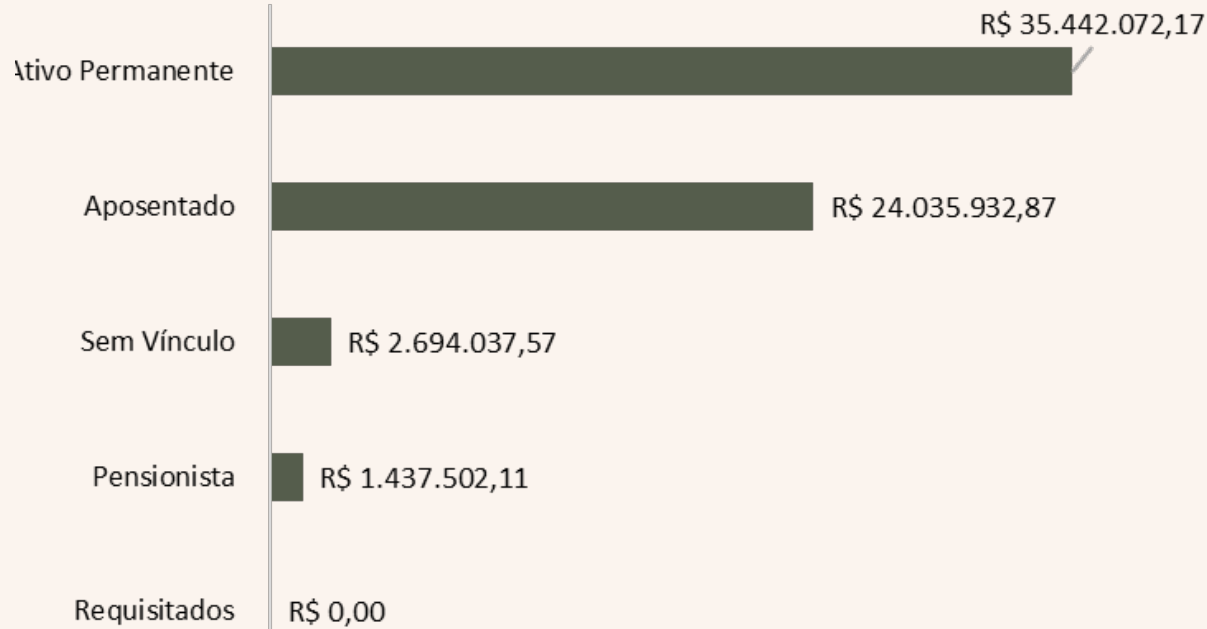
Ano 2021



Ano 2022



Ano 2023



Os grandes desafios da Coordenação permearão o desenvolvimento de novas estratégias para atrair, recrutar e reter talentos, capacitação de gestores, servidores e colaboradores, dinamizando o plano de Desenvolvimento de Pessoas, orientando suas temáticas, identificando as demandas críticas para priorizar o atendimento, buscando assegurar recursos que viabilizem sua realização e desenvolver ações que visem a melhoria do clima organizacional.

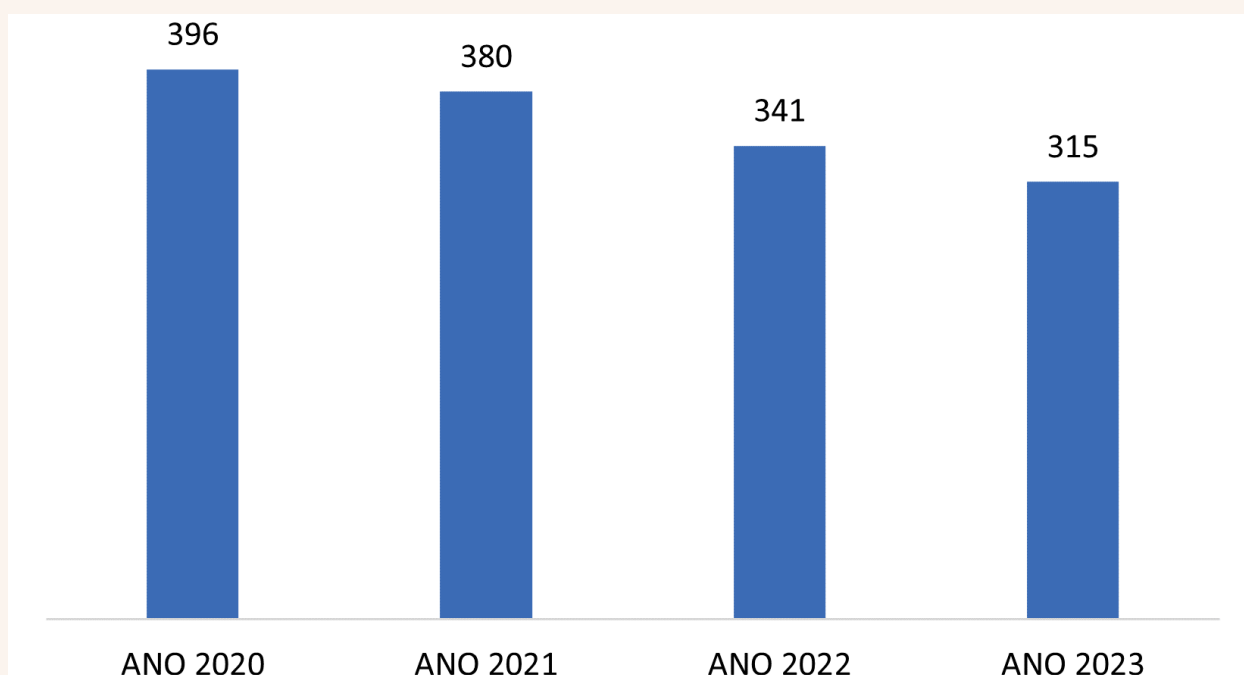
Na Política de valorização dos servidores, a Coordenação de Gestão de Pessoas implementou a descentralização de recurso orçamentário das ações de capacitação para as unidades gestoras do instituto, proporcionando maior autonomia aos Museus – Unidades Gestoras – possibilitando a realização de cursos “in ompany” e/ou coletivos de interesse dos servidores e adequados às necessidades institucionais no âmbito da Unidade da Federação.

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Um dos maiores riscos identificados na gestão de pessoas, que pode comprometer, de forma grave, o cumprimento da missão institucional, ao longo do tempo, e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, é a carência de pessoal.

Atualmente, a situação do Ibram, no que se refere à força de trabalho, é alarmante. Para retratar a situação de forma mais realista, seguem alguns números levantados em dezembro de 2023:

Figura 21: Servidores Efetivos





4.4 Recomposição dos quadros

São diversos os fatores que apontam a necessidade de recomposição do quadro de pessoal do Ibram. Um deles é o fato do elevado índice de evasão dos servidores conforme demonstrado no gráfico 12.

Dos 434 servidores que integram a força de trabalho do IBRAM, destaca-se que 44% dos servidores têm mais de 50 anos de idade. Adicionalmente, dentre esses servidores, 315 servidores são de provimento efetivo, dos quais 59 recebem abono de permanência. (Fonte: Relatório DW referente a folha de dezembro/2023)

Os requisitados, os nomeados para cargo comissionado sem vínculo, anistiados e outros totalizam 119 servidores, ou seja, 27% do efetivo total em exercício no IBRAM (434 pessoas).

É importante ressaltar que, além do papel de fiscalizador, o Ibram teve um considerável acréscimo de atribuições com a publicação do Decreto nº 8.124/2013, como o Inventário Nacional de Acervos Musealizados e o Registro de Museus, as quais não estavam previstas quando da criação desta Autarquia e mais recentemente a publicação do Acórdão nº 1243/2019 – Plenário TCU, que atribuiu responsabilidades ao instituto referente ao levantamento realizado que teve por objetivo verificar as condições de segurança de patrimônio dos museus sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentárias desses equipamentos públicos.


Para tornar-se viável, dentro da conjuntura condicionante da época, a estrutura do Ibram foi planejada de forma bastante austera e restrita, o que ensejou o nível dos cargos e funções da instituição abaixo do padrão para autarquias, conforme estabelece o Anexo V, da IN nº 03/2010. Sendo assim, entre CCE e FCE, o Ibram possui 185 cargos autorizados pelo Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022 (48 CCE e 137 FCE) quando estudos de reestruturação apontam a necessidade de 633 cargos. O atual quadro em exercício encontra-se abaixo do requerido pela missão, competência e atribuições do Ibram. É necessário efetivar uma lotação funcional equivalente à demanda institucional, de modo a recompor a força de trabalho insuficiente já naquele momento do concurso, seja nas atividades finalísticas sejam nas de suporte. O não atendimento aos pleitos para realização de concursos, implica um aumento do passivo, redução na capacidade

de atendimento às atividades finalísticas, dificuldades de respostas às novas demandas e limitação das possibilidades de ampliação dos serviços prestados.



4.5 Principais desafios 2024

1. Consolidar a implantação do Programa de Gestão;
2. Concluir a alimentação do Sistema AFD - Assentamento Funcional Digital;
3. Implantar o programa de incentivo à graduação e pós-graduação com vistas à ampliação da formação acadêmica, à qualificação e ao aperfeiçoamento do quadro de pessoal do Ibram;
4. Publicar os editais de seleção para os Museus que estão com Diretores Substitutos.
5. Celebrar parceria, convênio ou contratação de empresa especializada para realização de exames periódicos, com o objetivo de preservação e atenção à saúde dos servidores públicos do Ibram, em função de riscos no ambiente de trabalho e doenças ocupacionais ou não, em atendimento ao disposto no art. 206-A da Lei nº 8.112/1990;
6. Implantar o SIGEPE-AD – Sistema de Gestão de Pessoas – Avaliação de Desempenho;
7. Implantação do Programa de Qualidade de Vida;
8. Implantação do SIGEPE-Frequência; e
9. Implantar o Dimensionamento da Força de Trabalho.



5. AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.1 Gestão e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

5.1 Gestão e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram foi instituída pela Portaria Ibram nº 572, de 22 de julho de 2021 e está alinhada aos objetivos estratégicos constantes no Mapa Estratégico da instituição. O modelo de Governança adotado tem como principal instância o Comitê de Governança Digital - CGD, órgão colegiado permanente responsável por assessorar o Presidente do Ibram nas atividades de direção, monitoramento e avaliação do desempenho da TIC, além de atuar como Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação - CGSIC do Ibram.

No contexto da gestão, tem-se a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF que exerce o papel de Secretaria Executiva do CGD e fornece as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão em relação aos recursos e ativos de TIC, às instâncias decisórias. Seu escopo de atuação não se limita ao atendimento de demandas da sede do Ibram, mas abrange também os órgãos descentralizados: Unidades Museológicas, seus anexos e os Escritórios de Representação Regional do Ibram no Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, a CTINF observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), Secretaria de Governo Digital, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e demais órgãos correlatos do Governo Federal.



5.2 Ações Realizadas em 2023

5.2. 1 Governança e Normas de TIC

Cabe ao CGD do Ibram formular, propor aprovação, monitorar e manter os principais instrumentos utilizados para o direcionamento das ações de TIC. São eles:

- Plano de Transformação Digital;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;
- Plano de Dados Abertos; e
- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI.

Nessa perspectiva, registra-se que no exercício de 2023, o Ibram elaborou e publicou o seu PDTIC 2023-2025, conforme Portaria Ibram nº 2.434, de 17 de outubro de 2023.

No que tange ao Plano de Dados Abertos, o Ibram elaborou e compartilhou a devolutiva da consulta pública, realizada no período de 05 a 26 de dezembro de 2022, que pode ser acessada via Transparência Ativa no sítio eletrônico do Ibram. No documento, constam os quantitativos de votos para cada base de dados do inventário, assim como as justificativas quanto à não abertura de bases, caso alguma não possa, de fato, ser aberta.

Segurança da Informação

Por atuar também como Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação, cabe ainda ao CGD propor o estabelecimento e a aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIN.

Destaca-se que em 2023, o Ibram implementou ações importantes para a Gestão da Segurança da Informação, conforme previsto na POSIN, Resolução Normativa Ibram nº 4, de 28 de julho de 2021, tais como a:

- Participação no Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), que se caracteriza como um conjunto de projetos e processos de adequação nas áreas de privacidade

e segurança da informação. Neste 1º ciclo, as atividades foram focadas no diagnóstico da atual situação de segurança e privacidade de dados da autarquia;

- Emissão de informativos sobre segurança da informação, mensalmente, por meio da lista geral de e-mail do Ibram, das seguintes publicações: Boletim Informativo Mensal, elaborado pelo Departamento de Segurança da Informação e Cibernética; Orientações de Segurança da Informação e Cibernética (OSIC);
- Acompanhamento e disseminação de alertas e recomendações proferidos pelo Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov);
- Atualização de listas de vulnerabilidades emitidas pelo CTIR GOV e Centro Integrado de Segurança Cibernética do Governo Digital (CISC GOV.BR);
- Monitoramento de ameaças; e
- Implementação de medidas corretivas, caso necessário.

5.2.2 Estrutura Organizacional de TIC

A CTINF é o órgão setorial representante do SISP no Ibram. Sua estrutura integra o Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI e é composta por duas divisões, conforme Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022 e PORTARIA de pessoal IBRAM Nº 183, DE 26 DE outubro DE 2022, a saber:

- Divisão de Infraestrutura Tecnológica - DITEC; e
- Divisão de Projetos e Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação - DPTIC.
- Sistemas e Plataformas - Sustentação de Infraestrutura
- Brasileira Museus – Agregador do patrimônio histórico-cultural brasileiro;
- Eventos (museus.gov.br);
- CBMD – Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos (museus.gov.br);
- <http://bibliotecas.museus.gov.br>;
- Cadastro Nacional de Museus – Instrumento para conhecer e mapear os museus brasileiros; e
- Democracia (museus.gov.br);

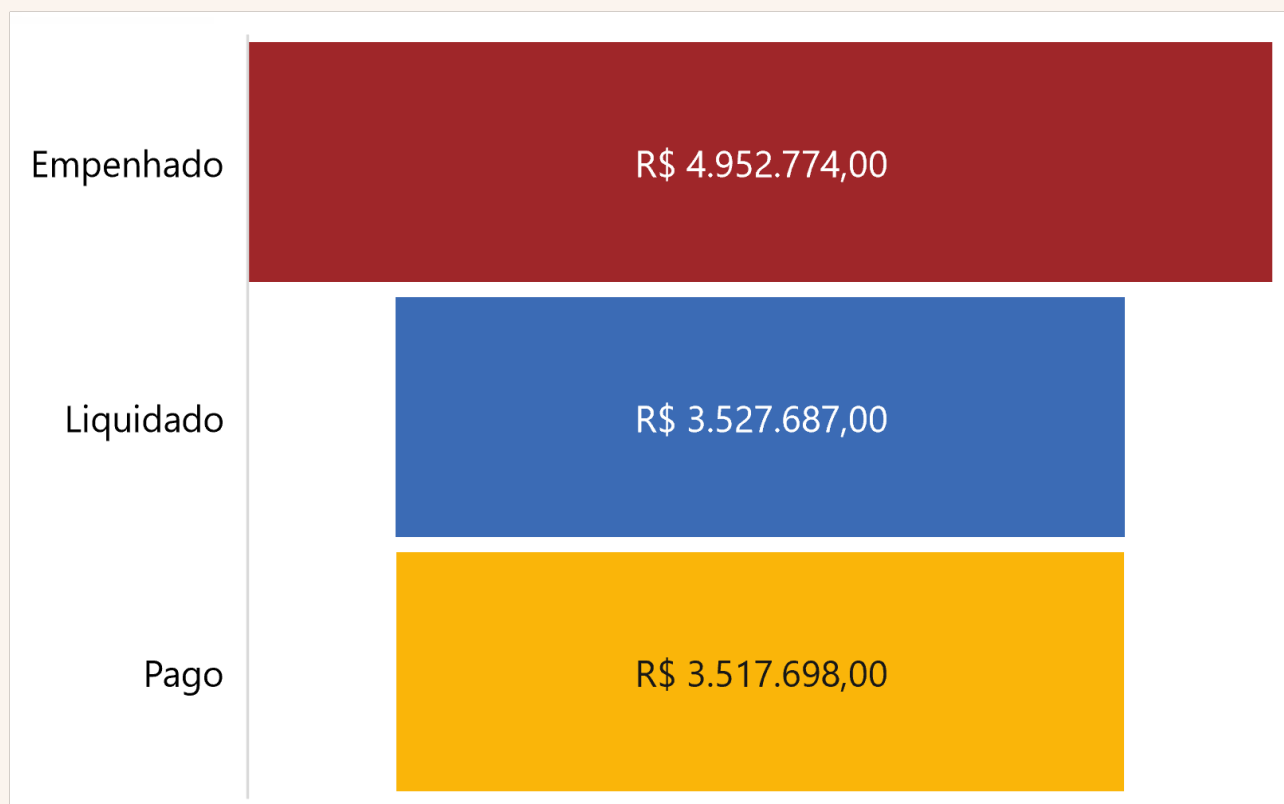
Principais Contratações de TIC

- **Contrato Administrativo nº 1/2023** - aquisição de equipamentos móveis (notebooks), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital e Ata de Registro de Preços nº 18/2022. IRP 06/2022 na Central de Compras/SEGES/ME - PE nº 8/2022 (SRP);
- **Contrato Administrativo nº 2/2023** - Contratação de licenças de softwares de Design Gráfico (**Adobe Creative, Autodesk AutoCad e Corel Draw**), com direito de atualização, com direito de atualização com serviço de manutenção, suporte técnico, com atualização de versão e garantia pelo período de 36 meses, para atender o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Adesão como partícipe na IRP nº 11/2022 na Central de Compras/SEGES/ME;
- **Contrato Administrativo nº 5/2023** - Subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft - **Office 365**, do tipo suíte de escritório. Adesão a ARP nº 23/2022 na Central de Compras/SEGES/ME - PE nº 12/2022-SRP;
- **Contrato Administrativo nº 23/2023** - contratação conjunta prestação de serviço móvel pessoal (SMP - dados móveis e voz), Gestão de Dispositivos Móveis (MDM) e opção **aparelhos móveis em comodato**. Adesão a ARP 24/2022 da Central de Compras do MGI;
- **Contrato Administrativo nº 27/2023** - aquisição de estações de trabalho (**desktops**), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. IRP 06/2022 na Central de Compras/SEGES/ME - PE nº 8/2022 (SRP);
- **Notas de Empenho nº 2023NE000210 e 2023NE000211** - Aquisição de serviço de fornecimento de **certificados digitais e-CNPJ e e-CPF** do tipo A3, validade de 36 (trinta e seis) meses, com armazenamento em nuvem para o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), suas Representações e Unidade Museológicas;
- **Contrato Administrativo nº 4/2021** - Aquisição de **material de consumo** (Fones, RJ45, Cabo DVI, Adaptador DVI para DisplayPort, Adaptador P3 para P2 e Cabo de rede CAT6) pelo Almoxarifado Virtual Nacional – AVN.



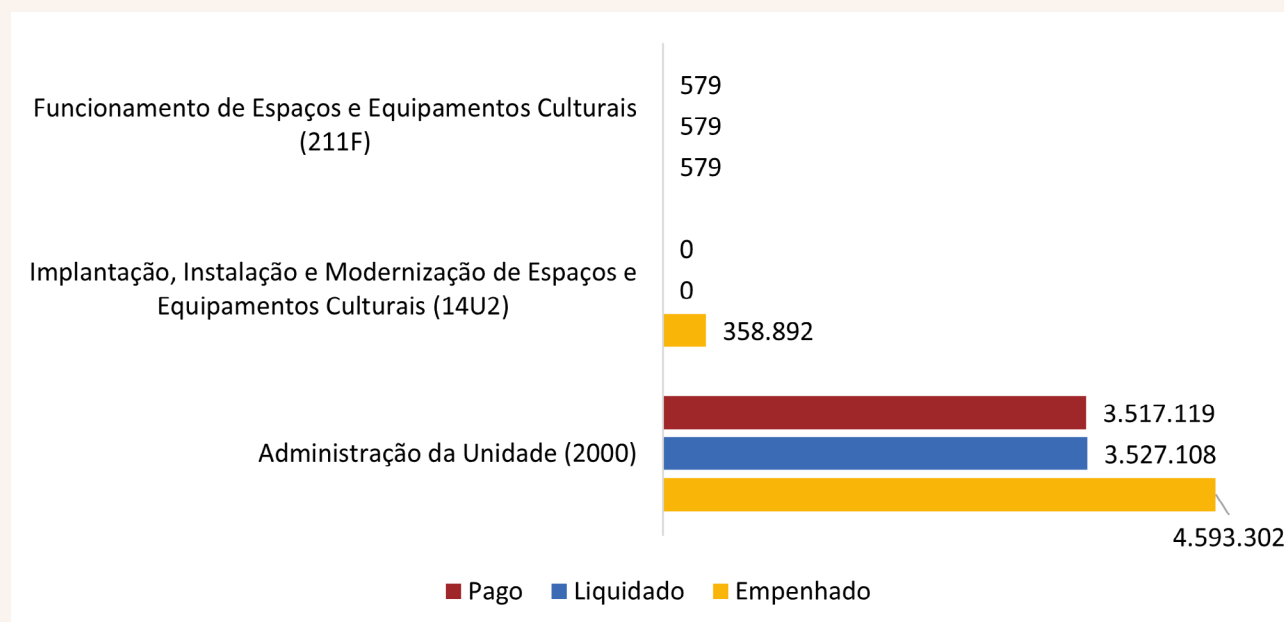
5.3 Despesas de TIC em 2023

Figura 22: Execução Orçamentária de Tecnologia da Informação



Fonte: Gráfico elaborado pela CTINF com base nos dados referentes à Base SIAFI de 4/1/2024, para a unidade orçamentária nº 42207 - Instituto Brasileiro de Museus, acessada pelo Painel do Orçamento Federal - Despesas de TI.

Figura 23: Execução Orçamentária de Tecnologia da Informação – Detalhamento por ação orçamentária – Ano 2023



Fonte: Gráfico elaborado pela CTINF com base nos dados referentes à Base SIAFI de 4/1/2024, para a unidade orçamentária nº 42207 - Instituto Brasileiro de Museus, acessada pelo Painel do Orçamento Federal - Despesas de TI.



5.4 Principais Desafios para 2024

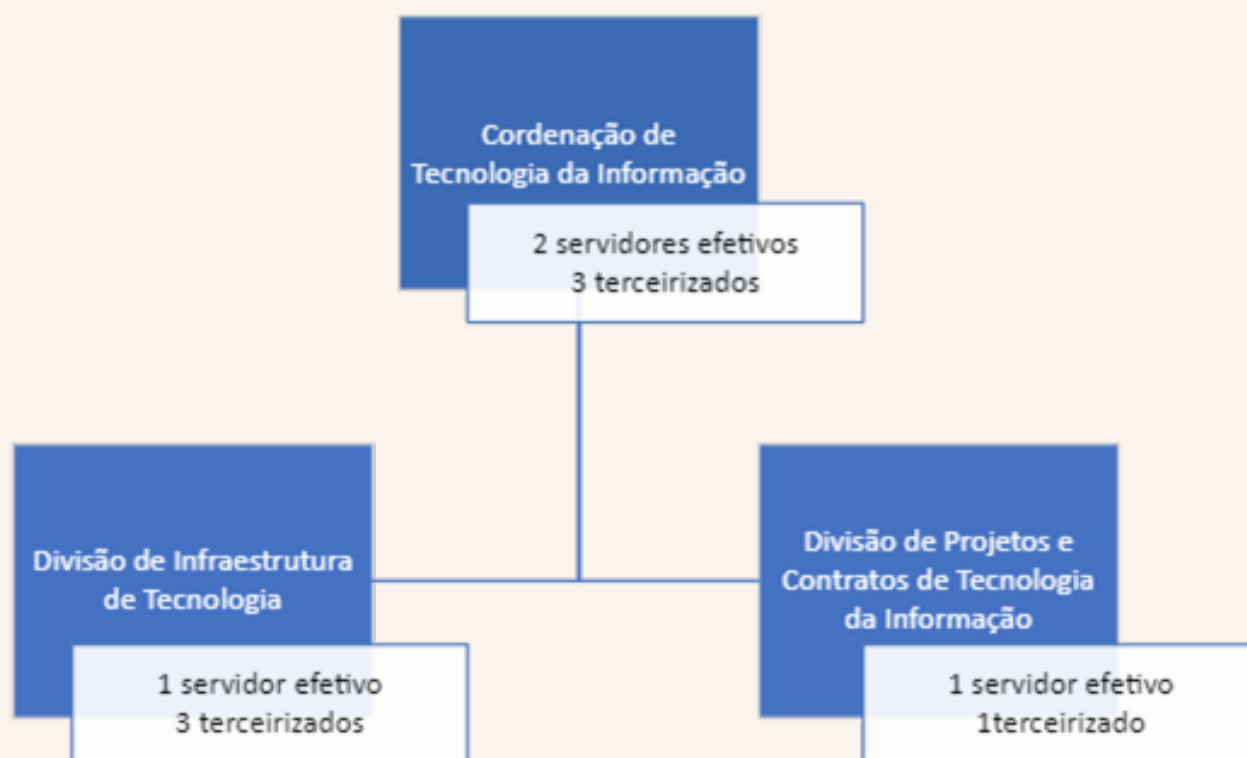
Vislumbra-se para 2024 um cenário caracterizado pela demanda crescente por soluções de TIC, associado às ações de Estratégia de Governo Digital, conforme Decreto nº 10.332 (alterado pelo Decreto nº 10.996, de 14 de março de 2022 e pelo Decreto nº 11.260, de 23 de novembro de 2022).

Assim, o sucesso na consolidação dessas ações depende da reestruturação da capacidade operacional da equipe da CTINF, capacitação contínua de seus servidores, realização de investimento e disponibilização dos recursos orçamentários necessários.

Portanto, enumera-se como mais relevantes para o próximo exercício os desafios abaixo elencados:

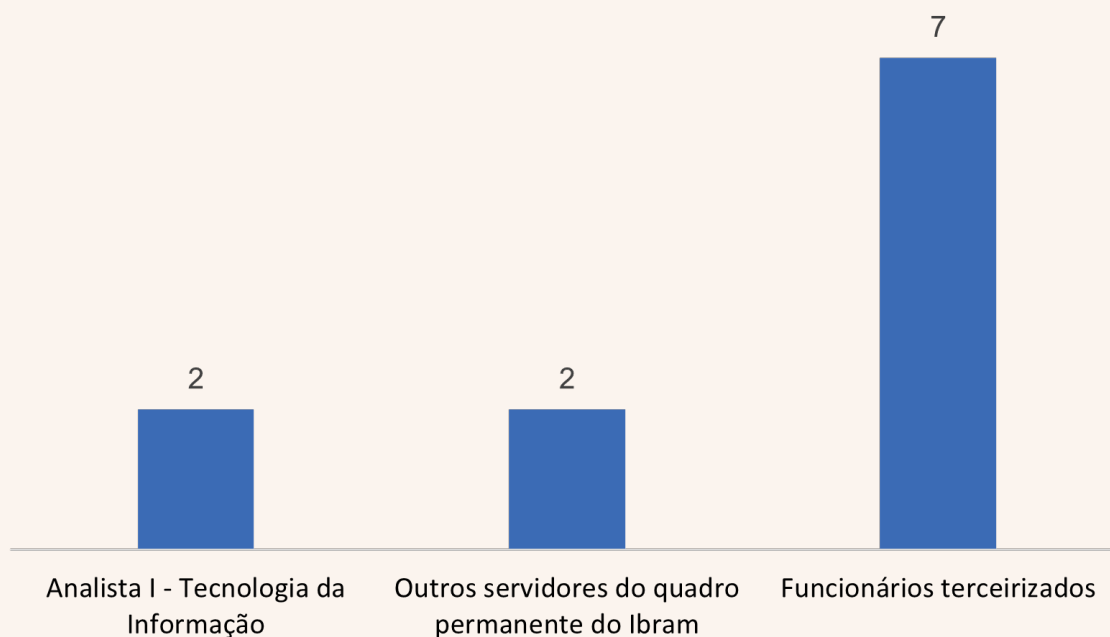
- Capacidade operacional reduzida:
 - Estrutura organizacional ainda incipiente que abrange apenas uma Coordenação e duas Divisões para suportar todas as competências de TIC, tais como: Governança, Sistemas, Segurança, Infraestrutura, Comunicação, Dados dentre outras;

Figura 24: Estrutura organizacional



- O Insuficiência de recursos humanos dedicados às atividades de TIC, conforme gráfico abaixo:

Figura 25:Quantitativo de Pessoal da CTINF - janeiro de 2024



- O Captação de recursos humanos para recomposição do quadro de pessoal da CTINF.
- Atualização e monitoramento Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC do Ibram, para o biênio 2023-2025;
- Aprovação do Plano Anual de Contratações - PAC, com a inclusão das ações abaixo:

Tabela 5 : Ações - Plano Anual de Contrações - PAC

Descrição do Projeto	Valor estimado (R\$)
SD-WAN soluções de segurança	2.153.026,96
Link de Internet	753.188,19
Wi-Fi	1.920.000,00
Infraestrutura e serviços de nuvem	1.032.000,00
Certificados Digitais	10.000,00
Desktop	800.000,00
Notebook	200.000,00
Desktop avançado	738.000,00
Aquisição de nobreak	270.900,00
Fábrica de Software	5.910.000,00
Contagem de ponto de Função	507.000,00
SSD	40.000,00
Tablet	70.454,40
Central Telefônica	260.000,00

Extensão de garantia de equipamento de Infraestrutura	295.792,00
Aquisição de equipamentos de Infraestrutura	4.204.243,00
Windows Server	425.000,00
SQL Server/ System Center / SO	978.050,00
Total	20.567.654,55

Fonte: Gráfico elaborado pela CTINF

▪ Aumento de demandas para Gestão de Segurança da Informação:

▪ o Consolidação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI);

▪ o Consolidação das entregas e implantação dos processos previstos para o Grupo de Trabalho em Segurança da Informação e Comunicação, que ao todo somam treze normativos:

I - o mapeamento de ativos de informação;

II - a gestão de riscos de segurança da informação;

III - a gestão de continuidade de negócios em segurança da informação;

IV - a gestão de mudanças nos aspectos de segurança da informação;

V - as diretrizes para a avaliação de conformidade de segurança da informação;

VI - a gestão dos ativos de TIC;

VII - o tratamento da Informação;

VIII - a segurança física e do ambiente;

IX - o plano de gerenciamento de incidentes (PGI);

X - o plano de Recuperação de Negócios;

XI - a revisão política de uso e acesso à Internet;

XII - a política de Backup; e

XIII - a política do uso Institucional das Redes Sociais.

▪ Implantação das ações de Estratégia Digital do Governo Federal, tais como:

▪ o Avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos que estabelece padrões de qualidade para serviços

públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, conforme Portaria SGD/ME nº 548, de 24 de janeiro de 2022;

- o Utilização do acesso digital único do usuário aos serviços públicos da Plataforma gov.br de que tratam o inciso II do art. 3º e o inciso IV do art. 4º do Decreto nº 8.936, de 19 dezembro de 2016, bem como atendimento dos padrões de qualidade para serviços digitais do Governo Federal;
- Implantação do canal de atendimento para o envio eletrônico de documentos, solicitações e requerimentos - Protocolo.GOV.BR, conforme Portaria SEGES/ME nº 10.988, de 23 de dezembro de 2022; e
- Atualização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
- Implantação de processos de Governança de Dados e Interoperabilidade, conforme legislação do Governo Federal;
- Conclusão do ato normativo, publicação, implantação e monitoramento do Plano de Dados Abertos;
- Fiscalização e gestão de 15 (quinze) contratos administrativos, a saber:

Tabela 6 : Contratos administrativos

Nº	Contrato nº	Processo nº	Objeto
1	NE800566	01415.002930/2019-15	Aquisição de equipamentos de informática, estações de trabalho (desktops), a serem usadas nas atividades laborais da autarquia, para atendimento das necessidades do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. (Garantia vigente)
2	07/2019	01415.008216/2017-61	Prestação de serviços, sob demanda, de Links de Comunicação de Dados Dedicados formando uma rede de serviços de telecomunicações, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching) provendo tráfego de dados, voz e imagem entre as Unidades (IBRAM Sede, Museus Vinculados e Representações Regionais), em nove estados e Distrito Federal, bem como seu acesso à Internet, com mecanismos de segurança.
3	09/2019	01415.001206/2019-66	Fornecimento de solução integrada de infraestrutura de servidores e armazenamento de dados, serviço de instalação, implementação, configuração e garantia para atender as necessidades do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. (Garantia vigente)
4	14/2019	01415.000812/2019-64	Prestação de serviços técnicos especializados em Data Center, compreendendo Colocation (com a possibilidade de Suporte Técnico associado ao Colocation - Smart Hands - sem garantia de consumo mínimo), providos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Nº	Contrato nº	Processo nº	Objeto
5	21/2019	01415.002015/2019-11	Prestação de serviço de tecnologia da informação para monitoração, gerenciamento e suporte de conexões à INFOVIA BRASÍLIA.
6	03/2021	01415.000305/2020-64	Prestação de serviços de outsourcing de impressão, reprografia e digitalização, para atendimento das necessidades do Instituto Brasileiro de Museus, suas unidades museológicas e representações regionais, na modalidade franquia de páginas mais excedente. A prestação abrange o fornecimento de equipamentos multifuncionais digitais (impressora, digitalizadora e copiadora), em regime de comodato, e sistema de gerenciamento e bilhetagem de páginas capazes de operar em rede de computadores com ambiente Windows, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de insumos e consumíveis (exceto papel).
7	02/2022	01415.002283/2020-77	Prestação de serviços técnicos continuados de central de atendimento remoto e presencial aos usuários, na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC do Ibram, museus vinculados e escritórios regionais
8	07/2022	01415.000558/2022-08	Prestação de serviços na nuvem contemplando serviços de projeto, manutenção, migração de soluções de Storage, Backup e Servidores (Windows e Linux)
9	2022NE000179	01415.000546/2022-75	Aquisição de licenças de softwares de design Adobe Captivate, bem como atualização e suporte, que atendam de forma ampla à demanda da COMUSE/DPMUS/IBRAM para 2022, conforme quantidade e especificações constantes deste Termo de Referência.
10	02/2023	01415.009830/2017-40	Contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte conforme especificações e quantidades indicadas neste Termo de Referência e seus anexos.
11	05/2023	01415.000574/2023-73	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de subscrição de licenças de uso de softwares do tipo suíte de escritório com direito de atualização e suporte, podendo ser prorrogado, conforme especificações e quantidades indicadas no Termo de Referência, anexo I do Edital
12	12/2022	01415.002366/2022-28	Aquisição de estações de trabalho (desktops), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital e Ata de Registro de Preços nº 17/2022 (1822067).

Nº	Contrato nº	Processo nº	Objeto
13	1/2023	01415.002380/2022-21	Aquisição de equipamentos móveis (notebooks), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital e Ata de Registro de Preços nº 18/2022 (1862215).
14	27/2023	01415.002998/2023-72	Aquisição de estações de trabalho (desktops), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
15	23/2023	01415.002933/2023-27	Contratação conjunta prestação de serviço móvel pessoal (SMP - dados móveis e voz), Gestão de Dispositivos Móveis (MDM) e opção aparelhos móveis em comodato. Adesão a ARP 24/2022 da Central de Compras do MGI;

Fonte: Gráfico elaborado pela CTINF



6. AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA - LICITAÇÕES E CONTRATOS



6.1 Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com as normas aplicáveis à gestão de logística, licitações e contratos, em especial, às Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 14.133, de 1º de abril de 2021, o Departamento de Planejamento e Gestão Interna observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pela Administração Pública Federal.

Dessa forma, é são verificadas periodicamente as normas publicadas pelo Ministério da Economia, além de utilizar o Sistema de Serviços Gerais - SISG, que compreende os subsistemas de contratação de serviços de terceiros para execução de obras e serviços de construção, reforma, manutenção, demolição, zeladoria e vigilância, bem como de outros serviços passíveis de execução indireta por meio de contrato; aquisição, recebimento, registro, guarda, distribuição, utilização, conservação, recuperação, manutenção, inventário, baixa, alienação e doação, bem como a fixação de padrões e especificações de bens móveis permanentes e de consumo; transporte de bens, servidores e pessoas à serviço da Administração, incluindo a distribuição, alienação, conservação, guarda, manutenção e utilização de veículos oficiais, bem como a locação de serviços de terceiros e aquisição de passagens em seus deslocamentos; comunicações administrativas, entendidas como a infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, sua integração com outras soluções, proporcionando mais celeridade e eficiência nas atividades de gestão interna dos órgãos; utilização de soluções informatizadas para o funcionamento das atividades de logística pública.



6.2 Detalhamento dos gastos nas Licitações

Na gestão de licitações, foram lançados 45 (quarenta e cinco) procedimentos para aquisição de bens e serviços, totalizando o montante de R\$ 7.472.528,86 (sete milhões quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos), conforme tabela abaixo:

Tabela 7 : Contratos administrativos

Modalidade	Quantidade	Valor	(%)
Cotação Eletrônica	27	R\$ 249.225,50	3,34%
Inexigibilidade de licitação	11	R\$ 87.174,47	1,17%
Pregão eletrônico	7	R\$ 7.136.128,89	95,49%
Total		R\$ 7.472.528,86	100%

Fonte: Comprasnet



6.3 Detalhamento dos gastos nas Contratações

Na gestão de contratos, foram pactuados 23 (vinte e três) novos instrumentos e prorrogados 34 (trinta e quatro), totalizando 57 (cinquenta e sete), que representaram um montante de obrigações de R\$ 27.957.534,95 (vinte e sete milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos), destinados ao pleno funcionamento da Sede do Ibram, em Brasília/DF e as 07 (sete) Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas pelos estados brasileiros, tais como: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis. analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

As obrigações contratuais estão distribuídas, por gastos, nas seguintes regiões:

Tabela 8 : Distribuição geográfica e percentual das obrigações contratuais

Instrumentos vigentes	UF	Montante	%
33	DF	R\$ 23.127.837,16	82,72%
5	GO	R\$ 2.202.881,54	7,88%
4	MA	R\$ 677.474,28	2,42%
7	PE	R\$ 866.467,47	3,10%
1	RJ	R\$ 609.888,33	2,18%
1	RS	R\$ 49.846,04	0,18%
6	SC	R\$ 423.140,13	1,51%
Total		R\$ 27.957.534,95	100%

Fonte: Comprasnet



6.4 Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

Os desafios encontrados na gestão de licitações e contratos trafegam entre a competitividade nos certames e a entrega com sucesso do objeto ou do serviço outrora licitado.

A eficiência dos processos administrativos de aquisições exige um desdobramento do agente público envolvido e um trabalho voltado para a transparência das atividades e processos, em consonância com o repertório jurisprudencial dos órgãos de controle.

O Departamento de Planejamento e Gestão Interna tem trabalhado com o objetivo de reduzir as fraquezas internas, capacitando seus servidores, e buscando minimizar e administrar as ameaças ou riscos externos, buscando adaptação adaptando-se às constantes transformações.



6.5 Gestão Patrimonial e Infraestrutura - Conformidade legal

Com relação à Conformidade Legal, foi publicada a Portaria nº 232, de 02 de junho de 2020, que institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) no âmbito da administração pública, que tem como finalidades:

- viabilizar o reconhecimento periódico da depreciação e da amortização de bens;
- realizar o inventário eletrônico; e
- ampliar a automação do registro contábil integrado com o SIAFI, de forma on line.

6.5.1 Gestão Patrimonial

São realizadas inspeções de conformidade, nos bens móveis, constatando se a carga patrimonial das unidades está de acordo com os registros. Essa inspeção é realizada anualmente e faz parte das ações constantes do Inventário Patrimonial anual de Bens móveis.

Em 2021 foram iniciados os procedimentos para regularização das divergências relativas às classificações contábeis nos acervos patrimoniais administrativos, com previsão de conclusão no exercício de 2023, com a implantação total do controle patrimonial automatizado.

Dessa forma, o Ibram realizou a contratação de empresa especializada, cuja prestação de serviços envolveu apoio técnico e operacional para as atividades de suporte à gestão de bens patrimoniais administrativos de todo o Ibram, com o objetivo de implantar o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial.

Sendo assim, foi finalizado o inventário do Instituto, com a devida implantação da base no Sistema SIADS na gestão de bens móveis, que se encontrava em processo de batimento dos dados junto ao Tesouro Nacional, o que possibilitará o saneamento das ocorrências contábeis na conformidade mensal.

Cabe salientar que o procedimento em questão foi finalizado somente em dezembro de 2023, devido à transição de sistemas do SERPRO. Dessa forma, as operacionalizações dos lançamentos necessários estão sendo realizados, bem como as providências a respeito do lançamento da depreciação acumulada, para que haja o ajuste no confronto de saldos financeiros SIAFI x SIADS

6.5.2 Gestão do almoxarifado

São realizadas inspeções de conformidade nos bens que se encontram estocados fisicamente nas dependências do IBRAM – Sede Brasília, constatando se a carga das unidades está de acordo com os registros no SIADS. Essa inspeção é realizada de forma mensal e anual, fazendo parte das ações constantes do Inventário de Bens do almoxarifado.

Além disso, foi realizada contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço continuado de fornecimento de material de consumo administrativo (material de expediente e suprimentos de informática), sob demanda, realizado por meio de sistema web, através de Almoxarifado Virtual Nacional, implantado pela UASG 201057 - Central de Compras, do Ministério da Economia, para a prestação de serviços de fornecimento de materiais de consumo, por intermédio de plataforma tecnológica, para uso imediato, com entregas em todo território nacional.

Portanto, é responsabilidade da contratada realizar o gerenciamento de meios (outsourcing), por meio de solução integrada de logística, com a disponibilização de plataforma tecnológica que possibilite a realização, o controle e a gestão dos pedidos, bem como os mecanismos para o gerenciamento do consumo e demanda, e o fornecimento, sob demanda, de materiais de consumo administrativo com entrega porta a porta.

Ademais, em virtude do fornecimento automatizado implantado, estão sendo providenciados os procedimentos para desfazimento dos materiais de consumo considerados ociosos ou inservíveis, que estão estocados provisoriamente em local indevido, não atendendo ao disposto na Instrução Normativa n.º 205 de 08.04.1988, quanto a conservação e armazenagem.



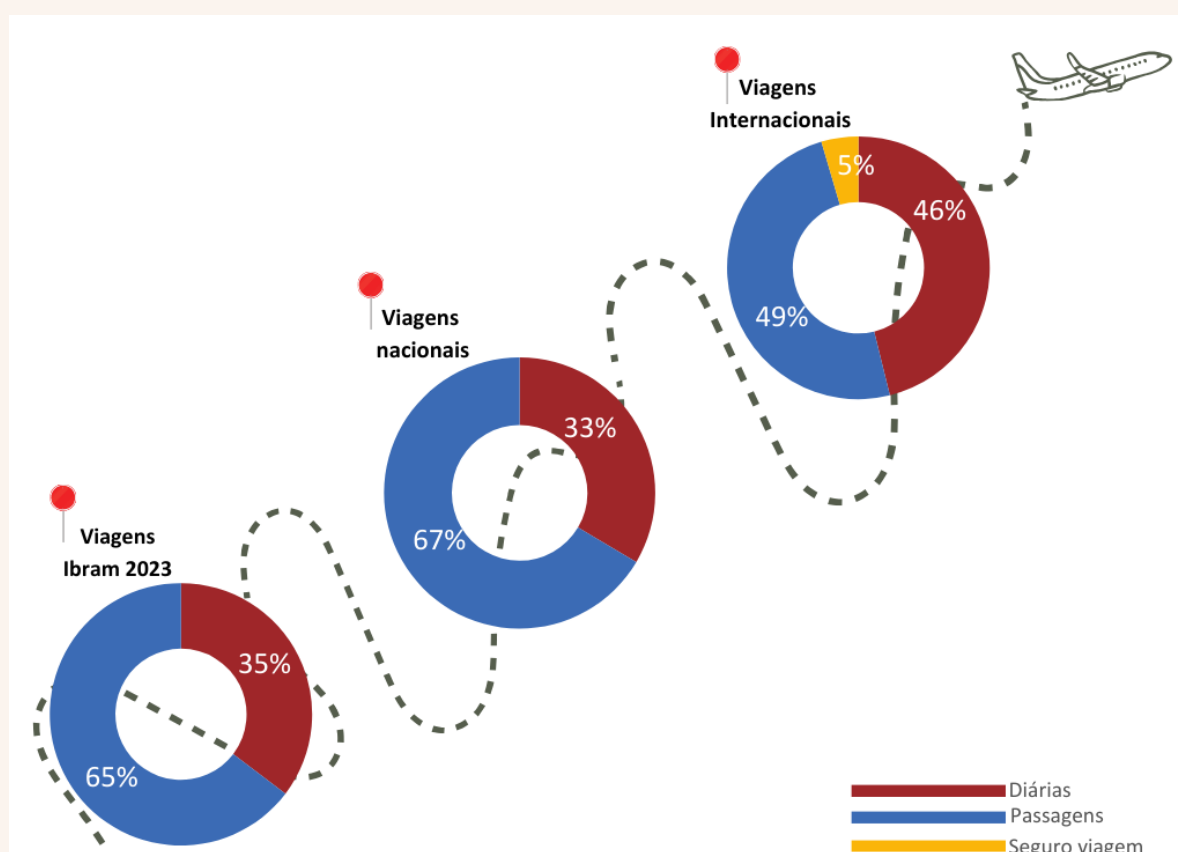
6.6 Gestão de Passagens

O desempenho da unidade exigiu esforço adicional diante do número de solicitações de passagens e diárias no exercício de 2023. Dessa forma conseguiram-se realizar cerca de 648 emissões de passagens Nacionais e 35 passagens Internacionais, além da instrução de diversos processos de ressarcimento de passagens terrestres, com uma equipe reduzida. Contudo, os principais percalços enfrentados foram os relativos ao cumprimento dos prazos exigidos pelo sistema SCDP, assim como situações inéditas de colaboradores convidados do exterior para participar de eventos no exterior. Destacam-se a realização de dois eventos/seminário que exigiram, em prazo exíguo, a emissão de diversas passagens, conforme tabela abaixo:

Tabela 9 : Contratos administrativos

NACIONAIS			INTERNACIONAIS				
DIÁRIAS		PASSAGENS	DIÁRIAS		PASSAGENS		SEGURO VIAGEM
QTD	VALOR	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	VALOR
648	R\$ 599.920,92	R\$ 1.190.968,10	35	R\$ 121.751,91	35	R\$ 130.033,79	R\$ 12.025,24

Figura 26: Emissão diárias e passagens exercício 2023





6.7 Gestão de Infraestrutura

O Instituto administra 30 museus, responsáveis pela manutenção e funcionamento de 42 edificações, incluindo edículas, anexos, parques, palácios, casas e jardins históricos, com áreas de proteção ambiental e matas nativas. Incluem-se também outros 03 (três) imóveis/edificações de uso administrativo, quais sejam: Sede do Ibram - Brasília e os Escritórios Regionais de Representação no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, que se mudaram para espaços compartilhados.

A Sede do Instituto em Brasília/DF está situada em um imóvel locado, sito no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco N, Edifício CNC III, Brasília-DF, desde o ano de 2009 e está em consonância com os regramentos de ocupação definidos pelo Decreto n.º 7.689, de 02 de março de 2012, no quesito m² de ocupação por servidor.

Foram incorporados ao SpiuNet os valores referentes a benfeitorias realizadas nos Museus de Alcântara no valor de R\$ 4.940.864,05 e no Museu da Abolição no valor de R\$ 8.485.879,05, conforme TED's nº 36 e 37, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, e o Instituto do Brasileiro de Museus.



7

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS • E FINANCEIRAS



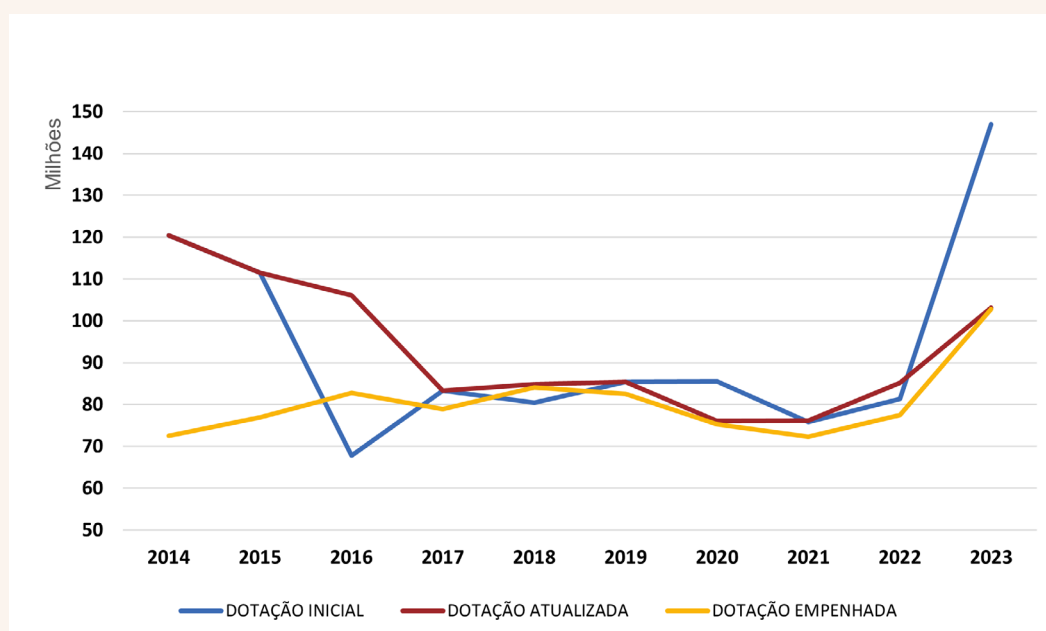
7.1 Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da unidade

O quadro e o gráfico a seguir demonstram a evolução da Dotação Discricionária do Instituto Brasileiro de Museus, considerando os valores de dotação inicial, dotação atualizada após suplementações e cancelamentos de créditos, e os montantes empenhados ao fim de cada exercício. É possível constatar que em 2023 o Ibram teve o melhor desempenho dos últimos 10 anos, tanto em valores absolutos quanto relativos.

Tabela 10: Evolução da Dotação Discricionária do Ibram

EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO DISCRICIONÁRIA DO IBRAM				
Ano	Dotação inicial	Dotação atualizada	Dotação empenhada	% Empenho/ Dotação Atualizada
2014	120.405.460,00	120.405.460,00	72.467.436,82	60,2%
2015	111.512.987,00	111.512.987,00	76.948.350,02	69,0%
2016	67.776.974,00	106.108.991,00	82.700.107,42	77,9%
2017	83.325.356,00	83.325.356,00	78.929.844,02	94,7%
2018	80.396.515,00	84.808.055,00	84.061.086,67	99,1%
2019	85.332.182,00	85.332.182,00	82.501.193,96	96,7%
2020	85.483.533,00	76.035.545,00	75.234.088,24	98,9%
2021	75.846.936,00	76.078.936,00	72.242.601,72	95,0%
2022	81.349.403,00	85.169.722,00	77.425.768,74	90,9%
2023	146.952.678,00	103.090.960,00	102.806.479,99	99,7%

Figura 27: Gráfico - Evolução da Dotação Discricionária nos últimos 10 anos (R\$)



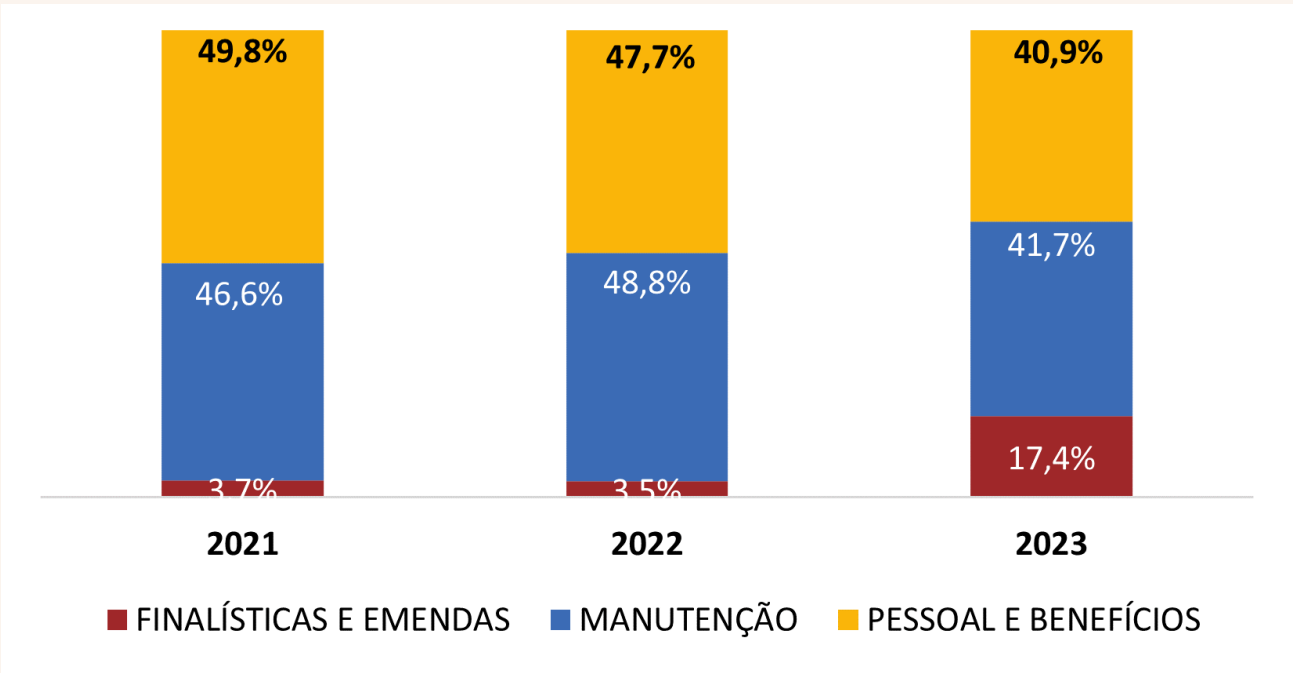
O quadro a seguir compreende a execução das dotações consignadas à Unidade Orçamentária do Instituto Brasileiro de Museus nos anos de 2021 a 2023.

Tabela 10: Evolução da Dotação Discrecionária do Ibram

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IBRAM NOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS			
Ano e Grupo de Ações	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas pagas
2021	155.263.682,00	148.287.188,94	127.791.178,60
Manutenção	72.884.932,00	69.048.597,73	57.668.558,07
Finalísticas	3.194.004,00	3.194.003,99	1.446.630,91
Emendas	2.264.492,00	2.264.492,00	
Pessoal e Benefícios	76.920.254,00	73.780.095,22	68.675.989,62
2022	164.015.680,00	153.972.245,49	126.404.455,15
Manutenção	82.837.896,00	75.202.897,63	56.752.163,91
Finalísticas	2.331.826,00	2.222.871,11	1.093.549,08
Emendas	3.234.868,00	3.124.720,00	
Pessoal e Benefícios	75.611.090,00	73.421.756,75	68.558.742,16
2023	190.779.642,00	189.491.838,12	146.964.018,77
Manutenção	79.102.759,00	78.983.584,44	67.986.647,88
Finalísticas	23.988.201,00	23.822.895,55	6.364.466,95
Emendas	9.650.446,00	9.177.997,76	1.052.280,00
Pessoal e Benefícios	78.038.236,00	77.507.360,37	71.560.623,94
Observação: UO 54208 até fevereiro de 2023, como unidade do Ministério do Turismo.			

A evolução das despesas empenhadas pode ser resumida no seguinte Gráfico:

Figura 27: Grafico - Evolução da Dotação Discrecionária nos últimos 10 anos (R\$)





7.2 Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro e gráficos a seguir abrangem todo o orçamento empenhado e pago pelas unidades executoras do IBRAM, ou seja, dotações orçamentárias originárias do IBRAM executadas diretamente e dotações orçamentárias recebidas de outros órgãos (em 2023 apenas do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD).

As despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais respondem por 39% dos valores empenhados pelo IBRAM, sendo a maior parte para pagamento dos servidores ativos.

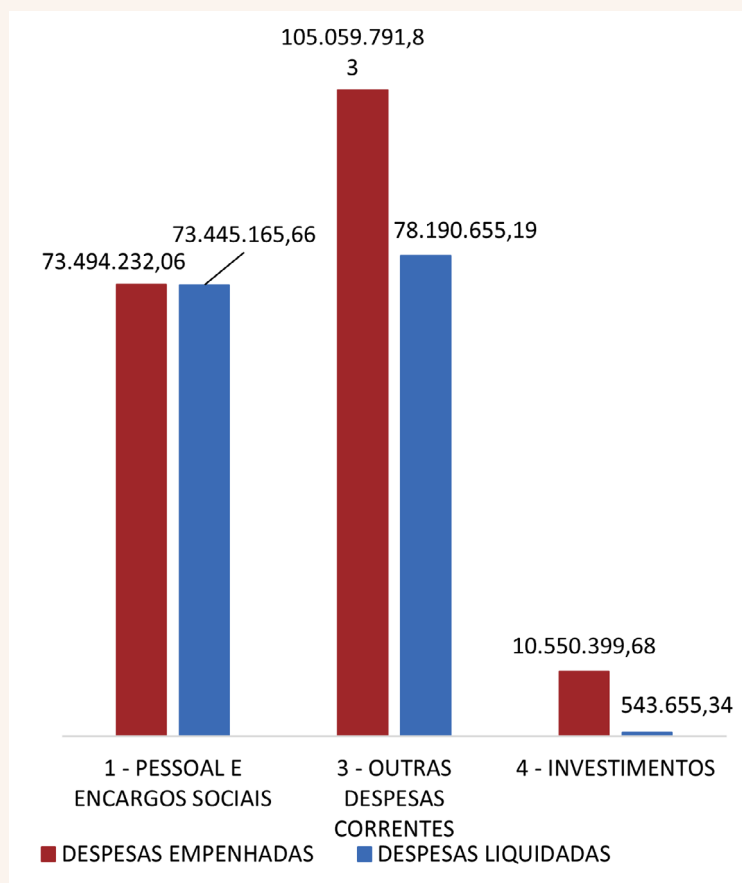
As despesas correntes (Grupo 3), que equivalem a 55,5% dos empenhos do IBRAM, incluem despesas com pagamento de benefícios a servidores e dependentes, mas a maior parcela se refere a pagamento de contratos de serviços terceirizados nos museus vinculados, Sede e representações regionais. Também neste grupo está a maior parte das despesas finalísticas empenhadas em 2023, destinadas a projetos dos museus vinculados ao IBRAM (projetos educativos-culturais, de gerenciamento e tratamento de acervos, arquitetônico-urbanísticos, de divulgação e comunicação, de pesquisa e de fomento e financiamento).

Quanto ao Grupo 4 – Investimentos, foi quase totalmente executado com créditos recebidos por destaque para continuidade de obras em algumas unidades museológicas. A maior parte do valor empenhado nesse grupo foi referente a parte da despesa com duas grandes obras no Museu Nacional de Belas Artes e no Museu Chácara do Céu, ambos no Rio de Janeiro – RJ. Houve também investimento em aquisição de mobiliário e equipamentos de informática e climatização para algumas unidades museológicas vinculadas ao IBRAM. Por fim, houve ainda transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, decorrentes de emendas parlamentares.

Tabela 11: Execução orçamentária do exercício 2023, por grupo.

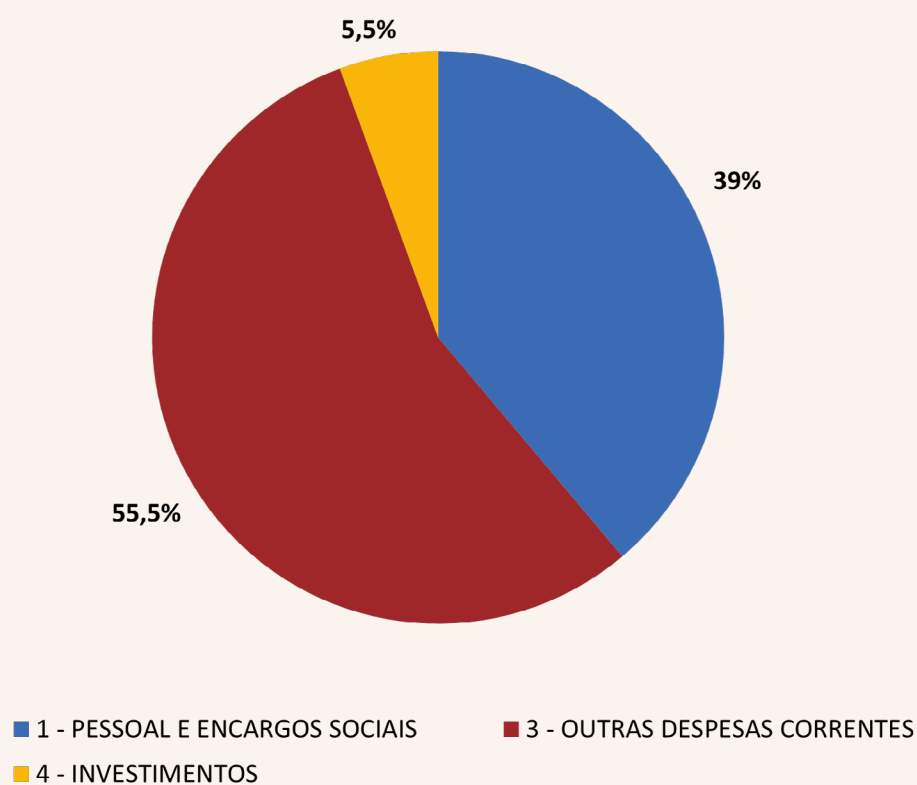
EXECUÇÃO 2023 - POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (R\$)				
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	37.407.381,23	37.407.381,23
	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	26.156.794,66	26.156.794,66
	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.300.269,12	7.251.202,72
	03	PENSÕES	1.571.043,47	1.571.043,47
	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.052.141,34	1.052.141,34
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.916,19	3.916,19
	07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	2.686,05	2.686,05
	SUBTOTAL DO GRUPO		73.494.232,06	73.445.165,66
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	63.310.402,51	56.173.915,96
	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	17.394.614,48	7.519.050,21
	41	CONTRIBUIÇÕES	8.403.929,10	3.830.402,00
	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	4.326.139,07	3.527.107,73
	31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	4.000.000,00	
	46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.589.477,43	2.589.477,43
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.587.371,26	1.318.432,86
	93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	827.774,49	824.297,72
	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	632.099,28	578.819,28
	14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	620.583,51	620.583,51
	49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	602.923,76	602.923,76
	30	MATERIAL DE CONSUMO	304.837,90	162.415,64
	47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	212.585,93	196.175,98
	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	191.585,51	191.585,51
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.467,60	55.467,60
	SUBTOTAL DO GRUPO		105.059.791,83	78.190.655,19
4 - INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.754.098,28	
	41	CONTRIBUIÇÕES	2.755.124,80	347.920,00
	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	927.747,49	195.735,34
	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	113.429,11	
	SUBTOTAL DO GRUPO		10.550.399,68	543.655,34

Figura 29: Despesas empenhadas e liquidadas por grupo de despesa (R\$)



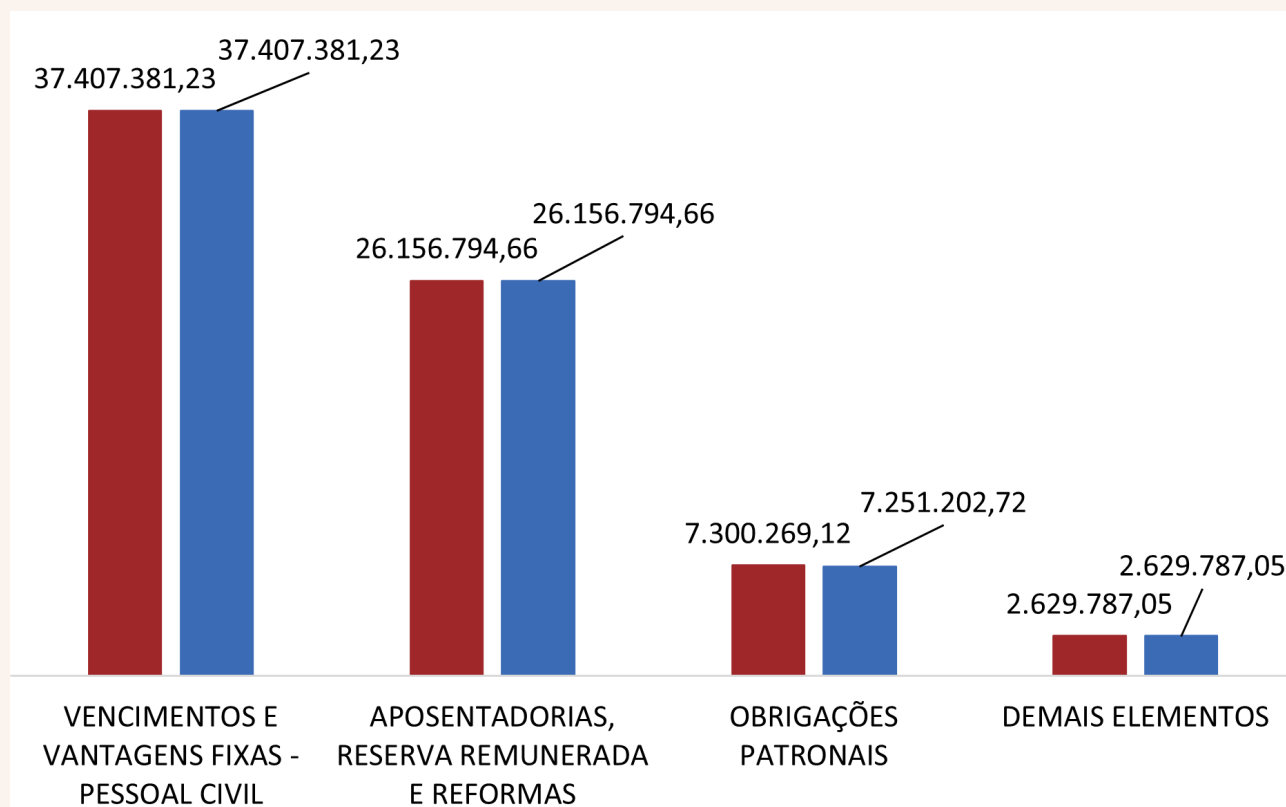
Elaboração própria. Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 30: Gráfico - Despesas empenhadas em 2023 por grupo de despesa (R\$)



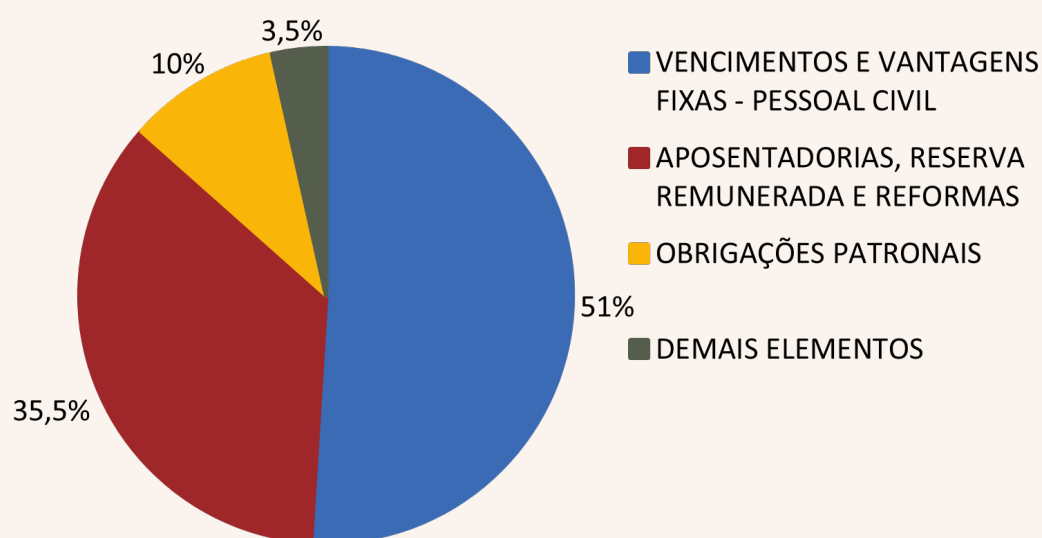
Elaboração própria. Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 31: Despesas empenhadas e liquidadas em 2023 por elemento de despesa (R\$) - Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais



Elaboração própria. Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 32: Despesas empenhadas em 2022 por elemento de despesa (R\$) Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais



Elaboração própria. Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 33: Despesas empenhadas e liquidadas em 2023 por elemento de despesa (R\$) - Grupo 3 - Outras despesas correntes

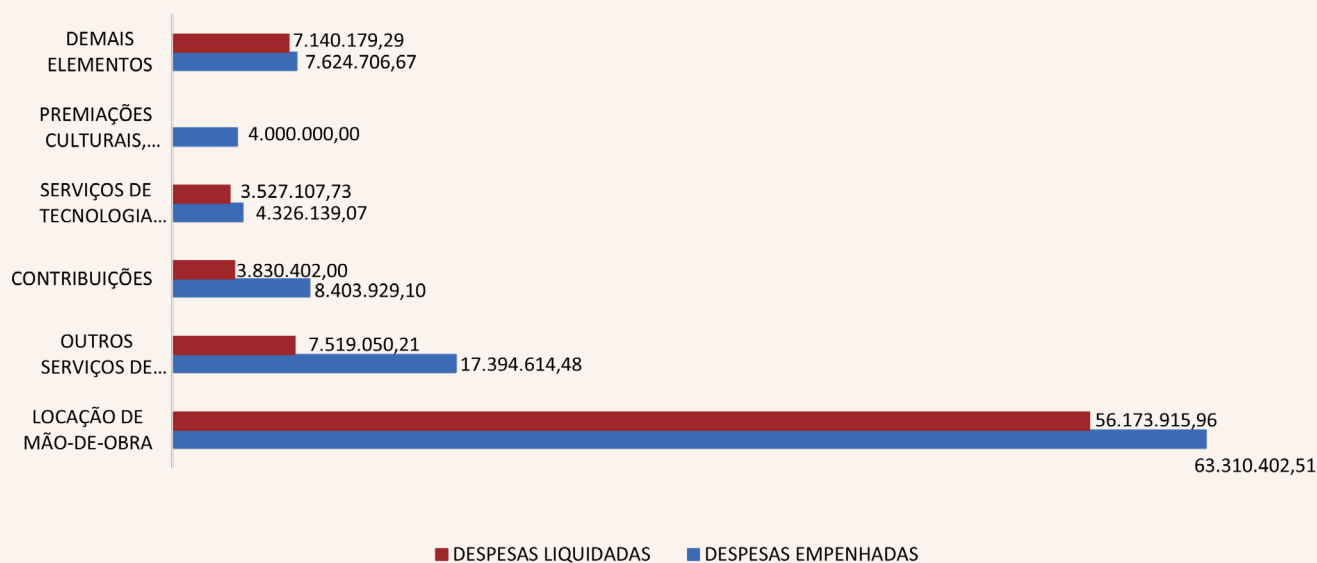


Figura 34: Despesas em 2023 por elemento de despesa (R\$) Grupo 3 - Outras despesas correntes

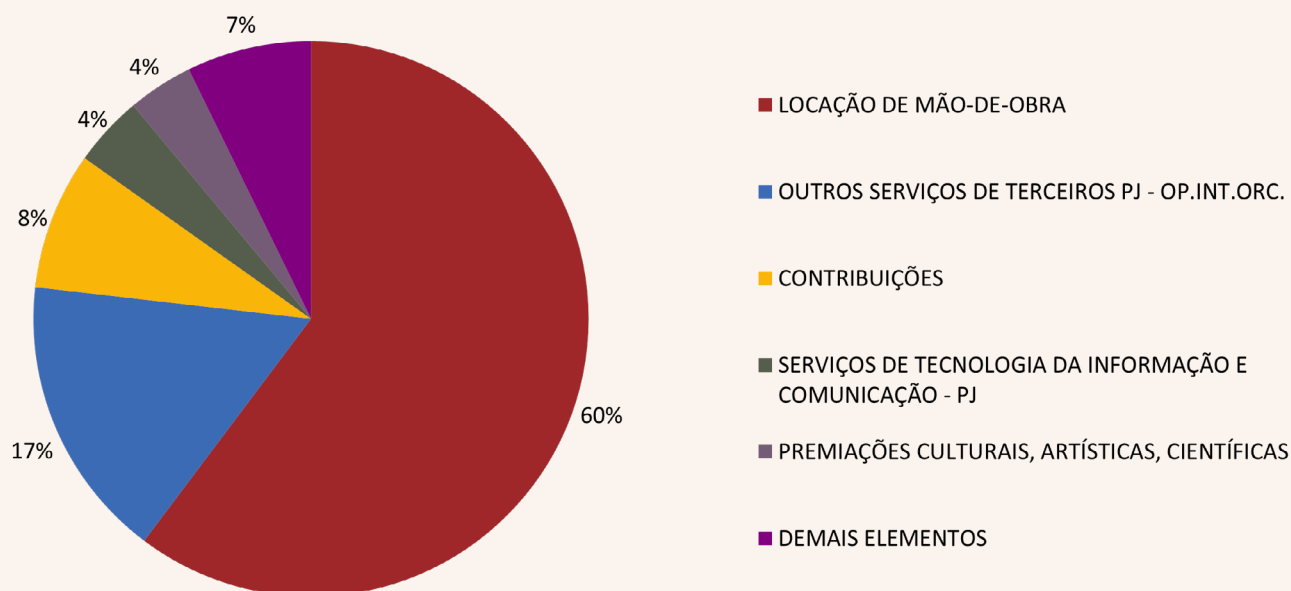


Figura 35: Despesas empenhadas e liquidadas em 2023 por elemento de despesa (R\$) - Grupo 4 – Investimentos

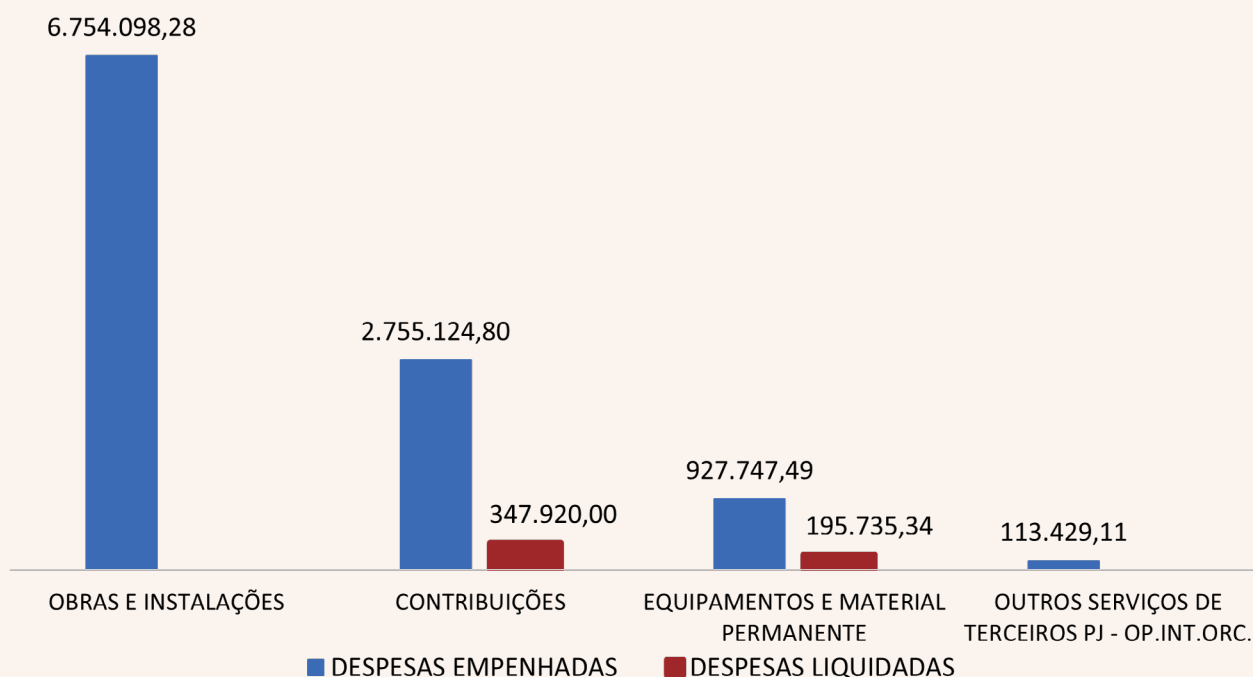
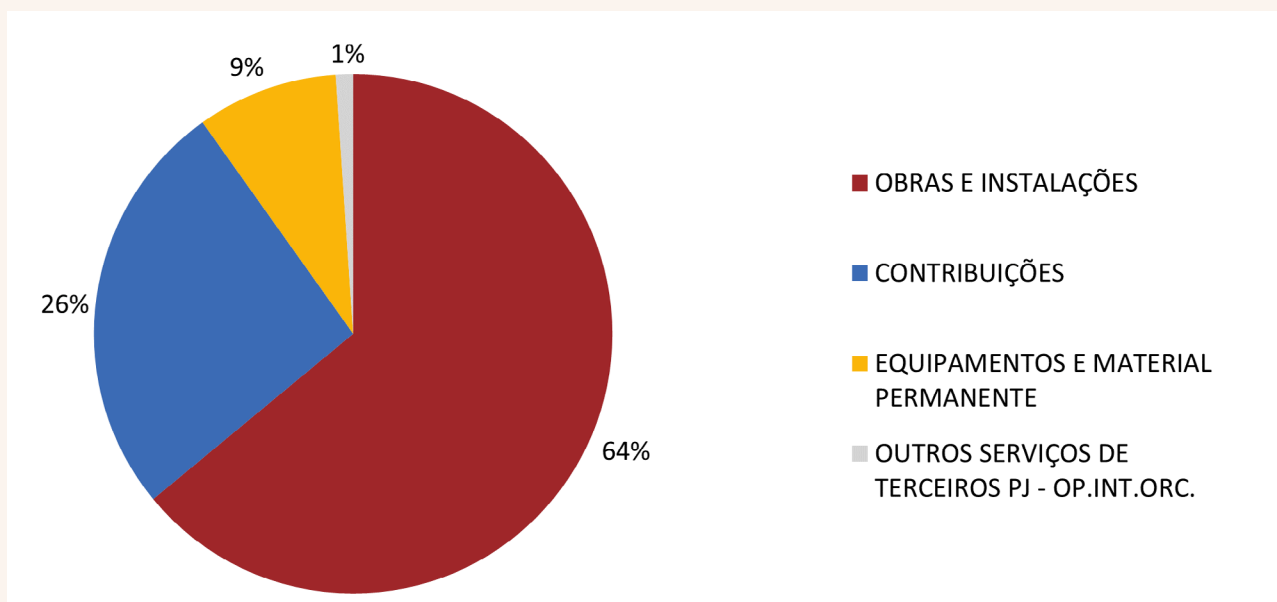


Figura 36: Gráfico - Despesas empenhadas em 2023 por elemento de despesa (R\$) - Grupo 4 - Investimento





7.3 Execução orçamentária dos principais Programas e Ações discricionários

Apresentamos a seguir breve análise, quadro e gráficos referentes à execução dos Programas e Ações Orçamentárias da Unidade Orçamentária UO 42207 - Instituto Brasileiro de Museus, com valores de dotação orçamentária, despesas empenhadas e liquidadas, compreendendo apenas o orçamento discricionário (primário e decorrente de emendas parlamentares).

Em 2023, o Ibram recebeu um aporte recorde de recursos orçamentários provenientes de emenda de relator geral, aumentando em 80% a dotação de despesas discricionárias em relação ao proposto no PLOA 2023. Esse aumento de dotação, além de uma oportunidade de realizar mais projetos, representou também um grande desafio, considerando a defasagem do quadro de pessoal do Instituto que impacta diretamente em sua capacidade operacional.

No primeiro trimestre ocorreu a alteração da Unidade Orçamentária, com o retorno do MinC à condição de ministério; dessa forma houve uma pausa na execução e toda dotação já empenhada teve que ser anulada para adequação. Com o prosseguimento da execução, até metade do exercício já havia sido empenhada a maior parte da dotação de manutenção. Já as ações finalísticas começaram a passar por reprogramações, devido a remanejamentos solicitados pelo Ibram e também pelos primeiros cortes no orçamento.

No segundo semestre, uma parte do orçamento finalístico, sem previsão de utilização, foi devolvido para cobrir os bloqueios impostos ao MinC e ocorreu o fechamento da programação, com os valores restantes em processo avançado de contratação. Contudo, o Ibram sofreu mais um bloqueio orçamentário, fazendo com que vários processos tivessem que ser parados já na fase de empenho e comprometendo desde já o orçamento de 2024.

Apesar dos obstáculos à execução enfrentados no ano, encerramos com uma execução orçamentária quase total da dotação atualizada.

Segue relato detalhado por ação orçamentária:

A principal Ação que atende a despesas administrativas das unidades museológicas vinculados ao IBRAM é a **211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais**, destinada a despesas de apoio ao funcionamento das unidades museológicas vinculadas ao IBRAM, que possibilitem o pleno acesso aos serviços culturais (despesas de manutenção administrativa, de conservação e de adequação dos espaços museológicos, entre outras), buscando a continuidade das atividades dos museus e a preservação de seus acervos em padrões técnicos e operacionais satisfatórios e de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade do público de forma sustentável.

Apesar do aumento de dotação anteriormente citado para as despesas discricionárias em geral, esta Ação em especial teve um movimento contrário, com uma redução de 32% em relação ao proposto no PLOA. Nesse contexto, com aproximadamente R\$ 39,6 milhões, iniciou-se o ano com uma dotação bem abaixo da previsão de execução das unidades gestoras do IBRAM, portanto houve a necessidade de suplementação de créditos para atender aos contratos em andamento, bem como as repactuações previstas.

Assim, a Ação 211F recebeu um remanejamento total de R\$ 11.881.104,00 de outras ações discricionárias consignadas ao IBRAM, entretanto ainda abaixo do necessário. Foi incluído um último pedido de suplementação, no total de R\$ 3.652.603,00, do qual foram atendidos apenas R\$ 452.603,00. Diante da situação, encerrou-se o exercício tendo que fazer ajustes nas despesas e paralisando a análise de repactuações. Isso está refletido na execução de 99,99% da ação.

A Ação **2000 – Administração da Unidade** atende a despesas anuais de despesas administrativas na sede do IBRAM e nas representações de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (energia elétrica e telefonia móvel; despesas de informática; contratos de impressão e de serviços gráficos; contratos de manutenção predial, de limpeza e conservação, de copeiragem e de recepção; aluguéis e condomínios; fretes e transportes de cargas e encomendas, por via rodoviária e aérea, em nível nacional e internacional; contrato de estagiários, incluindo museus; materiais de consumo, de modo a garantir a continuidade na prestação de serviços do IBRAM; diárias e passagens para visitas técnicas aos museus

IBRAM e reuniões com representantes dos museus e diretoria do IBRAM para alinhamento de estratégias e rotinas; publicações no DOU de modo a não interromper serviços continuados e imprescindíveis para a legalidade dos atos administrativos; aquisições de equipamentos e mobiliário de modo a garantir a infraestrutura continuidade e a melhoria na prestação de serviços do IBRAM, incluindo museus; e outros serviços imprescindíveis para a manutenção administrativa). Essa ação recebeu suplementação no valor de R\$ 4.487.561, para complementação do valor de execução previsto, e chegou a 99,6% de execução em 2023, devido economia em contratações das despesas de capital.

Além dessas, houve execução de despesas de manutenção nas Ações **216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos e 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.**

Quanto às despesas finalísticas, a Ação **20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**, que em outros anos foi a principal ação finalística do IBRAM, teve 99,5% da dotação empenhada, depois de receber remanejamento de créditos da Ação 14U2, no valor líquido de R\$ 9.530.505,00 (após ser suplementada, a ação sofreu bloqueio). A execução foi destinada à realização de 48 projetos envolvendo atividades educativo-culturais, de exposições, pesquisas e comunicação, entre outras das unidades museológicas e da Sede do IBRAM, incluindo vários destaques a universidades e institutos federais de educação para realização de projetos de fomento aos museus brasileiros. Além desses, houve ainda empenho para mais 31 projetos das unidades museológicas a serem realizados em 2024.

Em 2023 houve um acréscimo, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de R\$ 79 milhões em relação ao PLOA na ação **14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**, tornando-a a ação discricionária mais volumosa da UO. Assim tivemos historicamente o maior valor empenhado na ação, o qual contribuiu especialmente para o retorno de premiação cultural do Ibram, aquisição de obra de arte e com a aparelhagem e ações de conservação e restauração das unidades museológicas. Em contrapartida ela sofreu constantes alterações em seu valor, seja pela necessidade de remanejamento para outras ações discricionárias, cuja dotação era insuficiente, seja pelos bloqueios orçamentários sofridos ao longo do ano. A Ação findou o exercício

financeiro com apenas 14,3% da sua dotação inicial, registrando uma execução orçamentária de 99,85% para atender aos espaços de 16 unidades museológicas.

Foram mantidas no orçamento 2023 as duas contribuições da Ação **000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**.

- Contribuição ao Programa IBERMUSEUS, desenvolvido no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana da Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, tendo em vista que o Brasil é Estado Membro da Conferência Ibero-Americana e signatário do seu respectivo convênio de cooperação; e
- Contribuição ao Conselho Internacional de Museus – ICOM, para renovação anual do cadastramento dos museus do IBRAM como membros do ICOM, uma ONG sem fins lucrativos que mantém relações formais com a UNESCO e desenvolve atividades voltadas para a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial – cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial – para a sociedade.
- Houve ainda o empenho de emendas parlamentares individuais nas ações **20ZF** e

14U2:

- Emenda n.º 1310.0008 (R\$ 1.046.065,00), da deputada Benedita da Silva. Projetos apoiados: R\$ 896.065,00 - Montagem de exposição do acervo institucional incluindo depoimentos de grandes nomes do samba, com parte da mostra destinada ao público infantil (Samba Miudinho) a ser realizada no Museu do Samba, projeto prevê realização de atividades experienciais visando ao fortalecimento de patrimônio cultural brasileiro, fomentando participação feminina, proporcionando a fruição e o acesso amplo da população a bens culturais, e intercâmbio de diferentes manifestações e linguagens; R\$ 150.000,00 - Realizar dez visitas técnicas intramuseus que consistirá na visita técnica ao museu acolhedor e na realização de encontros de trabalho mensais da Remus-RJ. Sediada sempre em algum museu social participante da Rede, tendo como objetivo fortalecer tanto a

rede quanto os diversos museus que integram a Rede de Museologia Social. Realizar uma formação em Patrimônio Cultural no Museu Vivo de São Bento, com a realização de 5 oficinas, com duração total de 20 horas. Produção do II Festival de Museologia Social da Remus-RJ, que contará com programação de atividades festivas, artísticas e culturais, com a apresentação do documentário de rede e feira gastronômica, tendo a duração de um dia, no Museu da República;

- Emenda n.º 2715.0013 (R\$ 3.000.000,00), do deputado Ruy Carneiro. Projeto apoiado: Implantação de exposição permanente, com oito circuitos expositivos, contemplando projeto cenográfico e conteúdo audiovisual, imersivo e interativo para a nova instituição cultural, educacional e de salvaguarda de patrimônio, o Museu de Arte e Ciências de Campina Grande – MAC.

- Emenda n.º 4039.0010 (R\$ 789.985,86), do deputado Marcelo Calero. Projeto apoiado: Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para execução da etapa 6 de construção do edifício anexo e novo acesso ao Museu da Chácara do Céu;

- Emenda n.º 4039.0011 (R\$ 625.000,00), do deputado Marcelo Calero. Projetos apoiados: R\$ 200.000,00 - Catalogação e reorganização do acervo arquivístico e histórico do Museu Bispo do Rosario Arte Contemporânea, através da contratação de profissionais e compras de materiais e equipamentos; E R\$ 425.000,00 - Implantação do espaço de guarda para preservação do acervo histórico, científico e cultural da Biblioteca Central do Museu Nacional;

- Emenda n.º 4039.0024 (R\$ 250.000,00), do deputado Marcelo Calero. Projeto apoiado: Modernização da Reserva Técnica do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro com reacondicionamento de parte do acervo museológico, composto por objetos têxteis, porcelanas e mapas (acervos sensíveis), por meio da contratação de serviços técnicos de Museologia, Fotografia, Conservação/Restauração e Manutenção Predial, além de aquisição de materiais para acondicionamento e equipamentos e mobiliário específico para ações de conservação/restauração;

- Emenda n.º 2468.0002 (R\$ 300.000,00), da deputada Lídice da Mata. Projetos apoiados: R\$ 100.000,00 - Acessibilidade e dinamização do acervo do MAM/BAHIA - Aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva (TA), de conservação, preservação e dinamização do acervo em reserva técnica e exposto; R\$ 100.000,00 - Modernização

do mobiliário expográfico do espaço do Museu do Mar Aleixo Belov, localizado no Largo do Santo Antônio em Salvador-BA. Por meio da adição de novo conteúdo no suporte de mapa de viagem interativo e reedição de dois vídeos, com recursos visuais mais atrativos e inclusão de legenda em inglês; E R\$ 100.000,00 - Ambientação e organização de espaço para abrigar parte do acervo da Fundação Casa de Jorge Amado;

- Emenda n.º 4064.0007 (R\$ 105.000,00), do deputado Rogério Correia. Projeto apoiado: Visita Guiada de estudantes da rede pública de ensino ao acervo do Museu de História e Ciências Naturais, de forma gratuita;

- Emenda n.º 1775.0016 (R\$ 1.000.000,00), da deputada Jandira Feghali. Projeto apoiado: R\$ 500.000,00 - Inventário, catalogação e digitalização de obras tombadas do acervo do Museu de Imagens do Inconsciente com inserção dos dados em base de dados; Recuperação de 2 (dois) documentários científicos; Restauração de obras de arte.; E R\$ 500.000,00 - Realizar ações de conservação em 1.205 obras do acervo do Museu do Pontal; ações de restauração em 100 obras do acervo do Museu do Pontal; ações de conservação e digitalização de 750 imagens do acervo fotográfico de arte popular brasileira do Museu do Pontal e levantamento bibliográfico e inserção de referências no sistema de acervo de Museologia com informações de 30 artistas do acervo;

- Emenda n.º 3954.0015 (R\$ 817.565,90), do ex-deputado David Miranda. Projeto apoiado: Realização de capacitações para professores e guias de turismo sobre a história da diáspora africana e sobre educação patrimonial, lançamento de dois livros sobre as pesquisas arqueológicas e artigos sobre o IPN e tratamento, organização e catalogação dos achados do acervo arqueológico do Museu Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos;

- Emenda n.º 4210.0013 (R\$ 1.000.000,00), do senador Carlos Portinho. Projeto apoiado: Desenvolvimento e execução de uma exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), dedicada às relações entre arte, design e arquitetura social acompanhada de programa de educação;

- Emenda n.º 4033.0002 (R\$ 244.381,00), do deputado Lucas Redecker. Projeto apoiado: Restauração de molduras, telas e pinturas históricas da coleção iconográfica do Museu Julio de Castilhos;

Tabela 12 : Quadro - Detalhamento da execução orçamentária 2023 - Ibram

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS								
PROGRAMAS E AÇÕES DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	CORRENTE	CAPITAL	CORRENTE	CAPITAL	CORRENTE	CAPITAL	CORRENTE	CAPITAL
DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS	144.405.949	2.546.729	101.845.774	1.245.186	101.658.15	1.148.322	75.512.480	195.735
0032 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	22.247.809	400.000	26.765.370	400.000	26.739.938	309.049	21.511.460	4.170
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	22.037.809	400.000	26.525.370	400.000	26.508.039	309.049	21.296.990	4.170
216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	60.000		60.000		56.272		56.272	
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	150.000		180.000		175.628		158.198	
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	460.000	-	460.000	-	371.042	-	371.042	-
000Q - CONTRIBUIÇÕES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA	460.000		460.000		371.042		371.042	
5025 - CULTURA	121.698.140	2.146.729	74.620.404	845.186	74.547.178	839.273	53.629.978	191.565
14U2 - IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIP. CULTURAIS	80.450.059	1.546.729	10.911.787	841.510	10.900.008	835.597	392.984	191.565
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA	1.644.399	600.000	11.771.228	3.676	11.712.573	3.676	5.425.141	
211F - FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	39.603.682		51.937.389		51.934.597		47.811.854	
DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	13.699.541	2.419.373	5.791.365	3.859.081	5.722.873	3.455.125	1.059.360	347.920
5025 - CULTURA	13.699.541	2.419.373	5.791.365	3.859.081	5.722.873	3.455.125	1.059.360	347.920
14U2 - IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIP. CULTURAIS	798.311	627.244	1.666.798	2.508.202	1.666.798	2.508.202	277.080	347.920
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA	12.901.230	1.792.129	4.124.567	1.350.879	4.056.075	946.923	782.280	
TOTAL GERAL	158.105.490	4.966.102	107.637.139	5.104.267	107.381.031	4.603.446	76.571.840	543.655

Figura 37: Dotação atualizada das ações discricionárias da LOA 2023

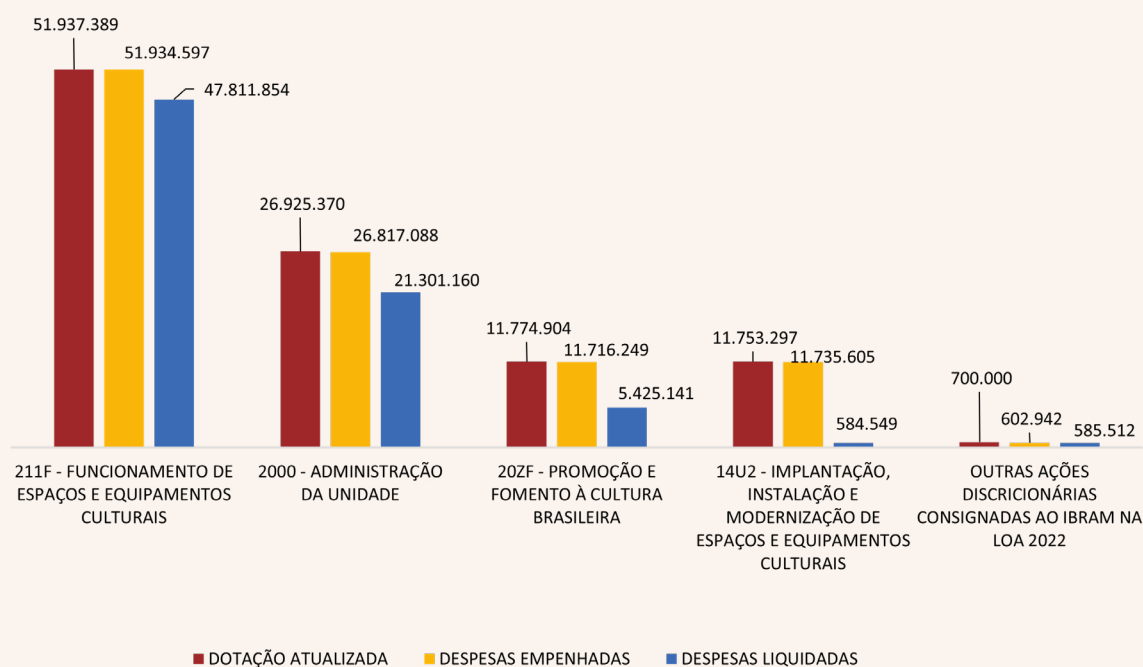
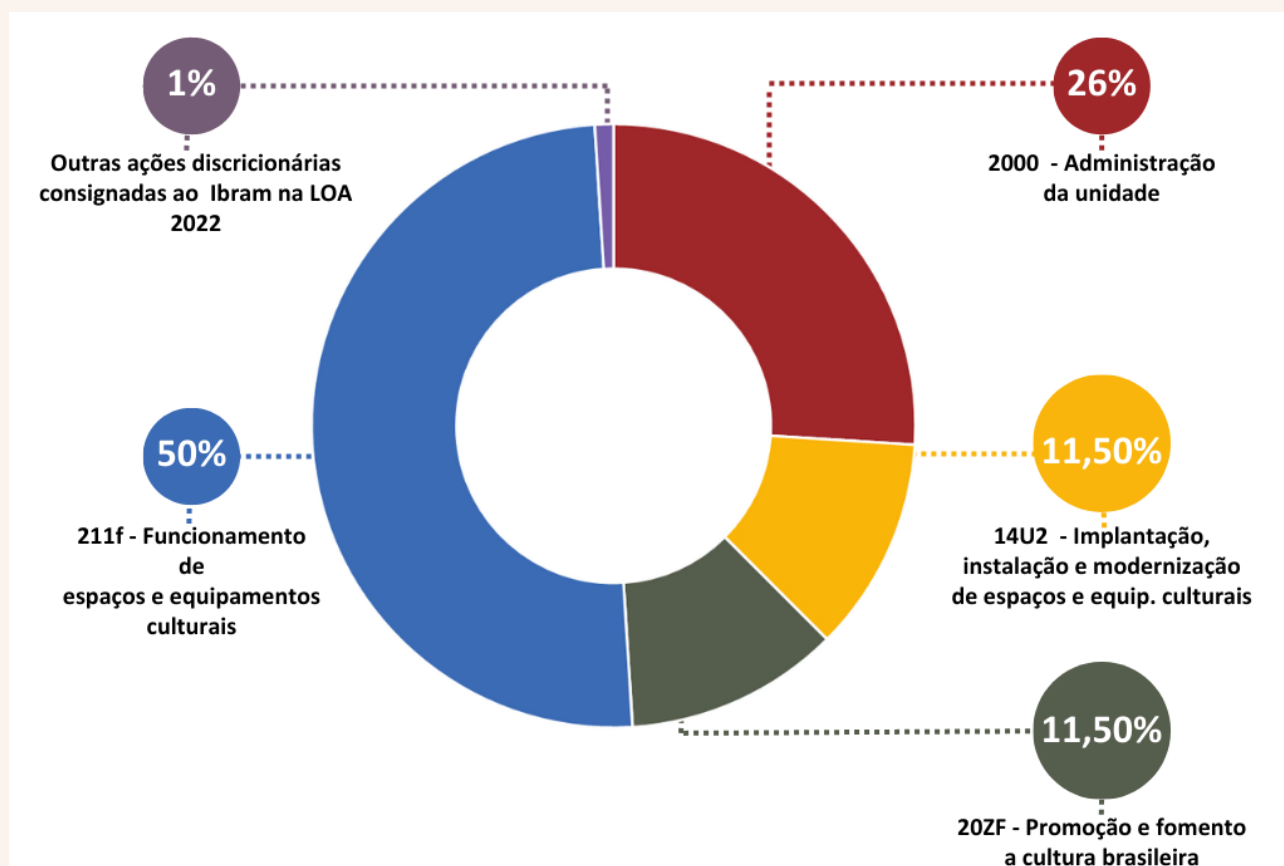


Figura 38: Execução das principais ações discricionárias da LOA 2023



Em relação aos créditos orçamentários recebidos por destaque de outras unidades orçamentárias, o IBRAM captou recursos adicionais do FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS, por meio de aditivo a Termo de Execução Descentralizada firmado em 2019, a fim de dar continuidade à execução de obra de restauração e ampliação do Museu Nacional de Belas Artes (TED 697713), no valor de R\$ 6.054.098,28.

Em menor vulto, o IBRAM recebeu créditos referentes a gratificação por encargo de curso e concurso por serviços prestados por servidor ao IPHAN e a deslocamento de acervo do Museu Histórico Nacional à Presidência da República.

Tabela 13 : Destaques recebidos de outras unidades orçamentárias

DESTAQUES RECEBIDOS DE OUTRAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS				
UNIDADES CONCEDENTES E AÇÕES	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	CORRENTE	CAPITAL	CORRENTE	CAPITAL
DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS	5.090,00	6.054.098,28	5.090,00	-
20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA				
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	5.090,00		5.090,00	
30905 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS				
6067 - APOIO E FOMENTO A PROJETOS DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS		6.054.098,28		
42204 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL				
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	773,78		773,78	
TOTAL GERAL	5.863,78	6.054.098,28	5.863,78	-



7.4 Divisão de Contabilidade – DCON

7.4.1 Apresentação - Contexto Operacional

O Instituto Brasileiro de Museus - Ibram é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura – MinC, possui personalidade Jurídica de Direito Público, foi criado por meio da Lei 11.906/2009, com sede e foro em Brasília/DF, possui 02 (dois) escritórios regionais de representação: 01 (um) em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro, além de 30 (trinta) museus vinculados distribuídos em diversos estados brasileiros. O Ibram sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

A Autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, tais como, aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

Quanto às normas legais, o Ibram observa a Lei n.º 8.112/90 na contratação dos seus servidores, a Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 14.133/21 para contratação dos seus fornecedores e a Lei n.º 4.320/64 para suas finanças públicas bem como a Lei Complementar n.º 101/2000 - LRF.

O Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe de dois contadores devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, habilitados no Siafi e atualizados na tabela de UG compondo o rol de responsáveis pela conformidade contábil do Ibram, não possuindo a função de emitir documentos no Siafi nem responsáveis pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

7.4.2 Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto n.º 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Seccional de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação do Ibram no Rio de Janeiro,
- Escritório de Representação do Ibram em Minas Gerais/Espírito Santo,
- Coordenação de Gestão de Pessoas,
- Museu Imperial,
- Museu Histórico Nacional,
- Museu Nacional de Belas Artes,
- Museu da República,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall,
- Museu Villa-Lobos e
- Museus Castro Maya.

Importante destacar que algumas dessas unidades museológicas supramencionadas estão em processo de extinção, em atendimento à Portaria SEGES/ME 13.623/2019, que estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibram é realizada por esta Divisão de Contabilidade. Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do Governo Federal). Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no Manual Siafi.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Notas Explicativas.

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

Ressalvas:

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado e intangível. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser

incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei n.º 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores. Cabe ressaltar que esta autarquia adquiriu o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual Siafi visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.

- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei n.º 4.320/1964.

- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressaltar-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

Declaração:

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2023, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas anteriormente apontadas.

Brasília/DF, 26 de janeiro de 2024.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.4.3 Balanço Patrimonial

		R\$ Reais	
ATIVO		2023	2022
Ativo Circulante		16.389.936,19	13.324.996,90
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.239.300,28	12.085.865,28
Créditos a Curto Prazo		6.928.702,55	1.002.472,15
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos		6.928.702,55	1.002.472,15
Estoques		221.933,36	236.659,47
Ativo Não Circulante		482.768.302,04	479.650.772,77
Ativo Realizável a Longo Prazo		20.449,16	27.102,01
Créditos a Longo Prazo		20.449,16	27.102,01
Dívida Ativa Não Tributária		20.449,16	27.102,01
Imobilizado		482.678.201,62	479.554.019,50
Bens Móveis		46.838.566,02	50.786.591,10
Bens Móveis		52.316.270,17	50.875.303,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-5.477.704,15	-88.712,64
Bens Imóveis		435.839.635,60	428.767.428,40
Bens Imóveis		439.895.121,95	430.845.452,69
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	4.055.486,35	- 2.078.024,29
Intangível		69.651,26	69.651,26
Softwares		58.495,00	58.495,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		11.156,26	11.156,26
TOTAL DO ATIVO		499.158.238,23	492.975.769,67

		R\$ Reais	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	2022
Passivo Circulante		42.404.342,73	42.276.110,78
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo		8.574.790,72	6.251.903,36
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo		929.797,89	4.269.848,85
Transferências Fiscais a Curto Prazo		355.000,00	1.211.209,71
Demais Obrigações Curto Prazo		32.544.754,12	30.543.148,86
TOTAL DO PASSIVO		42.404.342,73	42.276.110,78
Patrimônio Líquido		456.753.895,50	450.699.658,89
Demais Reservas		23.511.921,47	-
Resultados Acumulados		433.241.974,03	450.699.658,89
Resultado do Exercício		-9.267.514,11	-2.267.161,39
Resultados de Exercícios Anteriores		447.597.468,02	442.746.695,13
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	5.087.979,88	10.220.125,15
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		499.158.238,23	492.975.769,67

Fonte: SIAFI

7.4.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

		R\$ Reais	
	NE	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas		1.208.972.641,46	321.197.387,52
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.797.105,31	1.294.865,93
Venda de Mercadorias		7.085,47	11.815,30
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.790.019,84	1.283.050,63
Transferências e Delegações Recebidas		1.193.202.170,68	316.891.092,04
Transferências Intragovernamentais		815.926.847,72	315.240.855,73
Outras Transferências e Delegações Recebidas		377.275.322,96	1.650.236,31
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		13.807.466,61	2.901.871,13
Reavaliação de Ativos		-	787.297,19
Ganhos com Incorporação de Ativo		6.578.658,12	160.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		7.228.808,49	1.954.573,94
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		165.898,86	109.558,42
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		165.898,86	109.558,42
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		1.208.972.641,46	321.197.387,52
Variações Patrimoniais Diminutivas		1.218.240.155,57	323.464.548,91
Pessoal e Encargos		49.857.436,65	46.786.496,49
Remuneração a Pessoal		38.945.434,58	36.305.191,46
Encargos Patronais		7.253.888,77	7.275.213,85
Benefícios a Pessoal		3.402.747,48	2.841.026,31
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos		255.365,82	365.064,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		29.561.356,71	26.544.166,88
Aposentadoria e Reformas		27.414.291,35	24.622.446,88
Pensões		1.512.412,43	1.262.887,67
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		634.652,93	658.832,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		81.233.510,03	72.720.022,47
Uso de Materiais de Consumo		261.832,30	329.913,04
Serviços de Terceiros		78.798.738,15	72.019.842,40
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.172.939,58	370.267,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		31.265,82	2.797,21
Juros e Encargos de Mora		31.265,82	2.797,21
Transferências e Delegações Concedidas		1.034.036.546,50	165.242.144,20
Transferências Intragovernamentais		649.883.548,24	159.056.320,24
Transferências Intergovernamentais		3.418.907,00	4.055.553,08
Transferências ao Exterior		2.771.042,00	503.688,02
Outras Transferências e Delegações Concedidas		377.963.049,26	1.626.582,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		23.310.293,92	11.865.488,98
Perdas Involuntárias		25.155,25	-
Incorporação de Passivos		8.575.551,42	8.479.638,47
Desincorporação de Ativos		14.709.587,25	3.385.850,51
Tributárias		36.982,20	65.121,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.671,31	12.875,56
Contribuições		33.310,89	52.245,87
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		172.763,74	238.311,25
Premiações		-	175.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		172.763,74	63.311,25
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		1.218.240.155,57	323.464.548,91
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)		-9.267.514,11	-2.267.161,39

Fonte: SIAFI

7.4.5 Balanço Orçamentário

R\$ Reais					
RECEITAS					
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes		733.781,00	733.781,00	1.811.052,04	1.077.271,04
Receita Patrimonial		11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
Receita de Serviços		722.193,00	722.193,00	1.717.911,87	995.718,87
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		722.193,00	722.193,00	1.717.911,87	995.718,87
Outras Receitas Correntes				13.946,73	13.946,73
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				13.342,53	13.342,53
Demais Receitas Correntes				604,20	604,20
Total Receitas Correntes (I)		733.781,00	733.781,00	1.811.052,04	1.077.271,04
DÉFICIT (II)				187.293.371,53	187.293.371,53
Total (III) = I + II		733.781,00	733.781,00	189.104.423,57	188.370.642,57
Créditos Adicionais Abertos		-	46.912.685,00		
Créditos Cancelados		-	46.912.685,00		

R\$ Reais							
DESPESAS							
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes		232.726.225,00	185.675.375,00	178.554.023,89	151.635.820,85	144.025.276,37	7.121.351,11
Pessoal e Encargos Sociais		70.409.083,00	73.606.186,00	73.494.232,06	73.445.165,66	67.901.132,75	111.953,94
Outras Despas Correntes		162.317.142,00	112.069.189,00	105.059.791,83	78.190.655,19	76.124.143,62	7.009.397,17
Despesas de Capital		4.966.102,00	5.104.267,00	10.550.399,68	543.655,34	543.655,34	- 5.446.132,68
Investimentos		4.966.102,00	5.104.267,00	10.550.399,68	543.655,34	543.655,34	- 5.446.132,68
Total Despesas Orçamentárias		237.692.327,00	190.779.642,00	189.104.423,57	152.179.476,19	144.568.931,71	1.675.218,43

Fonte: SIAFI

R\$ Reais							
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR							
NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
Restos a Pagar Não Processados	3.504.985,33	25.361.594,41	15.480.643,10	15.452.190,59	3.219.971,13	10.194.418,02	
Restos a Pagar Proc. e Não Proc. Liquidados	26.682,23	10.872.998,27	-	10.841.985,42	2.319,95	55.375,13	
TOTAL							

Fonte: SIAFI

7.4.6 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro permite acompanhar a receita auferida e a despesa paga pela instituição por destinação de recurso, onde é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior. Também é possível visualizar os ingressos (receita) e os dispêndios (despesas) em orçamentários e extraorçamentários.

Tabela 14 : Quadro - Balanço Financeiro

Balanço Financeiro				
INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AV%	AH%
Receitas Orçamentárias	1.811.052,04	1.298.199,09	0,44	39,50
Ordinárias	-	-	-	-
Vinculadas	1.811.052,04	1.298.199,09	0,44	39,50
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.811.052,04	-	0,44	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.298.199,09	0,00	(100,00)
Transferências Financeiras Recebidas	352.351.902,18	315.240.855,73	85,73	11,77
Resultantes da Execução Orçamentária	316.505.994,56	278.202.607,01	77,01	13,77
Repasse Recebido	154.689.811,76	138.931.104,33	37,64	11,34
Sub-repasse Recebido	161.816.182,80	139.271.502,68	39,37	16,19
Independentes da Execução Orçamentária	35.845.907,62	37.038.248,72	8,72	(3,22)
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.709.293,15	37.006.440,67	8,45	(6,21)
Demais Transferências Recebidas	-	3.772,38	0,00	(100,00)
Movimentação de Saldos Patrimoniais	51.945,99	28.035,67	0,01	85,29
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.668,48	-	0,26	-
Recebimentos Extraorçamentários	44.741.444,77	35.966.627,93	10,89	24,40
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.610.544,48	10.407.240,40	1,85	(26,87)
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	36.924.947,38	25.361.594,41	8,98	45,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.897,93	91.567,86	0,01	(48,78)
Outros Recebimentos Extraorçamentários	159.054,98	106.225,26	0,04	49,73
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	450,00	-	0,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	158.604,98	106.225,26	0,04	49,31
Saldo do Exercício Anterior	12.085.865,28	7.551.450,49	2,94	60,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49	2,94	60,05
TOTAL	410.990.264,27	360.057.133,24	100,00	14,15

Tabela 15 : Quadro - Balanço Financeiro

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AV%	AH%
Despesas Orçamentárias	189.104.423,57	165.011.887,47	46,01	14,60
Ordinárias	116.225.510,27	128.236.245,04	28,28	- 9,37
Vinculadas	72.878.913,30	36.775.642,43	17,73	98,17
Seguridade Social (Exceto Previdência)	27.517.473,13	1.596.162,20	6,70	1.623,98
Previdência Social (RPPS)	-	22.935.289,14	-	- 100,00
Dívida Pública	38.573.560,89	-	9,39	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.787.879,28	-	1,65	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	12.244.191,09	-	- 100,00
Transferências Financeiras Concedidas	186.307.151,52	159.006.457,34	45,33	17,17
Resultantes da Execução Orçamentária	167.590.369,57	139.849.181,02	40,78	19,84
Repasse Concedido	5.774.186,77	577.678,34	1,40	899,55
Sub-repasse Concedido	161.816.182,80	139.271.502,68	39,37	16,19
Independentes da Execução Orçamentária	18.716.781,95	19.157.276,32	4,55	- 2,30
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.460.261,30	19.009.753,50	4,25	- 8,15
Demais Transferências Concedidas	-	37.152,01	-	- 100,00
Movimento de Saldos Patrimoniais	171.852,17	110.370,81	0,04	55,70
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.668,48	-	0,26	-
Pagamentos Extraorçamentários	26.339.388,90	23.952.923,15	6,41	9,96
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.841.985,42	5.850.833,11	2,64	85,31
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.452.190,59	17.935.316,11	3,76	- 13,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.761,71	116.911,03	0,01	- 62,57
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.451,18	49.862,90	0,00	- 97,09
Saldo para o Exercício Seguinte	9.239.300,28	12.085.865,28	2,25	- 23,55
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,28	12.085.865,28	2,25	- 23,55
TOTAL	410.990.264,27	360.057.133,24	100,00	14,15

Em relação aos Ingressos, percebe-se que a maioria são orçamentários (86%), apenas aproximadamente 11% são extraorçamentários e o restante (3%) é proveniente de saldo do exercício anterior.

Houve um aumento geral nos ingressos e dispêndios de 14,15%. No que tange os ingressos, destacam-se os aumentos de 11,8% nas transferências financeiras recebidas e 24,4% nos recebimentos extraorçamentários – principalmente devido a inscrição de restos a pagar não processados, que subiu 45,6%.

Referente aos Dispêndios, as maiores saídas são as despesas orçamentárias, representando 46% do total de dispêndios, e as transferências financeiras concedidas, que representam 45,3% do total de saídas. Há ainda os pagamentos Extraorçamentários com 6,4% e o saldo para o exercício seguinte com 2,3%.

Vale destacar que os aumentos são mais justificados com o grande aumento das despesas orçamentárias vinculadas em 98,2%. Quanto às transferências financeiras concedidas, a conta de Repasse Concedido decuplicou com um aumento de aproximadamente 900%.

O aumento dos pagamentos extraorçamentários (aproximadamente 10%) provém do aumento de 85,3% de pagamento de restos a pagar processados, mesmo com diminuição de todas as outras contas neste grupo.

Ainda é possível destacar que o saldo para o exercício seguinte apresentou uma queda de 23,55%.

7.4.7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

		R\$ Reais	
	NE	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		1.823.709,95	12.606.504,14
Ingressos		354.368.457,13	316.736.847,94
Receita Patrimonial		79.193,44	34.509,63
Receita de Serviços		1.717.911,87	1.260.356,30
Outras Receitas Derivadas e Originárias		13.946,73	3.333,16
Outros Ingressos Operacionais		352.557.405,09	315.438.648,85
Ingressos Extraorçamentários		46.897,93	91.567,86
Transferências Financeiras Recebidas		352.351.902,18	315.240.855,73
Arrecadação de Outra Unidade		158.604,98	106.225,26
Desembolsos		-352.544.747,18	-304.130.343,80
Pessoal e demais Despesas Correntes		-151.852.140,06	-134.356.093,30
Administração		-5.090,00	-
Previdência Social		-27.479.780,15	-24.749.975,60
Cultura		-124.325.617,64	-109.089.208,73
Direitos da Cidadania		-42.102,27	-516.908,97
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		450,00	-
Transferências Concedidas		-14.340.242,71	-10.601.019,23
Intergovernamentais		-219.100,00	-100.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal		-219.100,00	-100.000,00
Intragovernamentais		-7.294.084,00	-7.252.987,84
Outras Transferências Concedidas		-6.827.058,71	-3.248.031,39
Outros Desembolsos Operacionais		-186.352.364,41	-159.173.231,27
Dispêndios Extraorçamentários		-43.761,71	-116.911,03
Transferências Financeiras Concedidas		-186.307.151,52	-159.006.457,34
Demais Pagamentos		-1.451,18	-49.862,90
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos		-4.670.274,95	-8.072.089,35
Desembolsos		-4.670.274,95	-8.072.089,35
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.670.274,95	-8.072.089,35
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		-2.846.565,00	4.534.414,79
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		12.085.865,28	7.551.450,49
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		9.239.300,28	12.085.865,28

Fonte: SIAFI

7.4.8 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas. As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas na conta única.

7.4.9 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

▪ **Estoques** – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição (custo) ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado (valor justo).

▪ **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

▪ **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo, ou seja, aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

▪ **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor

recuperável (impairment).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensalmente automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

- Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente

no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

- **Benefícios a empregados** - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- **Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais** confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.

- **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

- **No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não

se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

7.4.10 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> que cita a situação em que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

7.4.11 Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:

- a) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis: a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.
- b) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias: a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

7.4.12 Acesso à Informação - Publicação das DCON: Patrimoniais

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas estão publicadas no site do Ibram e podem ser acessadas na sua íntegra por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>.

Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – Caixa e equivalentes

Tabela 16 : Caixa e Equivalentes R\$

Mês Lançamento	dez/23	dez/22	AV%	AH%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	22.514,64	19.928,42	0,24	12,98
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto - OFSS	3.465.216,03	2.568.696,81	37,51	34,90
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto (autorização)	5.751.569,61	9.497.240,05	62,25	(39,44)
Total:	9.239.300,28	12.085.865,28	100	(23,55)

Fonte: Siafi

Os recursos financeiros registrados na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Ibram têm a finalidade de fazer frente aos encargos assumidos na execução das despesas ao longo do exercício. Possuem em sua composição recursos aplicados na conta Caixa Econômica Federal (cauções e garantias), recursos recebidos do Tesouro Nacional (fonte Tesouro) e recursos próprios advindos das arrecadações das unidades museológicas (fonte própria).

Os valores depositados na Caixa Econômica Federal, que são relativos a depósito em caução por exigência contratual, corresponderam a menos de 1% dos recursos do órgão e seu aumento em aproximadamente 13% em relação ao ano passado ocorreu em virtude da assinatura de novos contratos que utilizam o depósito em caução como meio de garantia contratual.

A conta “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento” compreende recursos provenientes do Tesouro, recursos próprios e outros. Esses recursos servem para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Enquanto os recursos não utilizados na fonte Tesouro são devolvidos

ao final de cada exercício, os recursos próprios permanecem na conta do órgão. Vale ressaltar que todo o recurso na fonte Tesouro foi devidamente e devolvido no encerramento do exercício de 2022.

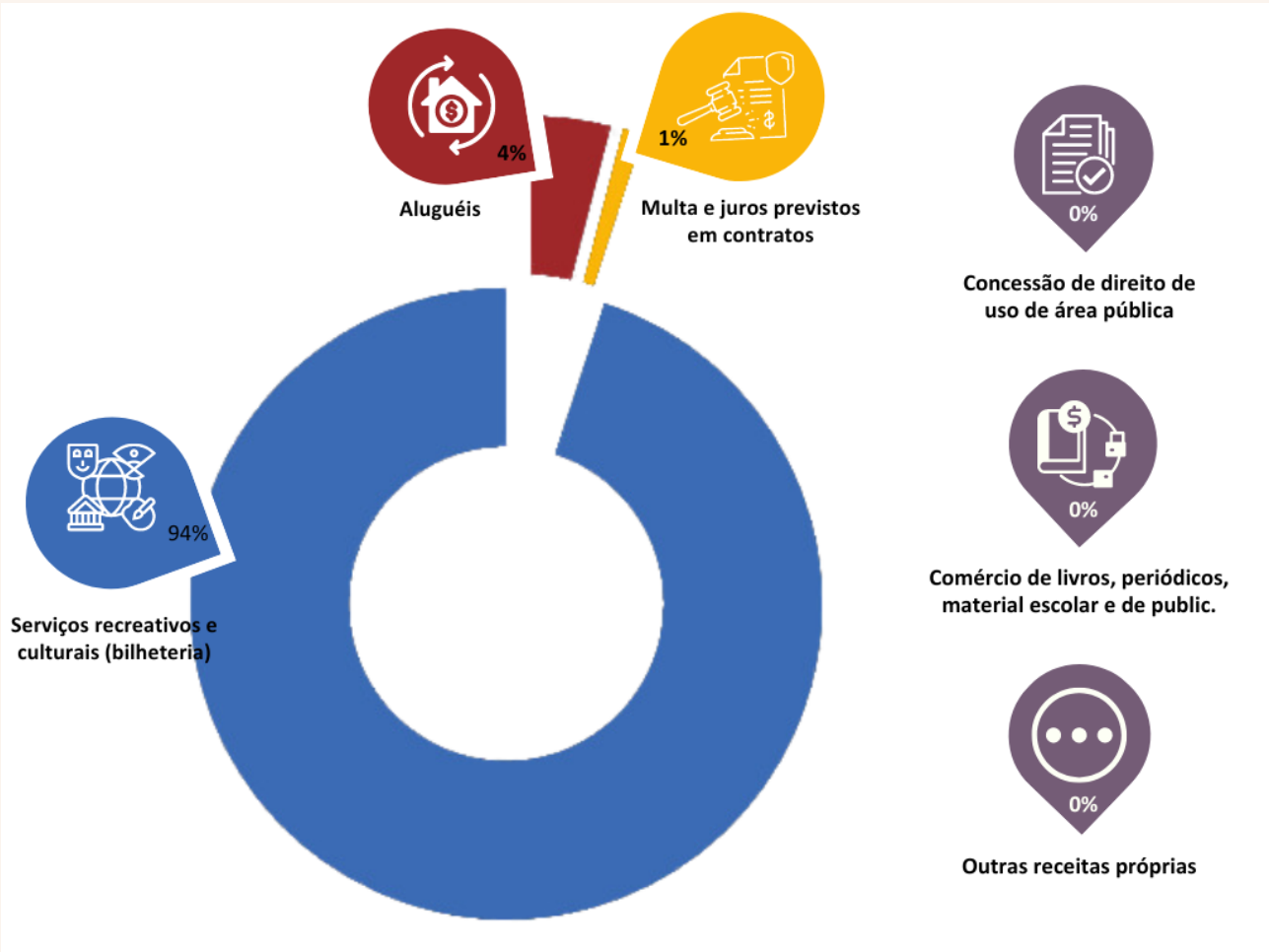
Tabela 17 : Recursos Próprios (Arrecadação)

Mês Lançamento	dez/23	AV%
Aluguéis	76.815,25	4%
concessão de direito de uso de área pública	2.378,19	0%
comércio de livros, periódicos, material escolar e de public.	7.085,47	0%
multa e juros previstos em contratos	13.342,53	1%
serviços recreativos e culturais (bilheteria)	1.710.826,40	94%
outras receitas próprias	604,20	0%
Total:	1.811.052,04	100%

Fonte: Siafi

Percebe-se que da totalidade de arrecadações, a receita pela venda de ingressos é a mais expressiva e correspondeu a 94%, conforme demonstrado no Gráfico:

Figura 39: Recursos Próprios (Arrecadação)



NOTA 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Tabela 18 : Demais Créditos Adiantamentos Concedidos

					R\$
CCon - Título (4)	Mês Lançamento	DEZ/2023	DEZ/2022	AV%	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	281.679,79	289.422,32	67,12	(2,68)
	ADIANTAMENTO DE FERIAS	-	-	0,00	-
	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	137.956,3	85.549,83	32,88	61,26
	ADIANTAMENTO CONCEDIDO	-	-	-	-
	Total	419.636,09	374.972,15	6,06	11,91
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO		6.507.126,46	627.500,00	93,94	936,99
Total		6.926.762,55	1.002.472,15	100,00	590,97

Fonte: Siafi

A conta “Adiantamentos Concedidos” compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo no que tange à folha de pessoal, com destaque para a conta de adiantamento de 13º salários detém mais de 67% do valor total da conta no que se refere à folha de pagamento. Importa ressaltar que a legislação em vigor concede ao servidor, a cada mês trabalhado, direito a receber o duodécimo da remuneração, a título de 13º salário cujo saldo adiantado é descontado proporcionalmente ao longo dos meses efetivamente trabalhados.

Vale ressaltar que os adiantamentos relativos à folha de pagamento representam apenas pouco menos de 33% em relação ao montante de Créditos de Adiantamentos Concedidos pelo Ibram. Sendo o restante formado por Termo de Execução Descentralizada.

A conta "Outros Créditos a Receber" se refere aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), firmados com outros órgãos da Administração Federal, neste período temos 12 vigentes, muitos firmados no mês de dezembro, em comparação a apenas três no exercício anterior, o que justifica o aumento de pouco mais de 10 vezes no valor da conta de outros créditos a receber e de quase 7 vezes de aumento dos valores totais.

Entre os órgãos da Administração Federal com TEDs firmados temos: um deles com a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – para reformulação da expografia do Museu da Inconfidência; outro com a UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para desenvolvimento de pesquisas relativas ao campo museal; Dois

com a UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, para realização de projeto de acervos digitais; outro com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, para a migração de dados do sistema de bibliotecas para melhor gerenciamento das bibliotecas do Ibram e realização de novo cadastro nacional de museus e Hub Digital do Ibram; outro com o IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro – para desenvolvimento em tecnologia para a investigação científica de bens culturais do Ibram; outro com a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco – para a nova exposição permanente no Museu da Abolição; outro com a UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão – para a realização de exposição no Museu Alcântara; Dois com o IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte – para automação do inventário nacional e desenvolvimento de sistema para prover a gestão digital de processos de acervos de museus; outro com a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – para documentação museológica; e outro com a UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – para articulação de usuários no software Tainacan.

NOTA 03 – Estoque

Tabela 19 : Estoques – Ativo Circulante

R\$

Mês Lançamento	DEZ/23	DEZ/22	AV%	AH%
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	-	30,00	-	(100,00)
Gêneros De Alimentação	17.007,97	18.065,09	7,66	(5,85)
Material De Caça E Pesca	77,97	77,97	0,04	-
Material p/ Festividades e Homenagens	50.239,30	56.108,02	22,64	(10,46)
Material de Expediente	14.571,04	23.982,63	6,57	(39,24)
Material de TIC - Material de Consumo	3.423,69	4.223,46	1,54	(18,94)
Material de Acondicionamento e Embalagem	2.616,20	3.087,32	1,18	(15,26)
Material de Copa e Cozinha	2.542,25	5.129,70	1,15	(50,44)
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	66,40	66,40	0,03	-
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	43.491,72	50.231,00	19,60	(13,42)
Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações	13.231,73	12.079,27	5,96	9,54
Material p/ Manutenção de Bens móveis	33.096,90	46.760,04	14,91	(29,22)
Material Elétrico e Eletrônico	9.270,24	9.150,93	4,18	1,30
Material de Proteção e Segurança	162,00	162,00	0,07	-
Material para Comunicações	731,60	858,56	0,33	(14,79)
Material Laboratorial	577,50	577,50	0,26	-
Material Hospitalar	2.615,00	-	1,18	-
Material p/ Manutenção de Veículos	1.815,30	1.915,34	0,82	(5,22)
Ferramentas	-	559,03	-	(100,00)
Material de Sinalização Visual e Outros	26.036,55	-	11,73	-
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	-	2.701,00	-	(100,00)
Discotecas e Filmotecas Não Imobilizável	360,00	894,21	0,16	(59,74)
Total	221.933,36	236.659,47	100,00	(6,22)

Fonte: Siafi

A conta “Estoques” é composta por materiais cujo objetivo é suprir as unidades na sua prestação de serviço. Conforme demonstrado na Tabela 18, verifica-se que os itens mais significativos são “Materiais de Expediente” e “Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações” com 22,6% e 19,6% respectivamente.

Na análise horizontal, comparando os períodos, verifica-se que ocorreu um decréscimo no total de 6,22%, onde houve decréscimos expressivos em diversas contas, algumas com o saldo sendo totalmente zerado, destaque para a conta “Bandeiras, Flâmulas e Insígnias”, que foi a conta com o maior saldo baixado.

O decréscimo não foi maior, pois apesar de a maioria das contas terem sofrido decréscimo, houve o surgimento da conta “Material Bibliográfico”, que sozinha representa mais de 10% do valor total da conta de Estoques.

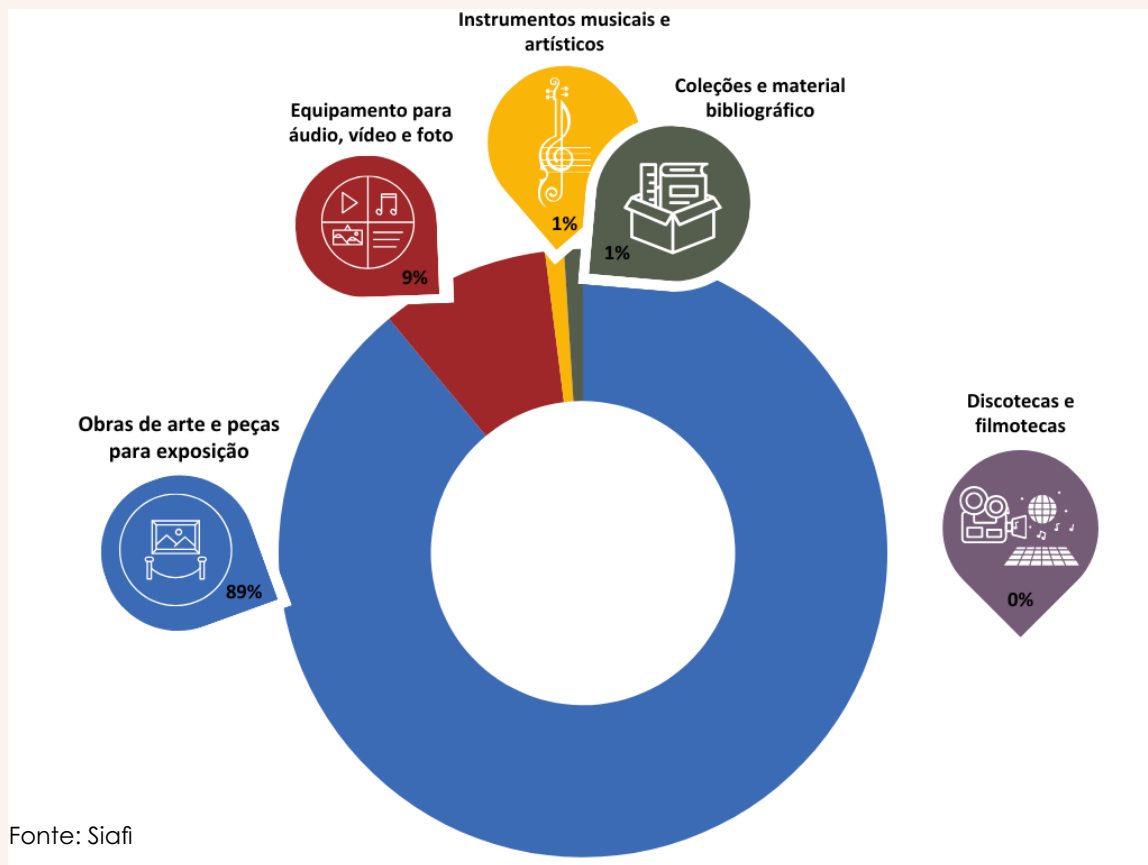
Nota 04 – Bens Móveis

Tabela 20: Bens Móveis - Composição

				R\$
Mês Lançamento	DEZ/23	DEZ/22	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.112.356,42	4.934.990,28	9,77	3,59
Bens de Informática	8.605.600,60	7.595.139,37	16,45	13,30
Móveis e Utensílios	10.711.386,81	10.581.457,18	20,47	1,23
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	25.693.760,85	25.572.796,34	49,11	0,47
Veículos	674.503,27	674.503,27	1,29	0,00
Demais Bens Móveis	1.518.662,22	1.516.417,24	2,90	0,15
Valor Contábil Total	52.316.270,17	50.875.303,68	100	2,83
Depreciação / Amortização Acumulada	-5.477.704,15	(88.712,64)	-10,47	6074,66
Total	46.838.566,02	50.786.591,04		(7,77)
Fonte: Siafi				

Dos bens móveis do Ibram, sobressai o “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” que representa 49% do valor total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição, coleções bibliográficas, instrumentos musicais e outros, que corresponde a 89%, conforme evidenciado no Gráfico:

Figura 40: Material Cultural, Educacional e de Comunicação



Contudo, a referida conta contábil “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” permanece subavaliada, não correspondendo à realidade do acervo das unidades museológicas. Conforme identificado no Relatório de Inventário Anual, portanto, o saldo não fornece informações precisas ou fidedignas. Isso acontece devido à dificuldade que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte levando em conta a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade.

Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornaram obrigatórios e as unidades museológicas já estão envidando esforços para cumprir a norma a fim de que os registros dessa conta passem a expressar a realidade dos valores dos acervos e das peças que se encontram em nossos museus.

É possível observar também que houve grande variação na conta “Depreciação/Amortização Acumulada”, pois a conta foi atualizada depois de longo período inalterada trazendo consigo valores retroativos a exercícios anteriores. Também é devido à atualização da conta “Depreciação/Amortização Acumulada” que a conta de bens móveis teve um decréscimo de quase 8%.

NOTA 05 – Bens Imóveis

No Ibram, os “Bens de Uso Especial” representam quase a totalidade do valor da conta de Bens Imóveis, e compreendem os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Nota-se que houve uma diminuição de 43,33% na conta “Bens Imóveis em Andamento”, fruto da incorporação dos valores de obras finalizadas aos respectivos valores dos imóveis.

Dos bens imóveis que somam R\$ 439.895.121,95, estão com apenas 0,92% de valor depreciado, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria de Patrimônio da União.

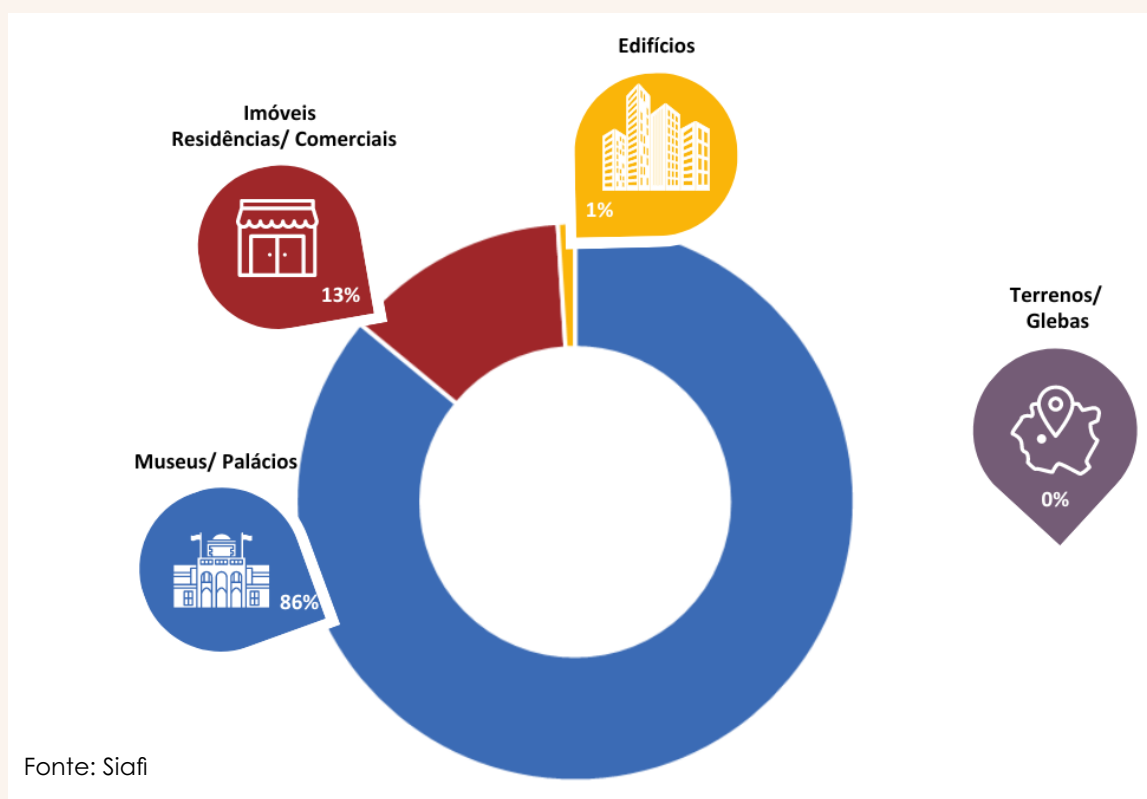
Percebe-se também que o valor da depreciação acumulada sofreu um decréscimo de 95,2%. Isto é devido a um ajuste de bens imóveis cadastrados no SPIUNet, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e o Siafi.

Tabela 21 : Bens Móveis - Composição

				R\$
Mês Lançamento	DEZ/23	DEZ/22	AV%	AH%
Bens de Uso Especial	425.815.718,37	406.093.714,07	96,80	4,86
Bens Imóveis em Andamento	13.958.403,58	24.630.738,62	3,17	(43,33)
Instalações	121.000,00	121.000,00	0,03	0,00
Valor Contábil Total	439.895.121,95	430.845.452,69	100	2,10
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(4.055.486,35)	(2.078.024,29)	-0,92	95,16
Total	435.839.635,60	428.767.428,40		1,65
Fonte: Siafi				

Dos bens de Uso Especial, destacam-se os “Museus e Palácios” que representam 87% seguido de “Imóveis Residenciais/Comerciais” com 13%, conforme Gráfico:

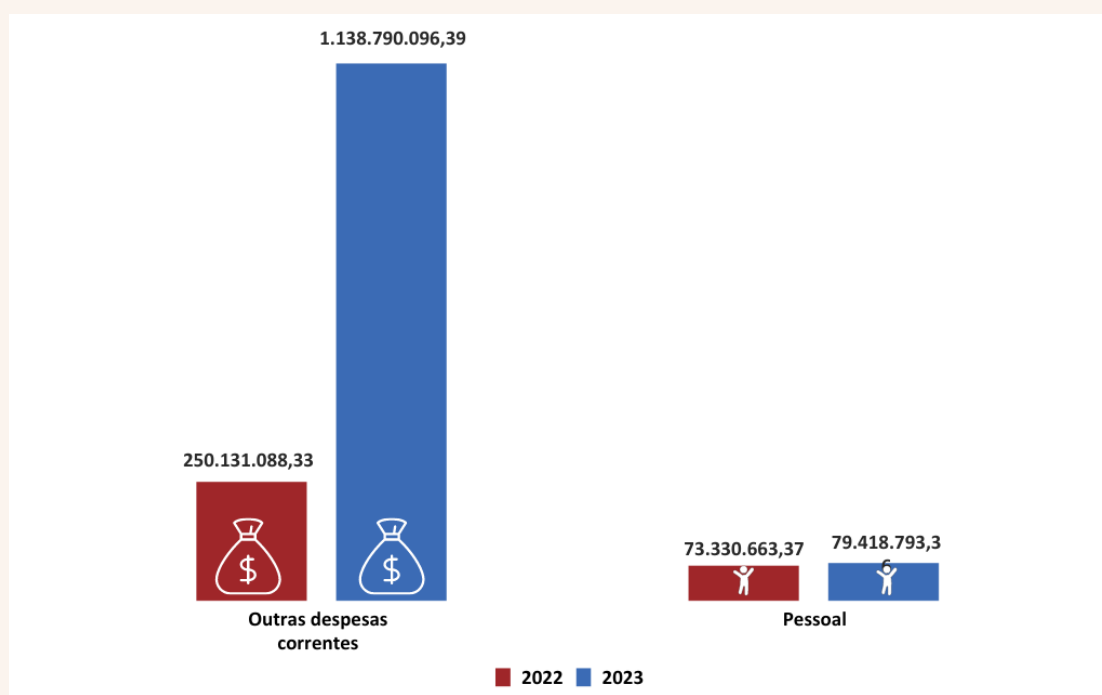
Figura 41: Bens de Uso Especial



NOTA 06 – Despesa Orçamentária

Em se tratando da execução da despesa orçamentária de 2023, houve um aumento de 276,6% em relação ao exercício de 2022. As despesas de custeio aumentaram 355,3% em comparação ao exercício anterior, enquanto as despesas com pessoal e encargos aumentaram aproximadamente 8,3%, conforme verificamos no gráfico.

Figura 42: Despesas Correntes Empenhadas



Na parcela das despesas de custeio, o principal responsável pela queda geral nas despesas foi “Transferência e Delegações Concedidas” por contar com quase dois terços das despesas de custeio, obteve uma queda de aproximadamente 4,6%. Outros destaques são o aumento de 4,4% de material de consumo e 5,5% na prestação de serviços.

Tabela 22

				R\$
Natureza Despesa	2023	2022	AV%	AH%
Materiais de consumo	261.832,30	329.913,04	0,02	-20,64
Serviços	78.798.738,15	72.019.842,40	6,92	9,41
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.172.939,58	370.267,03	0,19	486,86
Transferências e delegações Concedidas	1.034.036.546,50	165.242.144,20	90,80	525,77
Desvalorização de Ativos e incorporações de passivos	23.310.293,92	11.865.488,98	2,05	96,45
Tributos	36.982,20	65.121,43	0,00	-43,21
Outras despesas correntes	172.763,74	238.311,25	0,02	-27,51
Total:	1.138.790.096,39	250.131.088,33	100	355,28
Fonte: Siafi				


Na parcela das despesas de pessoal, ocorreu um acréscimo de 8,3%. Com um aumento expressivo em “Aposentadorias e pensões” de aproximadamente 11,4%, assim como um aumento de aproximadamente 8,2% em Vencimentos e Vantagens Fixas, apesar da diminuição expressiva de 30% na conta de outras despesas.


Tabela 23

				R\$
Natureza Despesa	2023	2022	AV%	AH%
Aposentadorias e Pensões	29.561.356,71	26.544.166,88	37,22	11,37
Vencimentos e vantagens Fixas	42.348.182,06	39.146.217,77	53,32	8,18
Obrigações Patronais	7.253.888,77	7.275.213,85	9,13	-0,29
Outras Despesas	255.365,82	365.064,87	0,32	-30,05
Total	79.418.793,36	73.330.663,37	100	8,30
Fonte Siafi				

Tabelas Extraídas do SIAFI

Balanço Patrimonial

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA		
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	20232022	ESPECIFICAÇÃO	20232022
ATIVO CIRCULANTE	16.389.936,1913.324.996,90	PASSIVO CIRCULANTE	42.404.342,7342.276.110,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,2812.085.865,28	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.574.790,726.251.903,36
Créditos a Curto Prazo	6.928.702,551.002.472,15	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	- -
Demais Créditos e Valores	6.928.702,551.002.472,15	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	929.797,894.269.848,85
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	- -	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	- -
Estoques	221.933,36236.659,47	Transferências Fiscais a Curto Prazo	355.000,001.211.209,71
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	- -	Provisões a Curto Prazo	- -
VPDs Pagas Antecipadamente	- -	Demais Obrigações a Curto Prazo	32.544.754,1230.543.148,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	482.768.302,04479.650.772,77	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	- -
Ativo Realizável a Longo Prazo	20.449,1627.102,01	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	- -
Créditos a Longo Prazo	20.449,1627.102,01	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	- -
Dívida Ativa Não Tributária	20.449,1627.102,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	- -
Créditos Previdenciários do RPPS	- -	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	- -
Estoques	- -	Transferências Fiscais a Longo Prazo	- -
Investimentos	- -	Provisões a Longo Prazo	- -
Participações Permanentes	- -	Demais Obrigações a Longo Prazo	- -
Propriedades para Investimento	- -	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	42.404.342,7342.276.110,78
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	- -	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	- -	ESPECIFICAÇÃO	20232022
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	- -	Patrimônio Social e Capital Social	- -
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	- -	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	- -
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	- -	Reservas de Capital	- -
Demais Investimentos Permanentes	- -	Ajustes de Avaliação Patrimonial	- -
Demais Investimentos Permanentes	- -	Reservas de Lucros	- -
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	- -	Demais Reservas	23.511.921,47-
Imobilizado	482.678.201,62479.554.019,50	Resultados Acumulados	433.241.974,03450.699.658,89
Bens Móveis	46.838.566,0250.786.591,10	Resultado do Exercício	-9.287.514,11-2.287.181,39
Bens Móveis	52.316.270,1750.875.303,74	Resultados de Exercícios Anteriores	447.597.468,02442.748.665,13
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.477.704,15-88.712,04	Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.087.979,8810.220.125,15
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	- -	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	- -
Bens Imóveis	435.839.635,00428.767.428,40	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	456.753.895,50450.699.658,89
Bens Imóveis	439.865.121,05430.845.452,69		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.056.488,35-2.078.024,29		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	- -		
Intangível	69.651,2669.651,26		
Softwares	58.495,0058.495,00		
Softwares	58.495,0058.495,00		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	- -		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	- -		

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 2
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA		
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	20232022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	20232022	ESPECIFICAÇÃO	20232022
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	11.156,2611.156,26		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	11.156,2611.156,26		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	- -		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	- -		
Direitos de Uso de Imóveis	- -		
Direitos de Uso de Imóveis	- -		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	- -		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	- -		
Diferido	- -		
TOTAL DO ATIVO	499.158.238,23492.975.769,67	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	499.158.238,23492.975.769,67

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	20232022	ESPECIFICAÇÃO	20232022
ATIVO FINANCEIRO	9.239.300,2812.085.865,28	PASSIVO FINANCEIRO	54.806.799,6539.786.188,66
ATIVO PERMANENTE	489.918.937,95480.889.904,39	PASSIVO PERMANENTE	34.686.455,9731.356.501,86
		SALDO PATRIMONIAL	409.662.982,61421.833.079,15

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	20232022	ESPECIFICAÇÃO	20232022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	37.935.880,1135.253.969,97	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	76.406.618,4058.371.084,52
Atos Potenciais Ativos	37.935.880,1135.253.969,97	Atos Potenciais Passivos	76.406.618,4058.371.084,52
Garantias e Contragarantias Recebidas	7.095.012,095.802.817,61	Garantias e Contragarantias Concedidas	- -
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	30.840.868,0229.451.152,36	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	16.690.859,235.112.256,71
Direitos Contratuais	- -	Obrigações Contratuais	59.708.759,1753.258.827,81
Outros Atos Potenciais Ativos	- -	Outros Atos Potenciais Passivos	- -
TOTAL	37.935.880,1135.253.969,97	TOTAL	76.406.618,4058.371.084,52

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-18.150.778,03
Recursos Vinculados			-27.418.721,34
Previdência Social (RPPS)			-
Dívida Pública			-18.430.772,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			-8.987.949,34
TOTAL			-45.569.499,37

Demonstrações das variações patrimoniais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2023

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EMISSÃO

25/01/2024

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.208.972.641,46	321.197.387,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.797.105,31	1.294.865,93
Venda de Mercadorias	7.085,47	11.815,30
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.790.019,84	1.283.050,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.193.202.170,68	316.891.092,04
Transferências Intragovernamentais	815.928.847,72	315.240.855,73
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	377.275.322,96	1.650.236,31
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13.807.466,61	2.901.871,13
Reavaliação de Ativos	-	787.207,19
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.578.658,12	160.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.228.808,49	1.954.573,94
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	165.898,86	109.558,42
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2023

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EMISSÃO

25/01/2024

PÁGINA

2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	105.898,88	109.558,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.218.240.155,57	323.464.548,91
Pessoal e Encargos	49.857.436,65	46.786.496,49
Remuneração a Pessoal	38.945.434,58	38.305.191,46
Encargos Patronais	7.253.888,77	7.275.213,85
Benefícios a Pessoal	3.402.747,48	2.941.026,31
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	255.365,82	385.064,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.561.356,71	26.544.166,88
Aposentadorias e Reformas	27.414.291,35	24.622.448,88
Pensões	1.512.412,43	1.282.887,87
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	634.652,93	658.832,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	81.233.510,03	72.720.022,47
Uso de Material de Consumo	261.832,30	329.613,04
Serviços	78.798.738,15	72.019.842,40
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.172.939,58	370.267,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	31.265,82	2.797,21
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	31.265,82	2.797,21
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.034.036.546,50	165.242.144,20
Transferências Intragovernamentais	649.883.548,24	159.056.320,24
Transferências Intergovernamentais	3.418.907,00	4.055.553,08
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	2.771.042,00	503.688,02
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	377.963.049,26	1.626.582,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23.310.293,92	11.865.488,98
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	25.155,25	-
Incorporação de Passivos	8.575.551,42	8.479.638,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Desincorporação de Ativos	14.709.597,25	3.385.850,51
Tributárias	36.982,20	65.121,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.671,31	12.875,56
Contribuições	33.310,89	52.245,87
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	172.763,74	238.311,25
Premiações	-	175.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	172.763,74	63.311,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-9.267.514,11	-2.267.161,39

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022

Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	733.781,00	733.781,00	1.811.052,04	1.077.271,04
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profts.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	722.193,00	722.193,00	1.717.911,87	995.718,87
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	722.193,00	722.193,00	1.717.911,87	995.718,87
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	13.946,73	13.946,73
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	13.942,53	13.942,53
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	604,20	604,20
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demaís Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	733.781,00	733.781,00	1.811.052,04	1.077.271,04
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	733.781,00	733.781,00	1.811.052,04	1.077.271,04
DEFICIT	-	-	187.293.371,53	187.293.371,53
TOTAL	733.781,00	733.781,00	189.104.423,57	188.370.642,57
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-46.912.685,00	-	46.912.685,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-46.912.685,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	232.726.225,00	185.675.375,00	178.554.023,89	151.635.820,85	144.025.276,37	7.121.351,11
Pessoal e Encargos Sociais	70.409.083,00	73.606.186,00	73.494.232,06	73.445.165,66	67.901.132,75	111.953,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	162.317.142,00	112.069.189,00	105.059.791,83	78.190.655,19	76.124.143,62	7.009.397,17
DESPESAS DE CAPITAL	4.966.102,00	5.104.267,00	10.550.399,68	543.655,34	543.655,34	-5.446.132,68
Investimentos	4.966.102,00	5.104.267,00	10.550.399,68	543.655,34	543.655,34	-5.446.132,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	237.692.327,00	190.779.642,00	189.104.423,57	152.179.476,19	144.568.931,71	1.675.218,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	237.692.327,00	190.779.642,00	189.104.423,57	152.179.476,19	144.568.931,71	1.675.218,43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	237.692.327,00	190.779.642,00	189.104.423,57	152.179.476,19	144.568.931,71	1.675.218,43

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.445.995,75	15.788.237,83	10.785.652,65	10.785.638,31	3.205.412,48	5.243.182,79
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.445.995,75	15.788.237,83	10.785.652,65	10.785.638,31	3.205.412,48	5.243.182,79
DESPESAS DE CAPITAL	58.989,58	9.573.356,58	4.694.990,45	4.666.552,28	14.558,65	4.951.235,23
Investimentos	58.989,58	9.573.356,58	4.694.990,45	4.666.552,28	14.558,65	4.951.235,23
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.504.985,33	25.361.594,41	15.480.643,10	15.452.190,59	3.219.971,13	10.194.418,02

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	26.682,23	10.807.076,56	10.776.064,71	2.319,95	55.374,13
Pessoal e Encargos Sociais	16.220,31	4.573.301,43	4.568.658,95	-	20.862,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.461,92	6.233.775,13	6.207.405,76	2.319,95	34.511,34
DESPESAS DE CAPITAL	-	65.921,71	65.920,71	-	1,00
Investimentos	-	65.921,71	65.920,71	-	1,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	26.682,23	10.872.998,27	10.841.985,42	2.319,95	55.375,13

Balanço Financeiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2023

PERÍODO

Anual

TÍTULO

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EMISSÃO

25/01/2024


PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	1.811.052,04	1.298.199,09	Despesas Orçamentárias	189.104.423,57	165.011.887,47
Ordinárias	-	-	Ordinárias	116.225.510,27	128.236.245,04
Vinculadas	1.811.052,04	1.298.199,09	Vinculadas	72.878.913,30	36.775.642,43
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	27.517.473,13	1.596.182,20
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	22.935.289,14
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.811.052,04	-	Dívida Pública	38.573.590,89	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.298.199,09	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.787.879,28	-
Recursos Não Classificados	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	12.244.191,09
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
			Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	352.351.902,18	315.240.855,73	Transferências Financeiras Concedidas	186.307.151,52	159.006.457,34
Resultantes da Execução Orçamentária	316.505.994,56	278.202.807,01	Resultantes da Execução Orçamentária	167.590.399,57	139.849.181,02
Repasso Recebido	154.899.811,76	138.931.104,33	Repasso Concedido	5.774.186,77	577.678,34
Sub-repasso Recebido	161.816.182,80	139.271.502,68	Sub-repasso Concedido	161.816.182,80	139.271.502,68
Independentes da Execução Orçamentária	35.845.907,62	37.038.248,72	Independentes da Execução Orçamentária	18.710.781,95	19.157.276,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.709.293,15	37.008.440,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.400.291,30	19.009.753,50
Demais Transferências Recebidas	-	3.772,38	Demais Transferências Concedidas	-	37.152,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	51.945,99	28.035,67	Movimento de Saldos Patrimoniais	171.852,17	110.370,81
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.688,48	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.688,48	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	44.741.444,77	35.966.627,93	Pagamentos Extraorçamentários	26.339.388,90	23.952.923,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.610.544,48	10.407.240,40	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.841.985,42	5.850.833,11
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	36.924.947,38	25.361.594,41	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.452.190,59	17.935.316,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.897,93	91.567,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.701,71	116.911,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários	159.054,98	106.225,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.451,18	49.862,90
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	450,00	-	Demais Pagamentos	1.451,18	49.862,90
Arrecadação de Outra Unidade	158.804,98	108.225,28			
Saldo do Exercício Anterior	12.085.865,28	7.551.450,49	Saldo para o Exercício Seguinte	9.239.300,28	12.085.865,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,28	12.085.865,28
TOTAL	410.990.264,27	360.057.133,24	TOTAL	410.990.264,27	360.057.133,24

Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2023

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EMISSÃO


25/01/2024

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.823.709,95	12.606.504,14
INGRESSOS	354.368.457,13	316.736.847,94
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	79.193,44	34.509,63
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.717.911,87	1.260.356,30
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	13.946,73	3.333,16
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	352.557.405,09	315.438.648,85
Ingressos Extraorçamentários	46.897,93	91.567,88
Transferências Financeiras Recebidas	352.351.902,18	315.240.855,73
Arrecadação de Outra Unidade	158.804,98	108.225,28
DESEMBOLSOS	-352.544.747,18	-364.130.343,80
Pessoal e Demais Despesas	-151.852.140,06	-134.356.093,30
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-5.000,00	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-27.479.780,15	-24.749.975,80
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-124.325.617,64	-109.089.208,73
Direitos da Cidadania	-42.102,27	-516.908,97
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 2
SUBTÍTULO	42007 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA		

	2023	2022
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Secadas - Cartão de Pagamento	450,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-14.340.242,71	-10.601.019,23
Intergovernamentais	-219.100,00	-100.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal	-219.100,00	-100.000,00
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.294.084,00	-7.252.067,84
Outras Transferências Concedidas	-8.827.058,71	-3.248.951,39
Outros Desembolsos Operacionais	-586.362.364,41	-559.173.224,27
Despêndios Extrabudgetários	-43.781,71	-116.011,03
Transferências Financeiras Concedidas	-196.307.191,52	-150.006.457,34
Demais Pagamentos	-1.451,18	-49.052,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.670.274,95	-8.072.089,35
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.670.274,95	-8.072.089,35
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.670.274,95	-8.072.089,35
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.846.565,00	4.534.414,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.085.865,28	7.551.450,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.239.300,28	12.085.865,28

7.4.13 - Base normativa

Lei n.º 10.180/2001: Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Decreto n.º 6.976/2009: Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Regulamenta o Sistema de Contabilidade Federal criado pela Lei n.º 10.180/2001 e define as e as responsabilidades pela conformidade contábil tanto no âmbito das setoriais contábeis de UG e de órgão, como de órgão superior.

Instrução Normativa STN n.º 6 de 2007: Disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão.

Macrofunção 02.03.15: Estabelece os procedimentos relativos ao registro da Conformidade Contábil e revoga os artigos 1º ao 5º da Instrução Normativa da STN nº 06, de 31 de outubro de 2007.

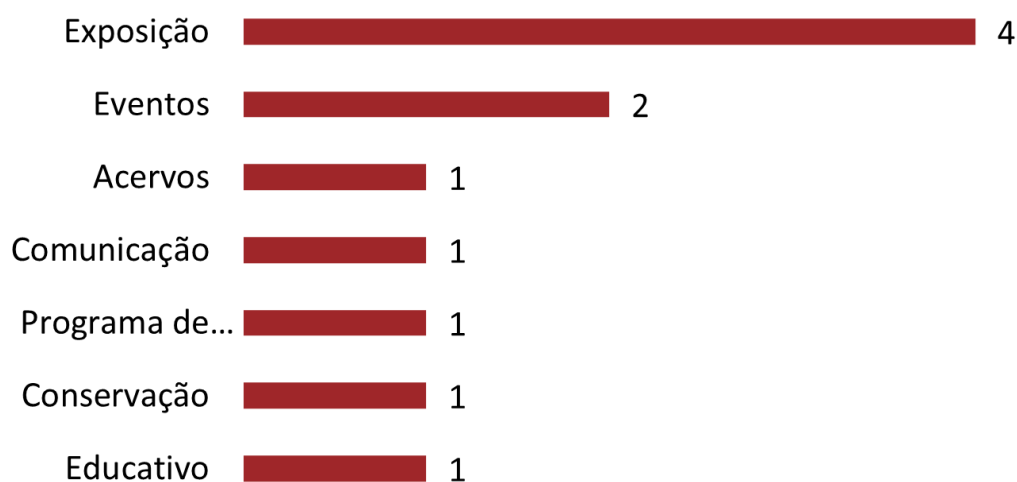
Tabela 24

Responsáveis			Períodos de Responsabilidade
Nome	Função Gerencial	Tipo	Período
Fernanda Santana Rabello de Castro	Presidenta	Titular	07/02/2023 -31/12/2023
Marcelo de Mello Ribeiro	Presidente	Substituto	01 a 12/01/2023
Fernanda Santana Rabello de Castro	Presidenta	Substituta	13/01/2023 a 06/02/2023
Michel Rocha Correia	Presidente	Substituto	14/02/2023 a 16/09/2023
Mirela Leite de Araujo	Presidenta	Substituta	17 a 22/09/2023
Michel Rocha Correia	Presidente	Substituto	23/09/2023 a 09/11/2023
Mirela Leite de Araujo	Presidenta	Substituta	10/11/2023 a 15/11/2023
Michel Rocha Correia	Presidente	Substituto	16/11/2023 a 31/12/2023
Maria Angelica Gonsalves Correa	Diretora DPGI	Titular	08/03/2023 a 31/12/2023
Marcelo Helder Maciel Ferreira	Diretor DPGI	Substituto	01/01/2023 a 07/02/2023
Edson Luiz Gandra dos Santos	Diretor DPGI	Substituto	08/02/2023 a 31/12/2023
Rebeca Debora Finguermann	Diretora DPMUS	Titular	01/01 a 25/01/2023
Mirela Leite de Araujo	Diretora DPMUS	Titular	05/04/2023 a 31/12/2023
Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa	Diretor DPMUS	Substituto	01 a 08/01/2023
Rafaela Alves Felicio	Diretora DPMUS	Substituta	09/01/2023 a 20/01/2023
Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa	Diretor DPMUS	Substituto	21/01/2023 a 05/07/2023
Rafaela Alves Felicio	Diretora DPMUS	Substituta	06/07/2023 31/12/2023
Carla Janne Farias Cruz	Diretora DDFEM	Titular	01/01/2023 a 25/01/2023
Joel Santana da Gama	Diretor DDFEM	Titular	27/06/2023 a 31/12/2023
Adana de Abreu Rodrigues Teixeira	Diretora DDFEM	Substituta	01/01/2023 a 31/12/2023
Alexandre Cesar Avelino Feitosa	Coordenador CGSIM	Titular	01/01/2023 a 25/01/2023
Dalton Lopes Martins	Coordenador CGSIM	Titular	29/05/2023 a 31/12/2023
Patrícia da Cunha Albernaz	Coordenador CGSIM	Substituta	01/01/2023 a 03/04/2023
José Murilo Costa Carvalho Junior	Coordenador CGSIM	Substituto	04/04/2023 a 31/12/2023



8. OS MUSEUS DO IBRAM

O Museu Casa de Benjamin Constant foi fundado em 1982, na chácara que abriga a casa onde viveu e faleceu Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Fundador da República. A propriedade foi adquirida pela União em 1891, em obediência à Constituição de 1891. O Museu Casa de Benjamin Constant tem como missão preservar e divulgar a vida e a obra de seu patrono, estimulando o pensamento crítico sobre a história do Império e da República, nas suas manifestações políticas, sociais e culturais, por meio de seu acervo, de ações educativas, de ações de comunicação, da produção de conhecimento e do uso sustentável do seu Parque, que integra a Área de Preservação Ambiental (APA) de Santa Teresa.



O Museu Casa Histórica de Alcântara foi aberto ao público em 2004, após processo de desapropriação (1986). Em 2020 inicia-se nova etapa de ampliação e reformulação da exposição de longa duração, passando a ser nomeado de Museu de Alcântara. Esta mudança reflete a nova concepção da instituição que deixa de ser museu casa com foco na família Guimarães (última proprietária do casarão), no mobiliário e objetos de uso cotidiano para uma abordagem mais ampla. A nova expografia retratará diversos temas do município: vestígios de animais pré-históricos, os povos indígenas da região, a colonização europeia, os quilombolas, as manifestações culturais, a presença de uma base de lançamento aeroespacial, entre outros temas. A nova expografia possibilitará aos visitantes conhecer os vários elementos que formam o patrimônio material e imaterial alcantareense. O Museu está sediado em imóvel tombado pelo IPHAN (processo 0390-T-48) inscrito no Livro Histórico (nº 254, de 29-12-1948); Livro das Belas Artes (nº 521) e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (nº 067 de 10-10-1974, constituindo-se como bem cultural de especial relevância para a memória do país, e que vem se firmando junto à população como um espaço de referência com realização de atividades de cunho educativo, cultural e museológico.

Tabela 25: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Educativo	13
Eventos	1
Manutenção do Museu-atividades meio	1
Total Geral	15

A Casa da Hera foi erguida na primeira metade do século XIX, onde residiu a família de Joaquim José Teixeira Leite, grande advogado e comissário de café. Em 1952, a construção foi tombada como patrimônio nacional. Além de mobiliário, quadros e objetos de uso doméstico originais, o acervo inclui uma vasta biblioteca e uma importante coleção de trajes de origem francesa. A biblioteca possui 890 livros e três mil periódicos do século XIX. Há, ainda, um piano Henri Herz, raro exemplar do século XIX.

Tabela 26: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Projetos Contratados - Aprovação do PPCIP na DGST-CB-M-RJ	1
Total Geral	1



Museu Chácara do Céu

O Museu da Chácara do Céu é uma das duas unidades que compõem os Museus Castro Maya. A residência onde está localizado e as coleções que abriga foram de propriedade de Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1968), um mecenas e colecionador que transformou seu patrimônio privado em bem público. O museu funciona em uma casa de arquitetura modernista e possui obras de arte do século IV a.C ao século XXI, amplos jardins e um terraço panorâmico.

Figura 44: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

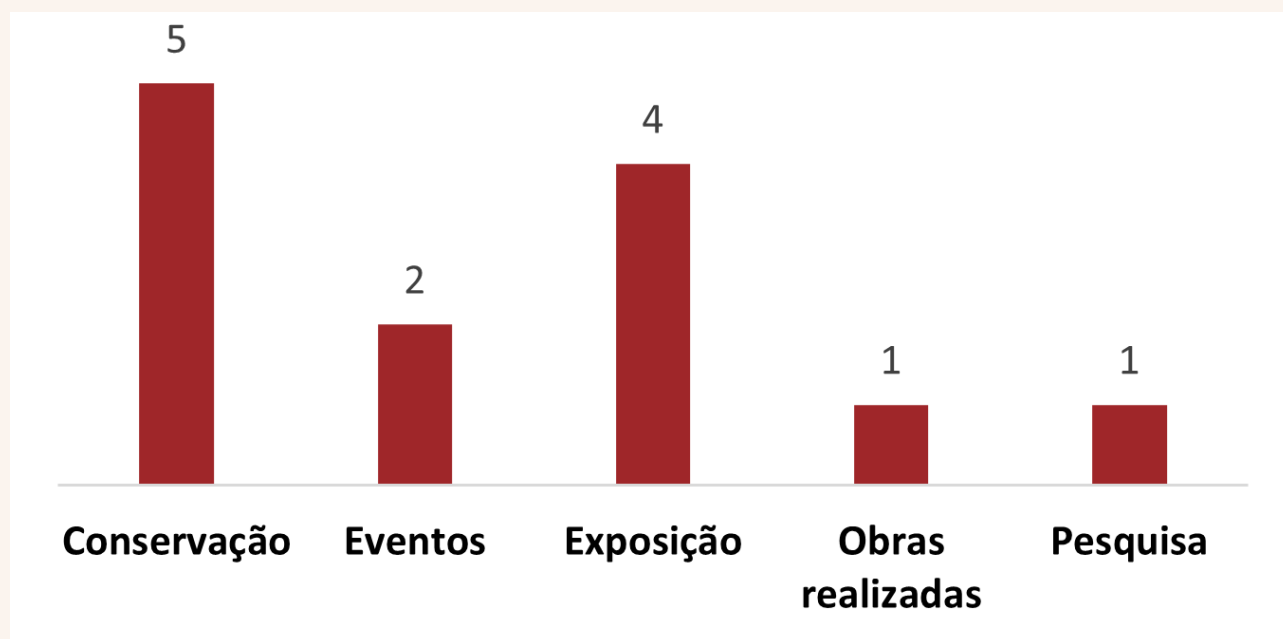


Tabela 27: Fonte de recurso

Rótulos de Linha	Contagem de Fonte de recurso:
Não Orçamentário;	5
Orçamentária;	5
Outras fontes (leis de incentivo, editais, Patrocínio direto e indireto– descrever os valores e fonte);	3
Total Geral	13

Museu do Açude

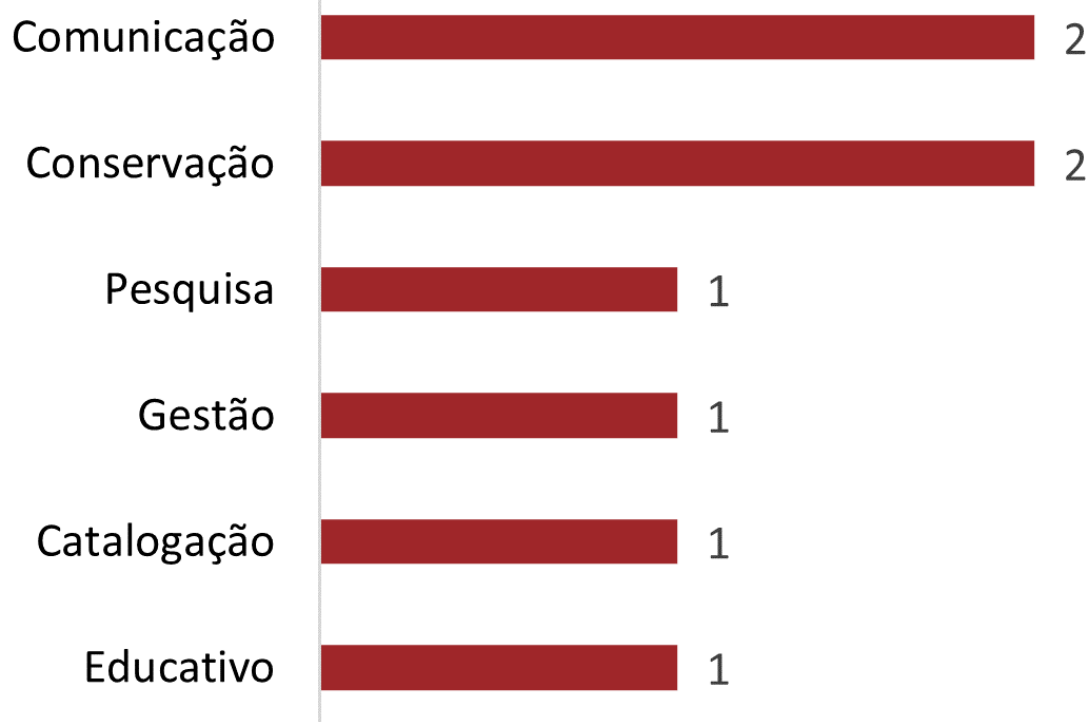
O Museu do Açude é uma das duas unidades que compõem os Museus Castro Maya. A residência onde está localizado e as coleções que abriga foram de propriedade de Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1968), um mecenas e colecionador que transformou seu patrimônio privado em bem público. O museu funciona em uma casa de estilo neocolonial no seio da Floresta da Tijuca e possui obras das coleções de azulejaria, Arte Oriental, artes aplicadas e Instalações de arte Contemporânea.

Tabela 28: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Comunicação	1
Conservação	1
Total Geral	2

Localizado no bairro da Madalena, na cidade de Recife/PE, o Museu da Abolição está sediado num sobrado do século XVII, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Nacional. A missão institucional do MAB está comprometida com os processos de preservação, valorização e difusão das memórias, histórias, valores e patrimônios afrodescendentes e suas atividades socioeducativas com a promoção de uma educação antirracista.

Figura 45: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



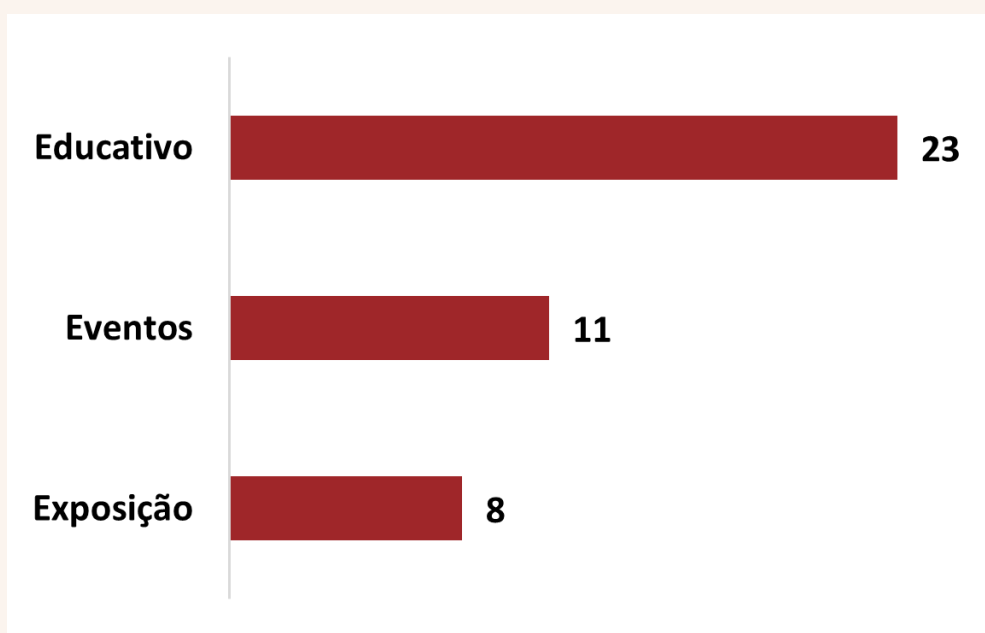


MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

– Ouro Preto (MG)

O Museu da Inconfidência - MIN é um museu federal, vinculado ao Ibram, situado em Ouro Preto - MG. Foi criado em 1938, pelo presidente Getúlio Vargas, por meio do DECRETO-LEI Nº 965/38, com a finalidade de "coleccionar as coisas de vária natureza relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituam documentos expressivos da formação de Minas Gerais." O Museu funciona na antiga Casa de Câmara e Cadeia e possui 3 prédios anexos, onde estão acondicionados os acervos museológico, arquivístico e bibliográfico, além dos diversos setores de trabalho do museu.

Figura 46: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



Palácio do Catete - Rio de Janeiro/RJ - O Palácio Nova Friburgo, depois Palácio do Catete, construído entre 1858 e 1867 pelo comerciante e fazendeiro de café Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, consagrou-se como um monumento de grande importância histórica, arquitetônica e artística. Erguido no Rio de Janeiro, então Capital Imperial, tornou-se símbolo do poder econômico da elite cafeeira e escravocrata do Brasil oitocentista. Em 1896, durante o mandato do presidente Prudente de Moraes, o Palácio foi adquirido pelo Governo Federal para sediar a Presidência da República. Durante 63 anos, o Palácio foi o coração do Poder Executivo no Brasil. Coube a Juscelino Kubitschek encerrar a era presidencial do Palácio, com a transferência da capital para Brasília, em 1960, quando, reorganizado, o Palácio do Catete passou a abrigar o Museu da República. O Museu da República é um museu contemporâneo, comprometido com os direitos humanos e a cidadania; seu Jardim Histórico, ambientações e exposições contam parte da história do Brasil Republicano, representada por fotos, objetos e obras de arte dos séculos XIX, XX e XXI.

Palácio Rio Negro - Petrópolis/RJ - O edifício de estilo eclético, característico dos fins do século XIX, foi construído em 1889 pelo engenheiro italiano Antonio Jannuzzi para ser a residência de verão dos Rio Negro. Em 1896, o Barão do Rio Negro e sua família, vivendo em Paris, venderam o Palácio para o governo do Estado do Rio de Janeiro. Petrópolis passa a ostentar o título de capital do Estado até 1903, quando, sob o governo de Quintino Bocaiúva, a capital retorna para Niterói. Neste mesmo ano, o Palácio Rio Negro torna-se, então, residência de verão dos presidentes da República. Com a mudança da capital para Brasília, em 1960, a tradição do veraneio em Petrópolis foi dificultada pela distância entre as duas cidades. Em 2007, o Museu da República passou a incorporar em sua estrutura organizacional o Palácio Rio Negro. A importância do Palácio Rio Negro advém, além da imponência de seu edifício e de seu jardim, de sua participação na construção da história republicana do Brasil.

Tabela 29: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Exposição	18
Eventos	17
Educativo	13
Pesquisa	4
Comunicação	3
Saúde	1
Palestra	1
Total Geral	57

Tabela 30: Política, programas e projetos do Ibram

Rótulos de Linha	Contagem de A atividade está vinculada à política, programas e projetos do Ibram?
Comunicação	32
Educativo	14
Museologia Social	4
Pesquisa	4
Financiamento e Fomento	2
Acessibilidade	1
Total Geral	57



O Museu de Arqueologia de Itaipu é uma unidade museológica vinculada ao Ibram instalada nas ruínas do antigo Recolhimento de Mulheres de Santa Teresa, instituição fundada em 1764, que recebia mulheres retiradas do convívio social por seus maridos ou outros familiares em um contexto social patriarcal e misógino. O prédio do Recolhimento foi abandonado ainda no século XIX e, a partir desse período, famílias de pescadores começaram a fazer das ruínas sua moradia e espaço para o trato com os elementos relacionados ao trabalho da pesca artesanal. Já na primeira metade do século XX, com ativa participação dos pescadores locais, as ruínas do Recolhimento foram tombadas e a construção passou a receber ações de proteção. Nos anos 70, junto ao processo de urbanização da Região Oceânica de Niterói, foram feitas escavações arqueológicas nos sítios da região. O material proveniente dessas pesquisas veio a compor o acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu, que foi inaugurado em 22 de março de 1977. Atualmente, por meio de trabalhos diversos, o MAI busca "Pesquisar, preservar e comunicar o patrimônio cultural e natural da cidade de Niterói através do estímulo à reflexão e análise crítica sobre os sítios arqueológicos locais, a história e usos das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa e as comunidades tradicionais de Itaipu, de forma a promover o espaço museal como ferramenta educativa e de desenvolvimento social".

Tabela 31 : Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Ação junto à sociedade	1
Comunicação	3
Educativo	3
Eventos	7
Exposição	6
Pesquisa	5
Total Geral	25

Tabela 32 : Política, programas e projetos do Ibram

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Educativo	144
Eventos	31
Capacitação	7
Pesquisa	3
Comunicação	2
Conservação	2
Atendimento ao Pesquisador - Apoio Institucional	1
Expografia - Novo Layout do Mart	1
Manutenção da Unidade	1
Rede de Bibliotecas Ibram	1
Visita do Iphan	1



MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL

– Cabo Frio (RJ)

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional/Ibram fica situado no Antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, edificação franciscana construída ainda durante o período colonial, no século XVII. A edificação compõe a paisagem cultural da cidade de Cabo Frio (RJ) por mais de três séculos e sua preservação é garantida em lei, estando inscrito sob o nº 436 no Livro do Tombo das Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 17/01/1957. O monumento histórico localiza-se no centro da cidade, no Largo de Santo Antônio, e está situado aos pés do morro da Guia. É ladeado por atrativos como o Canal do Itajuru e a Ponte Feliciano Sodré e está próximo à Fonte do Itajuru. Além do Museu, o antigo Convento abriga as dependências da Ordem Franciscana Secular de São Francisco da Penitência de Cabo Frio (capela e cemitério), ainda em atividade. O antigo Convento franciscano torna-se museu em 15 de dezembro de 1982, com a finalidade de assegurar e justificar a permanente proteção ao Patrimônio Cultural, garantindo a efetiva preservação do valioso monumento.

Figura 47: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu





MUSEUS DAS BANDEIRAS

– Cidade de Goiás (GO)

O Museu das Bandeiras, criado por lei em 1949, mas aberto ao público somente em 1954, é sediado na Antiga Casa de Câmara e Cadeia, construída em 1766 na então Villa Boa de Goyaz. No Arquivo Histórico há documentos da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Goiás. O acervo é composto por 573 peças, entre objetos de arte sacra, mobiliário, vestuário, armamentos, utensílios e outros, confeccionados em estilos, técnicas e épocas diversas. O Museu das Bandeiras tem como missão preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação na região Centro-oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando a universalidade do acesso, a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental, e contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da promoção da inclusão social, da igualdade racial e de gênero, da valorização da diversidade cultural e sexual; e do respeito aos direitos e à dignidade humana.



MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE

– Cidade de Goiás (GO)

O Museu de Arte Sacra da Boa Morte-MASBM, é uma instituição pública, federal, aberta ao público e vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, autarquia, do Ministério do Turismo. Destaca-se que tanto o edifício quanto o acervo pertencem a Diocese de Goiás que através do termo de cessão torna os bens culturais musealizados sob a gestão do Instituto Brasileiro de Museus.



MUSEU CASA DA PRINCESA (Casa Setecentista)

– Pilar de Goiás (GO)

O Museu Casa da Princesa é uma instituição vinculada à unidade museológica-sede do Museu das Bandeiras. A instituição está localizada na cidade de Pilar de Goiás a 236km de Goiânia, 220km de Brasília e 260km da Cidade de Goiás, onde estão localizados os outros dois museus desta unidade. O edifício foi tombado em 1954 devido a sua referência e importância arquitetônica do século XVIII.



MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY

– Paraty (RJ)

O Museu de Arte Sacra de Paraty (MAS Paraty), instituído em 1973 e instalado na igreja de Santa Rita, inaugurada em 1722, é oriundo de um passado em que o reconhecimento das cidades coloniais brasileiras dependia da instalação de órgãos representativos do poder, como a Câmara, a Cadeia, o Pelourinho e a Igreja Matriz – no caso de Paraty, uma capela edificada e dedicada a São Roque. Em virtude da mudança do povoado, esse templo foi posteriormente, em 1646, consagrado a Nossa Senhora dos Remédios. A edificação foi tombada em 1952 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, atualmente, integra o conjunto de Museus geridos pelo Instituto Brasileiro de Museus.

Tabela 33: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Educativo	1
Eventos	2
Exposição	2
Total Geral	5

O Forte Defensor Perpétuo ocupa um dos mais antigos lugares de memória de Paraty. Atualmente abriga uma instituição museológica que visa a difusão, a pesquisa e o diálogo sobre a história e a memória do município. Em 1957, o Forte foi tombado e restaurado pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan), tornando-se oficialmente um patrimônio cultural de Paraty e do Brasil; e um centro de memória ligado às nossas culturas tradicionais e à nossa história, especialmente após a criação do Centro de Artes e Tradições Populares nos anos de 1980. Em 2009 o museu passou à administração do Instituto Brasileiro de Museus, quando da criação da autarquia. Desde então, a unidade tem avançado em sua inserção na comunidade, no trabalho de pesquisa e em ações educativas e culturais, com destaque para o projeto Paraty Ciranda, a exposição de arte e artesanato popular O Modo de Fazer, o encontro de cultura indígena Ymaguaré e as atividades de educação museal em parceria com as escolas públicas das redes estadual e municipal.

Tabela 34: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Educativo	1
Exposição	1
Total Geral	2

O Museu do Diamante - MD, localizado em Diamantina/MG, tem sua sede na antiga residência da família do inconfidente Padre Rolim, e está temporariamente aberto à visitação na Casa de Chica da Silva (IPHAN-Diamantina). Apresenta uma narrativa voltada para os diversos aspectos relacionados à mineração de ouro e diamantes e sua influência no meio social de Diamantina, antigo Arraial do Tijuco. O Museu constitui um significativo lugar de memória e importante equipamento cultural para a cidade de Diamantina e seus moradores, procurando acolher e estimular as diversas manifestações culturais e artísticas do município e região na contemporaneidade, por meio de exposições temporárias, apresentações artísticas, oficinas, rodas de conversa, ações educativas e socioambientais.

Figura 48: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

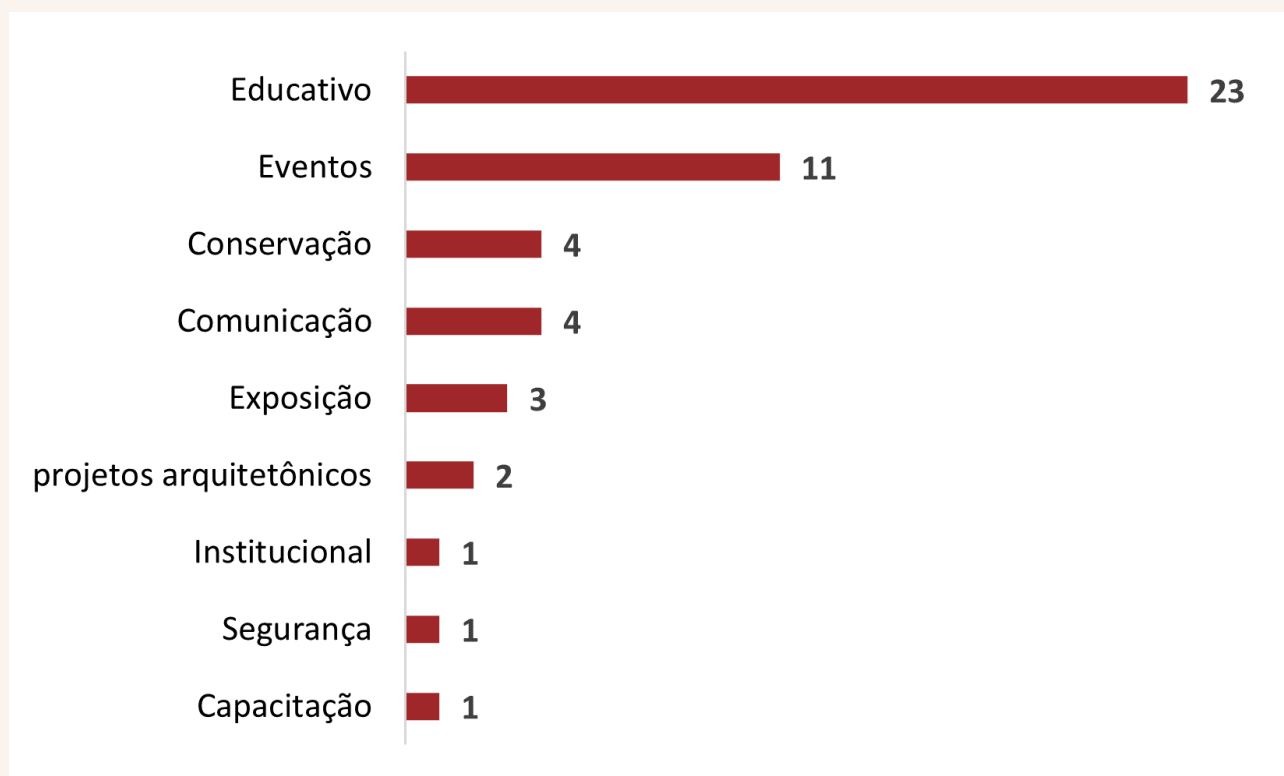
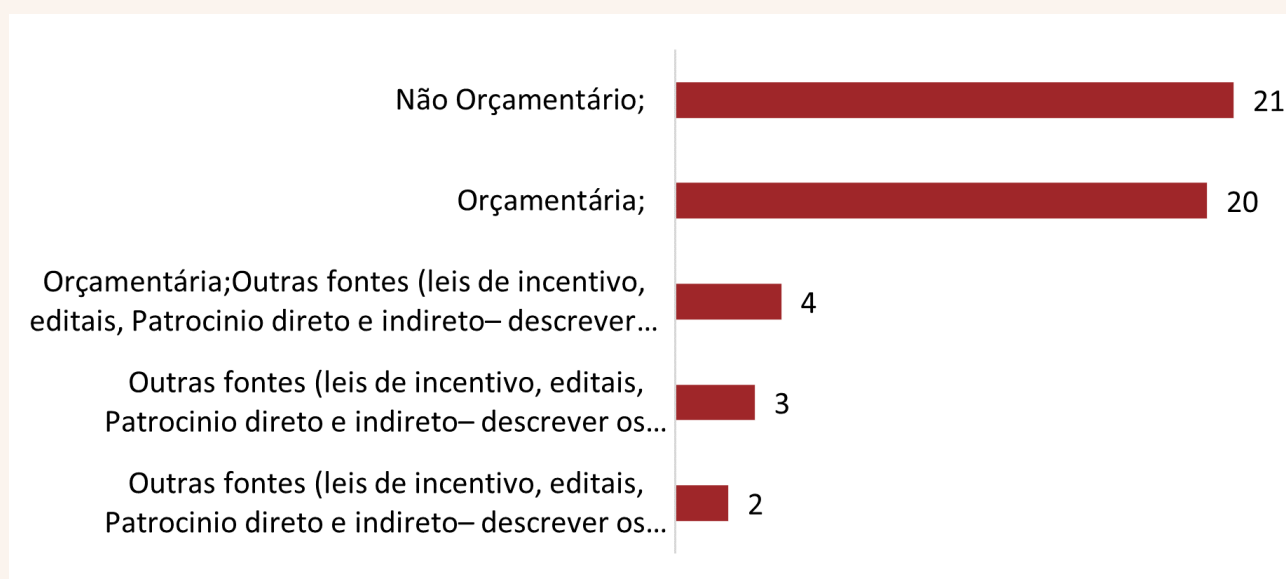
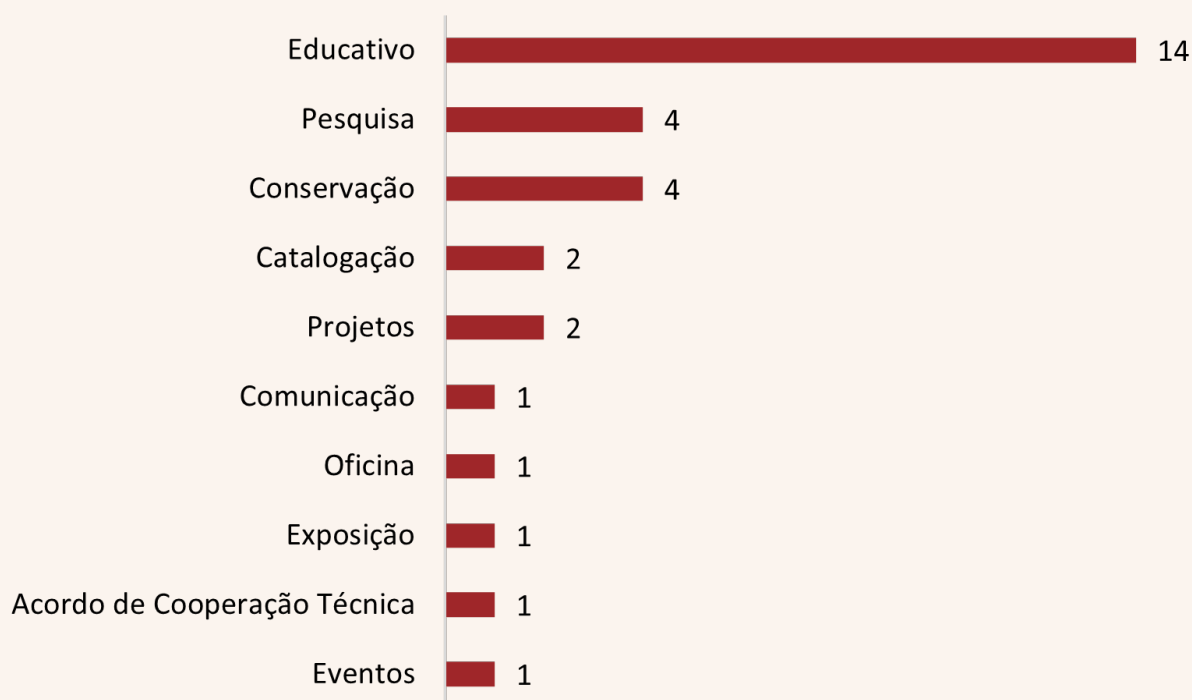


Figura 49:Fonte de recurso



A Casa de Fundação de Sabará entrou em funcionamento em julho de 1734. Entretanto, já no ano seguinte a Coroa Portuguesa adotou novo sistema de cobrança do Real Quinto, conhecido por Capitação, e as Casas de Fundação foram extintas. Criaram-se, então, nas vilas sedes de Comarca, as Intendências do Ouro. No ano de 1937, os descendentes do Comendador Séptimo da Paula Rocha venderam o imóvel da antiga Casa de Intendência e Fundação de Sabará, praticamente em ruínas, para o engenheiro Louis Ensck, diretor da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que o doou, dois anos depois, ao governo brasileiro. Em 30 de outubro de 1940, o governo federal transferiu a tutela administrativa e patrimonial do prédio para o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, órgão do Ministério da Educação e Saúde que o restaurou para transformá-lo em um museu que documentasse e sintetizasse a história da mineração do ouro na antiga Capitania de Minas Gerais. Em 23 de abril de 1945, o Presidente da República Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 7.483, criou o Museu do Ouro, sendo a instituição inaugurada no dia 16 de maio de 1946.

Figura 50: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



O Museu Imperial está instalado no palácio de verão do imperador D. Pedro II. Construído entre os anos 1845 e 1862 e abrigou a família imperial até a Proclamação da República, em 1889. Criado em 29 de março de 1940, pelo Decreto-Lei n. 2096. Foi inaugurado em 16 de março de 1943, com um significativo acervo de peças relativas ao período imperial brasileiro e ao longo das últimas 8 décadas, a instituição tem acumulado expressivos conjuntos documentais, bibliográficos e de objetos. Ao mesmo tempo, reforçou sua relação com a cidade de Petrópolis ao incorporar inúmeras coleções relativas à história local totalizando um acervo de mais 350 mil itens. Atendendo a um público superior a 400 mil visitantes/ano, segue cumprindo sua missão que é a de preservar, pesquisar e comunicar a memória e a história relativas ao período imperial brasileiro, assim como a da cidade de Petrópolis.

Tabela 35: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Eventos	16
Educativo	12
Palestra	6
Conservação	4
Curso	4
Catalogação	3
Aquisição	2
Capacitação	2
Obras realizadas	2
Reunião	2
Acessibilidade	1
Aquisição de acervo	1
Aquisição de material	1
Calendário	1
Conselho	1
Oficina	1
Pesquisa	1
Publicação	1
Recuperação dos jardins	1
Solenidade	1
Visita técnica	1
Visitação	1
Total Geral	65

Tabela 36: Atividade vinculada à política, programas e projetos do Ibram

Sim	64
Não	1
Total	65

Figura 51: Atividade vinculada à política, programas e projetos do Ibram



Tabela 37: Fonte de recurso

Não Orçamentário;	47
Orçamentária;	15
Outras fontes (leis de incentivo, editais, Patrocínio direto e indireto– descrever os valores e fonte);	3
Total Geral	65

Casa Cláudio de Souza

Casa de Claudio de Souza, doada ao Museu Imperial pela viúva do escritor Claudio Justiniano de Souza, em 1956, para ser anexada ao Museu Imperial e receber atividades culturais. Além da edificação mobiliada, foram doados livros, fotografias e demais objetos do escritor. O imóvel localizado na Praça da Liberdade, em Petrópolis, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A Casa expõe objetos recriando alguns cômodos com ambientação original, disponibiliza a biblioteca particular do titular e funciona como um centro cultural, abrigando o Instituto Histórico de Petrópolis, a Academia Petropolitana de Letras, a Academia Brasileira de Poesia, Academia Petropolitana de Educação e a Academia Petropolitana de Letras Jurídicas.

Figura 52:: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



Casa Geyer

A Casa Geyer é uma subunidade do Museu Imperial localizada no Cosme Velho/RJ. Doada ao Museu Imperial pelo casal Maria Cecília e Paulo Fontainha Geyer em abril de 1999. A coleção, tombada pelo IPHAN em 2014, reúne livros, álbuns, pinturas, gravuras, lito.

O Museu Histórico Nacional - MHN foi criado, através do Decreto no 15.596, de 2 de agosto de 1922, pelo Presidente Epitácio Pessoa, para dotar o Brasil de um museu dedicado à memória de sua história, sendo aberto ao público em 12 de outubro do mesmo ano. Assim, a instituição surgiu vocacionada para o pioneirismo, tendo abrigado o primeiro curso de Museologia no país, criado em 1932, hoje integrado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934, antecessora do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, criado em 1937, que posteriormente viria a se tornar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que, por sua vez, abrigou o Departamento de Museus - DEMU (criado em 2003), embrião do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram (criado em 2009).

Figura 53: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



Tabela 38: Fonte de recurso

Rótulos de Linha	Contagem de Fonte de recurso:
Não Orçamentário;	47
Outras fontes (leis de incentivo, editais, Patrocínio direto e indireto—descrever os valores e fonte);	4
Orçamentária;	2
Total Geral	53

Idealizado pela viúva de Lasar Segall, Jenny Klabin Segall, o Museu Lasar Segall foi criado como uma associação civil sem fins lucrativos em 1967 pelos filhos do casal, Mauricio Segall e Oscar Klabin Segall, tendo sido aberto ao público em 1973. A antiga residência e ateliê do artista, projetados em 1932 por seu concunhado, o arquiteto Gregori Warchavchik, abrigam a instituição. Em 1985, o Museu foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória, e é hoje uma unidade do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, autarquia do Ministério da Cultura. Além de seu acervo museológico, formado por mais de 3.000 obras de arte produzidas por Lasar Segall, o Museu guarda ainda um rico acervo documental e fotográfico e constitui-se também num centro de atividades culturais, oferecendo exposições, visitas educativas, cursos e oficinas nas áreas de gravura, educativo, escrita literária, história da arte, e abriga um cinema e uma biblioteca especializada em artes do espetáculo e fotografia.

Figura 54: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



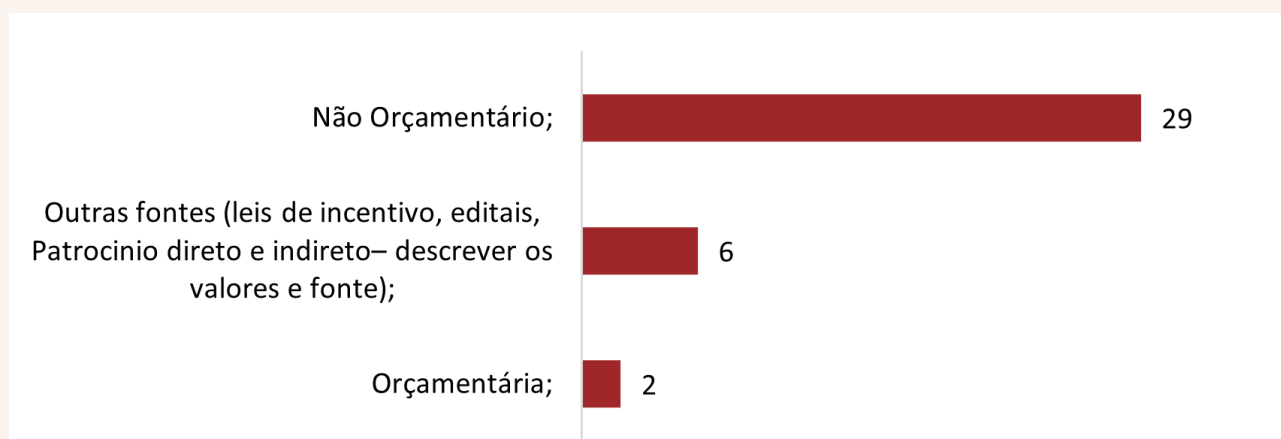
Criado oficialmente em 1937 por Decreto do presidente Getúlio Vargas, o Museu Nacional de Belas Artes conjugou a ocupação do prédio com a Escola Nacional de Belas Artes até 1976, quando a EBA foi deslocada para a ilha do Fundão. Neste mesmo ano, com a criação da Fundação Nacional de Artes – Funarte, houve novo compartilhamento. Em 24 de maio de 1973, o edifício da Avenida Rio Branco, 199, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN e a partir de 2003, a imponente construção passou a abrigar na sua totalidade o MNBA. Avançando na linha do tempo, em 2009 o MNBA foi incorporado pelo Instituto Brasileiro de Museus, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura. Hoje é a instituição que possui a maior e mais importante coleção de arte brasileira do século XIX, concentrando um acervo de cem mil itens entre pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, objetos, documentos e livros. A bicentenária Coleção do Museu Nacional de Belas Artes se originou de três conjuntos de obras distintos: as pinturas trazidas por Joaquim Lebreton, chefe da Missão Artística Francesa, que chegou ao Rio de Janeiro, em 1816; os trabalhos pertencentes ou aqui produzidos pelos membros da Missão, entre os quais se destacam Nicolas-Antoine Taunay, Jean-Batiste Debret, Grandjean de Montigny, Charles Pradier e os irmãos Ferrez; e as peças da Coleção D. João VI, deixadas por este no Brasil, ao retornar a Portugal, em 1821.

Tabela 39: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

Rótulos de Linha	Contagem de Tipo de atividade:
Exposição	10
Eventos	5
Obras realizadas	4
Pesquisa	3
Conservação	3
Catálogo	3
Educativo	2

Comunicação	2
Aquisição de acervo (doação)	1
Coordenação de equipes	1
Segurança e Gestão de Risco	1
Gestão de Riscos	1
Gestão de Riscos	1
Total Geral	37

Figura 55: Fonte de recurso



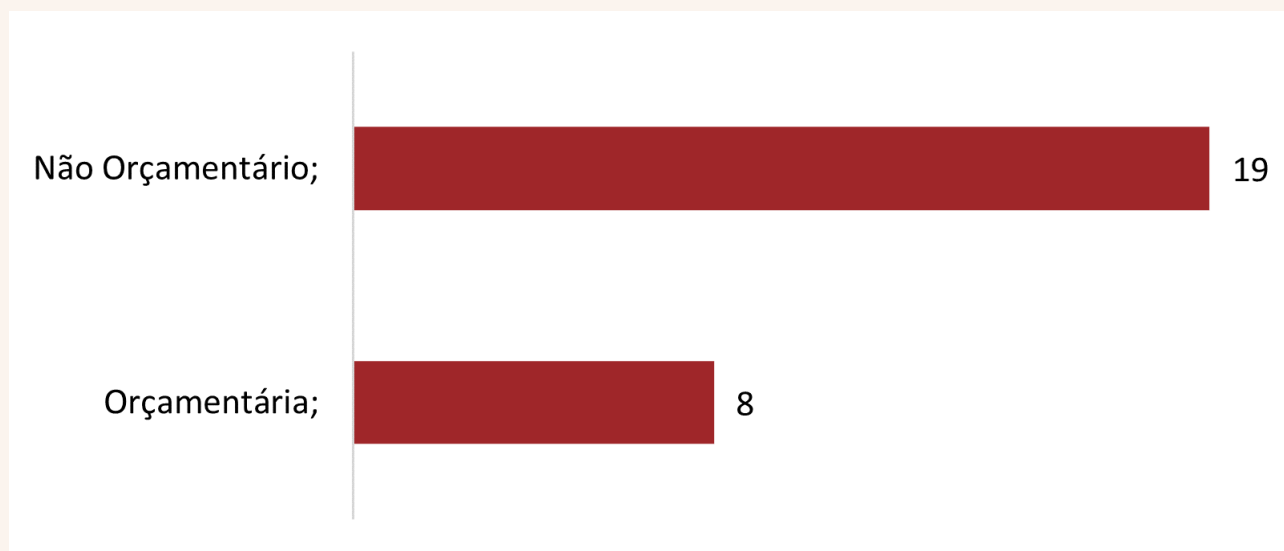
Situado à Praça Cristiano Ottoni, nº 72, na cidade de Serro-MG, o Museu Regional Casa dos Ottoni teve sua idealização em fins da década de 1940, sobretudo por intermédio de Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor do, à época, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. O imóvel, como a denominação já indica, pertenceu à família Ottoni, tendo ali nascido, entre outros irmãos, Teófilo Ottoni e Christiano Ottoni, ambos senadores no período do Império. Protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o imóvel obteve seu tombamento pelo SPHAN em 28/04/1950. Ainda nessa década, o edifício passou a abrigar partes do acervo de imagens sacras, tomando características de museu desde sua criação até o início da década de 1990, quando é oficialmente aberto ao público. O MRCO tem como missão a preservação e divulgação do passado histórico e cultural do Serro e da família Ottoni, dedicando-se também a discutir o que possa se relacionar, nesse contexto, com os mais diversos aspectos da cultura atual. Essa missão será alterada, conforme planejamento detalhado na minuta de revisão do Plano Museológico.

O Museu Regional de Caeté tem sua sede na chamada “Casa Setecentista”, exemplar significativo da arquitetura civil do período colonial no município de Caeté. O imóvel foi adquirido pelo antigo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-DPHAN, na década de 1950, e, após período de obras de restauração, foi definitivamente inaugurado, em 17/02/1979. Atualmente o Museu integra o conjunto de unidades museológicas geridas pelo Instituto Brasileiro de Museus- Ibram, ocupando uma área de 814 m² com 500 m² de área construída e jardins. Após alguns anos fechado – em virtude de danos estruturais no casarão principal – passou por uma completa restauração, entre 2016 e 2019, tendo sido reaberto à visitação pública, no dia 18 de maio de 2019. O museu abriga uma rica coleção de peças de arte sacra, cerâmica e mobiliário dos séculos XVIII e XIX, e tem como missão institucional atuar para a preservação da memória, da história e do patrimônio artístico-cultural local e regional. Hoje, o Museu se consolidou como um espaço dedicado à formação cidadã e à valorização da arte e da cultura do Município e região. Para tanto, promove ações educativas e culturais que buscam enriquecer as visões do processo histórico e cultural, bem como oferecer oportunidades de aprendizagem e entretenimento para os diferentes públicos.

Figura 56: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



Figura 57: Fonte de recurso



Situado em um sobrado histórico do século XIX, o Museu Regional de São João del-Rei - MRSJDR foi oficialmente aberto ao público em 1963. Sua criação resultou dos embates entorno da preservação de seu edifício tombado em 1946, e depois desapropriado, envolvendo na época a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, primeiro órgão responsável por sua gestão, contra os interesses de particulares. Naquele sentido, a instituição museológica veio a representar para a cidade mineira um símbolo de resistência e, ao mesmo tempo, cumprir com o papel de institucionalizar as iniciativas de preservação do patrimônio cultural na região. Após sua organização, o Museu abrigou três diferentes tipos de acervos: bibliográficos, documentais e museológicos. Assim, com sessenta anos de existência, o MRSJDR tem prestado serviços de atendimento a pesquisadores, trabalhos educativos com público escolar, além de organizar e receber diversas exposições e eventos das mais diferentes naturezas.

Figura 58: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

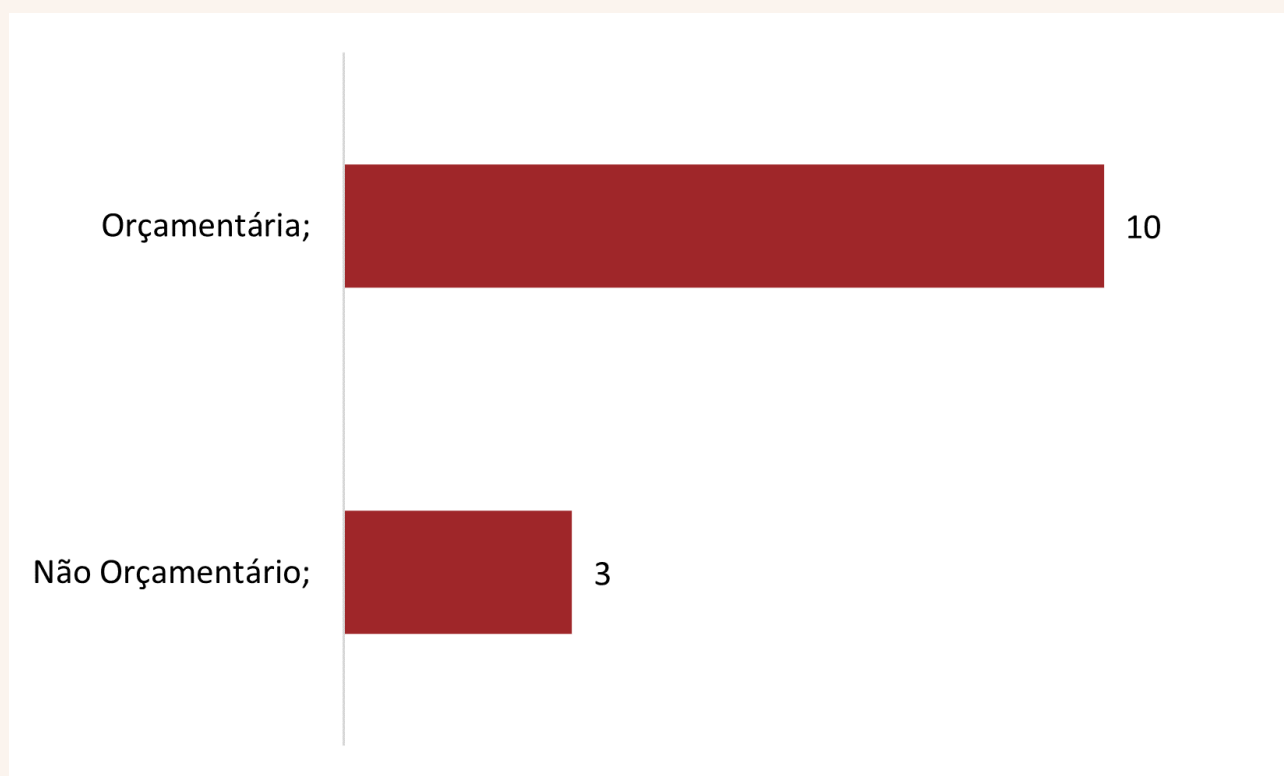


O Museu Victor Meirelles está instalado em um sobrado de fins do século XVIII onde nasceu o pintor Victor Meirelles de Lima, que aí viveu sua infância até deixar a cidade de Desterro para estudar no Rio de Janeiro. A construção de arquitetura colonial luso-brasileira foi adquirida pela União em 1947 e tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950. Dois anos depois, em 15 de novembro de 1952, era inaugurado o Museu com uma exposição permanente de pinturas e desenhos de Victor Meirelles que visava preservar e divulgar a vida e a obra do expoente pintor catarinense. O Museu Victor Meirelles tem se destacado nos últimos anos por sua criteriosa preservação do patrimônio artístico brasileiro e por sua intensa programação educativa e cultural.

Figura 59: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu



Figura 60: Fonte de recurso



O Museu Villa-Lobos nasceu como instituição pública federal em 22 de junho de 1960, na gestão do Presidente Juscelino Kubitschek. O argumento utilizado por Clóvis Salgado, então Ministro da Educação e Cultura, para justificar a criação de um museu voltado para a figura de Villa-Lobos, baseou-se na qualidade artística de sua obra e em seu trabalho como educador. Com o apoio de intelectuais, músicos e políticos ligados à memória e ao patrimônio artístico do Brasil, Arminda Villa-Lobos – segunda mulher do compositor – assume em 1961 a direção do Museu Villa-Lobos e dedica-se à missão de preservar e difundir o legado do compositor. Até o seu falecimento, em 1985, Arminda dirige o museu e assenta as bases da instituição, na sua missão de resguardar a memória de Heitor Villa-Lobos e de difundir o patrimônio musical daquele que foi considerado, ainda em vida, o maior compositor das Américas.

Figura 61: Tipo de atividade desenvolvida pelo museu

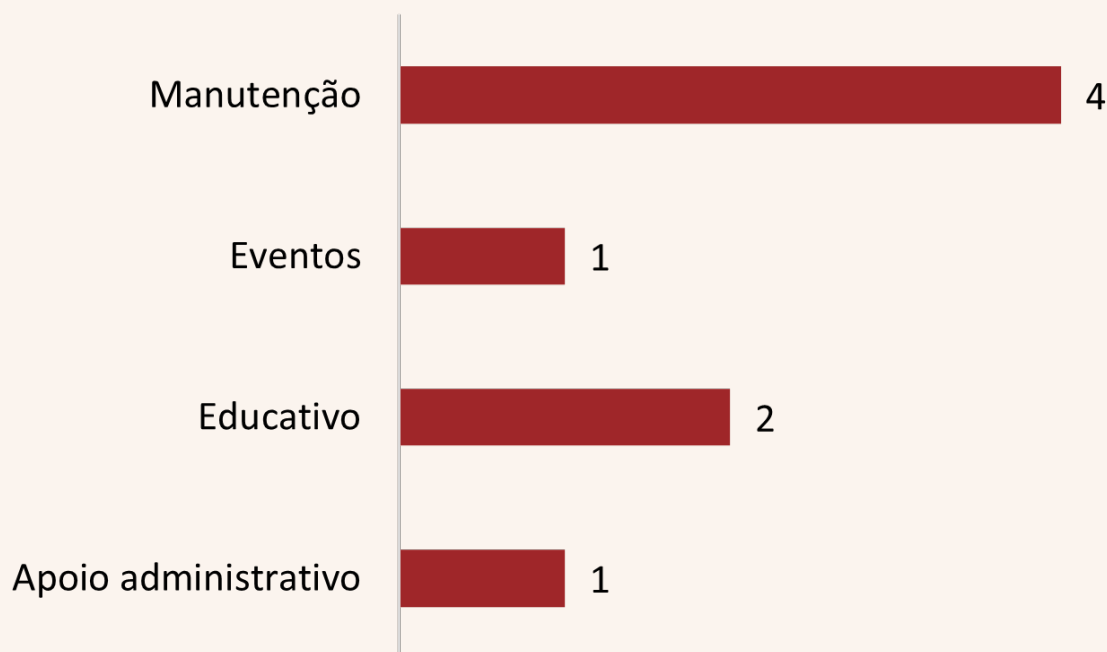
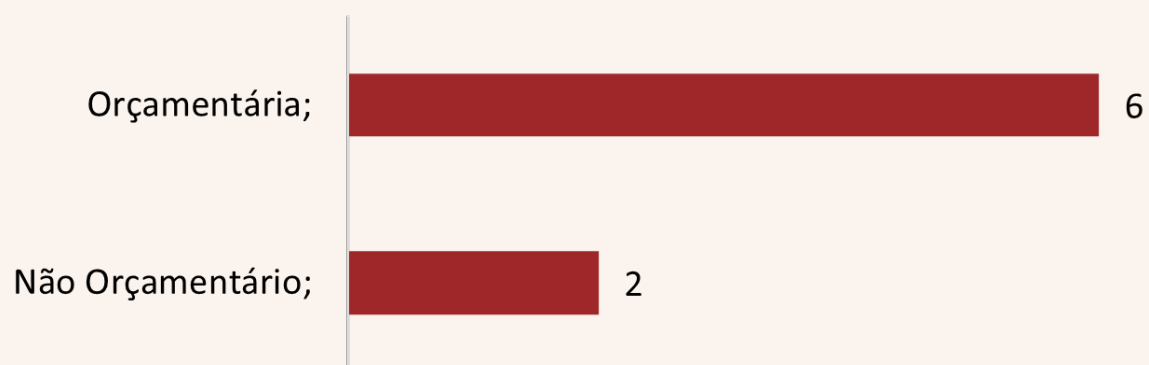


Figura 62: Fonte de recurso





MUSEU DAS MISSÕES

– São Miguel das Missões (RS)

Projetado no ano de 1938 pelo arquiteto Lucio Costa, o Museu das Missões está situado junto aos remanescentes do Sítio Histórico São Miguel Arcanjo, reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. O museu reúne a maior coleção pública de imagens missioneiras em madeira policromada dos séculos XVII e XVIII do Mercosul, expondo uma rica coleção da arte colonial elaborada pelos índios Guarani nas reduções jesuíticas.



MUSEU SOLAR MONJARDIM

– Vitória (ES)

O Museu Solar Monjardim está instalado em um belo casarão colonial que teve sua construção iniciada na década de 1780. Antiga sede da Fazenda Jucutuquara, o local abrigou ao longo de quase dois séculos importantes personagens da história regional e nacional. Hoje, explorando um acervo histórico bastante eclético, o Museu Solar Monjardim revela aos seus visitantes aspectos da vida cotidiana no século XIX, através dos objetos, práticas sociais e manifestações artísticas da época.

Instituto Brasileiro de Museus